



COMUNICAÇÃO
E SOCIEDADE

20
anos



36

RESGATAR A PARTICIPAÇÃO
RESCUING PARTICIPATION

Editores | *Editors*

Fábio Ribeiro, Ana Duarte Melo & Nico Carpentier

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins







**COMUNICAÇÃO
E SOCIEDADE**

36

RESGATAR A PARTICIPAÇÃO
RESCUING PARTICIPATION

Editores | *Editors*

Fábio Ribeiro, Ana Duarte Melo & Nico Carpentier

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins



Título | *Title*: Resgatar a participação | *Rescuing participation*

Diretor | *Journal Editor*: Moisés de Lemos Martins (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Diretor Adjunto | *Associate Editor*: Manuel Pinto (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Editores Temáticos | *Volume Editors vol. 36 – dezembro 2019* | *December 2019*

Fábio Ribeiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Ana Duarte Melo (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Nico Carpentier (Universidade Charles, República Checa)

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Alain Kiyindou (Universidade de Bordéus, França), Ana Claudia Mei Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil), Anabela Carvalho (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Annabelle Sreberny (Universidade de Londres, Reino Unido), Barbie Zelizer (Universidade da Pensilvânia, EUA), Cláudia Álvares (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Claudia Padovani (Universidade de Pádua, Itália), David Buckingham (Universidade de Loughborough, Reino Unido), Divina Frau-Meigs (Universidade Sorbonne Nouvelle, França), Fabio La Rocca (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França), Felisbela Lopes (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal), Filipa Subtil (Escola Superior de Comunicação Social, Portugal), Gustavo Cardoso (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Hannu Nieminen (Universidade de Helsínquia, Finlândia), Helena Sousa (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Immacolata Lopes (Universidade de São Paulo, Brasil), Isabel Ferin (Universidade de Coimbra, Portugal), Ismar de Oliveira Soares (Universidade de São Paulo, Brasil), Janet Wasko (Universidade de Oregon, EUA), José Manuel Pérez Tornero (Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha), Lídia Oliveira (Universidade de Aveiro, Portugal), Madalena Oliveira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Maria Michalis (Universidade de Westminster, Reino Unido), Maria Teresa Cruz (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Nélia del Bianco (Universidade de Brasília, Brasil), Paulo Serra (Universidade da Beira Interior, Portugal), Raúl Fuentes Navarro (Universidade de Guadalajara, México), Rosa Cabecinhas (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Sara Pereira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Sonia Livingstone (London School of Economics, Reino Unido), Teresa Ruão (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Tristan Mattelart (Universidade de Paris 2 Pantheon-Assas, França), Vera França (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Vincenzo Susca (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França), Xosé López García (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha), Zara Pinto Coelho (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Conselho Consultivo | *Advisory Board*

Aníbal Alves (CECS, Universidade do Minho, Portugal), António Fidalgo (Universidade da Beira Interior, Portugal), José Bragança de Miranda (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Margarita Ledo (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha), Michel Maffesoli (Universidade Paris Descartes, França), Miquel de Moragas (Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha), Murilo César Ramos (Universidade de Brasília, Brasil)

Produção editorial | *Editorial production*

Assistente Editorial | *Editorial Assistant*: Zara Pinto-Coelho (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Apoio Editorial | *Editorial Support*: Isabel Macedo (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Direção de Arte Gráfica e Digital | *Graphic and Digital Art Direction*: Alberto Sá & Pedro Portela (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Edição Gráfica e Digital/Indexação | *Graphic and Digital Edition/Indexation*: Marisa Mourão (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Revisores volume 36 | Reviewers of volume 36

Anabela Gradim (Universidade da Beira Interior, Portugal), Benjamin de Cleen (Vrije Universiteit Brussel, Bélgica), Carlos Camponez (Universidade de Coimbra, Portugal), Isabel Macedo (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Ivone Ferreira (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Kirill Filimonov (Universidade Uppsala, Suécia), Loes Witteveen (Universidade Wageningen, Países Baixos), Lut Lams (Universidade Católica de Leuven, Bélgica), Madalena Oliveira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Manuel Sande (Universidade Complutense de Madrid, Espanha), Orquídea Ribeiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal), Patrícia Dias (Universidade Católica Portuguesa, Portugal), Pedro Moura (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Pradip Thomas (Universidade de Queensland, Austrália), Vaia Doudaki (Universidade Charles, República Checa), Zara Pinto-Coelho (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Indexação e avaliação | Indexation and evaluation

SCOPUS | SciELO | ERIH PLUS | Qualis Capes (B1) | MIAR (ICDS 9.8) | Latindex | CIRC (B) | OpenEdition | Google Scholar | Academia Search Premier | BASE | CEDAL | DOAJ | Journal TOCs | MLA | RevisCOM | Open Access in Media Studies | OAIster | EZB | COPAC | ZDB | SUDOC | RepositóriUM | RCAAP

Imagem da capa | Cover image: LoboStudio Hamburg | Pixabay

URL: <https://revistacomsoc.pt/>

Email: comunicacoesociedade@ics.uminho.pt

Comunicação e Sociedade é editada semestralmente (2 volumes/ano) pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, em formato bilingue (Português e Inglês). Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal *Comunicação e Sociedade* is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit articles for publication should go to URL above.

Editora | Publisher:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | Phone: (+351) 253 601751

Fax: (+351) 253 604697

Email: cecs@ics.uminho.pt

Web: www.cecs.uminho.pt

Direitos de Autor (c) 2019 *Comunicação e Sociedade* | Copyright (c) 2019 *Comunicação e Sociedade*



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

ISSN: 1645-2089 // **e-ISSN:** 2183-3575

Depósito legal | Legal deposit: 166740/01

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2019
Supported by FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia within the Project Scope: UID/CCI/00736/2019

SUMÁRIO | CONTENTS

Nota introdutória	9
<i>Introductory note</i> Fábio Ribeiro, Ana Duarte Melo & Nico Carpentier	
<hr/>	
ARTIGOS TEMÁTICOS ARTICLES	15
<hr/>	
Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito	17
<i>Rescuing participation: a critique on the dark participation concept</i> Nico Carpentier, Ana Duarte Melo & Fábio Ribeiro	
<hr/>	
Participação num ambiente datificado: questões sobre literacia de dados	37
<i>Participation in a datafied environment: questions about data literacy</i> Miren Gutiérrez	
<hr/>	
Para além dos obstáculos: experiências de consultas públicas e a possibilidade de ética e relevância na participação	57
<i>Beyond the hindrances: experiences of public consultations and the possibility of ethics and relevance in participation</i> Maria Fernandes-Jesus, Eunice Castro Seixas & Anabela Carvalho	
<hr/>	
O valor democrático da participação na política cultural sueca	81
<i>The democratic value of participation in Swedish cultural policy</i> Sofia Lindström Sol	
<hr/>	
Exercício de cidadania ativa e participação através dos média: um projeto comunitário focado em crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo	101
<i>Active citizenship and participation through the media: a community project focused on pre-school and primary school children</i> Vitor Tomé, Paula Lopes, Bruno Reis & Carlos Pedro Dias	
<hr/>	
A prática da participação mediada em comunidades marginalizadas na Indonésia	121
<i>The practice of mediated participation in Indonesian marginalised communities</i> Kurniawan Adi Saputro & Bari Paramarta Islam	
<hr/>	
Participação e património cultural imaterial: o estudo de caso de “Tava, lugar de referência para o povo Guarani”	143
<i>Participation and intangible cultural heritage: a case study of “Tava, place of reference for the Guarani people”</i> Rodrigo Lacerda	
<hr/>	
Plataformas online de participação cidadã: meta-síntese e avaliação crítica de seus impactos sociais e políticos	163
<i>Online platforms for citizen participation: meta-synthesis and critical analysis of their social and political impacts</i> Rose Marie Santini & Hanna Carvalho	
<hr/>	
Participação efetiva com recurso a narrativas negociadas	183
<i>Meaningful participation via negotiated narratives</i> Anna Zaluczkowska	
<hr/>	
A participação enquanto talismã: uma reflexão metafórica e teórica sobre a conceptualização da participação	207
<i>Participation as a talisman: a metaphorical-theoretical reflection about the conceptualization of participation</i> Ignacio Bergillos	
<hr/>	



NOTA INTRODUTÓRIA INTRODUCTORY NOTE

Fábio Ribeiro

Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Centro de Estudos de Comunicação e
Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Ana Duarte Melo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Nico Carpentier

Instituto de Estudos da Comunicação e Jornalismo, Universidade Charles, República Checa

Por que é que a participação é relevante? O que se entende quando o conceito é usado? Como podemos garantir uma utilização do termo “participação” de um modo responsável e com significado nos diferentes espaços da sociedade? Estas são, provavelmente, as questões mais importantes que nos motivaram, editores desta edição da revista *Comunicação e Sociedade*, a propor uma discussão sobre a relevância da participação e a convidar académicos de todo o mundo a apresentar diferentes perspetivas a partir de uma abordagem positiva e significativa sobre esta realidade. O resultado deste longo processo é este volume da revista, intitulado “Resgatar a participação”.

Esta edição apresenta 10 artigos, disponíveis em Português e Inglês, produzidos por pesquisadores de diferentes latitudes geográficas. Muitos vêm da Europa (Bélgica, Portugal, Reino Unido, Espanha e Suécia), e alguns do Brasil e da Indonésia. Os(as) autores(as) apresentam estudos sobre o que consideram uma abordagem positiva – e pragmática – da participação, numa variedade assinalável de campos, incluindo consultas públicas sobre questões ambientais; participação no âmbito da política cultural; participação nas escolas primárias (como parte integrante de um projeto de literacia mediática); na produção colaborativa de um guião de ficção/dramático; e, finalmente, como uma maneira de envolver comunidades marginalizadas. Provavelmente, a única exceção a essa visão pragmática pode ser encontrada no último artigo, que traz a alta teoria de volta à discussão, argumentando que a participação pode ser percebida como um talismã (novamente uma perspetiva positiva) dentro de uma dinâmica social contemporânea.

O primeiro artigo desta revista, “Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito”, desempenha um papel específico. Escrito pelos editores – Nico Carpentier, Ana Duarte Melo e Fábio Ribeiro –, reflete sobre a contribuição deste volume temático para a teoria participativa. Neste sentido, o ponto de partida da análise sustenta-se na fluidez do conceito de participação e nos seus diferentes significados

dentro de uma infinidade de marcos teóricos e tradições acadêmicas. Além disso, como conceito-chave, a participação também está sujeita às tendências que caracterizam a investigação acadêmica. No campo disciplinar dos Estudos da Comunicação e dos Média, o conceito de participação voltou a ganhar popularidade com o surgimento da Web 2.0 – e mais tarde com as redes sociais – condensando o otimismo e a esperança de futuras democratizações das sociedades. Na verdade, o que se seguiu depois deste contexto histórico resultou num certo desapontamento com essas expectativas impossíveis de cumprir na totalidade, e que agora produzem o risco de desacreditar a noção de participação em si, através da sua integração e alinhamento com lados obscuros do comportamento humano. Este artigo tem como objetivo resistir a esse movimento, através de duas linhas de argumentação.

A primeira linha de argumentação baseia-se nas discussões sobre a definição de participação, nas quais as abordagens distópica e alarmista em relação à participação desenvolvem definições muito amplas deste conceito, que implicitamente sugerem que a participação se resume a todas as formas de interação social. A abordagem mais restritiva à participação, que propomos e tornamos explícita, permite enfatizar o que não é participação. Também nos permite argumentar que a participação é inerentemente ética e precisa de ser diferenciada das suas condições de efetividade, dos seus resultados e precisa de ser incorporada numa cultura democrática. A segunda linha de argumentação não oferece uma crítica às posições negativistas sobre o conceito central desta revista, apenas desenvolve uma abordagem mais positiva, analisando as áreas de relevância para a participação. Neste sentido, utiliza-se o modelo das três lógicas – desenvolvido por Glynos e Howarth (2007) – para argumentar a relevância social, política e fantástica da participação. A combinação dessas lógicas produz uma lista abrangente de argumentos (ou seja, os argumentos protetores, agonistas, de direitos humanos, educacionais, integrativos, de fruição e condução) que juntos permitem argumentar que a participação é ainda importante e precisa de ser protegida de críticas alarmistas, fundadas em argumentos teóricos ingênuos.

O segundo artigo deste volume, da autoria de Miren Gutiérrez, intitula-se “Participação num ambiente datificado: questões sobre literacia de dados”. Neste caso, a autora discute as consequências do “processo de datificação de tudo” para a participação, apontando para um contexto em que o ambiente digital se tornou num espaço importante e num importante facilitador da participação. Em vez de celebrar ingenuamente as capacidades do digital de aprimorar (ou até reconhecer) a participação, Gutiérrez analisa as suas barreiras e oportunidades, onde a ansiedade de dados e o trabalho da indústria de infraestrutura de dados podem impor limites sérios. Gutiérrez concentra-se principalmente noutra barreira, a saber, a ausência de literacia de dados, sendo que esta constitui uma condição significativa da possibilidade de participação. O seu argumento principal é, então, que – nessa matriz de relações desiguais de poder – a participação pode (e precisa) de ser resgatada pela demolição dessas barreiras e pela criação de novos espaços que permitem que pessoas comuns exerçam efetivamente a sua agência de dados.

Em “Para além dos obstáculos: experiências de consultas públicas e a possibilidade de ética e relevância na participação”, Maria Fernandes-Jesus, Eunice Castro Seixas e Anabela Carvalho analisam as capacidades participativas de consultas públicas, que frequentemente são criticadas por permanecerem presas a uma abordagem *tokenística* da participação. Para se articular com esta discussão teórica, o artigo apresenta uma abordagem empírica e analisa uma consulta pública específica, lançada em 2013, relacionada com a construção de linhas de alta tensão ligando partes do Noroeste de Portugal e Espanha. Para melhor entender as experiências narradas dos cidadãos, os autores empregam a distinção entre acesso, posição e influência, usada por Senecah (2004). Esta distinção refere-se a três elementos (interdependentes): a capacidade de falar sobre oportunidades e escolhas, a legitimidade do processo e o impacto que estas vozes têm no resultado. As entrevistas e as discussões dos grupos focais mostram um conjunto de críticas à natureza democrática do processo de consulta, que foi considerado enganoso, desonesto e desrespeitoso. Mas, como argumentaram os autoras, a análise das vozes dos cidadãos também mostrou a expressão de um desejo de participação (genuína), por exemplo, formulando propostas para melhorar as intensidades participativas das consultas públicas. Estas vozes alimentam a argumentação de que há um impulso para a participação e para o empoderamento, que torna a participação preciosa e requer a sua implementação na prática social.

O artigo de Sofia Lindström Sol, intitulado “O valor democrático da participação na política cultural sueca”, centra-se no campo da cultura e das artes, para estudar como a participação (cultural) se articula neste campo. Mesmo que as políticas culturais suecas tenham um ponto de partida hegemónico – a ideia de que a cultura é boa – existem diferentes articulações discursivas dessa ideia principal. A autora distingue dois discursos principais: a cultura-facilitadora (das coisas boas) e a cultura-preventiva (das coisas más), uma distinção que afeta estruturalmente o modo como a participação é definida, seja inerente ou instrumental, como um meio em si mesma ou um meio para um fim, ou, por outras palavras, impulsionada por um modelo corporativista ou populista. Ao refletir sobre as possíveis reconciliações de ambos os modelos e a sua possível natureza complementar, a autora aponta para a discussão sobre a interpretação da participação e, portanto, para a sua centralidade nas discussões contemporâneas sobre política cultural – nas quais a participação é claramente significativa o suficiente para ser discutida –, mas também para a difícil relação entre os campos das artes e da política, com suas lógicas de criação e governança cultural. Isto levanta finalmente a questão sobre quem decide sobre a natureza, o objeto e a intensidade da participação no campo das artes.

A participação em idades muito jovens está no centro do artigo “Cidadania ativa e participação através dos média: um projeto comunitário focado em crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo”. Aqui, Vítor Tomé, Paula Lopes, Bruno Reis e Carlos Pedro Dias – todos da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal) – analisam como o ambiente educacional e as famílias permitem que as crianças se tornem cidadãos digitais ativos. O artigo é uma análise da participação no projeto “Educação para a cidadania digital para participação democrática”, realizado em 2015, numa comunidade nos arredores de Lisboa.

Usando uma metodologia de investigação-ação, a pesquisa estudou contextos formais, não-formais e informais de aprendizagem, avaliando a autopercepção das crianças em relação à cidadania e participação cívica, mas também as percepções dos professores e dos encarregados de educação. A análise acompanhou as crianças que evoluíram da não participação para o envolvimento claro e do uso dos média tradicionais para a produção de conteúdo digital. Na sua avaliação, os autores apontam a importância do conhecimento prévio do contexto, a fim de permitir a implementação adequada de tais projetos, garantindo o envolvimento e o comprometimento das autoridades educacionais, o apoio dos investigadores aos professores e a contribuição dos profissionais dos média.

“A prática da participação mediada em comunidades marginalizadas na Indonésia”, por Kurniawan Adi Saputro, do Instituto Indonésio das Artes Yogyakarta, e Bari Paramarta Islam, investigador independente, lida com a produção de filmes participativos. O artigo foca-se em dois estudos de caso de comunidades marginalizadas na Indonésia: uma comunidade de crentes numa religião tradicional (*penghayat*), em Elu Loda, e uma comunidade de pessoas com deficiência, em Salam Rejo. As duas comunidades foram observadas durante a sua participação em oficinas de cinema, de outubro de 2018 a fevereiro de 2019, resultando numa análise do contexto da participação e de como essas práticas a possibilitam e restringem. Utilizando entrevistas e questionários para estudar a relação entre práticas comunicativas e *storytelling*, os autores mostram como as narrativas pessoais e coletivas sobre as identidades e histórias dos participantes emergiram da experiência e como estas foram estruturadas pelas formas e géneros comunicativos, pelo contexto cultural e pela inserção dos participantes na comunidade.

Um caso de participação híbrida, não humana – demonstrando que a participação é importante por causa da sua capacidade de convocar uma diversidade de vozes – é descrito em “Participação e património cultural imaterial: o estudo de caso de ‘Tava, lugar de referência para o povo Guarani’”. Neste artigo, Rodrigo Lacerda concentra-se no processo de reconhecimento do património cultural imaterial (PCI), institucionalizado pela Unesco (2003); é um processo que requer a participação de grupos e comunidades na identificação, salvaguarda e manutenção de seu património. Analisando a patrimonialização de uma década das ruínas da Missão Jesuítico-Guarani de São Miguel, no Rio Grande do Sul (Brasil), o autor descreve como a resistência inicial dos Guarani ao processo foi gradualmente superada, por afinidade e reciprocidade nas relações entre agentes indígenas e não indígenas, a valorização do potencial político do processo de reconhecimento do património e a influência de aspetos espirituais – nomeadamente a participação de atores não-humanos –, que resultaram, em 2014, na identificação e registo desse marco cultural.

No artigo “Plataformas online de participação cidadã: meta-síntese e avaliação crítica de seus impactos sociais e políticos”, escrito pelas autoras brasileiras Rose Marie Santini e Hanna Carvalho, podemos encontrar uma profunda preocupação com a eficácia da inclusão do cidadão na esfera pública e digital. Com base numa revisão bibliográfica muito sistemática, com foco nos principais periódicos mundiais incluídos na Scopus e na Web of Science, as autoras analisaram um grande número de artigos

científicos. A sua análise permitiu concluir, por exemplo, que os cidadãos ainda lutam com os seus governos para obter explicações sobre estratégias políticas. Para Santini e Carvalho, “poder – e não tecnologia – é o principal entrave para a efetiva participação cidadã online, cujas barreiras são cultivadas por uma elite política tradicional pouco interessada na construção de uma democracia transparente, inclusiva e colaborativa” (p. 163). É exatamente esse obstáculo que impede os cidadãos de se envolverem, se motivarem e se tornarem responsáveis.

Anna Zaluczkowska, no seu artigo “Participação efetiva com recurso a narrativas negociadas”, analisa o projeto transmédia interativo “Red Branch Heroes”, na Irlanda do Norte. Este projeto, que envolveu a autora, experimentou a criação de narrativas negociadas, que incorporaram agonisticamente uma diversidade de vozes, incluindo vozes de autores, facilitadores e coordenadores. As narrativas interativas, mesmo que frequentemente abram a porta para um certo grau de envolvimento do utilizador, podem ser organizadas de várias formas, com muitas maneiras diferentes de capacitar ou não os participantes. O projeto “Red Branch Heroes” mostra que – parcialmente pela especificidade deste género e navegando cuidadosamente pelas complexidades da sociedade de vigilância contemporânea – podem surgir oportunidades para a multivocalidade democrática e para intensidades participativas mais fortes, o que, por sua vez, pode apoiar a construção de políticas mais democráticas e para sociedades descentralizadas. Mas este caso também demonstra que os académicos podem contribuir ativamente para o aprimoramento das práticas participativas, dando assim significado à sua relevância através da realização de pesquisas baseadas na prática.

Por fim, o artigo de Ignacio Bergillos apresenta, como se referiu anteriormente, uma perspetiva específica. Menos interessado em usar uma abordagem empírica/pragmática em relação à participação, o artigo “A participação enquanto talismã: uma reflexão metafórica e teórica sobre a conceptualização da participação” baseia-se numa definição peculiar (e ainda positiva) de participação, articulando-a como um amuleto ou talismã, “atribuidora de poder simbólico, fantasmagórica, obscura, estética ou valiosa” (p. 209). O autor preocupa-se com as dimensões sociais, psicológicas e fantásticas da participação, o que torna a sua contribuição altamente inovadora e até um pouco provocativa. Mas, eventualmente, também Ignacio Bergillos conclui: “a participação articula-se com o *poder*, *invoca* valores democráticos, é autêntica ou um *fetich*e, é *simbólica* ou um *mito*, requer um certo *ritual* que *capacita* e *promove o envolvimento emocional*” (p. 217).

REFERÊNCIAS

- Glynos, J. & Howarth, D. (2007). *Logics of critical explanation in social and political theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Senecah, S. L. (2004). The trinity of voice: the role of practical theory in planning and evaluating the effectiveness of environmental participatory processes. In S. P. Depoe, J. W. Delicath & M. F. Elsenbeer (Eds.), *Communication and public participation in environmental decision making* (pp. 13-33). Albany: State University of New York Press.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Fábio Ribeiro (PhD) é Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real (Portugal). Ensina nas áreas do Jornalismo (Imprensa, Rádio e Televisão) e sobre Sociologia da Comunicação. Membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, desenvolve investigação sobre média, participação, comunicação de ciência e estudos radiofónicos. Desde 2017, é vice-coordenador da secção “Rádio e Meios Sonoros” da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8071-6145>

Email: fabior@utad.pt

Morada: Escola de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Quinta de Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal

Ana Duarte Melo (PhD) é Professora Auxiliar na Universidade do Minho, onde leciona publicidade, comunicação estratégica e territorial, criatividade e guionismo. A sua investigação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) combina participação, publicidade, comunicação estratégica e territorial. Vice-chair da “Secção de Investigação em Comunicação Participativa” da IAMCR – International Association for Media and Communication Research (desde 2016), tem estado ativamente envolvida em diversos outros fóruns e publicações científicas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4598-7174>

Email: anamel@ics.uminho.pt

Morada: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Nico Carpentier é Professor Extraordinário na Charles University, em Praga, e colabora como Professor Associado, a tempo parcial, com a VUB – Universidade Livre de Bruxelas, e como Investigador Sénior na Universidade de Uppsala, na Suécia. Desenvolve investigação na Universidade de Tecnologia do Chipre e na Universidade de Loughborough, no Reino Unido. Nico Carpentier foi Tesoureiro da ECREA (2005-2012), Vice-Presidente (2008-2012) e Tesoureiro da IAMCR (2012-2016). Atualmente é o responsável pela “Secção de Investigação em Comunicação Participativa” da IAMCR.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8996-4636>

Email: nico.carpentier@fsv.cuni.cz

Morada: Charles University, Institute of Communication Studies and Journalism, Smetanovo náměstí 6, 110 01 Praha 1, República Checa

ARTIGOS TEMÁTICOS | ARTICLES 

RESGATAR A PARTICIPAÇÃO: PARA UMA CRÍTICA SOBRE O LADO OCULTO DO CONCEITO

Nico Carpentier

Instituto de Estudos da Comunicação e Jornalismo, Universidade Charles, República Checa

Ana Duarte Melo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Fábio Ribeiro

Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Centro de Estudos de Comunicação e
Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

RESUMO

Este artigo regressa a uma teorização aprofundada sobre o conceito de participação, com o objetivo de refletir sobre a natureza da participação e demonstrar alguns dos problemas inerentes às publicações que distinguem entre formas de participação claras e escuras. O ponto de partida do artigo é uma discussão sobre três limites inscritos no conceito de participação. O primeiro limite leva-nos a uma discussão antiga sobre a natureza da participação, o foco no poder e o que é incluído e excluído nestas definições. O segundo limite do conceito de participação tem como tema uma série de distinções, nomeadamente aquelas entre participação, a sua condição de possibilidade (acesso e interação) e os seus resultados. O terceiro limite que (potencialmente) estrutura a participação é da imposição da cultura democrática. Em resposta a estes debates, o artigo apresenta uma abordagem mais positiva, focada no que foi ignorado por muito tempo, a saber, as razões pelas quais a participação é importante. Aqui, o artigo fornece uma reflexão estrutural sobre as contribuições para este número da revista e constrói um modelo teórico que consiste em associar estas três lógicas, a saber, uma lógica social, política e fantasmagórica, permitindo entender melhor as razões pelas quais a participação é importante.

PALAVRAS-CHAVE

condições de possibilidade; definição de participação; cultura democrática;
limites de participação; teoria participativa; relevância da participação

RESCUING PARTICIPATION: A CRITIQUE ON THE DARK PARTICIPATION CONCEPT

ABSTRACT

This article returns to the in-depth theorisations about participation in order to reflect about the nature of participation, and to demonstrate some of the problems inherent to the publications that distinguish between light and dark (forms of) participation. The starting point of the article is a discussion on three limits embedded in the concept of participation. The first limit brings us back to the old discussion on the nature of participation, the focus on power, and what is included and excluded through its definition(s). The second limit of the participation

concept thematises a series of distinctions, namely those between participation, its condition of possibility (access and interaction) and its outcomes. The third limit that (potentially) structures participation is the limit imposed by democratic culture. In response to these debates, the article introduces a more positive approach, that focuses on what has been ignored for too long, namely the reasons why participation matters. Here, the article provides a structural reflection on the contributions to the “Rescuing Participation” special issue, and constructs a theoretical model that consists out of three logics, namely a social, political and fantasmagoric logic, allowing us to better understand why participation matters.

KEYWORDS

conditions of possibility; defining participation; democratic culture; limits of participation; participatory theory; relevance of participation

Tudo isto me leva a colocar uma questão que tem estado a pairar no nosso debate coletivo que já dura há mais de dois meses – será que existe “má participação”? O modelo proposto por Nico Carpentier oferece uma resposta, tal como eu a entendo: coloca a fasquia muito alta sobre o que conta como participação, mais um ideal do que propriamente uma realidade concreta e alcançável. A participação requer ainda uma distribuição equitativa do poder entre participantes, quando convidados a tomar uma decisão conjunta. Porém, o meu trabalho centra-se na descrição de oportunidades participativas entre diferentes instituições, comunidades, práticas, infraestruturas, como formas transitórias de luta e negociação para a promoção de uma cultura participativa. Segundo a perspetiva de Carpentier, a participação é algo que, na melhor das hipóteses, conseguimos alcançar apenas de forma imperfeita. Quanto a mim, a participação opera essencialmente em diversos graus de possibilidade. (Henry Jenkins citado por Jenkins & Carpentier, 2019a)

INTRODUÇÃO

A participação assume-se como um conceito teórico que tem vindo a flutuar sobre diferentes níveis de interesse e fascínio, o que, em parte, deriva da multiplicidade de conjunturas históricas e políticas (Carpentier, Dahlgren & Pasquali, 2013). No campo da comunicação e dos estudos dos média, os anos 1960 e 1970 foram particularmente significativos para a promoção dos direitos associados à comunicação. Enquanto a popularização da World Wide Web, nos anos 1990, potenciou o interesse pela interação e interatividades, a mudança para uma segunda geração de serviços web (geralmente referida como Web 2.0), no início do novo século, introduziu um redobrado interesse pela participação no quadro da investigação sobre Comunicação e Média.

Depois de mais de uma década após um novo fascínio pela participação, e mais concretamente na esfera da comunicação e dos média, uma nova alteração conjuntural

parece estar a emergir. Diferentes grupos na sociedade levantam constantemente questões sobre a participação, por uma série de razões. Por exemplo, alguns profissionais dos média sentem-se pressionados para auscultar o público, sem terem propriamente as condições ideais ou recursos para integrarem efetivamente a voz do público nas suas produções. Muitos formatos participativos, dinamizados pelos média, não mais serão do que estratégias encapotadas de “marketing”, pensados apenas para preencher grelhas de programação ou assegurar posições confortáveis nas audiências. Vai neste sentido a percepção de Rosa Moreno (2006), ao sublinhar que a participação do público nos média e no jornalismo assumem a configuração de um “*affaire technique*”, o que significa que as produções mediáticas entendem que os cidadãos podem servir os interesses do entretenimento, em vez de promoverem debates com verdadeiro interesse público.

Os formatos noticiosos parecem reféns de lutas ideológicas (Silva, 2013), desligados da busca pelo valor da verdade, transformando intrigas e mexericos em armas políticas. A frustração ainda se torna mais expressiva quando o resultado da participação se torna pouco substantivo, na medida em que serve os interesses de elites poderosas (ativas nos campos da economia, política ou comunicação, por exemplo), que validam assim as suas decisões. Por isso não será incomum verificar que alguns órgãos de comunicação social apresentam secções lotadas de comentários, com páginas web repletas de ódio e preconceito, com utilizadores que escrevem mais do que propriamente ouvem e leem, frustrando aquilo que seria eventualmente desejável num debate coletivo e racional. Estes espaços de comentário envolvem uma grande fatia da atenção e mobilização do público, como demonstram Stroud, Duyn e Peacock (2016). Para além da esfera mediática, os governos são por vezes visados por exércitos de *trolls* e de outras formas de resistência, que colocam em causa a representatividade democrática tradicional, colocando o “povo” como uma ameaça à democracia e não como uma parte integrante da mesma. De um ponto de vista bastante ideológico, a falta de confiança na capacidade dos cidadãos no envolvimento em práticas democráticas é apenas uma parte da mudança na crença num sistema de uma elite cada vez mais forte, um pensamento que calibra a relação entre o povo e as “suas” elites.

Estes acontecimentos recentes motivaram a publicação de diversos trabalhos sobre o lado oculto da participação ou, por outra perspetiva, da participação negativa. Mesmo que estas publicações não utilizem grande suporte teórico, colocando a ênfase da negatividade em diversos aspetos da participação, existem sinais claros que apontam para uma reconfiguração da participação com evidentes problemas. Por exemplo, no artigo de Tzur, Zalmanson e Oestreicher-Singer (2016), “The dark side of user participation”, discute-se de que forma os componentes interativos dos websites podem reforçar a confiança nestes espaços, ao mesmo tempo que se levanta a dúvida sobre a instrumentalização da participação neste âmbito; o artigo de Bouchard (2016), “The dark side of public participation”, centra-se no caso da Lei da Prostituição canadiana e no modo como a consulta pública online legitimou as decisões do governo. Já o trabalho de Lutz e Hoffman (2017), intitulado “The dark side of online participation”, procura sistematizar uma tipologia de práticas participativas, incluindo uma variedade de categorias que definem a natureza

negativa ou indesejável da participação online, como o envolvimento destrutivo, a imposição involuntária, o silenciamento, a autocensura e a exclusão. Por fim, os artigos de Quandt (2018) e Frischlich, Boberg e Quandt (2019) utilizam o conceito de participação oculta numa crítica sobre as origens primitivas do jornalismo, ligado “à recente onda de populismo nas democracias ocidentais” e “que se caracteriza por contribuições negativas, egoístas ou mesmo profundamente sinistras” (Quandt, 2018, p. 40)

Este artigo procura seguir um caminho diferente, na medida em que procura regressar a uma certa teorização sobre participação – que existe, claramente, como sugere a citação de abertura deste trabalho (Jenkins & Carpentier, 2019a) – para refletir sobre a natureza deste conceito e demonstrar alguns dos problemas que diversas publicações apontam quando distinguem entre formas de participação moderadas e ocultas. Com este trabalho procura-se, ainda, introduzir uma perspetiva mais positiva, que se foca numa abordagem que tem vindo a ser ignorada e que se relaciona com a pertinência da participação. Neste sentido, defende-se que a legitimação da participação é necessária e deveria ser validada de um modo mais robusto, para não se cair numa lógica de argumentos bem-intencionados. Consideramos, portanto, que é necessário dinamizar mais estudos académicos que protejam, defendam e resgatem a participação.

DEFINIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Um dos pontos naturais neste debate consiste na discussão sobre o conceito de participação. De acordo com vários estudos nesta área (Carpentier, 2011, 2016, 2017), a participação define-se estruturalmente por diferentes significados, consoante as mais distintas tradições teóricas e históricas, o que tem vindo a promover uma certa imprecisão em torno deste termo. Ainda assim, duas abordagens podem ser apresentadas, que sugerem diferentes perceções sobre o conceito de participação.

Por um lado, a abordagem sociológica define participação como uma forma de fazer parte de uma determinada realidade, o que resulta numa interação social concreta. Dependendo do campo considerado, entende-se por participação a visita a um museu, a prática de uma modalidade desportiva, ver televisão, marcar presença no espaço online, entre outras possibilidades.

Por outro, uma abordagem política sobre participação encara o conceito como uma forma de partilhar o poder. Esta perspetiva baseia-se na teoria democrática, um sistema político que sempre se definiu na tensão entre representação (ou delegação do poder) e a participação (ou o exercício do poder) (Held, 1996). No entanto, estas linhas de pensamento não significam que a participação seja apenas um desiderato da política institucionalmente concebida. O trabalho de Arnstein (1969), “A ladder of citizen participation”, surge como um destes exemplos concretos, na medida em que enquadra a participação dos cidadãos no planeamento urbano, uma área com evidentes conotações políticas, mas que o artigo procura transcender. Por isso, no artigo, reflete-se sobre a forma como os residentes de um determinado local enfrentam as estratégias de poder e das elites que lhes reduzem as capacidades de intervir. Ainda assim, Arnstein estabelece

um percurso – a escada da participação – que vai desde a não participação ao *tokenismo*, como uma forma própria de definir este conceito. Outros exemplos que seguem esta perspetiva podem incluir outras dimensões que não se relacionam com a política institucionalizada, através do estudo sobre a participação nos meios de comunicação comunitários (Carpentier, 2017; Howley, 2005), da participação como um processo de transformação e mudança social (Dekker & Uslaner, 2003; Tufte, 2017), da participação no campo das ONG (Oliveira, Duarte Melo & Gonçalves 2016), a intervenção do cidadão na medicina (Guadagnoli & Ward, 1998), dos estudantes na educação (Taylor & Robinson, 2009), dos trabalhadores em contexto laboral em articulação com o patronato (Pateman, 1970), a participação no quotidiano (Bakardjieva, 2003, 2012), no consumo (Hyman & Tohill, 2017), na publicidade (Duarte Melo & Duque, 2018) e na produção artística (De Bruyne & Gielen, 2011), entre tantos outros exemplos possíveis.

Esta perspetiva política sugere imediatamente a distinção entre participação e interação social, onde a participação se torna numa forma de tornar as relações de poder equitativas, num contexto de decisões formais e informais, em distintos aspetos da sociedade, incluindo os média (e.g., Wasko & Mosco, 1992). A interação (e o acesso) continuam a ser essenciais à procura deste equilíbrio do poder, mas nunca poderão ser as características definidoras da participação. Tanto o acesso como a interação são necessários e desempenham um papel significativo nos processos de participação, mas não constituem por si só condições suficientes para que a participação se concretize, já que esta requer uma efetiva redistribuição do poder. Este entendimento teórico não implica, de modo algum, que a interação seja socialmente irrelevante, pelo contrário. A interação é uma dimensão vital importante na sociedade, na medida em que é responsável por promover a coesão social (Dekker & Uslaner, 2003; Tufte, 2017). Em todo o caso, deve reconhecer-se que a interação social nem sempre é positiva ou benevolente. Afinal de contas, até a guerra é uma forma de interação social.

OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO

Enquanto a perspetiva sociológica aponta praticamente a participação como um conceito sem limites, a abordagem política impõe barreiras concretas. A discussão sobre estes limites poderá ser útil para compreender melhor os problemas relacionados com a participação negativa/obscura. Este tipo de argumento enquadra-se preferencialmente na perspetiva política da participação, uma vez que é a partir desta inspiração teórica que se define a natureza daquilo que se inclui ou exclui neste conceito. Neste sentido, discute-se a prática democrática da participação e a retórica não-democrática da participação.

Este primeiro limite leva-nos a uma reflexão antiga sobre a natureza da participação e aquilo que as várias definições têm vindo a excluir neste âmbito. Por exemplo, Arnstein (1969, p. 216) relacionou a participação explicitamente com o poder, referindo que “a participação é a categoria que define o poder atribuído aos próprios cidadãos”. Na mesma página, a autora explica, com mais detalhe, a sua perspetiva:

consiste na redistribuição do poder que permite a integração futura dos cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos. A participação é uma estratégia em que estes indivíduos excluídos se juntam na partilha de informação, da procura por objetivos, da definição de políticas, dos recursos e impostos a alocar, dos programas a desenvolver e dos benefícios relacionados com a contratualização das condições laborais entre funcionários e o patronato. (Arnstein, 1969, p. 216)

A escada da participação, proposta por Arnstein, organiza-se em torno de três categorias principais (poder, *tokenismo* e não-participação), oito níveis e apenas o primeiro (poder) se considera como participação. Em teoria, a escada de Arnstein dirige-se essencialmente ao território excluído pelo conceito de participação, longe de considerações de senso comum e da retórica política sobre participação. Esta argumentação torna-se bastante evidente quando a autora define a categoria da não-participação, composta por dois níveis: a manipulação e a terapia. Deste modo, o objetivo destas práticas participativas consiste em, aparentemente, “promover a atribuição de poder aos participantes para que possam ser “educados” ou “convertidos”, em vez de lhes atribuir responsabilidades no planeamento ou condução de programas” (Arnstein, 1969, p. 217). Este argumento repete-se na segunda categoria, o *tokenismo*, composto por três níveis: informação, consulta e conciliação. Tomando a consulta como exemplo: baseia-se no convite que se faz aos indivíduos para dizerem o que pensam, no entanto, para Arnstein, este nível “é ainda uma espécie de engodo, uma vez que não oferece garantias absolutas de que as preocupações e os anseios dos participantes serão levados em conta (1969, p. 219). Mesmo se concordássemos que a escada de Arnstein permite uma divisão clara entre participação e não-participação (veja-se Carpentier, 2016, para uma crítica), deveríamos assumir igualmente que o trabalho da autora ensaia aquilo que pode ser descrito como participação “negativa” e “oculta”, dimensões estas que estão longe daquilo que pode ser definido como participação.

Este argumento será desenvolvido mais tarde quando se abordar o elemento central da definição de participação (na perspetiva política), nomeadamente na “redistribuição de poder” (Arnstein, 1969, p. 216) e na “equalização de relações de poder” (Carpentier, 2011, p. 354). Em primeiro lugar, estas definições apresentam a ideia de poder – pelo menos numa perspetiva foucauldiana – como uma realidade que transgride a categorização entre “positivo” e “negativo”, entre “transformador” e “restritivo”. Para Foucault, o poder é produtivo. Seguindo as próprias palavras do autor:

devemos, de uma vez por todas, eliminar a descrição negativa dos efeitos do poder: porque exclui, reprime, censura, ignora, disfarça ou se apropria. De facto, aquilo que o poder faz é produzir; produz uma realidade; produz territórios para os objetos e rituais de verdade. (Foucault, 1991, p. 194)

No entanto, esta é apenas uma parte do argumento, uma vez que a natureza produtiva do poder não ignora necessariamente o potencial transformador e/ou restritivo do poder.

Esta ideia leva-nos à teoria democrática, bem como à conceção da democracia – com a sua redistribuição do poder –, como uma posição normativa e particular de que a redistribuição do poder deve ser ética e equilibrada. Assim, recordamos um dos ensaios clássicos de Dewey (1888), *The ethics of democracy*, onde o autor defende: “numa palavra, a democracia é social, isto é, uma conceção ética na qual se baseia o seu significado governativo. A democracia é uma forma de governo simplesmente porque é uma associação moral e espiritual” (Dewey, 1888, p. 18).

Aparentemente, a posição normativa da democracia sugere que a centralização de comportamentos radicais de grupos particulares (elites) assume uma vertente pouco ética, ao contrário da descentralização, manifestamente ética. Paralelamente a este argumento, podemos encontrar alguns discursos sobre o Período das Luzes, que se focam na equidade e fraternidade (e irmandade), responsáveis por eliminarem relações de poder desequilibradas. Numa formulação mais otimista, as relações de poder equilibradas podem ser consideradas éticas, porque permitem aos indivíduos a obtenção e manutenção do controlo – até certo ponto – sobre as suas vidas quotidianas, de acordo com modos autónomos de partilha do espaço comum.

Deste modo, não deverá ser ignorado o facto de que o estabelecimento e manutenção da democracia foi objeto de lutas políticas intensas. Como Perry (1973, p. 87) descreveu: “durante muitos séculos a democracia, enquanto conceito e ideal, esteve bastante mal reputada, porque as experiências negativas convenceram os intelectuais de que o regime democrático era um sonho fraudulento, prestes a ser conduzido ao desastre”. Este conflito político foi parte da consolidação do conceito de democracia, sustentado entre as ideias de representação e participação e sujeito a um escrutínio contínuo (e legítimo) da atividade político-democrática. Na verdade, no campo das ideologias democráticas podemos encontrar modelos que pretendem calibrar a dimensão participativa (e.g., a democracia participativa), enquanto outros entendimentos sugerem o inverso (e.g., a democracia representativa). Assim, “uma democracia competente apela a um combate vibrante entre diferentes posições políticas democráticas” (Mouffe, 2000, p. 104), ainda que, ao mesmo tempo, se exija um reforço do estabelecimento da hegemonia democrática ou, por outras palavras, da hegemonização da *ideia* de democracia como intrinsecamente ética.

Esta articulação entre a democracia e a ética também influencia a componente participativa, uma vez que se garante, neste ponto, a defesa da normatividade e propagação da democracia. Mesmo se forem contestados os diferentes graus e intensidades da participação, a ideia de participação – em contexto democrático – é profundamente ética. E, neste sentido, os conceitos de participação “negativa” ou “oculta” são manifestamente contraditórios. Por isso, o argumento pode (e deve) focar-se na existência de diferentes intensidades participativas que são objeto de luta político-democrática legítima, mas num ambiente onde a democracia é o regime hegemónico, a ideia de participação é, ela mesma, profundamente ética – desde uma participação minimalista à maximalista (Carpentier, 2011), ou da participação frágil à robusta [baseada na distinção de Barber (1984) entre democracia frágil e robusta].

O segundo limite do conceito de participação refere-se a duas distinções cruciais. Primeiramente, a distinção entre acesso, interação e participação, ensaiada anteriormente neste artigo. Se a participação é entendida como a tentativa de equilibrar relações de poder, sobra um espaço considerável entre acesso e interação, por um lado, e participação, por outro. Esta dicotomia não torna menos legítimos o acesso e a interação, apenas os define como condições necessárias – mas insuficientes – para a concretização da participação. O acesso é vital para a prática participatória, enquanto a interação requer a presença de diferentes atores (participantes) no processo, através da mediação de espaços e objetos. A interação refere-se igualmente ao estabelecimento de relações sociais e comunicativas. A interação é francamente necessária neste quadro participativo, na medida em que os cidadãos necessitam de espaços e objetos para interagirem entre si. No entanto, existem diversas formas de interação possíveis e nem todas são participativas. Para resumir a ideia, dir-se-ia que um conflito violento é bastante interativo, porque consiste na tentativa de atingir outros indivíduos, num determinado campo de batalha ou através de um míssil balístico. Mas não é participativo.

Existe também uma segunda distinção particularmente relevante neste contexto, que se relaciona com as diferenças entre a participação e os resultados da participação. A participação consiste, num ponto de vista formal ou informal, num processo de tomada de decisão, envolvendo diversos atores em diversas constelações de poder que procura equilibrar e corrigir uma redistribuição adequada do poder. Para ilustrar esta perspetiva, poder-se-ia recorrer a um exemplo de um projeto de investigação sobre a participação dos jovens e o potencial transformador dos conflitos (Yüksek & Carpentier, 2018): a participação dos jovens relaciona-se com a inclusão dos mais novos nos processos de tomada de decisão com o objetivo de corrigir o poder debilitado que este grupo tem na sociedade – muitas vezes pela lógica inerente ao idadismo, que leva a atribuir um poder privilegiado aos adultos. Com a promoção da participação dos jovens neste quadro, pretende-se ajustar estes desequilíbrios entre os diversos poderes. No entanto, há que distinguir entre os resultados e os próprios processos, necessariamente diferentes num nível normativo.

Por outras palavras, os resultados dos processos participativos não são naturalmente benéficos ou benevolentes, independentemente da ética positiva inerente à descentralização das relações de poder. Mesmo que possamos atribuir à participação uma dimensão ética, à partida, isso não significa que os resultados dessa ação sejam naturalmente éticos. Ainda que grande parte da investigação e da teoria que rodeiam o conceito de participação admitam essa possibilidade, os resultados dos processos participativos dependem, forçosamente, da autoestima pessoal, da confiança, dos conhecimentos, das aptidões, do status, do envolvimento social, dos níveis de felicidade ou de justiça, como sugeriu o trabalho de Huesca (2008). Assim depreende-se que os benefícios da participação não podem ser garantidos *a priori*, uma vez que os resultados da participação podem ser frustrados ou resultar em conflitos pessoais, derivados de decisões pouco esclarecidas ou do caos generalizado a nível social. Uma análise detalhada às diferentes circunstâncias que influenciam os resultados da participação extravasa as

ambições deste artigo. No entanto, os últimos exemplos ilustram uma lista de possibilidades concretas de uma participação que pode não apresentar qualquer dimensão ética. Mesmo se o processo de participação envolver resultados negativos, não significa que não tenha havido preocupações éticas na sua definição e constituição.

O terceiro limite é o mais difícil e contestado, porque sugere uma discussão altamente relevante no contexto da participação negativa/obscura. Ao analisarmos a participação através da lente democrática, também a democracia impõe um limite a este conceito, uma vez que a participação apenas decorre dentro do espírito deste campo político. Embora a democracia não esteja restrita à política institucionalizada, pode desempenhar um papel importante em diversos ambientes sociais. Uma forma de ilustrar este ponto – tal como fizeram Jenkins e Carpentier (2019b) – passa por criar uma situação hipotética: imaginemos um processo de decisão perfeitamente descentralizado, que se destina a decidir sobre a forma como se irá cometer o homicídio de uma determinada pessoa. Numa formulação mais provocativa: pode um massacre ou um linchamento público ser considerado participativo? Parece difícil reconhecer uma natureza participativa nestes comportamentos, o que levantará naturalmente outras questões ou dúvidas.

Não se debate apenas o resultado do processo, o que retoma considerações sobre o segundo limite apresentado. O problema refere-se ao objeto da decisão, que se situa fora do ambiente democrático, em articulação (mas não restrito) à prática participativa que a envolve. A teoria democrática lida com a duas formas de entender este regime político: a democracia processual e a democracia substantiva (veja-se Shapiro, 1996, p. 123). No primeiro caso, o processo é considerado democrático enquanto decorre um determinado procedimento. O dilema da deportação evidencia uma limitação importante nesta argumentação, porque os processos democráticos podem ser utilizados para decidir sobre a deportação de uma minoria. Por isso é que se entende que a democracia substantiva poderá servir de complemento a este primeiro modelo, na medida em que se caracteriza pelo respeito de uma série de valores, especialmente de Direitos Humanos. Esta argumentação também pode ser útil à participação, legitimando a necessidade de conjugar aspetos processuais e substantivos. O conflito agonista (Mouffe, 2013a) enquadra-se perfeitamente nesta perspetiva de participação, embora o conflito antagónico/violento se torne irreconciliável com a participação. Esta linha de pensamento traz-nos à discussão sobre a participação negativa/obscura, como um dos vários problemas sociais associados à captura deste tipo de comportamentos, que são considerados participativos mas que não serão mais do que formas antagónicas (e simbólicas) de violência.

UMA PERSPETIVA POSITIVA: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Mesmo se a participação negativa/obscura assumir uma certa problemática conceptual, existe ainda o risco de se considerar estes conceitos como realidades que respiram por si próprias, o que produz efeitos negativos na democracia. Este argumento não representa uma crítica em si mesmo, mas procura favorecer a promoção de uma crítica

que possa ser teórica e conceptualmente bem fundamentada. Anteriormente defendeu-se que a participação assume intrinsecamente uma vertente ética, numa perspetiva democrática, e que as perversões sobre este conceito são apenas isso mesmo: perversões.

Do mesmo modo, parece ser interessante refletir sobre as razões pelas quais a participação negativa/obscura tem vindo a ganhar protagonismo. Uma das razões plausíveis prende-se com a insuficiente capacidade da teoria da participação, que ainda não conseguiu sustentar a importância sociopolítica da participação. Este volume da revista *Comunicação e Sociedade* toma como inspiração este preceito, de colocar a tónica numa possível remediação do problema, oferecendo uma perspetiva mais positiva sobre a participação, que não se foque nos limites deste termo, mas que apresente explicitamente por que razão a participação importa.

Esta linha de pensamento inspira-se igualmente na proposta desenvolvida por Glynos e Howarth (2007), onde se distinguem três lógicas: a política, social e a lógica fantasmagórica (ver Tabela 1). As origens da teoria do discurso e do pós-estruturalismo orientam este modelo, por isso talvez seja conveniente explicar estes três níveis. De acordo com Glynos e Howarth, a política é o habitáculo do conflito, da contestação e das lutas de poder, porque o mundo em que vivemos é fértil em diferenças radicais. O social é o lugar onde a política temporária respira e sedimenta práticas estabilizadas, mas que podem ser sempre reforçadas pela esfera política. Finalmente, a lógica fantasmagórica “oferece meios para entender as justificações pelas quais certos assuntos e práticas surgem com muita intensidade no espaço público” (Glynos & Howarth, 2007, p. 145). É aqui que reside o mundo das fantasias e derivações.

LÓGICAS	ARGUMENTOS
Política	O argumento protetivo
	O argumento agonista
	O argumento de Direitos Humanos
Social	O argumento educacional ou de desenvolvimento
	O argumento da integração
Fantasmagórica	O argumento da fruição
	O argumento da condução

Tabela 1: Lógicas e argumentos a favor da importância da participação

A lógica política permite-nos pensar na relevância da participação a partir das lutas de poder entre elites e os restantes cidadãos. Um dos argumentos recorrentes a favor da participação relaciona-se com a chamada proteção do sistema democrático [ver a discussão de Held (1996, p. 45) sobre o republicanismo], onde a relevância da participação se justifica pela necessidade de proteger o cidadão comum das elites poderosas e opressoras. Como a concentração do poder é vista como pouco ética, indesejável ou perigosa – porque não consegue representar a diversidade social, os interesses e tendencialmente serve os interesses das elites – a participação torna-se necessária para proteger as pessoas. Strauss sistematiza assim este argumento:

uma sociedade política cumpre a sua função através do poder político, capaz de ameaçar a segurança daquilo que está consolidado e estabilizado. Para evitar este perigo, a maioria deve partilhar e medir a sua capacidade relativamente ao poder público. (Strauss, 1978, p. 278)

Neste volume da revista *Comunicação e Sociedade*, vários artigos utilizam, indiretamente, este mesmo argumento. Rose Marie Santini e Hanna Carvalho refletem sobre a responsabilidade que as práticas participativas operam na sociedade, como mecanismos capazes de proteger a cidadania. Também o artigo de Sofia Lindström Sol, em que se aborda a participação do cidadão no contexto cultural, ilustra o argumento anteriormente apresentado, na medida em que a autora apresenta uma análise sobre a necessidade de uma maior autonomia no campo das artes, bem como da transparência (financeira) das políticas públicas para esta área. Este trabalho apela, a partir de um estudo de caso, a que a participação do público na arte possa ser uma realidade mais consistente.

Existem ainda mais duas contribuições que reforçam esta perspetiva (tradicional) e protetiva, não limitada à proteção da cidadania contra um Estado potencialmente tirano. O artigo de Maria Fernandes-Jesus, Eunice Castro Seixas e Anabela Carvalho apresenta a primeira variação deste argumento, com uma suposta crise da democracia representativa, pelo que as autoras argumentam que as práticas participativas reforçam a capacidade protetiva da democracia, de cidadãos perante forças políticas que os podem enfraquecer. Neste trabalho refere-se, mais especificamente, que “as questões de acesso, legitimidade, e influência podem contribuir para a revitalização da democracia, se forem baseadas na confiança, abertura, transparência e em noções de justiça” (p. 76). O artigo de Miren Gutierrez apresenta a “datificação de tudo” para colocar os diversos problemas e desafios que se colocam à sociedade, originando múltiplos comportamentos e atores, não apenas da responsabilidade do Estado. “A participação dos cidadãos na infraestrutura de dados” (p. 49) é, segundo este trabalho, suportada por uma “agência cognitiva e literacia de dados como pontos de entrada” (p. 50). De acordo com a tipologia anteriormente apresentada, este é claramente um argumento protetivo da participação.

O argumento agonista apresenta uma variação relativamente ao protetivo, na medida em que vê a participação como uma ferramenta para dinamização de uma maior variedade de vozes no espaço público, o que pode facilitar a confrontação (não violenta) de oportunidades para o diálogo e o debate. Uma das principais ideias, sublinhe-se, reside no ambiente democrático que deverá nortear o conflito. Citando Mouffe (2013b, p. 185), “a especificidade da democracia moderna requer o reconhecimento e a legitimação do conflito; nas sociedades democráticas o conflito nunca poderá e deverá ser erradicado”. Ao mesmo tempo, “as políticas democráticas requerem” o agonismo, que implica “que outros não sejam vistos como inimigos a destruir, mas adversários cujas ideias devem ser discutidas e rebatidas, mesmo que ferozmente, sem que o direito a defender uma determinada posição seja sequer questionado” (Mouffe, 2013b, p. 185).

O artigo de Rodrigo Lacerda apresenta uma abordagem original do argumento agonista ao focar-se no ativismo de certos grupos étnicos relativamente à defesa do

património histórico, em São Miguel (Brasil). Como o próprio autor descreve, o artigo é centrado na “a ontologia e a cosmologia Guarani, originando um ‘fórum híbrido’ (Harrison, 2013) em que humanos, não humanos e coisas participaram de modo a constituir uma democracia mais dialógica que tem em consideração diferentes modos de construir o mundo” (p. 160). É num sentido idêntico que surge o trabalho de Kurniawan Adi Saputro e Bari Paramarta Islam, ao demonstrar a capacidade de comunidades particulares para a comunicação de identidades e histórias, através do recurso a vídeos que incluíram toda a comunidade. Os autores evidenciam, deste modo, como as intensidades participativas podem decorrer num ambiente cultural e comunitário, seguindo diferentes formas e géneros comunicativos.

O artigo de Anna Zaluczkowska aproxima-se de um entendimento explícito do agnismo como um argumento diverso, uma vez que são descritas as formas pelas quais as diferentes vozes do público podem integrar uma narrativa, que a autora define como “narrativa negociada”, que “reconhece as formas em que as narrativas podem ser desviadas para promover determinado ponto de vista e sugere que a tomada de decisão discursiva enquanto elemento central da criação participativa da história reduz a probabilidade de tal acontecer” (p. 203).

Por fim, um último argumento, no quadro de uma lógica política, onde se articula a participação com um dos Direitos Humanos. A participação no campo da política institucionalizada tem vindo a ser incluída em diversos documentos fundamentais, especialmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, e do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966. Por exemplo, no artigo 21º da DUDH pode ler-se que “toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos”, seguindo-se o ponto 3 que refere que “a vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos”. O artigo 25º do PIDCP apresenta uma perspetiva idêntica (veja-se Fox, 1992, Peter, 2013, Steiner, 1988, para uma reflexão). A ideia subjacente à articulação da participação (política) como um direito humano assenta na perspetiva de que “direitos morais que as pessoas possuem são salientados pela sua humanidade” (Peter, 2013, p. 2). Contudo, esta aproximação aos Direitos Humanos requer uma abordagem a uma lógica política, na medida em que estes não estão imunes à crítica, bem como a discussão sobre as intensidades participativas ou os degraus da redistribuição do poder. Como refere Peter (2013, p. 11) – ver também Steiner (1988, p. 86) –: “a cláusula da participação enquanto tomar parte é demasiado vaga num determinado sistema político e deve ser solucionada pelo direito de participar nos processos políticos deliberativos”. Para além disso, as discussões sobre os direitos de comunicação mostram (ver Carpentier, 2011, p. 88, para uma perspetiva) que existe igualmente uma luta política sobre a extensão dos direitos participativos noutros campos sociais.

A lógica social representa dois tipos de argumentação que evidenciam a importância da participação. Em primeiro lugar, o argumento educacional ou de desenvolvimento, que retoma considerações de Rousseau ou Wollstonecraft e, depois, de Marx e Engels, ainda que Held (1996, p. 45) tenha igualmente apontado que os filósofos da Grécia

Antiga já se preocupavam com estas questões, como demonstra o trabalho de Marsílio de Pádua. Este argumento sublinha que os cidadãos apenas se tornam efetivamente como tal através da concretização da participação. Isto surge na obra de Pateman (1970, p. 25), quando se refere ao trabalho de Rousseau e cruza com Plamenatz, que escreveu: “[Rousseau] muda as nossas ideias (...) ao considerar que a ordem social afeta a estrutura da personalidade humana” (Plamenatz, 1963, p. 440). Pateman prossegue nesta linha sinalizando o modelo democrático de Rousseau, que propõe o desenvolvimento individual e político através do processo participativo, onde “o indivíduo aprende que a palavra ‘outro’ deve ser igualmente aplicada a ele próprio (...) ele aprende a ser um cidadão com responsabilidades públicas, mas também privadas” (Pateman, 1970, p. 25).

A participação importa, portanto, porque produz cidadãos que estão ativamente envolvidos na sociedade, contribuindo para a felicidade das circunstâncias sociais (Oreg et al., 2011, p. 491).

A participação também se torna relevante em ambientes institucionais, constituindo-se numa forma de consolidar e estabilizar a sociedade. Este argumento relativo a uma ideia de integração parte do pressuposto que os processos participativos criam zonas de contacto (Allport, 1954; Pratt, 1991) que permitem o desenvolvimento da compreensão mútua entre grupos privilegiados e menos privilegiados na sociedade. A participação potencia a confiança e o sentimento de pertença (Oreg et al., 2011, p. 491). Os processos participativos incluem igualmente momentos de reconhecimento dos grupos mais desfavorecidos, cujas vozes tendem a ser integradas para equilibrar as relações de poder. Em certo sentido, estes processos participativos podem ser vistos como um antídoto à ideia de Spivak (1988), que defendia que os subalternos não podem falar (ou ser ouvidos). A participação resgata os subalternos de uma existência invisível, promovendo a sua própria identidade.

O artigo de Vitor Tomé, Paula Lopes, Bruno Reis e Carlos Pedro Dias desenvolve uma argumentação tanto educacional como integradora. Os autores defendem que a participação dos alunos na produção de conteúdo mediático aumenta o envolvimento entre estudantes e reforça as identidades de um grupo:

a participação social das crianças aumentou, dentro e fora da escola, em articulação com docentes, famílias e comunidade. (...) Tendo em atenção as perceções das professoras, a interação entre os contextos formal, não-formal e informal contribuiu para moldar as práticas de cidadania das crianças.

O terceiro argumento favorável à ideia de participação, a lógica fantasmagórica, enfatiza a importância da participação pela satisfação que esta produz. O argumento da fruição reveste-se, portanto, desta ideia bastante simples, de que a participação e o envolvimento normalmente provocam uma agradabilidade junto de quem a promove e dinamiza. Naturalmente que esta agradabilidade não está isenta de problemas, sobretudo se for objeto de uma nova apropriação das elites. Não se trata apenas do “campo da ordem de significação, mas do grande Outro”, que é “invadido por uma corrente pré-simbólica de fruição (real)”, mas que entretanto “se torna envolvido na rede de significação (...) [e]

o corpo submete-se à castração”, como referiu Žižek (1989, p. 136). Existe igualmente uma ideia de participação associada à excecionalidade, quando outras elites tentam repor a sua autoridade. Por isso surgem situações onde a participação maximalista revela lugares utópicos (ou melhor, “lugares jamais habitados”), que se tornam inalcançáveis e vazios, mas que se aproximam a uma ideia da fruição do envolvimento participativo.

O segundo argumento inserido na lógica fantasmagórica, o argumento da condução, não se foca na satisfação que a participação promove. Este entendimento pode ser interpretado como uma versão positiva da proposta de Nietzsche sobre a vontade do poder. Como o próprio (1968, p. 404) admitiu, a vontade de dominar desempenha uma função essencial na condução da sociedade, embora esteja conotada com a dominação e o controlo: “não existe escolha: o poder está no topo ou fica remetido aos que estão no fundo, como vermes, desprezados e aniquilados. Para se ser tirano, há que defrontar os tiranos, i.e., *livremente*”. A teoria da participação partilha a ideia de que o poder é fundamental para a condução da sociedade, ainda que (obviamente) articulada com a predisposição para tal, na medida em que a vontade para o exercício do poder não pode ser dominada ou controlada, tal como sucede com a redistribuição do poder. Se o conceito de participação assumir a necessidade do desejo de uma autonomia contextualizada, o desempenho participativo será mais frutífero. O mesmo sucede inversamente: a frustração na redistribuição do poder como exercício de uma autonomia contextualizada gera riscos perversos, desde a apatia à revolta.

Neste volume da revista, no artigo “A participação enquanto talismã: uma reflexão metafórica e teórica sobre a conceptualização da participação”, de Ignacio Bergillo, apresenta-se a definição de participação como um talismã, o que revela um fascínio fantasmagórico sobre este conceito. Neste sentido, este trabalho demonstra o tipo de argumentação que favorece o conceito de Lacan sobre a fantasia, bem como os de ritualização e atração estética subjacentes à participação. O autor conclui que

se entendermos a participação como um talismã, podemos protegê-la, resgatá-la, ao reforçarmos a crença no seu potencial. Ao recuperarmos a fé no seu poder, iremos ficar mais bem preparados para a democracia emocional e sentimental (Arias Maldonado, 2016; Wahl-Jorgensen, 2018) em que vivemos hoje. (p. 218)

UMA BREVE CONCLUSÃO

Este artigo expressa uma preocupação profunda sobre a necessidade de uma maior teorização sobre participação. Na verdade, este conceito lida com a dificuldade de abordagens simplistas sobre o termo, do senso comum, algo que até poderá ser tentador, mas não será certamente o mais adequado quando se pretende abordar com mais detalhe em que consistem as práticas participativas. Uma das formas de potenciar a reflexão sobre este conceito passa por distingui-lo de interação e envolvimento, com o objetivo de tornar mais sofisticada a teorização. Todos estes conceitos podem apontar

na mesma direção, mas isso não será necessariamente profícuo, uma vez que muitas destas realidades podem ajudar a compreender melhor a conjuntura atual.

Embora não se pretenda diminuir a importância de uma abordagem sociológica sobre participação, este artigo privilegia a abordagem política, que está intrinsecamente relacionada com a teoria democrática, que oferece uma dimensão teórica e conceptual mais robusta ao termo. Esta opção teórica resulta em que a relação entre participação e democracia esteja mais exposta, sujeita a uma dimensão ética que versa igualmente sobre uma participação negativa/obscura. Esta será eventualmente uma perversão da participação que não poderá deixar de estar inscrita na definição deste conceito.

Estas reflexões sobre a natureza intrinsecamente ética também levantam a questão importante sobre os limites conceptuais da participação. Se a participação é assim tão importante, como é que podemos defendê-la? De que forma os cidadãos devem ser motivados a participar? Como é que atribuímos relevância à participação? Inúmeras publicações sobre a participação destacam frequentes argumentos favoráveis a uma sociedade mais participativa, ao mesmo tempo que alguns autores advogam o contrário. As duas posições revelam idênticos problemas. A primeira porque integra suposições que funcionam contra a ideia e as práticas de participação. A natureza ética da participação precisa de ser argumentada, o que será um bom exercício académico e democrático. Este artigo trabalha na modesta esperança de contribuir para esta legitimação e clarificação. A segunda, ao argumentar que a participação, por vezes, está envolta numa aura negra, também é problemática, não só porque assenta em conceções frágeis sobre participação, mas também porque corre o risco de se tornar um forte aliado daquelas vozes que procuram favorecer a centralização das relações do poder, promovendo inadvertidamente forças que atacam a natureza própria da democracia. Talvez seja precisamente aqui, neste ponto, onde se aniquila a verdadeira essência da participação.

Tradução: Fábio Ribeiro e Ana Duarte Melo

REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Nova Iorque: Perseus Books.
- Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224. <http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Bakardjieva, M. (2003). Virtual togetherness: an everyday-life perspective. *Media, Culture & Society*, 25(3), 291-313. <https://doi.org/10.1177/0163443703025003001>
- Bakardjieva, M. (2012). Subactivism: lifeworld and politics in the age of the internet. In *(Re) Inventing the internet* (pp. 85-108). Leiden: Brill Sense.
- Barber, B. (1984). *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press.
- Bouchard, N. (2016). The dark side of public participation: participative processes that legitimize elected officials' values. *Canadian Public Administration Publique du Canada*, 59(4), 516-537. <https://doi.org/10.1111/capa.12199>

- Carpentier, N. (2011). *Media and participation: a site of ideological-democratic struggle*. Bristol: Intellect.
- Carpentier, N. (2016). Beyond the ladder of participation: an analytical toolkit for the critical analysis of participatory media processes. *Javnost – The Public*, 23(1), 70-88. <https://doi.org/10.1080/13183222.2016.1149760>
- Carpentier, N. (2017). *The discursive-material knot: Cyprus in conflict and community media participation*. Nova Iorque: Peter Lang.
- Carpentier, N., Dahlgren, P. & Pasquali, F. (2013). Waves of media democratization: a brief history of contemporary participatory practices in the media sphere. *Convergence*, 19(3), 287-294. <https://doi.org/10.1177/1354856513486529>
- De Bruyne, P. & Gielen, P. (Eds.) (2011). *Community art: the politics of trespassing*. Amesterdão: Valiz.
- Dekker, P. & Uslaner, E. M. (2003). *Social capital and participation in everyday life*. Londres: Routledge.
- Dewey, J. (1888). *The ethics of democracy*. University of Michigan, Philosophical Papers, Second Series, Number 1. Michigan: Andrews & Company Publishers.
- Duarte Melo, A. & Duque, M. (Eds.) (2018). *ParticipAD – participatory advertising: a global perspective with a Latin American focus*. Braga: CECS.
- Foucault, M. (1991). *Discipline and punish: the birth of the prison*. Londres: Penguin.
- Fox, G. (1992). The right to political participation in international law. *Yale Journal of International Law*, 17, 539-607.
- Frischlich, L., Boberg, S. & Quandt, T. (2019). Comment sections as targets of dark participation? Journalists' evaluation and moderation of deviant user comments, *Journalism Studies*, 20(13). <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1556320>
- Glynos, J. & Howarth, D. (2007). *Logics of critical explanation in social and political theory*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Guadagnoli, E. & Ward, P. (1998). Patient participation in decision-making. *Social Science & Medicine*, 47(3), 329-339.
- Held, D. (1996). *Models of democracy*. Cambridge and Stanford: Polity Press and Stanford University Press.
- Howley, K. (2005). *Community media: people, places, and communication technologies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huesca, R. (2008). Youth-produced radio and its impacts: from personal empowerment to political action. In N. Carpentier & B. de Cleen (Eds.), *Participation and media production: critical reflections on content creation* (pp. 97-111). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Hyman, L. & Tohill, J. (Eds.) (2017). *Shopping for change: consumer activism and the possibilities of purchasing power*. Nova Iorque: Cornell University Press.
- Jenkins, H. & Carpentier, N. (2019a, 30 de maio). Participatory politics in an age of crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (Part I) [Post em blogue]. Retirado de <http://henryjenkins.org/blog/2019/5/30/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-i>
- Jenkins, H. & Carpentier, N. (2019b, 7 de junho). Participatory politics in an age of crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (Part III) [Post em blogue]. Retirado de <http://henryjenkins.org/blog/2019/6/1/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-iii-thh7l>

- Lutz, C. & Hoffmann, C. P. (2017). The dark side of online participation: exploring non-, passive and negative participation. *Information, Communication & Society*, 20(6), 876-897. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1293129>
- Moreno, R. (2006). Citizens and media cultures: hidden behind democratic formality. *Global Media and Communication*, 2(3), 299-313. <https://doi.org/10.1177/1742766506069580>
- Mouffe, C. (2000). *The democratic paradox*. Londres: Verso.
- Mouffe, C. (2013a). *Agonistics: thinking the world politically*. Londres: Verso.
- Mouffe, C. (2013b). Politics and passions: the stakes of democracy. In J. Martin (Ed.), *Chantal Mouffe. Hegemony, radical democracy and the political* (pp. 181-190). Londres: Routledge.
- Nietzsche, F. (1968). *The will to power*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Oliveira, E., Duarte Melo, A. & Gonçalves, G. (Eds.) (2016). *Strategic communication for non-profit organisations: challenges and alternative approaches*. EUA: Vernon Press.
- Oreg, S., Vakola, M. & Armenakis, A. (2011). Change recipients' reactions to organizational change: a 60-year review of quantitative studies. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 47(4), 461-524. <https://doi.org/10.1177/0021886310396550>
- Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Perry, C. (1973). Ethics and democracy. *Ethics*, 83(2), 87-107. <https://doi.org/10.1086/291869>
- Peter, F. (2013). The human right to political participation. *Journal of Ethics & Social Philosophy*, 7(2), 1-16. <https://doi.org/10.26556/jesp.v7i2.71>
- Plamenatz, J. (1963). *Man and society*, vol. 1. Londres: Longman.
- Pratt, M. L. (1991). Arts of the contact zone. *Profession*, 91, 33-40.
- Quandt, T. (2018). Dark participation. *Media and Communication*, 6(4), 36-48. <http://dx.doi.org/10.17645/mac.v6i4.1519>
- Shapiro, I. (1996). *Democracy's place*. Ithaca: Cornell University Press.
- Silva, M. (2013). Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 23, 82-95. [https://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1615](https://doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1615)
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-313). Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- Steiner, H. (1988). Political participation as a human right. *Harvard Human Rights Journal*, 1, 77-134.
- Strauss, L. (1978). *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: University of Chicago Press.
- Stroud, N. J., Duyn, E. V. & Peacock, C. (2016). News commenters and news comment readers. Retirado de <https://mediaengagement.org/wp-content/uploads/2016/03/ENP-News-Commenters-and-Comment-Readers1.pdf>
- Taylor, C. & Robison, C. (2009). Student voice: theorising power and participation. *Pedagogy, Culture & Society*, 17(2), 161-175. <https://doi.org/10.1080/14681360902934392>

- Tufte, T. (2017). *Communication and social change – a citizen perspective*. Cambridge: Polity Press.
- Tzur, N. I., Zalmanson, L. & Oestreicher-Singer, G. (2016). The dark side of user participation: the effect of calls to action on trust and information revelation. *SSRN paper*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2814903>
- Wasko, J. & Mosco, V. (Eds.) (1992). *Democratic communications in the information age*. Nova Jérícia: Garamond Press & Ablex.
- Yüksek, D. & Carpentier, N. (2018). Participatory contact zones and conflict transformation: the participatory intensities of the Cyprus Friendship Program. *Conjunctions*, 5(1), 1-21. <https://doi.org/10.7146/tjcp.v5i1.105286>
- Žižek, S. (1989). *The sublime object of ideology*. Londres: Verso.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Nico Carpentier é Professor Extraordinário na Charles University, em Praga, e colabora como Professor Associado, a tempo parcial, com a VUB – Universidade Livre de Bruxelas, e como Investigador Sénior na Universidade de Uppsala, na Suécia. Desenvolve investigação na Universidade de Tecnologia do Chipre e na Universidade de Loughborough, no Reino Unido. Nico Carpentier foi Tesoureiro da ECREA (2005-2012), Vice-Presidente (2008-2012) e Tesoureiro da IAMCR (2012-2016). Atualmente é o responsável pela “Secção de Investigação em Comunicação Participativa” da IAMCR.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8996-4636>

Email: nico.carpentier@fsv.cuni.cz

Morada: Charles University, Institute of Communication Studies and Journalism, Smetanovo náměstí 6, 110 01 Praha 1, República Checa

Ana Duarte Melo (PhD) é Professora Auxiliar na Universidade do Minho, onde leciona publicidade, comunicação estratégica e territorial, criatividade e guionismo. A sua investigação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) combina participação, publicidade, comunicação estratégica e territorial. Vice-chair da “Secção de Investigação em Comunicação Participativa” da IAMCR – International Association for Media and Communication Research (desde 2016), tem estado ativamente envolvida em diversos outros fóruns e publicações científicas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4598-7174>

Email: anamelo@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Fábio Ribeiro (PhD) é Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real (Portugal). Ensina nas áreas do Jornalismo (Imprensa, Rádio e Televisão) e sobre Sociologia da Comunicação. Membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, desenvolve investigação sobre média, participação, comunicação de ciência e estudos radiofónicos. Desde

2017, é vice-coordenador da secção “Rádio e Meios Sonoros” da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8071-6145>

Email: fabior@utad.pt

Morada: Escola de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Quinta de Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal

* **Submissão: 31/07/2019**

* **Aceitação: 26/09/2019**

PARTICIPAÇÃO NUM AMBIENTE DATIFICADO: QUESTÕES SOBRE LITERACIA DE DADOS

Miren Gutiérrez

Departamento de Estudos de Comunicação, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas, Universidade de Deusto, Espanha

RESUMO

No contexto político, entende-se por participação o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, incluindo mecanismos para que as pessoas intervenham nas escolhas políticas e sociais, entre outras áreas de ação. Esses mecanismos são cruciais, pois a democracia depende da participação cívica na vida política. No entanto, na era do *big data*, a participação não é possível sem o acesso e controle de dados por parte das pessoas; isto é, os direitos civis tornam-se direitos digitais. Este artigo trata da literacia de dados como um filtro para a participação e do papel das pessoas comuns no ambiente e nos processos de datificação. Como a participação num mundo datificado depende da capacidade das pessoas de entrar na contenda, questões sobre onde se estabelecem as linhas de separação entre especialistas e não especialistas (ou seja, cidadãos comuns) e se a intervenção na infraestrutura de dados requer um grau de literacia de dados para participação efetiva constituem uma discussão relevante para a prática e teoria do ativismo como uma forma de envolvimento político ou cívico. O envolvimento político é entendido aqui como uma ação coordenada voltada para a resolução de problemas, campanhas e assistência aos cidadãos. Ou seja, para resgatar a participação política num domínio de dados, é necessário um certo grau de capacitação. Partindo de uma taxonomia do envolvimento em *data mining* (Kennedy, 2016) e casos empíricos de mapeamento de crises (Gutiérrez, 2018a, 2018b), este artigo teórico propõe conceptualizações para pensar sobre as implicações da participação na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE

ativismo; ativismo de dados; datificação; participação; pessoas comuns; tecnopolítica

PARTICIPATION IN A DATAFIED ENVIRONMENT: QUESTIONS ABOUT DATA LITERACY

ABSTRACT

In politics, participation can be understood as citizen involvement in decision making, including mechanisms for people to intervene in political and social choices, among other areas of action. Those mechanisms are crucial since democracy hinges on civic participation in political life. However, in the big data era, participation is not possible without people's access to and control of data; that is, civil rights become digital rights. This article deals with data literacy as a filter for participation in a *datafied* environment and the role of ordinary people in data processes. Because participation in a datafied world depends of people's ability to enter the fray, questions about where lines can be drawn to separate experts from non-experts (i.e. ordinary citizens) and whether intervention in the data infrastructure requires a degree of data literacy for effective participation constitute a relevant discussion for the practice and theory of activism as a form of political or civic engagement. Political engagement is understood here as coordinated action aimed

at problem-solving, campaigning and assisting others. Namely, to rescue political participation in a datafied domain, a degree of skill is necessary. Drawing from a taxonomy of data mining involvement (Kennedy, 2016) and empirical cases of crisis mapping (Gutiérrez, 2018a; 2018b), this theoretical article offers conceptualisations to think about what participation entails today.

KEYWORDS

activism; datafication; data activism; ordinary people; participation; technopolitics

INTRODUÇÃO

Em política, a participação pode ser entendida como o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, incluindo mecanismos para que as pessoas influenciem escolhas políticas e sociais, entre outras áreas de atuação (Conselho de Direitos Humanos, 2014). Existe um sentimento atual de frustração e decepção com a participação, capturado por diferentes autores em diversas situações, incluindo baixos níveis de envolvimento político entre os jovens na Grã-Bretanha (Fox, 2015), frustração participativa com processos institucionais em Espanha (Fernández-Martínez, García-Espín & Jiménez-Sánchez, 2019) e frustração com o fraco desempenho do governo na Ásia (Sanborn, 2017), entre outros. No entanto, a participação ainda é considerada vital para a democracia, pois pode afetar os interesses e o bem-estar individuais e coletivos, e pode tornar as decisões mais informadas e legítimas. Os mecanismos que facilitam a participação na vida pública são cruciais, pois a democracia depende do envolvimento cívico na tomada de decisão política (Conselho da Europa, 2017). Embora não haja consenso sobre como defini-la, a democracia é baseada na igualdade de acesso, oportunidades e voz, bem como participação. Por exemplo, a revista liberal *The Economist* publica um Índice de Democracia todos os anos, que, além das liberdades políticas e eleitorais, leva em conta a participação dos cidadãos na vida política como um dos fatores fundamentais para determinar o nível de desenvolvimento democrático de um determinado país (Kekic, 2007). A participação importa; no entanto, a transformação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a datificação – o processo de conversão de muitos aspetos de nossa vida em dados (Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013) – alteraram a participação, apresentando novos desafios e oportunidades para o envolvimento dos cidadãos na política.

As TIC têm sido celebradas como facilitadoras e criticadas como restritivas da participação política nos últimos anos. De fato, a participação cibernética (ou seja, participação política que tem lugar online) tem sido amplamente explorada por inúmeros autores e perspectivas, incluindo Alvarez e Hall (2008), Dahlberg e Siapera (2007), de Soto (2014), Mossberger, Tolbert e McNeal (2008), Milan (2013, 2015), Papacharissi (2019), Sampedro (2011), Thomas (2018) e Uldam e Vestergaard (2015), entre muitos outros. Estes autores fazem parte da academia dedicada ao estudo da tecnopolítica, ou o emprego diverso e conflituoso de TIC por governos, indivíduos, organizações civis e movimentos *bottom-up*. O seu trabalho envolve estudos sobre políticas “aprimoradas

pela internet” (ou seja, *e-government* e política 2.0, que facilitam práticas existentes) e “a nova política habilitada pela internet”, que se refere ao papel essencial que as TIC desempenham na organização do cidadão, participação, política contenciosa e processos deliberativos (Kurban, Peña-Lopez & Haberer, 2016). No mesmo sentido, referindo-se à participação cibernética em processos eleitorais, Sampredo distingue entre cibernautas (ou seja, internautas tipicamente envolvidos em buscas online) e ciberativistas (isto é, ativistas envolvidos em petições, lobbying, fóruns, práticas deliberativas online e outros “usos tecnopolíticos” da internet) (Sampredo, 2011, p. 22). Ou seja, as TIC podem ser um obstáculo para a participação em torno de questões de acesso, ou podem não ter impacto sobre o acesso, mas também podem fortalecer formas predominantes de participação e apoiar novas formas de participação cidadã.

O conceito de *comum* é fundamental para considerar o papel capacitador ou incapacitante das TIC. Os estudos de ciência, tecnologia e sociedade (CTS) oferecem diferentes termos e descrições para caracterizar os tipos de práticas tecnológicas comuns. Dodge e Kitchin referem-se ao software como “objetos do quotidiano” fazendo cada vez mais a diferença na vida das pessoas (Dodge & Kitchin, 2008). Referindo-se à Web 2.0 – conhecida como a *web participativa* ou um ambiente web que facilita a criação e a troca de conteúdo gerado pelo utilizador –, Beer (2009) fala sobre como o software classifica e mergulha em aspetos da nossa “vida quotidiana”. Beer distingue três níveis de pesquisa relativos, em primeiro lugar, às “organizações que estabelecem e ativam aplicativos da Web 2.0”; segundo, as “infraestruturas de software e suas aplicações na web”; e terceiro, como os dois primeiros níveis “se desenvolvem na vida daqueles que usam (ou não usam) aplicações web específicas” (2009, p. 998). Este artigo baseia-se principalmente no terceiro nível de Beer, com foco no emprego quotidiano de tecnologia para participação.

Mais especificamente em conexão com o envolvimento cotidiano com a infraestrutura de dados – entendido como software, hardware e processos envolvidos na transformação de dados em valor –, Couldry e Powell discutem a atuação de pequenas “dinâmicas sociais”¹. Esses agentes operam “com fins sociais além do objetivo básico de gerar e analisar dados (geralmente com fins lucrativos)” (Couldry & Powell, 2014, p. 2). Desta forma, estes autores estabelecem uma diferença fundamental entre os empregos com e sem fins lucrativos no âmbito da infraestrutura de dados. Aqui o interesse é o emprego sem fins lucrativos de dados. Kennedy usa o termo *comum* para tipificar as práticas de *data mining* das redes sociais (Kennedy, 2016) inspiradas na determinação dos Estudos Culturais de reduzir as lentes académicas para captar níveis tangíveis de aplicações tecnológicas (McCarthy, 2008). À medida que os estudiosos ampliam as práticas comuns de *data mining*, “vemos os atores em organizações comuns baixando suas visões também, em termos de como imaginam que a *data mining* pode servir a seus propósitos” (Kennedy, 2016, p. 86). Ou seja, a observação das práticas de dados na base oferece uma visão das preocupações reais das pessoas comuns e como elas as abordam. O *comum*,

¹ Utiliza-se a expressão “dinâmicas” em vez de termos como “agentes” ou “atores”, porque estes podem sugerir uma intervenção exclusivamente masculina.

portanto, deve ser apreciado aqui como “o lugar comum, o aparentemente mundano” (Kennedy, 2016, p. 6), ao contrário do “extraordinário” (McCarthy, 2008).

Até ao momento, a ênfase nas estruturas e abordagens de cima para baixo à datificação implicou uma falta de atenção sobre a possibilidade de pessoas comuns atuarem com agência de dados (Kennedy, 2016), em termos comparativos. Em contraste, este artigo é focado em práticas de dados participativas de baixo para cima. A participação neste contexto serve como uma defesa contra os desequilíbrios de poder. Por exemplo, a primeira implantação da plataforma de mapeamento Ushahidi para dar voz e visualizar as vítimas do banho de sangue que se seguiu às eleições de 2007, no Quênia, conseguiu contornar o bloqueio de informações imposto pelo governo e pelos média (Gutierrez, 2018a). No entanto, discussões aprofundadas sobre o poder dos dados são evitadas aqui, já que o foco não é o empoderamento. Em vez disso, falo de assimetrias e intensidades na agência de dados, embora criem ou sejam consequência de diferentes distribuições do poder dos dados. Parafraseando Castells (2009), o poder dos dados deve ser entendido como a capacidade de impor interesses particulares aos processos de dados, colher os dados pessoais de outras pessoas e tomar decisões e colher benefícios daí resultantes.

A noção de práticas quotidianas de dados também atende ao propósito deste artigo por dois motivos. Primeiro, a ênfase aqui não é o cidadão comum *per se*, mas as suas práticas comuns na forma como lida com a infraestrutura de dados. Em segundo lugar, como mostra uma análise anterior (Gutierrez, 2018a), os cidadãos comuns raramente se envolvem sozinhos em atividades baseadas em dados “focadas na solução de problemas e ajudando os outros” (Zukin, Keeter, Andolina, Jenkins & delli Carpini, 2006, p. 7). Os conjuntos de dados são muito complexos e grandes, e as causas sociais são complicadas demais para serem tratadas sem auxílio, de modo que esses agentes sociais geralmente organizam-se em grupos para colaborar em prol de uma causa comum (Gutierrez, 2018a). Embora a colaboração em projetos de dados seja um assunto relevante, discute-se agora se a agência de dados pode ser comum.

Outra questão fundamental para a participação é a ideia de igualdade; a esfera pública serve aqui como uma maneira de pensar sobre como a participação igualitária se manifesta. A esfera pública idealizada foi descrita como um espaço seguro em que os participantes se tratam uns aos outros como iguais para chegar a um entendimento mútuo; ou seja, na esfera pública habermasiana, todos são participantes (Habermas, 1991, pp. 33-34). Alguns autores observam a transição de uma esfera pública normativa para uma nova esfera pública em rede (Benkler, 2006; Quintanilha, 2018). Mas será que existe igualdade nessas novas esferas mediadas pela tecnologia? Hoje, os desafios na elaboração de processos de decisão participativa dentro das esferas públicas incluem a capacitação de diversos participantes para o exercício de agência similar. Bacon define participação implicitamente como uma atividade voluntária e aberta, que pode ser regulada por normas (Bacon, 2009, p. 235). Da mesma forma, essas novas esferas tecnológicas incorporam regras e filtros. Três exemplos demonstram como funciona. No mapeamento de crises – ou o *crowdsourcing* e o mapeamento em tempo real dos dados

dos cidadãos para o humanitarismo – qualquer um pode tornar-se humanitário digital desde que se registre, declare suas competências, contribuições potenciais para o mapa e depois cumpra as diretrizes para produzir informação verificada e fiável (Gutierrez, 2018c). Essas esferas são inclusivas, mas “estabelecem limites para a inclusão” (Gutierrez, 2018c). No caso do design do Ubuntu – o sistema operacional de código aberto e livre para computação na nuvem –, Bacon observa que “cada membro em potencial deve assinar o Código de Conduta do Ubuntu” antes de poder participar (Bacon, 2009, p. 235). E apesar da “lenta constituição e consolidação de uma nova esfera pública em rede” em Portugal, Quintanilha mostra também a apropriação por parte de muitas formas de participação pública no ciberespaço (Quintanilha, 2018). Ou seja, a participação nas esferas públicas de dados não é exatamente igual, mas é inclusiva, pois as pessoas ultrapassam cada vez mais o limiar para se sentar na mesa de negociações.

Este artigo analisa, dentro da estrutura teórica acima delineada – que é baseada na interseção entre estudos de ciência, tecnologia e sociedade e teoria da democracia –, de que modo a participação política será eventualmente possível num ambiente de dados. Em primeiro lugar, explora-se como a datilografia mudou a natureza da vida cívica e a maneira como as pessoas se envolvem em práticas participativas de dados; segundo, observa-se como o comum pode ser entendido nesse contexto; terceiro, com base na taxonomia de agentes de *data mining* (Kennedy, 2016), explora experiências de mapeamento de crises coletivas para oferecer uma classificação de papéis baseados em dados e sua intensidade participativa; finalmente, inspeciona os desafios de alfabetização de dados e as oportunidades de participação. A tecnologia alterou a forma como pensamos sobre participação e igualdade e gerou novas regras sobre quem pode ser um participante. Consequentemente, a *dataficação* introduz desafios específicos e oportunidades de participação, conforme explorado a seguir.

PESSOAS COMO AGENTES DE DADOS

A datificação transformou a maneira como as pessoas participam da vida política. Primeiro, *a própria natureza da vida cívica muda*, uma vez que na época do *big data*, a participação real – do tipo a que Arnstein se refere quando fala sobre “o poder real de afetar o resultado do processo” (Arnstein, 1969, p. 216) – depende, pelo menos parcialmente, do acesso das pessoas ao digital (Sampedro, 2014, 2018). O *big data* emerge como um “espaço de ação variado, embora muito diferente dos espaços em que os atores sociais pré-digitais operavam” (Couldry & Powell, 2014, p. 2). O surgimento da era do *big data* abriu as portas para novos tipos de intervenção cidadã, que poderiam ser divididos em duas categorias: a infraestrutura de dados como uma área de deliberação e contenção política e como uma ferramenta para a ação política. Por um lado, a vigilância de dados – a vigilância massiva de governos e corporações baseada em *big data* (van Dijck, 2014) – e a utilização da infraestrutura de dados para discriminar minorias e grupos vulneráveis [por exemplo, o uso do Facebook para estimular a limpeza étnica em Mianmar ou manipular as eleições de 2016, nos Estados Unidos (Whittaker et al., 2018)] teve a

oposição de ativistas dos direitos civis. O *big data* como uma esfera de debate e campanha ganhou velocidade recentemente, especialmente em torno de questões de privacidade, justiça, governança e manipulação (Carlson, 2018; Naik, 2017)². O movimento de dados abertos, por exemplo, redefiniu a democracia e a participação aplicando práticas da cultura *open source* à produção e uso de dados, alargando novas racionalidades em torno da informação que “pode apoiar a agência de públicos datificados” (Baack, 2015, p. 1). De um modo geral, o *big data*, enquanto debate, centra-se na privacidade de dados, bem como nos direitos de dados. Por outro lado, indivíduos e grupos estão a usar a infraestrutura de dados politicamente como uma ferramenta para resistir à coleta e manipulação maciça de dados, e para tomar decisões, gerando diagnósticos, soluções, contra-narrativas e mudanças sociais (Gutierrez, 2018a). Este artigo concentra-se no último tipo de intervenção cidadã, de acordo com a preferência de Kennedy de observar práticas pró-ativas de dados, em vez de se concentrar nas assimetrias, desafios e problemas apresentados pela infraestrutura de dados (Kennedy, 2016).

Em segundo lugar, *a participação no novo ambiente exige mais do que apenas interesse em contribuir para a tomada de decisões; exige superar barreiras de participação*. “Dados generalizados e as racionalidades quantitativas relacionadas criam novas pressões sobre os cidadãos comuns que desejam participar da vida cívica, social e cultural, à medida que se tornam mais orientados por dados” (Kennedy & Hill, 2017, p. 2). Essas pressões incluem também obstáculos; por exemplo, é necessário um certo grau de especialização para a respetiva interpretação dos dados, para que eles não se convertam em informações úteis automaticamente. Por exemplo, o *data mining* é o processo de descobrir padrões em grandes conjuntos de dados usando algoritmos inteligentes, estatísticas e sistemas de bancos de dados (Association for Computing Machinery, 2006).

Embora Zukin et al. (2006, p. 7) refirmam a necessidade de adquirir competências para a integração no envolvimento político, a participação num ambiente de dados requer capacidades específicas já que os obstáculos ao envolvimento com a infraestrutura de dados parecem evidentes. Por exemplo, Couldry e Powell observam que os processos de *data mining*, que podem levar a percepções sobre aspetos da vida cotidiana, não permitem que “esses *insights* sejam incluídos na experiência da vida cotidiana” (Couldry & Powell, 2014, p. 4). Outro exemplo é o pleno emprego da API do Twitter – a interface de programação de aplicativos que permite o acesso aos dados; Puschmann e Burgess afirmam que, se um utilizador não entende como pode utilizá-la, não consegue interagir efetivamente com a plataforma (Puschmann & Burgess, 2013, p. 11).

Devido a esses obstáculos, a contribuição das pessoas comuns na infraestrutura de dados é tipicamente limitada ao papel de produtores de dados inconscientes em esforços maciços de coleta e vigilância de dados, liderados por governos e corporações. O comportamento quotidiano gera dados sem acarretar construção de significado ou mesmo consciência básica e consentimento dos geradores de dados, que, agregados, padronizados e analisados, produzem informações e valor para os colhedores. Este papel

² Informação também retirada de <https://privacyinternational.org/long-read/2724/every-police-force-uk-will-soon-use-body-worn-video-cameras-record-us-public>

passivo não é considerado na participação deste artigo, uma vez que não implica agência. Entende-se aqui agência, não como atos simples (por exemplo, clicar em um botão), mas como “os processos mais longos de ação baseados em reflexão, dando conta do que se fez, ainda mais basicamente, dando sentido ao mundo *de modo a agir* dentro de” (Couldry, 2013, p. 13). A participação de dados envolve um esforço de reflexão e superação de barreiras; não é algo que acontece espontaneamente. Ou seja, uma vez que o acesso (um pré-requisito) é permitido pelos tomadores de decisão ou alcançado pelos participantes, a participação real num ambiente de dados requer conhecimento e ação.

Apesar dos impedimentos, algumas pessoas estão a exercer sua agência de dados transformando dados em objetos do quotidiano. De facto, o emprego da infraestrutura de dados por pessoas para a solução de problemas e o envolvimento do cidadão pode ser considerado uma forma de tecnopolítica de baixo para cima. A ação baseada em dados pode tanto melhorar os tipos tradicionais de participação na política, quanto permitir novos tipos de participação. Um exemplo de dados que aprimora uma campanha política em andamento: a criação de uma plataforma que visualiza e mapeia incêndios florestais deliberados na Espanha, denominados España en llamas (Garcia Rey & Garrido, 2016). Dois projetos, um na Indonésia (Radjawali & Pye, 2015) e outro na região amazónica³, são exemplos do segundo tipo de participação. Esses projetos permitem cartografia radical (ou seja, mapas com funções novas e não convencionais), incorporando sistemas de alerta e gerando evidências, alertas e contra-narrativas em torno da propriedade da terra, recursos e política.

As novas práticas sociotécnicas de envolvimento com dados demonstram a possibilidade de agenciamento face à coleta massiva de dados por governos e corporações e podem ser observadas como expressões de *ativismo de dados*, ou a casualidade de dados e narrativas, baseadas em dados e táticas com ação coletiva e política. A disponibilidade de ferramentas para coletar e empregar dados de indivíduos e grupos impulsionou o surgimento do ativismo de dados (Milan & Gutierrez, 2015), que inicialmente visava gerar ferramentas e áreas protegidas de comunicação para técnicos e ativistas contra a vigilância de dados. Mais recentemente, surgiu uma base proativa de envolvimento com dados e tecnologia, utilizando o potencial dos dados e das TIC para apoiar os cidadãos no exercício de sua agência democrática. As pessoas estão a envolver-se proativamente com a infraestrutura de dados para gerar dados nos seus próprios termos, fazer mapas alternativos, criar contra-narrativas e produzir soluções para seus problemas quotidianos, desafiando abordagens de cima para baixo (Gutierrez, 2018a). Nesse contexto, também são relevantes as discussões sobre a intensidade da participação. No caso da participação mediada por dados, a intensidade participativa é determinada não apenas pela abertura por parte dos decisores e pela motivação por parte dos participantes, mas também pelo nível de destreza em dados dos últimos, como veremos adiante.

Em suma, as práticas diárias de lidar com dados e com os resultados da análise de dados geram questões sobre participação. Por que é que a participação dos cidadãos nas práticas de dados é importante? De que maneira as pessoas são participantes desse

³ Ver <http://rede.infoamazonia.org/>

ambiente? Qual é a intensidade participativa suficiente ou possível em práticas comuns de dados? Porque o envolvimento político é importante como um amortecedor contra as assimetrias de poder, parece que os limiares que dividem os especialistas de não especialistas devem cair e que a intensidade participativa deve aumentar para resgatar a participação num ambiente de dados. O que se segue é uma análise da participação política na era do *big data* e as possíveis intensidades participativas, a partir da taxonomia de envolvimento de *data mining* de Kennedy (2016) e de casos empíricos de ativismo de dados de análises anteriores (Gutiérrez, 2018a, 2018b), oferecendo conceções que podem servir como ferramentas heurísticas para pensar sobre o que a participação via ativismo de dados implica hoje.

INTENSIDADES E ASSIMETRIAS

Examinando o *data mining*, Kennedy distingue entre *agência de trabalho*, *agência de utilizador* e *agência de tecnologia* (Kennedy, 2016). Trabalhadores em processos de *data mining* – isto é, “engenheiros de software, cientistas de dados e outros trabalhadores” – são indivíduos e organizações encarregados do trabalho invisível de produzir algoritmos (Kennedy, 2016, p. 57). Enquanto alguns autores referem algoritmos *antropomorfizados* (Kennedy, 2016, p. 57), dando a impressão de que agem por conta própria (Lash, 2007; Strihas, 2015), Kennedy fala sobre o papel significativo dos trabalhadores na formatação da vida social, através do exercício da sua agência algorítmica nos bastidores (Kennedy, 2016). Mas nem todos os trabalhadores estão na mesma posição na hierarquia. Kennedy cita Barocas e Selbst para notar que os trabalhadores de dados podem incluir tanto decisores quanto simples mineradores com diferentes responsabilidades e controle sobre os processos (Kennedy, 2016, p. 57). Como veremos adiante, o campo dos trabalhadores pode ser muito diversificado.

Os utilizadores, muitas vezes “concebidos como um grupo cujo trabalho (não remunerado) é explorado”, são interessantes pelo seu “potencial de agência”, segundo Kennedy (2016, p. 57). No sistema da plataforma dos média sociais – isto é, a “máquina comercial, orientada para o lucro, que explora os utilizadores mercantilizando os seus dados pessoais e o seu comportamento de uso” (Fuchs, 2011, p. 304) –, os utilizadores podem ser ativos na auto-promoção. *Self-branders* (utilizadores de plataformas) envolvem-se no “processo altamente autoconsciente de auto-exploração” para visibilidade e “ganho material ou *status* cultural” (Hearn, 2008, p. 204). Recorrendo à tradição da pesquisa de audiência, Kennedy observa que existem outras maneiras de pensar sobre os cidadãos, observando o que eles sentem sobre o seu uso de plataformas de média sociais. Os utilizadores podem censurar o conteúdo que produzem, motivados pela sua aspiração de equilibrar suas mensagens ou manipular os seus perfis para evitar a monitorização (Kennedy, 2016, p. 60). Ou seja, os utilizadores podem fazer mais do que apenas escolher um dispositivo, pagar a um provedor de serviços, clicar em um botão ou postar uma foto.

De facto, os cidadãos comuns podem atuar com *agência de tecnologia* (Kennedy, 2016); por isso, designo-os por *agentes-tecno*. As pessoas sempre se esforçaram para “se

apropriar das tecnologias” e “adaptá-las aos significados que iluminam as suas vidas” (Feenberg, 1999, p. x). Ou seja, as pessoas normalmente transformam tecnologias em ferramentas que consideram úteis (Fischer, 1994, p. 25). Kennedy considera a tecnologia reflexiva e localiza os casos empíricos que observa no campo da agência ética, ou agência que visa fazer o bem (Kennedy, 2016, p. 64). Reconhece as críticas geradas pelos usos da infraestrutura de dados para fins predatórios comerciais ou de espionagem, bem como as plataformas proprietárias de emprego, que incorporam assimetrias e lacunas, por organizações sem fins lucrativos (Kennedy, 2016). No entanto, Kennedy prefere concentrar-se em práticas comuns de *data mining* que constituem “uma contribuição positiva para a vida social” (Kennedy, 2016, p. 43). Esse tipo de envolvimento também é o foco aqui.

Indo além da *data mining*, para incluir o mapeamento participativo (ou seja, o emprego da infraestrutura de dados), integrei na Tabela 1 os três papéis que as pessoas adotam na maioria dos mapas de crise e as três funções de dados de Kennedy. Os mapas de crise são normalmente lançados em casos de emergência, localizando geograficamente dados de cidadãos voluntários para apoiar operações humanitárias quase em tempo real (Gutierrez, 2018b). Estes mapas dependem de humanitários digitais, que configuram a implantação usando diferentes plataformas de mapeamento de locais remotos (por exemplo, implantadores); agências humanitárias, que empregam as informações no local, e pessoas afetadas pelo desastre, também no local, que relatam dados através de diferentes canais (por exemplo, email, plataformas de média sociais, mensagens de texto) e usam as informações (por exemplo, repórteres). Os implantadores podem incluir trabalhadores assalariados de organizações humanitárias e especialistas voluntários que colaboram *pro bono* para lançar e gerir o mapa, um esforço que requer competências para adaptar a plataforma de mapeamento pronta a usar e o seu sistema de verificação, categorizar alertas e pedidos de assistência para que organizações humanitárias possam usá-los, traduzir as informações para e de idiomas locais, mapear locais desconhecidos, coordenar os voluntários e implementar uma estratégia de comunicação, entre outras tarefas (Gutierrez, 2018a). A Tabela 1 compara esses papéis com os trabalhadores, utilizadores e tecnoagentes de Kennedy a partir dos pontos de vista de sua intensidade e posição participativa na hierarquia.

	ASSALARIADOS	ESPECIALISTAS/COM COMPETÊNCIAS	INTENSIDADE	POSIÇÃO NA HIERARQUIA
Trabalhadores	Sim	Sim	Alta	Topo
Utilizadores	Não	Não	Baixa	Base
Agentes-tecno	Não	Sim	Alta	Topo
Implantadores do mapa	Alguns	Sim	Alta	Topo
Repórteres de dados do mapa	Não	Não (mediados por dispositivos)	Média	Base
Utilizadores do mapa	Não	Alguns	Média	Base

Tabela 1: Características dos diferentes papéis na agência de dados
 Fonte: Elaborado pela autora com base em Kennedy (2016) e Gutierrez (2018a)

A intensidade participativa nas práticas de dados pode ser baixa (por exemplo, utilizadores de Kennedy), média (por exemplo, os repórteres do mapa contribuem voluntariamente com seus dados) ou alta (por exemplo, implantadores de mapa trabalhando sem parar enquanto a crise se desdobra). Uma ideia que emerge desta comparação é que os principais cargos — sejam assalariados ou voluntários, independentes ou trabalhando dentro de uma organização — são caracterizados por altas intensidades participativas e um alto nível de especialização e investimento de tempo. Por exemplo, o mapeamento de crises geralmente envolve profissionais remunerados, encarregados pelas suas organizações de ajudar no esforço, trabalhando lado a lado com profissionais e especialistas que atuam *pro bono*. Ambos são competentes e dedicados ao ponto de alguns chegarem à exaustão no esforço de ajudar as vítimas (Gutierrez, 2018b).

As pessoas apanhadas num desastre vão além da descrição que Kennedy faz de um utilizador quando ele oferece os seus dados e informações para apoiar o esforço humanitário de forma proativa. A participação dos repórteres de dados no mapeamento de crise é voluntária e consciente, combinando com a definição de “agência” de Couldry (Couldry, 2013, p. 13). O seu acesso à tecnologia media a sua participação. Categorizei sua intensidade participativa como média, embora esses repórteres de dados às vezes invistam mais do que seu tempo e dados no apoio à operação humanitária, pois as suas localizações e identidades podem ser expostas em situações perigosas ou de conflito (Gutierrez, 2018b). Os repórteres dão um passo deliberado além do testemunho, cumprindo o que Schudson chama a sua obrigação “monitorial” de conhecer o suficiente para participar em assuntos políticos (1998). No mapeamento de crises, o emprego de dados dos cidadãos significou uma mudança de paradigma: não apenas os chamados não-especialistas são convocados para participar de emergências humanitárias juntamente com especialistas; novos agentes surgiram como resultado desse esforço (ou seja, os humanitários digitais ou os implantadores).

Assim, o *comum* não tem a ver com se os cidadãos são especialistas ou assalariados. Por exemplo, vítimas de desastres não são passivas ou ignorantes; pelo contrário, as evidências mostram que um fator significativo para a prontidão para desastres não é tecnologia ou meios logísticos, mas a experiência das pessoas que foram atingidas por uma catástrofe anteriormente e o seu conhecimento daí resultante⁴. O *comum*, então, deve ser associado a se as pessoas incorporaram práticas de dados cognitivas na vida quotidiana, como observado anteriormente.

LITERACIA DE DADOS: BARREIRAS E OPORTUNIDADES

No âmbito estrutural de oportunidades de participação, ainda há um número significativo de barreiras. Como argumentado anteriormente, as lógicas de dados atuais determinam cada vez mais a vida das pessoas, enquanto os “meios de participação dependem progressivamente da tecnologia, aumentando o risco de marginalizar as pessoas

⁴ Ver <https://www.odi.org/our-work/disasters>

em contextos de desigualdade sociopolítica, cultural, económica e infraestrutural” (Wis-senbach, 2019, p. 15). Um desafio na agência de dados, que aparece antes que muitos outros possam se materializar, é a “ansiedade dos números”, que pode ser tão agudo que “a mera expectativa de fazer matemática” pode desencadear a rede de bloqueio do cérebro (Adelson, 2014). A ansiedade numérica ou matemática está relacionada com os dados. Kennedy observa que “abordar os requisitos de alfabetização de dados significa pensar sobre como aprendemos a relacionar-nos com números e estatísticas” (Kennedy, 2016, p. 235). A experiência negativa de dados e números de algumas pessoas pode tornar-se um obstáculo para a obtenção da agência de dados. Kennedy e Hill falam também sobre como as visualizações de dados podem gerar frustração, bem como sentimentos positivos (Kennedy & Hill, 2017, p. 8). A ansiedade de números, matemática, dados e estatísticas parece ser um obstáculo para a participação num ambiente de dados quando se pensa em resgatar a participação.

Outras barreiras estão relacionadas à indústria de infraestrutura de dados e sua falta de representatividade (de género), o que também limita o envolvimento comum. O acesso a essas indústrias não é totalmente aberto, o que produz desigualdades nas próprias indústrias. Por exemplo, a indústria de *machine learning* emprega uma fração ainda menor de mulheres do que o resto do setor de tecnologia globalmente (Simonite, 2018), resultando em vieses de dados e algorítmicos (Wachter-Boettcher, 2017). A falta de representantes é outro desafio.

Mas quero concentrar-me aqui na literacia de dados, uma condição fundamental de possibilidade de participação, cuja ausência pode impor uma barreira formidável. Por exemplo, Turkoglu (2011, p. 141) ao discutir “literacia mediática crítica” e ao mesclar a tradição crítica da Escola de Frankfurt com abordagens de “literacia mediática” vê a literacia como pré-condição para a participação dos média. Na mesma linha, a literacia de dados poderia ser entendida como outra condição da possibilidade de participação num mundo de dados. Hoje, a agência de dados participativa depende de três fatores principais, todos relacionados com a literacia de dados: a) competências de dados (entendidas como competência nos processos que vão desde como os dados são coletados até à sua utilização); b) acesso a recursos e c) ocupar ou realizar regimes que permitam sua aplicação ordinária. Kennedy destaca dois desses fatores em relação às práticas de *data mining*:

tal como o *data mining* pode excluir populações dos seus cálculos algorítmicos devido às suas particularidades metodológicas, ela pode ser exclusiva também de outra forma, em termos de quem tem acesso a ferramentas e tecnologias de *data mining* e as competências necessárias para participar de operações orientadas por dados. (Kennedy, 2016, p. 64)

A distribuição do acesso aos dados e a capacidade de extrair valor deles é desigual, e isso leva a novas divisões digitais, que “destacam o carácter problemático e antidemocrático de tais desigualdades” (Kennedy, 2016, p. 53). Como os dados foram concedidos com certos poderes, influência e lógicas levantam questões políticas. Quem tem

experiência e acesso à infraestrutura de dados decide como e quem gere os processos e o conhecimento resultante, o que, por sua vez, afeta o mundo social. Ruppert, Isin e Bigo (2017) colocam o surgimento de práticas como *data science*, *data mining* e *data analysis* como uma reconfiguração de poder e conhecimento. Sem entender “as condições de possibilidade dos dados”, é difícil “intervir ou moldar a política de dados se por isso se entende a transformação de sujeitos de dados em cidadãos de dados” (Ruppert, Isin & Bigo, 2017, p. 1). Concordando, Hintz, Dencik e Wahl-Jorgensen dizem que, se a cidadania hoje é baseada no uso ativo de dados e na participação, a sua legitimação requer uma compreensão das tecnologias, das estruturas e agentes que a tornam possível, bem como dos seus interesses, e de como eles podem ser usados em práticas comuns (Hintz, Dencik & Wahl-Jorgensen, 2017, p. 735). Consequentemente, a literacia de dados envolvendo proficiência dos mesmos, bem como o acesso a ferramentas e a possibilidade de explorar a análise de dados, também precisa de ser abordada.

Quando as pessoas têm acesso a competências, meios e oportunidades, o ativismo de dados acontece. Vários exemplos mostram como estes três fatores trabalharam juntos no ativismo de dados. O primeiro é a apropriação e o uso de *drones*, concebidos originalmente para fins militares, como um método para produzir dados e contra-mapas que se opunham à “apropriação de terras” governamentais na Indonésia (Radjawali & Pye, 2015). Radjawali e Pye afirmam que, para fazer esses mapas, os desafios passaram pelo aproveitamento das seguintes circunstâncias: a) as competências especializadas para operar os drones, produzir planeamento espacial e interpretar dados e imagens de satélite; b) os fundos para gerar fotografias aéreas de alta resolução capazes de capturar imagens claras (que foram disponibilizadas por doadores externos); e c) a relativa liberdade que permitiu que as comunidades que geriam os drones prestassem depoimento em tribunal contra as grandes corporações de *data mining*, em 2009 (Radjawali & Pye, 2015, p. 3). Este exemplo também mostra que os dados não são o objetivo final neste tipo de ativismo; eles são uma ferramenta teleológica para atingir objetivos de campanha ou mobilização. O segundo exemplo é um estudo sobre o que faz um mapa mobilizar pessoas, mostrando que, além de recursos e ocasião, o emprego de conjuntos de dados ricos e complexos também é crucial; isto é, no ativismo de dados baseado em mapas, a credibilidade associada aos dados é essencial para incitar os seguidores a agir (Gutierrez, 2019a). Os casos examinados em Gutierrez (2019a) ilustram que mesmo o mapa ativista mais participativo depende do conhecimento tecnológico das pessoas que participam e colaboram no processo. Noutro estudo comprova-se que os esforços de dados – sejam eles ativistas ou não – geralmente dependem da participação dos cidadãos, pelo menos como repórteres de dados (Gutierrez, 2019b). Essas noções – as competências exigidas para o exercício da agência de dados e a participação *de facto* dos cidadãos em projetos de dados de todos os tipos – sugerem que os cidadãos comuns são muito mais engenhosos do que o previsto e confirma a ideia de que o *comum* se aplica se as práticas de dados se tornam correntes, e não se os cidadãos têm ou não conhecimento especializado. Além disso, os não especialistas podem tornar-se especialistas fazendo; isto é, participando cidadãos comuns adquirem nova consciência e poder

(Baum, 2015). Gerar a terceira condição para a literacia de dados – a oportunidade –, parece então outro fator para resgatar a participação.

A literacia de dados poderia ser também empregada como uma perspetiva para analisar como as pessoas se envolvem com os dados, redirecionando a atenção da academia para as circunstâncias em que os utilizadores agem em “proprietary digitised environments” (Pybus, Cote & Blanke, 2015, p. 4). Dada a disparidade entre aqueles que normalmente geram dados, pessoas e aqueles que ganham valor a partir de dados, corporações e governos, “é necessário abrir novas formas de literacia digital, tais como literacia de privacidade, literacia de informação, literacia de código, literacias algorítmicas, literacias de banco de dados e assim por diante” (Pybus et al., 2015, p. 4). Gray, Bounegru, Milan e Ciuccarelli (2016) falam sobre “literacia da infraestrutura de dados”. Estas novas formas de literacia representam também áreas de oportunidade ativista. Com base em Baack (2015), essas áreas incluem um novo foco na abertura e no compartilhamento de dados, o que interromperia o monopólio de governos e empresas sobre dados; transferir o modelo de participação de código aberto – que é descentralizado, flexível, colaborativo, *peer-to-peer* e livre – para a participação política e um novo interesse nos mediadores como meios necessários para aceder a dados (por exemplo, jornalistas de dados e ativistas que abrem os seus conjuntos de dados para escrutínio público e livre). Sobre o último ponto, Hintz, Dencik e Wahl-Jorgensen observam que “a função de vigilância que tradicionalmente atribuímos ao jornalismo é crítica” (Hintz et al., 2017, p. 735). Baack sugere que as práticas e ideias do movimento de dados abertos são relevantes porque “ajudam a entender como a informação pode apoiar a agência de públicos e atores fora do grande governo e grandes negócios” (Baack, 2015, p. 1). A implicação é que, não apenas as pessoas devem integrar a literacia de dados no conjunto das suas competências democráticas, mas também que o ativismo e a colaboração com mediadores de dados são necessários para abrir espaços para a aplicação da literacia dados.

DISCUSSÃO

Este artigo termina com as perguntas iniciais. Como é que as pessoas comuns participam das práticas de dados? Qual é a intensidade participativa suficiente ou possível nas práticas comuns de dados? Em primeiro lugar, parece que, neste contexto, é mais interessante usar o termo *comum* em associação com a incorporação prática de dados nas vidas quotidianas das pessoas. Isto é, se o exercício da agência de dados se torna comum. Em segundo lugar, os cidadãos estão cada vez mais envolvidos com a infraestrutura de dados, atingindo as competências, os recursos e as oportunidades de explorá-la, transformando-a progressivamente num objeto comum. No entanto, para ocupar os altos cargos de decisão nas iniciativas de dados em todos os níveis (como trabalhadores, implantadores, utilizadores, repórteres e tecnoagentes), os cidadãos precisam de aumentar a intensidade do seu envolvimento com a infraestrutura de dados, o que também depende do seu nível de literacia de dados.

Por que é que a participação dos cidadãos na infraestrutura de dados é importante hoje em dia? A datificação de tudo apresenta um novo ambiente para participação

política real, que requer agência cognitiva e literacia de dados como pontos de entrada, e resulta em novas práticas tecnopolíticas. O impedimento para a agência de dados pode ser intencional ou não. A participação hoje é ameaçada pela vigilância corporativa e governamental baseada em dados (Hintz et al., 2017, p. 732). A datificação fornece oportunidades massivamente aumentadas para entender, prever, abordar e manipular os cidadãos como indivíduos em tempo real (Tufekci, 2014). Estudos críticos alertaram sobre os perigos de deixar as decisões de dados ao mercado livre, às corporações ou até mesmo aos governos. Quer os impedimentos sejam intrínsecos à infraestrutura de dados, quer sejam impostos deliberadamente, fazem parte da “ambivalência” da tecnologia, que se refere, por um lado, a como é empregada para perpetuar hierarquias e garantir a continuidade do poder e, por outro lado, como uma ferramenta para minar essas mesmas hierarquias (Feenberg, 1999, p. 76). Tornar a infraestrutura de dados *comum* – uma questão chave para a democracia, porque a dataficação muda a natureza da vida cívica e aumenta os requisitos para participação – e aproveitar a sua ambivalência para “fazer o bem” (Kennedy, 2016, p. 71) requer mais do que o trabalho de um grupo de pesquisadores nos estudos críticos de dados; exige a participação ativa de pessoas comuns e organizações, promovendo oportunidades para criar os dados e para a sua utilização efetiva.

Para resgatar a participação e diminuir os patamares de entrada, questões como os dados e a ansiedade a eles associada devem ser abordadas; a literacia de dados – como, por exemplo, o acesso a dados, meios e oportunidades – deve aumentar, e novos espaços colaborativos para legitimar a agência de dados devem ser criados para que a infraestrutura de dados se torne um objeto comum no envolvimento cívico. Pessoas e organizações já estão a trabalhar nesse sentido. Exemplos como o Medialab-Prado, em Madrid, que convida regularmente jornalistas, artistas, engenheiros e analistas de dados para trabalhar em conjunto para modelar projetos de dados, têm resultado em projetos em progressão, como o caso de Espanha em *llamas*⁵; DataKind, que incentiva cientistas de dados a trabalhar *pro bono* com organizações sociais⁶; Data Science for Social Good, que treina cientistas de dados para lidar com problemas sociais, transferindo competências de dados no processo⁷ e Good Data, um projeto e um livro que expõe práticas éticas de dados, num processo de baixo para cima⁸, revelam que as diferentes sensibilidades da sociedade podem utilizar os dados em torno do ativismo cívico. ✍

Tradução: Ana Duarte Melo e Fábio Ribeiro

⁵ Ver http://medialab-prado.es/article/que_es

⁶ Ver <http://www.datakind.org/about>

⁷ Ver <http://dssg.io/projects/>

⁸ Ver <http://networkcultures.org/blog/publication/tod-29-good-data/>

NOTA DE TRADUÇÃO

Tendo em conta que a versão original deste texto, em Inglês, apresenta diversos termos/neologismos cuja tradução para Português sugere diversas dificuldades, os tradutores entenderam manter o(a) conceito/expressão utilizado(a) de modo a representar a ideia inicial do modo mais aproximado possível.

REFERÊNCIAS

- Adelson, R. (2014, 29 de agosto). Nervous about numbers. Retirado de www.psychologicalscience.org/observer/nervous-about-numbers
- Alvarez, R. M. & Hall, T. E. (2008). *Electronic elections: the perils and promises of digital democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216-224.
- Association for Computing Machinery (2006). *Data mining curriculum: a proposal*. Retirado de www.kdd.org/curriculum/index.html
- Baack, S. (2015). Datafication and empowerment: how the open data movement re-articulates notions of democracy, participation, and journalism. *Big Data & Society*, 2(2), 1-11. <https://doi.org/10.1177/2053951715594634>
- Bacon, J. (2009). *The art of community: building the new age of participation (theory in practice)*. Sebastopol: O'Reilly Media, Inc.
- Baum, H. S. (2015). Citizen participation. In J. D. Wright, *Elsevier international encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 625-630). Londres: Elsevier.
- Beer, D. (2009). Power through the algorithm? Participatory web cultures and the technological unconscious. *New Media & Society*, 11(6), 985-1002. <https://doi.org/10.1177/1461444809336551>
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Carlson, A. (2018, 8 de junho). *Good data: challenging the colonial politics of knowledge*. Retirado de <https://data-activism.net/2018/06/bigdatasur-blog-33-good-data-challenging-the-colonial-politics-of-knowledge/>
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford: Oxford University Press.
- Conselho da Europa. (2017, 27 de setembro). *Guidelines for civil participation in political decision making*. Retirado de <https://rm.coe.int/guidelines-for-civil-participation-in-political-decision-making-en/16807626cf>
- Conselho de Direitos Humanos. (2014). *Factors that impede equal political participation and steps to overcome those challenges*. Retirado de https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session27/Documents/A_HRC_27_29_ENG.doc
- Couldry, N. (2013). *A necessary disenchantment: myth, agency and injustice in a digital world*. Retirado de <http://www.lse.ac.uk/media@lse/documents/MPP/Nick-Couldrys-LSE-INAUGURAL-SCRIPT.pdf>
- Couldry, N. & Powell, A. (2014). Big Data from the bottom up. *Big Data & Society*, 1(2), 1-5. <https://doi.org/10.1177/2053951714539277>

- Cukier, K. & Mayer-Schoenberger, V. (2013). The rise of Big Data: how it's changing the way we think about the world. *Foreign Affairs*, 92(3), 28-40.
- Dahlberg, L. & Siapera, E. (2007). *Radical democracy and the internet: interrogating theory and practice*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- de Soto, P. (2014). *Los mapas del #15M: el arte de la cartografía multitud conectada*. Retirado de <https://tecnopolitica.net/sites/default/files/pablodesoto.pdf>
- Dodge, M. & Kitchin, R. (2008). Software, objects and home space. Retirado de https://personalpages.manchester.ac.uk/staff/m.dodge/Software_objects_and_home_space.pdf
- Feenberg, A. (1999). *Questioning technology*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Fernández-Martínez, J. L., García-Espín, P. & Jiménez-Sánchez, M. (2019). Participatory frustration: the unintended cultural effect of local democratic innovations. *Administration & Society*. <https://doi.org/10.1177/0095399719833628>
- Fischer, C. S. (1994). *America calling: a social history of the telephone to 1940*. Berkeley: University of California Press.
- Fox, S. (2015). Apathy, alienation and young people: the political engagement of British millennials. Retirado de <http://eprints.nottingham.ac.uk/30532/1/Final%20Corrected%20Version%20-%20Apathy,%20Alienation%20and%20Young%20People%20The%20Political%20Engagement%20of%20British%20Millennials.pdf>
- Fuchs, C. (2011). Web 2.0, prosumption, and surveillance. *Surveillance and Society*, 8(3), 288-309. <https://doi.org/10.24908/ss.v8i3.4165>
- García Rey, M. & Garrido, H. (2016). Datos sepultados bajo la ceniza (metodología). Retirado de <http://espanaenllamas.es/datos-sepultados-bajo-la-ceniza-metodologia/>
- Gray, J., Bounegru, L., Milan, S. & Ciuccarelli, P. (2016). Ways of seeing data: towards a critical literacy for data visualizations as research objects and research devices. In S. Kubitschko & A. Kaun (Eds.), *Innovative methods in Media and Communication Research* (pp. 290-325). Londres: Palgrave Macmillan.
- Gutierrez, M. (2018a). *Data activism and social change*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Gutierrez, M. (2018b). Maputopias: cartographies of knowledge, communication and action in the big data society – the cases of Ushahidi and InfoAmazonia. *GeoJournal*, 84(1), 101-120. <https://doi.org/10.1007/s10708-018-9853-8>
- Gutierrez, M. (2018c). The public sphere in light of data activism. *Krisis*, 1.
- Gutierrez, M. (2019a). Cartographic emotions: how interactive maps mobilize people in geoactivism. In N. M. Engebretsen & H. Kennedy (Eds.), *Data Visualization in Society*. Amesterdão: Universidade de Amesterdão.
- Gutierrez, M. (2019b). The good, the bad and the beauty of “Good enough data”. In A. Daly, K. Devitt & M. Mann (Eds.), *Good data: theory on demand*, 29 (pp. 54-76). Amesterdão: Institute of Network Cultures. Retirado de <http://ceem.unsw.edu.au/sites/default/files/documents/An%20Energy%20Data%20Manifesto%20-%20Chapter.pdf>
- Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: The MIT Press.

- Hearn, A. (2008). "Meat, Mask, Burden": probing the contours of the branded "self". *Journal of Consumer Culture*, 8(2), 197-217. <https://doi.org/10.1177/1469540508090086>
- Hintz, A., Dencik, L. & Wahl-Jorgensen, K. (2017). Digital citizenship and surveillance society. *International Journal of Communication*, 11, 731-739.
- Kekic, L. (2007). The Economist Intelligence Unit's index of democracy. Retirado de http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY_INDEX_2007_v3.pdf
- Kennedy, H. (2016). *Post, mine, repeat: social media data mining becomes ordinary*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Kennedy, H. & Hill, R. (2017). The feeling of numbers: emotions in everyday engagements with data and their visualisation. *Sociology*, 52(4), 830-848. <https://doi.org/10.1177/0038038516674675>
- Kurban, C., Peña-Lopez, I. & Haberer, M. (2016). What is technopolitics? A conceptual scheme for understanding politics in the digital age. In *Atas da 12ª Conferência Internacional Internet, Law & Politics*, Barcelona. Retirado de http://ictlogy.net/presentations/20160707_can_kurban_ismael_pena-lopez_maria_haberer_-_what_is_technopolitics_conceptual_scheme.pdf
- Lash, S. (2007). Power after hegemony: Cultural Studies in mutation? *Theory, Culture & Society*, 24(55), 55-78. <https://doi.org/10.1177/0263276407075956>
- McCarthy, A. (2008). From the ordinary to the concrete: Cultural Studies and the politics of scale. In M. White & J. Schwoch (Eds.), *Questions of method in Cultural Studies* (pp. 21-53). Oxford: Wiley Blackwell.
- Milan, S. (2013). *Social movements and their technologies: wiring social change*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Milan, S. (2015). Liberated technology: inside emancipatory communication activism. In E. Gordon & P. Mihailidis (Eds.), *Civic media: technology, design, practice* (pp. 107-124). Massachusetts: The MIT Press.
- Milan, S. & Gutierrez, M. (2015). Citizens' media meets Big Data: the emergence of data activism. *Mediaciones*, 14, 120-130.
- Mossberger, K., Tolbert, C. J. & McNeal, R. S. (2008). *Digital citizenship: the internet, society, and participation*. Cambridge: MIT Press.
- Naik, R. (2017, 3 de outubro). *Let's take back control of our data – it's too precious to leave to the tech giants*. Retirado de <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/oct/03/data-tech-giants-trail-digital-age>
- Papacharissi, Z. (2019). The virtual sphere: the internet as a public sphere. In M. Stempfhuber & E. Wagner (Eds.), *Praktiken der Überwachten* (pp. 43-60). Würzburg: Springer VS. <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-658-11719-1>
- Puschmann, C. & Burgess, J. (2013). The politics of Twitter data. *HIIG Discussion Paper Series*, 2013-01. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2206225>
- Pybus, J., Cote, M. & Blanke, T. (2015). Hacking the social life of Big Data. *Big Data & Society*, 2(2). <https://doi.org/10.1177/2053951715616649>
- Quintanilha, T. (2018). A contribution to the debate on the redefinition of the networked public sphere based on Portuguese public participation in cyberspace. *Comunicação e Sociedade*, 34, 287-304. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2950](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2950)

- Radjawali, I. & Pye, O. (2015). *Counter-mapping land grabs with community drones in Indonesia – land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia*. Comunicação apresentada na International Academic Conference, Chiang. Retirado de http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Research_and_projects/Research_networks/LDPI/CMCP_8o-Radjawali_and_Pye.pdf
- Ruppert, E., Isin, E. & Bigo, D. (2017). Data politics. *Big Data & Society*, 4(2), 1-7. <https://doi.org/10.1177/2053951717717749>
- Sampedro, V. (2011). Públicos y recursos tecnopolíticos: minorías insatisfechas y diques a la participación. In V. Blanco (Ed.), *Cibercampaña: cauces y diques para la participación* (pp. 11-39). Madrid: UCM Editorial Complutense.
- Sampedro, V. (2014). *El cuarto poder en red*. Barcelona: Icaria.
- Sampedro, V. (2018). *Dietética digital: para adelgazar al gran hermano*. Madrid: Icaria.
- Sanborn, H. (2017). Broken back? Efficacy and participation in Asia's democracies. *Asian Journal of Comparative Politics*, 3(1), 13-24. <https://doi.org/10.1177/2057891117699091>
- Schudson, M. (1998). *Changing concepts of democracy*. Comunicação apresentada na Conferência "Democracy and Digital Media", Massachusetts. Retirado de <http://web.mit.edu/m-i-t/articles/schudson.html>
- Simonite, T. (2018, 17 de agosto). AI is the future – but where are the women? Retirado de <https://www.wired.com/story/artificial-intelligence-researchers-gender-imbalance/>
- Striphas, T. (2015). Algorithmic culture. *European Journal of Cultural Studies*, 18(4-5), 395-412.
- Thomas, S. (2018). Democratic deficits and digital compensation: the digital promises revisited. In T. Joseph & S. Joseph (Eds.), *Deliberative democracy. Understanding the Indian experience* (pp. 142-159). Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429486340>
- Tufekci, Z. (2014). Engineering the public: internet, surveillance and computational politics. *First Monday*, 19(7). <https://doi.org/10.5210/fm.v19i7.4901>
- Turkoglu, N. (2011). Mediated public voices need theory to be heard. *Management Communication Quarterly*, 27, 141-158.
- Uldam, J. & Vestergaard (Eds.) (2015). *Civic engagement and social media: political participation beyond protest*. Londres: Palgrave Macmillan UK.
- van Dijck, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, 12(2), 197-208.
- Wachter-Boettcher, S. (2017). *Technically wrong: sexist apps, biased algorithms and other threats of toxic tech*. Nova Iorque: Norton & Company.
- Wissenbach, K. (2019). Accounting for power in transnational civic tech activism: A communication-based analytical framework for media practice. *The International Communication Gazette*, Online First. <https://doi.org/10.1177/1748048519832779>
- Whittaker, M. et al. (2018). *AI now report 2018*. Retirado de https://ainowinstitute.org/AI_Now_2018_Report.pdf
- Zukin, C., Keeter, S., Andolina, M., Jenkins, K. & delli Carpini, M. X. (2006). *A new engagement?: political participation, civic life, and the changing American citizen*. Oxford: Oxford University Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Miren Gutiérrez é Doutorada em Comunicação. É Diretora do programa de Pós-Graduação “Análise de Dados, Pesquisa e Comunicação” da Universidade de Deusto, em Espanha. Investigadora no Overseas Development Institute (ODI), em Londres, e no projeto Datactive, na Universidade de Amsterdão, desenvolve pesquisa sobre ativismo de dados, nomeadamente a mudança social que é promovida pela utilização ativa dos dados digitais por parte de pessoas e organizações tendo em vista uma mudança social. Recentemente publicou o livro *Data activism and social change*, editado pela Palgrave-Macmillan.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1527-3434>

Email: m.gutierrez@deusto.es

Morada: Universidade de Deusto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos de Comunicação, Camino de Mundaiz 50, 20012 - San Sebastián, Espanha

* **Submetido: 30/03/2019**

* **Aceite: 30/06/2019**

PARA ALÉM DOS OBSTÁCULOS: EXPERIÊNCIAS DE CONSULTAS PÚBLICAS E A POSSIBILIDADE DE ÉTICA E RELEVÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO

Maria Fernandes-Jesus

Centro de Investigação e Intervenção Social, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal

Eunice Castro Seixas

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), Universidade de Lisboa, Portugal

Anabela Carvalho

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

RESUMO

O procedimento de consulta pública tem sido, cada vez mais, utilizado em projetos com impacto ambiental, supostamente como uma forma de assegurar que as preocupações e sugestões das pessoas e das comunidades interessadas e afetadas pelos projetos são tidas em conta. No entanto, esta forma de participação pública tem vindo a ser bastante criticada, por ser uma prática meramente simbólica e sem consequências concretas. Neste artigo, apresentamos um estudo focado no processo de consulta pública relativo ao projeto de construção de uma linha de muita alta tensão entre o Norte de Portugal e a Galiza (Espanha). Especificamente, analisamos discursos de cidadãos relativamente às barreiras à sua participação pública, bem como diversas recomendações para desenvolvimento de processos de consulta pública éticos e relevantes. A análise apresentada é baseada em entrevistas semiestruturadas a 26 pessoas e em cinco grupos focais (N=37) realizados em quatro localidades do Norte de Portugal. A partir dos discursos sobre as diversas experiências de participação, discutimos significados de ética e relevância nas questões de acesso, legitimidade e influência em processos de consulta pública.

PALAVRAS-CHAVE

consulta; discursos; ética; participação pública; relevância

BEYOND THE HINDRANCES: EXPERIENCES OF PUBLIC CONSULTATIONS AND THE POSSIBILITY OF ETHICS AND RELEVANCE IN PARTICIPATION

ABSTRACT

Public consultations are increasingly used in projects with environmental impact, allegedly as a way to ensure that affected people and communities have their concerns recognised and addressed. There have been multiple criticisms of this form of public participation, with consultations frequently viewed as a tokenistic practice. In this study, we focus on a public consultation on extra-high voltage power lines projected to go from northern Portugal to northwestern Spain. We analyse citizens' discourses regarding hindrances to participation as well as envisaged possibilities to improve it. The study draws on semi-structured interviews with 26 people and five focus groups discussions (N=37) carried out in localities in the north of Portugal that would be affected

by the project. Based on citizens' narrated experiences of participation we discuss the relevance and the ethics of participation in access, standing and influence in public consultations processes.

KEYWORDS

consultation; discourses; ethics; public participation; relevance

INTRODUÇÃO

Com vista a envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão, a participação pública tornou-se, essencialmente nas últimas décadas, um mecanismo bastante utilizado na elaboração de políticas públicas. Por participação pública entende-se um espaço aberto à participação do público, iniciado pelas instituições (*top-down*) (Cornwall, 2002). A participação pública pode ser definida como um processo de envolvimento do público na formulação, adoção e implementação das agendas governamentais e/ou corporativas (Fishkin, 2009; Rowe & Frewer, 2004). Normalmente, implica uma ou mais formas de interação entre o governo (ou outra instituição política responsável) e o público (O'Faircheallaigh, 2010), e pressupõe que as sugestões do público serão tidas em conta na elaboração de políticas públicas (Rowe & Frewer, 2000, 2004). Importa salientar que, tal como outras formas de participação (e.g., Carpentier, 2012; Ekman & Amnã, 2012), a participação pública é um fenómeno complexo e o próprio termo é bastante contestado (Rowe & Frewer, 2004). Uma definição compreensiva de participação pública deve reconhecer os seus vários níveis e formatos. Neste sentido, várias propostas têm procurado analisar a participação pública como um processo contínuo, em que os níveis mais elevados de participação corresponderiam ao controlo – pelos cidadãos – de todo o processo e dos resultados da participação (Arnstein, 1969)¹. Dentro das diversas formas de participação pública, a consulta pública tem sido um dos procedimentos mais utilizados (Kaehne & Taylor, 2016; Senecah, 2004). Contudo, apesar da inúmera literatura existente, são poucas as evidências de que as consultas públicas permitam aos cidadãos influenciarem os processos de tomada de decisão (Kaehne & Taylor, 2016; van Damme & Brans, 2012). Pelo contrário, vários estudos sugerem que a consulta pública é um procedimento excessivamente *top-down*, colocado à disposição da população meramente como uma formalidade (e.g., Hendry, 2004; Martin, 2007).

Neste sentido, torna-se fundamental responder à seguinte questão: “o que são processos de participação de qualidade?”. Vários estudos têm procurado definir e caracterizar os ingredientes responsáveis por processos de participação pública bem-sucedidos (e.g., Rowe & Frewer, 2000, 2004; Rowe, Horlick-jones, Walls, Poortinga & Pidgeon, 2008; Webler & Tuller, 2006). No entanto, a maioria dos estudos desconsidera as vozes e as experiências dos cidadãos que participam nos processos de consulta pública. Torna-se assim fundamental compreender o modo como as pessoas avaliam os processos de participação, e também compreender quais as expectativas dos cidadãos relativamente

¹ Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

à participação pública (Webler & Tuler, 2006), de forma a potenciar o desenvolvimento de processos de participação pública éticos e relevantes (Fox & Murphy, 2012)². Neste artigo, discutimos possibilidades de desenvolver processos de consulta pública éticos e relevantes, a partir de recomendações para a adoção de um código de ética nos processos de participação pública (Fox & Murphy, 2012)³ e inspiradas por abordagens críticas sobre a “ética do cuidado” (e.g., Scourfield & Burch, 2010; Tronto, 2010).

Especificamente, examinamos um processo de consulta pública, decorrido em 2013, sobre o projeto de construção de uma Linha de Muito Alta Tensão (LMAT) entre Barcelos (Norte de Portugal) e Fontefria (Espanha). O projeto previa que a linha permitisse transportar 400 kv, que é o valor máximo que normalmente pode ser projetado (ainda assim, bastante incomum). Para além disso, as torres previstas eram excecionalmente altas, até 75 metros, e as faixas de segurança de 100 metros de largura, estendendo-se por várias centenas de quilómetros em Portugal. A rota atravessaria uma área territorial bastante diversificada, incluindo partes de floresta, terrenos de agricultura de pequena-escala e vários tipos de localidades habitadas. A rota projetada não incluiria cidades, mas um número significativo de aldeias e outras áreas residenciais seriam diretamente afetadas. De acordo com a lei portuguesa (Decreto-Lei n.º 69/2000 e mudanças introduzidas com o Decreto-Lei n.º 197/2005), é obrigatória a realização de uma Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) dos projetos que visam a construção de linhas aéreas de transporte de eletricidade com uma voltagem igual ou superior a 220 kv, cujo cumprimento seja superior a 15km e que tenham subestações com linhas acima de 110 kv (Decreto-Lei n.º 69/2000, Anexo 1, 19). O procedimento da consulta pública “visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos dos interessados sobre cada projeto sujeito a AIA” (Decreto-Lei 197/2005, artigo 2, alínea f). Neste contexto, o “público interessado” refere-se aos “titulares de direitos subjetivos ou de interesses legalmente protegidos, no âmbito das decisões tomadas no procedimento administrativo de AIA, bem como o público afetado ou suscetível de ser afetado por essa decisão, designadamente as organizações não governamentais de ambiente (ONGA)” (Decreto-Lei n.º 197/2005, artigo 2, alínea r).

Relativamente ao projeto de construção da LMAT no Norte de Portugal, o Estado português determinou que a consulta pública estivesse aberta por um período de 30 a 50 dias e que o formato de consulta fosse a submissão de comentários escritos. Parte do projeto poderia ser consultado nos edifícios das juntas de freguesia e das câmaras municipais interessadas. No total, foram submetidas 178 contribuições por parte dos municípios, das juntas de freguesia, de associações locais, empresas, partidos políticos e cidadãos (Lusa, 2015). Simultaneamente, várias comunidades locais contestaram o projeto, (por vezes, através da organização e mobilização coordenada entre os dois países afetados) através de diversas manifestações e protestos, e do boicote às eleições europeias de 2015. Contudo, é ainda pouco claro que impacto estas e outras mobilizações tiveram na decisão de suspender o projeto por parte das entidades competentes. De facto, atualmente o projeto encontra-se suspenso, e a decisão final não foi formalmente publicada.

² Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

³ Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

Neste artigo, a análise apresentada foca-se essencialmente nos discursos dos cidadãos relativamente a questões relacionadas com o seu acesso, legitimidade⁴ e influência (Senecah, 2004) na consulta pública. Procurámos responder às seguintes questões: que obstáculos existem nos processos de consulta? O que é um processo de consulta pública ético e relevante? O que é isso significa para as pessoas? Que papel poderão as consultas públicas ter na revitalização da participação? Em última instância, este estudo procura ir além do foco no que está “errado” ou é “negativo” no procedimento de consulta pública, e visa contribuir para a construção de abordagens que permitam resgatar a participação, mesmo em formatos formais e tradicionais. Ao abordamos estas questões a partir das experiências narradas pelas pessoas que foram convidadas (mesmo que não nominalmente) a participar no processo de consulta pública, refletimos sobre dimensões mais gerais relacionadas com a relevância e a ética de processos de participação pública.

ÉTICA E RELEVÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A literatura na área da participação tem vindo a ser marcada por duas linhas de investigação distintas. Enquanto diversos autores enfatizam um declínio acentuado nos níveis de participação formal (e.g., Amnå & Ekman, 2014; Dassonneville & Hooghe, 2018; Putnam, 2000), outros focam-se na análise de formas não convencionais de participação na esfera política (e.g., Dalton, 2008, 2015; Norris, 2002, 2011). A ideia de que a participação é um princípio vital de qualquer sociedade democrática e que implica necessariamente o envolvimento ativo dos cidadãos nos processos de tomada de decisão política tem sido transversal ao debate sobre o declínio ou a emergência de formas de participação (Fishkin, 2009). Deste modo, os processos de participação devem providenciar as ferramentas necessárias para que todos os cidadãos possam ter as mesmas oportunidades de influenciar as decisões governamentais, assegurando assim a condição fundamental de igualdade política (Verba, 2003), que permite a manutenção do sistema democrático e é um garante da respetiva qualidade (Verba, 2003; Verba, Schlozman & Brady, 1995). Não obstante a tendência para considerar a participação pública como algo intrinsecamente “bom”, que apresenta vários benefícios para a democracia (e.g., Stewart & Sinclair, 2007), o modo como os processos de participação pública são desenhados e implementados continua a ser bastante controverso (e.g., Arnstein, 1969; Hendry, 2004; O’Faircheallaigh, 2010). Neste aspeto, vários autores têm vindo a questionar a “utilidade”, “eficácia” e “produtividade” dos processos de participação pública, nomeadamente na capacidade de melhorar os processos de tomada de decisão e/ou as relações comunitárias (Rowe et al., 2008; Rowe & Frewer, 2000, 2004; Senecah, 2004). Neste sentido, tem sido sugerido que os processos de participação pública sejam avaliados através de um conjunto de critérios pré-definidos, nomeadamente relacionados com o reconhecimento do processo e com o próprio processo de participação. Os critérios

⁴ “Standing” foi o termo originalmente proposto por Senecah (2004). Tivemos dificuldade em encontrar um termo equivalente na língua portuguesa. Optámos pelo termo “legitimidade”, que nos pareceu ser adequado para representar a posição/lugar/estatuto reconhecido aos cidadãos nos processos de participação pública, e que vai de encontro à definição proposta de “standing”.

relacionados com o reconhecimento referem-se essencialmente a dimensões associadas com o nível de representatividade, independência, influência e transparência. Por sua vez, os critérios associados com o processo de participação, prendem-se essencialmente com o modo como a tarefa é definida, o nível de acessibilidade dos recursos e o tipo de estrutura utilizada na tomada de decisão, bem como a relação entre custos e benefícios associados ao processo (Rowe et al., 2008; Rowe & Frewer, 2000, 2004).

Ao considerarem que estes critérios são universais, estas perspetivas negligenciam a importância das experiências subjetivas de participação e o papel de variáveis contextuais. Neste sentido, Webler e Tuler (2006) defendem que a definição de um processo de participação realmente significativo não é necessariamente algo consensual. Por sua vez, Baker e Chapin (2018) argumentam que os principais pontos de discordância estão relacionados com a influência que variáveis contextuais podem ter, nomeadamente dimensões relacionadas com a distribuição de poder, liderança, confiança, transparência e abertura política.

Apesar de ser possível identificar uma mudança no sentido de uma abordagem compreensiva e contextual dos processos de participação pública, a maior parte da investigação realizada continua ainda a privilegiar critérios bastante instrumentais. De facto, poucos estudos têm procurado examinar os processos de participação pública na perspetiva dos cidadãos leigos. Senecah (2004), na sua “teoria prática” chamada “Trindade da Voz”, analisou estes processos focando-se em dimensões relacionadas com o acesso, a legitimidade, e a influência. Com base nesta proposta, as questões de acesso, legitimidade processual e influência devem ser guiadas por uma relação contínua de construção de confiança, de modo a potenciar o desenvolvimento da comunidade e a promover a coesão comunitária (Senecah, 2004). Senecah (2004) propõe assim uma análise do modo como as pessoas falam sobre as suas experiências de participação, nomeadamente sobre as oportunidades de expressar as suas escolhas e opiniões (acesso); a legitimidade cívica do processo de participação, incluindo o respeito, estima e consideração que as opiniões das pessoas recebem (legitimidade); e o impacto que estas vozes têm no processo de tomada de decisão (influência). Consideramos que a abordagem proposta por Senecah (2004) representa uma inflexão na forma como a participação pública é tendencialmente analisada, uma vez que procura incentivar análises focadas no processo de participação e não no produto/resultado da participação (Davies, 2001). Neste sentido, a teoria referida providencia uma estrutura relevante que permite olhar para a ética das consultas públicas.

Vários autores têm vindo a sugerir a necessidade de desenvolver um código de ética para utilizar nos processos de participação pública, de modo a assegurar que os processos têm um propósito e capacidade de influência (Baker & Chapin, 2018; Davies, 2001; Fox & Murphy, 2012; Senecah, 2004). Por exemplo, a Associação Internacional de Participação Pública⁵, desenvolveu uma lista de orientações que sugere a necessidade de assegurar os seguintes princípios: propósito, confiança e credibilidade do processo, transparência e abertura ao público, acesso ao processo e respeito pelas comunidades. No entanto, apesar

⁵ Informação retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

das várias propostas, os códigos de ética desenvolvidos até então consistem meramente numa lista de aspirações que devem guiar a intervenção dos especialistas (Conrad, Cassar, Christie & Fazey, 2011)⁶, e cuja implementação depende dos atores com mais poder (que normalmente são as entidades governamentais ou empresas) (Fox & Murphy, 2012).

Salvaguardar a ética nos processos de consulta pública implica desafiar relações de poder pré-existentes (Cornwall, 2002), de modo a assegurar que as preocupações das pessoas (com menos poder) são reconhecidas e consideradas como legítimas através de processos democráticos de tomada de decisão (O’Faircheallaigh, 2010). Cabe à entidade que lidera o processo de consulta garantir que não existe qualquer violação dos princípios éticos, o que passa por não permitir mentiras, quebra de promessas; manipulação; convidar o público a participar apenas em algumas fases; potenciar participação apenas como uma formalidade, etc. (Fox & Murphy, 2012). De forma sucinta, implica necessariamente considerar as necessidades, contribuições e perspetivas dos diferentes atores envolvidos no processo. Segundo Senecah (2004), implica providenciar oportunidades de acesso, legitimidade e influência. Envolve também olhar para as consultas públicas como espaços de (des)politização onde diferentes subjetividades políticas podem (ou não) emergir, ser ouvidas e/ou tidas em consideração (Krause & Schramm, 2011). Num contexto de participação pública politizada, os cidadãos teriam oportunidades de exercer agência política (Carvalho, Wessel & Maesele, 2016) e de debater diferentes possibilidades e alternativas (Pepermans & Maesele, 2016).

Inspiradas pelos vários estudos e propostas teóricas referidas anteriormente (e.g., Fox & Murphy, 2012; Krause & Schramm, 2011; Senecah, 2004; Tronto, 2010)⁷, propomos, neste artigo, que os processos de participação pública possam ser considerados éticos quando se reúnem as seguintes condições: as questões de acesso, legitimidade e influência (Senecah, 2004) são percecionadas como transparentes e de confiança pelos vários atores envolvidos; o público interessado tem oportunidade de participação, e os recursos e ferramentas de participação são acessíveis; as visões e opiniões do público são valorizadas no processo de tomada de decisão; o poder é igualmente partilhado, e a comunidade local tem poder para influenciar todas as fases do processo; e finalmente, todas as pessoas interessadas no processo têm acesso igual e justo ao processo de participação pública.

Neste artigo, analisamos estes aspetos através de uma abordagem discursiva, que procura dar centralidade às dimensões éticas nas questões de acesso, legitimidade e influência (Senecah, 2004). Fazemo-lo através da análise das experiências narradas pelos cidadãos, o que constitui uma abordagem inovadora na forma como se analisam os processos de participação pública. De facto, apesar de vários estudos terem vindo a sugerir a necessidade de estabelecer princípios éticos para a participação pública (Fox & Murphy, 2012; Rowe & Frewer, 2004)⁸, poucos estudos analisaram os processos de consulta pública através de uma abordagem discursiva, especialmente dando ênfase às dimensões éticas ou a partir da perspetiva dos cidadãos.

⁶ Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

⁷ Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

⁸ Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

DESENHO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS

Este estudo assume uma abordagem metodológica qualitativa, através da combinação de entrevistas e grupos focais. No total, analisamos 15 entrevistas individuais, cinco entrevistas em grupos e cinco grupos focais. Os dados foram recolhidos entre março e maio de 2014. A combinação de entrevistas e de grupos focais permitiu a análise de uma variedade de discursos sobre experiências de participação pública, bem como das possibilidades de ação política em processos de consulta pública (Häkli & Kallio, 2014).

ENTREVISTAS

As entrevistas foram conduzidas nas quatro localidades abrangidas pelo projeto de construção da LMAL: Barcelinhos (concelho de Barcelos), Gemieira (Ponte de Lima), Ribeira (Ponte de Lima), e Monção (Monção). No total, foram entrevistadas 26 pessoas, com uma duração média de cerca de 16 minutos por entrevista.

Quinze pessoas foram entrevistadas individualmente e cinco entrevistas foram conduzidas em pequenos grupos (duas a três pessoas por grupo; um participante foi entrevistado em ambos os formatos). Utilizou-se uma amostra de conveniência (Etikan, Musa & Alkassim, 2016), sendo que a maior parte das entrevistas foram conduzidas em espaços públicos, nomeadamente cafés, jardins e praças (outras decorreram noutro tipo de espaços públicos como: uma loja, um hotel e uma junta de freguesia). Tendo em conta que esses espaços públicos (e.g., cafés, praças) continuam a ser importantes pontos de encontro nas vilas e aldeias, os habitantes foram abordados e convidados a participar no estudo nesses contextos “naturais”. A amostra é constituída por habitantes que quando abordados nesses “contextos naturais”, aceitaram participar no estudo (Etikan et al., 2016). Deste modo, foi possível aceder às dinâmicas de sociabilidade dessas localidades, ainda que de forma limitada. Como encontramos pessoas a frequentar os espaços referidos, ora individualmente ora em pequenos grupos, decidimos conduzir entrevistas em ambos os formatos. A combinação de entrevistas individuais e em grupos naturais permitiu recolher discursos produzidos em vários formatos de interação.

Em termos de caracterização sociodemográfica, a amostra é maioritariamente constituída por homens (18 homens, sete mulheres), com uma média de idade de 54 anos. A distribuição da amostra em termos de idade e género reflete, muito provavelmente, o tipo de população que passa tempo em espaços públicos durante o horário laboral. Apesar de algum enviesamento devido ao facto de termos conduzido as entrevistas durante o horário de trabalho, a média de idade dos entrevistados reflete também as características demográficas de várias vilas e aldeias portuguesas, que nos últimos anos sofreram muito com o êxodo rural.

As primeiras questões colocadas tinham o objetivo de quebrar o gelo, e simultaneamente compreender a ligação dos entrevistados à comunidade local: “é de Barcelinhos? Há quanto tempo vive aqui? Gosta de viver aqui?”. De seguida, exploramos as experiências e perceções sobre participação cívica/política, nomeadamente através de questões relacionadas com a comunidade local dos participantes, e com os motivos para a (não) participação. Num momento posterior, as questões focaram-se no sentimento de influência política (e.g., As pessoas podem contribuir para a alteração de

políticas? De que forma?). De seguida, procurámos compreender se os participantes tinham conhecimento do projeto de construção da LMAT e abordámos as experiências de participação no procedimento de consulta pública (e.g., Já ouviu falar da LMAT? E do processo de consulta pública, ouviu falar? Participou?). Por fim, foram colocadas algumas questões relacionadas com a responsabilidade na tomada de decisão em projetos ambientais (e.g., Quem é que tem responsabilidade para decidir sobre questões como a instalação da linha? Quem é que acha que deveria ter essa responsabilidade?).

GRUPOS FOCAIS

De forma complementar às entrevistas, foram conduzidos vários grupos focais. Essencialmente, o objetivo era aceder aos processos de influência e interação social, confirmados pelas nossas entrevistas de grupo como dimensões importantes e relevantes para a investigação. Ao permitirem recriar algumas dinâmicas sociais de grupos naturais, os grupos focais permitem aceder a tais processos.

Os grupos focais foram realizados em freguesias onde estava prevista a passagem da LMAT, nomeadamente em Barcelinhos, concelho de Barcelos (dois grupos focais); Tangil, concelho de Monção; Ribeira, concelho de Ponte de Lima; e Refóios, concelho de Ponte de Lima (um grupo focal por cada localidade). Os participantes foram recrutados através de organizações e associações locais (e.g., associações ambientalistas, grupos desportivos, escuteiros), recorrendo assim a “grupos naturais”. Tal como proposto por Krueger e Casey (2015), as pessoas que participaram nos grupos focais partilhavam algumas características em comum, e foram recrutadas porque viviam ou trabalhavam nas localidades afetadas pelo projeto de construção da LMAT. Os grupos e organizações locais foram mapeados através de pesquisas na internet, sendo posteriormente convidados a participarem no estudo por email ou telefone. Solicitamos às organizações que recrutassem participantes para os grupos focais, procurando incluir diferentes perfis em termos de género, idade, e perfil de envolvimento com as organizações.

A amostra é novamente maioritariamente masculina (27 homens, 10 mulheres), mas mais jovem do que nas entrevistas (sete participantes tinham entre 18-25 anos; nove entre os 26 e os 35 anos; 16 entre os 36 e os 50 anos, quatro entre 51 e 65 anos; e finalmente um participante tinha mais do que 65 anos). Vinte e nove participantes viviam nas freguesias onde os grupos de discussão decorreram e oito trabalhavam ou tinham uma ligação significativa com o lugar ainda que não fossem residentes. Através dos grupos de discussão procurou-se compreender: a) se os participantes tinham tido conhecimento e se tinham participado no processo de consulta pública, e as visões dos participantes sobre o mesmo; b) impactos da linha de muita alta tensão; c) quem deveria conduzir o processo de consulta pública; d) quem deveria ser responsável pela disseminação de informação e que meios deveriam ser utilizados; e) qual a duração desejável do processo; f) que meios deveriam ser facultados para a participação cívica; g) como é que as opiniões deveriam ser tidas em conta; h) como deveria ser a tomada de decisão. Os grupos de discussão foram conduzidos por duas moderadoras, sendo que uma era responsável pela introdução dos tópicos relevantes para a discussão e a outra estava mais focada nas dinâmicas do grupo (e.g., linguagem corporal, participação desigual).

Durante as sessões dos grupos focais, procurou-se incentivar a partilha de opiniões e experiências por parte de todos os participantes. Por exemplo, sempre que algum dos participantes estava menos participativo, uma das moderadoras dirigia-se diretamente ao participante solicitando que desse a sua opinião. Também procurou incentivar-se que os participantes partilhassem opiniões contraditórias ou dissidentes.

ANÁLISE DOS DISCURSOS

Nesta secção, apresentamos a análise das entrevistas e dos grupos de discussão. A estrutura tem como base uma análise temática guiada pelas noções de acesso, legitimidade e influência propostas por Senecah (2004). O programa Nvivo 12 foi utilizado como apoio e suporte para a organização dos dados. Inspiradas pelas abordagens da Análise Crítica de Discurso (Fairclough & Wodak, 2006) e da Análise Positiva do Discurso (Hughes, 2018), analisamos os discursos dos cidadãos relativamente aos fatores que podem bloquear a participação, tal como as condições necessárias para o desenvolvimento de processos de consulta pública éticos e relevantes. A Análise Crítica de Discurso (ACD) combina “crítica ao discurso e explicação de como o discurso funciona e contribui para a realidade social existente, e é uma base para ação que vise a mudança da realidade social existente em determinados aspetos” (Fairclough, 2014). Noutras palavras, a ACD visa contribuir para a emancipação social através da análise de textos e do modo como esses textos se relacionam com práticas, processos e estruturas sociais. A maioria dos estudos na área da ACD focam-se apenas nos discursos que produzem discriminação, formas de abuso de poder e opressão. Propostas recentes sugerem uma Análise Positiva do Discurso (e.g., Hughes, 2018), o que implica uma análise mais focada nas práticas de linguagem que contrariam os problemas sociais existentes e que sugerem possibilidades e caminhos com vista a uma melhoria das condições sociais. Com base nestas duas abordagens à análise de discurso, neste artigo combinamos uma análise dos sentimentos (expressos) de exclusão e desempoderamento, com uma análise das estratégias propostas pelos cidadãos para reduzir ou eliminar os obstáculos à participação pública.

NARRATIVAS DE EXCLUSÃO: FALTA DE ACESSO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Cerca de metade dos participantes mencionaram a falta de informação, quer em relação ao processo de consulta de pública, quer em relação aos impactos das linhas de muita alta tensão. De facto, a falta de informação foi recorrentemente referida como um dos principais motivos para a não participação na consulta pública. A grande maioria dos participantes atribuíram a responsabilidade pela não participação na consulta à falta de informação ou à ausência de informação adequada. Por exemplo, Manuel e José, residentes no concelho de Monção, referiram não terem tido acesso a nenhuma informação sobre a consulta:

Manuel – Ninguém ouviu falar disso aqui...

Entrevistadora – E o senhor, também não soube da consulta pública que houve?

José – Nada, nada. Que consulta. Nada, nada.

Armando – Não houve consulta nenhuma. Embora eles digam que houve. (Entrevista de grupo, Monção)

Manuel tende a generalizar a sua falta de informação a toda a população da região. Da mesma forma, a própria existência do processo de consulta pública é questionada por José e refutada por Armando. O discurso de Armando revela várias dúvidas sobre a honestidade das entidades e dos técnicos envolvidos na consulta pública. Para além disso, a utilização de expressões vagas como “eles”, típicas dos processos de categorização “nós/eles”, implica implicitamente um “nós” (as pessoas da comunidade). Neste caso, a categoria “eles” representa as pessoas em cargos de poder, e o “nós” as pessoas que foram excluídas dos processos de participação. Este entrevistado deslegitima o processo de consulta, essencialmente porque não chegou aos cidadãos. Adicionalmente, a grande maioria dos participantes referiu que tinha a expectativa de que as instituições públicas partilhassem informação sobre o processo de consulta, bem como sobre os impactos das linhas de muita alta tensão, de forma a que conseguissem “construir uma opinião crítica e sustentada” (Elisa, grupo focal, Barcelinhos 1). Na mesma linha, a falta de suporte e de responsividade por parte das autoridades e instituições, são considerados na literatura como obstáculos significativos à participação pública (Lowndes, Pratchett & Stoker, 2001).

Tal como nas entrevistas, os participantes nos grupos focais sugeriram diversas vezes que o processo de consulta pública tinha sido intencionalmente simulado, desde o início. De facto, o acesso à informação sobre o processo parece não ter sido assegurado de todo, ou então aconteceu tardiamente e/ou de forma inadequada, tal como Helena explicou: “pelo menos nós, foi só na parte final onde já quase mais nada havia a fazer porque já estava tudo decidido (...). Na freguesia só começaram a pedir assinaturas três dias antes [de fechar o processo]” (Helena, grupo focal, Ribeira). Estas e outras críticas estão direta e explicitamente relacionadas com o direito de acesso à consulta pública já que os participantes reclamam não ter tido informação suficiente sobre a consulta pública, em particular sobre a possibilidade de submeterem as suas sugestões (Senecah, 2004).

Ao não se verificarem as condições necessárias para o envolvimento inicial dos cidadãos no processo de consulta, os participantes tendem a perceber todo o processo como enviesado e simulado (Rowe & Frewer, 2000). A maioria dos participantes considera que a falta de informação e má gestão do processo foi deliberada e intencional, com o propósito de evitar contestação pública. Verifica-se assim um problema de falta de confiança relativamente aos processos de participação pública iniciados pelo Estado, o que provavelmente tende a influenciar a decisão de não participar em tais processos. Tal como referido por um dos participantes, as pessoas tiveram conhecimento sobre o projeto das linhas de muita alta tensão meramente por acaso: “e atenção, as pessoas tiveram conhecimento deste projeto porque lá calhou, houve uma falha em qualquer lado. Alguém que não estava dentro do sistema, mas que viu este processo e se revoltou” (Leonor, grupo focal, Refóios). Relativamente à consulta pública, um dos entrevistados de Gemieira apontou que “isto foi escondido de nós todos” (Fernando) e outra participante de Barcelinhos argumentou que: “se eles estivessem realmente interessados em ouvir a nossa opinião, teriam feito um processo mais claro” (Sofia, grupo focal, Barcelinhos 1).

Para além disso, os poucos participantes que referiram ter tido acesso ao processo de consulta pública, afirmaram que a natureza técnica da linguagem utilizada nos documentos oficiais foi uma barreira à participação: “eu estive a ler um bocadinho, mas há partes que...É uma linguagem muito técnica. Não é propriamente para nós” (Rafaela, grupo focal, Tangil). É transversal aos participantes a vontade de ter mais informação sobre os impactos das linhas de muita alta tensão, sendo que a falta de disponibilização de informação sobre os riscos para a saúde foi considerada um aspeto particularmente alarmante:

Entrevistadora – Então acham que não foi bem conduzido?

Sérgio – Não. O que mais nos preocupa ninguém diz.

Lurdes – O que preocupa mais as pessoas é a questão de saúde e nessa parte dizem zero. (Grupo focal, Tangil)

De forma geral, os cidadãos sentem que a informação disponibilizada foi restrita e limitada de forma a, por um lado, evitar que o público tivesse conhecimento sobre o projeto de construção da linha de muita alta tensão; e por outro lado, de forma a limitar a possibilidade dos cidadãos terem voz, isto é, darem a sua opinião sobre o projeto proposto. Assim, os elementos mínimos que permitem o acesso à participação não foram facultados (Senecah, 2004), o que sugere que as instituições não estão interessadas nas visões, opiniões e preocupações dos cidadãos, ainda que digam o contrário (e.g., Arnstein, 1969; Rowe & Frewer, 2000). A partir de um olhar ético, pode-se considerar que o público interessado não teve oportunidade genuína de aceder ao processo de consulta, nem foi disponibilizada informação suficiente que permitisse aos cidadãos compreender o procedimento de consulta pública⁹. As visões dos cidadãos sobre a falta de acesso, informação e conhecimento sugerem uma violação grave de vários princípios éticos, nomeadamente relacionados com abertura, acessibilidade e transparência do processo¹⁰, e também com a adequabilidade dos recursos e das ferramentas disponibilizadas para potenciar o envolvimento dos cidadãos.

EXPERIÊNCIAS DA CONSULTA (SIMULADA): FORMATO, INTERAÇÕES E LEGITIMIDADE DOS CIDADÃOS

O formato da consulta pública tem problemas óbvios no que se refere ao acesso, especialmente porque exclui à partida pessoas que não sabem ler ou escrever. Para além disso, não pressupõe nenhum debate ou deliberação e depende essencialmente de uma boa estratégia de informação (e respetiva cobertura mediática) conduzida pelo governo nacional e/ou local. Durante um processo de consulta pública, é esperado que o Estado português (normalmente através da Associação Portuguesa do Ambiente) organize sessões públicas que ajudem os cidadãos interessados a compreender os projetos a decorrer, bem como os potenciais impactos de tais projetos. Pelo que sabemos, durante o processo de consulta relativamente à LMAT prevista para o Norte de Portugal, apenas foi organizada uma sessão pública, em Monção, no dia 8 de fevereiro de 2014. Os poucos participantes neste estudo que estiveram presentes na referida sessão pública

⁹ Informação retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

¹⁰ Ver, por exemplo, <https://www.iap2.org/page/about>

demonstraram uma enorme frustração relacionada com o modo como a sessão foi organizada, com a postura dos oradores, com o tipo de linguagem utilizada e com a própria gestão do tempo durante a sessão:

Rui – Eu não fiquei até ao final que aquilo nunca mais acabava, aquilo era, cada orador vinha com a sua teoria e aquilo prolongou-se e aquilo quando entrou nos debates propriamente dito, em que o povo se começou a manifestar, eu vim-me embora, que já eram quase oito horas e eu tive que me vir embora.

(...)

Rui – Começou às três horas. Aquilo eram sete horas e só tinha havido conversa da chacha.

Simão – Era, era conversa de chacha.

Rui – E havia uma senhora, uma senhora que pertencia à aquela empresa de luz e [Simão – A REN]. Isso nunca mais acabava.

Simão – Claro, isso é para chatear as pessoas

Rui – Porque depois é muita gente da aldeia.

Entrevistadora – Era linguagem técnica?

Rui – Claro, pois era mais técnica do que coisa. Ali estava muita gente da aldeia, mas eram mais pessoas que vivem a coisa no local, não é? E queriam-se manifestar e que nunca mais chegava a vez deles. Até porque a maior parte das pessoas foi-se embora. [Entrevistadora – Foram embora]. Pronto, viagens de 15 km e 18 km e estar ali toda a tarde e quase nem se perceber nada.

(...)

Simão – Não é. Eles vêm para falar para ninguém.

Entrevistadora – Porque era difícil de compreender o que estavam a dizer, não é?

Simão – Sim, pois claro. A falar para ninguém [Falam todos em simultâneo concordando com esta ideia]. Não vêm com dados concretos.

Rui – Ficou aí quase uma hora e meia a falar.

Simão – Para quê? Para afastar as pessoas. Para pôr as pessoas na rua.

Rui – A senhora falou, falou que nunca mais se (.) e termos técnicos e coisas.

Simão – É evidente, aquilo está feito para isso.

Rui – Veio um outro senhor depois dessa, rebater quase tudo aquilo que ela disse.

Simão – É evidente.

Entrevistadora – Que era também outro técnico?

Simão – E isso foi outra hora e meia. (Entrevista de grupo, Monção)

Esta descrição da dinâmica de interação entre os oradores e o público local revela que a possibilidade de o público influenciar estes processos é obstaculizada, à partida, por discursos institucionais que tendem a empoderar excessivamente os técnicos e especialistas, bloqueando assim a participação cívica, nomeadamente através da excessiva

tecnologização das questões e respetiva despolitização (e.g., Carvalho et al., 2016). Apesar do projeto de construção da LMAT ter vários impactos potenciais na população local, podendo então ser considerada uma questão social e política que é localmente relevante, foi apresentado à população como uma questão meramente técnica. Este aspeto, aliado ao excessivo uso do tempo por parte dos técnicos durante as sessões públicas, “para pôr as pessoas na rua”, limita fundamentalmente as oportunidades de participação. Os excertos apresentados acima demonstram as múltiplas formas em que os cidadãos analisam criticamente os objetivos estratégicos dos vários atores no poder, e revelam várias pistas sobre o modo como os cidadãos interpretam as intenções do Estado, das grandes empresas, e dos técnicos especialistas que os representam. Curiosamente, os entrevistados consideram que o propósito dos momentos de interação entre os técnicos e os cidadãos, é “afastar as pessoas” destas questões.

As dinâmicas de interação são descritas como desrespeitosas e desadequadas ao perfil da comunidade local e às suas circunstâncias. Tomando como referência Butler (1997), encontramos nesta entrevista de grupo referências à expectativa do público em ser abordado pelas autoridades, mas também um desejo de que a sua voz seja ouvida e reconhecida como legítima e várias referências ao modo como este desejo tem sido recorrentemente reprimido. Tal como Blüdhorn (2013) sugere, este tipo de discurso também poder ser considerado uma crítica à sessão pública por esta representar uma forma de “democracia simulada”, em que determinadas práticas são utilizadas para criar a ilusão de liberdade política e igualdade e/ou em que “os governos são inspirados por, e respondem aos valores e necessidades expressos pela demo” (Blüdhorn, 2013, p. 28).

Assim, em vez de contribuir para a compreensão pública dos aspetos científicos, tecnológicos e ambientais associados ao projeto de construção da linha de muita alta tensão, a sessão pública narrada pelos participantes parece ter contribuído para intensificar a desconfiança e suspeição face ao Estado e às grandes empresas. Pela ótica de análise de discurso, o efeito pragmático deste tipo de sessões (em que os técnicos especialistas “falam para ninguém”) é o desenvolvimento de formas de resistência face às autoridades, que passa pela crítica e ceticismo político. Na conversa reproduzida acima, os entrevistados reforçam as opiniões uns dos outros, como se pode verificar através do vocabulário utilizado (“claro”; “certo”; “é evidente”), desenvolvendo assim uma cultura partilhada de antagonismo em relação ao Estado e outros atores. O excerto da entrevista apresentada oferece várias pistas sobre a construção relacional das identidades, nomeadamente a partir da interação entre cidadãos e técnicos especialistas. Também parece reforçar o argumento de que a ética deve ser garantida por aqueles que lideram o processo de consulta (Fox & Murphy, 2012). Assim, os técnicos devem respeitar os princípios éticos no desenho e implementação da consulta pública, evitando qualquer forma de manipulação e aquietação do público (Arnstein, 1969).

RELAÇÕES DE PODER E DESEJO DE INFLUÊNCIA

A maioria dos participantes são bastante descrentes relativamente à possibilidade de influenciarem decisões políticas. Tendem a considerar o sistema político – por vezes referido como aliado do sistema económico – como indiferente à influência cidadã.

Vários cidadãos evitam a participação pública, uma vez que a consideram inútil ou insignificante face ao poder do “sistema”. Apesar de, nalgumas pessoas, esta descrença ser baseada em experiências individuais prévias de participação pública, a maioria dos participantes não referiu experiências de participação pública anteriores. Curiosamente, a descrença na capacidade de influência cívica foi várias vezes contraditada pelos casos recordados pelos participantes quando instigados a tal. De notar, no entanto, que, no decurso das entrevistas e grupos focais, alguns (poucos) participantes foram um pouco mais positivos relativamente ao impacto potencial da ação cívica. Por outro lado, outros não se conseguiam lembrar de nenhuma experiência de participação, com impacto ou sem impacto. Estas inconsistências encontradas nos discursos dos cidadãos, podem ser relacionadas com o paradoxo pós-democrático descrito por Blühdorn como a “simultaneidade de compromissos incompatíveis” (Blühdorn, 2013, p. 20), que pode ser observada nas democracias baseadas no consumo, em que a pressão social para mais democracia e equidade política (e.g., envolvimento de minorias e grupos não privilegiados), coexiste com uma democracia enfraquecida por uma sociedade “líquida”, individualista e consumista.

As perspetivas que apresentamos acima, surgem também associadas a diversas desigualdades no acesso ao poder. Muitos participantes concordaram que alguns atores no campo político e económico – referidos como os “os grandes” ou como “as maiorias” – detêm (grande parte) do poder de tomada de decisão, enquanto que as “pessoas” são o elemento fraco. Os participantes consideram que a decisão de avançar (ou não) com a construção da linha de muita alta tensão é essencialmente dependente de uma relação de poder desigual em que os cidadãos são impotentes. A perceção de falta de influência através da consulta pública é explicitamente referida por Fernando: “basicamente, eu penso que já está tudo decidido” (Gemieira). Este tipo de discurso que sugere, de forma explícita, uma falta de poder de influência nas políticas ou nas instituições foi bastante consensual:

Helena – estamos a lutar contra coisas que...

Nuno – Que já estão decididas.

Helena – Que pouca influência vamos ter.

Nuno – Somos tão pouquinhos.

Helena – Exatamente. Houve umas manifestações e tem-se feito o esforço que se tem, por exemplo, ao nível dos orçamentos de Estado, entrando novamente na questão política, que é, se calhar, a mais visível. Faz-se força, faz-se força e o que sai de lá é os sindicatos a bater palmas e a fazer acordos. Ou seja, a voz do povo já não conta.

Daniel – Quando vem parar o povo já está decidido, não vale a pena... (Grupo focal, Ribeira)

As posições apresentadas nos excertos acima sugerem uma rejeição do processo de consulta pública como um mecanismo legítimo de tomada de decisão, nomeadamente, porque as decisões estão meramente dependentes de questões relacionadas com a distribuição desigual de poder, e as ações e posições dos cidadãos são limitadas pelas ações e posições de outros que estão em posições de poder. Novamente, este discurso alude à natureza relacional na construção (discursiva) de identidades, que emerge de

forma bastante clara nos dados. As possibilidades de participação oferecidas pelo Estado são vistas como negativas por vários participantes, que referem sentirem-se humilhados e ridicularizados. As expressões escolhidas pelos participantes para descrever as relações de poder indicam a importância destas questões para a legitimidade processual. Neste estudo, o Estado é apresentado como o “leão”, e/no centro do poder, que considera os seus cidadãos como elementos com poucos conhecimentos e sem credibilidade:

Entrevistadora (dirigindo-se a Rui) – Mas isso [referindo-se à vontade anteriormente expressa de melhorar o sistema nacional de pensões] levá-lo-ia no seu caso a participar nalgum protesto?

Simão – Se a coisa se justificasse, porque não?

Rui – Sim, pois claro, se a coisa se justificasse, se a gente visse que...

Simão – Que havia saída.

Rui – Que havia saída para essas coisas, tudo bem.

Simão – Agora assim não.

Rui – Agora ainda vai meter-se na boca do lobo.

Simão – Vai-se meter à cúpula do poder (...) do sistema, não pode...

Rui – Do sistema...

Entrevistadora – Se visse, se acreditasse que pudesse dar algum resultado, não é isso que me está a dizer?

Rui – Exato. Assim não, assim é chover no molhado.

Simão – É. Para ser humilhado, para ser ridicularizado. Para dizerem que para o que dá uma pessoa com esta idade andar metido nisto. (Entrevista de grupo, Monção)

Os dois oradores (de Monção) reforçam a posição um do outro repetindo o que disse o locutor anterior, completando as frases do outro, reforçando as afirmações do outro. Num grupo focal de Barcelinhos, um participante evocou uma fera para se referir ao poder que algumas pessoas têm: “porque depois chegam a determinado ponto e economicamente nem lhes é possível lutarem contra esses grandes tubarões” (André). As imagens de “leões” e “tubarões” são também utilizadas para descrever quem tem o poder de decidir. Do lado oposto, aqueles que participam e resistem são considerados “palhaços”. O excerto abaixo pode, primeiramente, sugerir uma deslegitimação dos “manifestantes”, por serem apenas “meia-dúzia” e “não dizerem nada”. Um olhar mais aprofundado sobre a entrevista sugere que este discurso é provavelmente baseado numa forte descrença e desconfiança no poder que as pessoas têm para influenciar as políticas públicas:

Gil – Acho que as pessoas singulares (...) são muito pequenas para fazer, não vale a pena estar a lutar contra uma coisa que está assumida (...)

Gil – Em princípio há, tem que haver (...) tem que haver aceitação dos municípios, tem que haver aceitação das freguesias, não é?

Entrevistadora – Lá está.

Gil – As freguesias é que têm que fazer o barulho.

Entrevistadora – As freguesias são toda a gente (h).

Gil – As freguesias são, são toda a gente, são toda (...) somos, somos todos nós. Mas eles é que deveriam ter, estamos numa fase muito avançada do projeto, eles é que, estamos numa fase em que a linha está traçada, a linha tá definida, não é? Antes disso, deveria ter havido uma certa consulta às freguesias, aos municípios. Alguém disse alguma coisa sobre isso? Vêm agora os palhaços, a população, meia dúzia da população que nem dizem nada. Não! Isto devia ser passado para a freguesia, com muita antecedência, não é agora nesta fase.

De forma sucinta, nas falas dos cidadãos, as suas ações e posições são definidas como limitadas por e dependentes das ações e posições de outros. Consequentemente, o tipo de relações de poder referidas como características do processo de consulta pública parece ter um grande impacto no modo como os cidadãos se envolvem com as instituições públicas e com o próprio sistema democrático. Em última instância, estes discursos sugerem uma necessidade de repensarmos as abordagens à participação pública. Tal como referido anteriormente, os esforços para promover a participação devem ser acompanhados por apoio e suporte adequados, caso contrário, poderão vir a “fazer mais mal do que bem” (Fox & Murphy, 2012, p. 212). Sucessivas experiências de participação pública caracterizadas por falta de acesso, legitimidade e influência, parecem levar a que os cidadãos se sintam desempoderados e desrespeitados, e poderão contribuir para que os cidadãos, ativa e intencionalmente, evitem qualquer envolvimento em processos de participação pública.

IMAGINANDO ÉTICA NA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Seguindo a proposta de Senecah (2004), a nossa análise aponta para uma interdependência entre as questões de acesso, legitimidade e influência. Simultaneamente, as visões relativamente ao que é um processo de consulta pública ético e relevante estão bastante alinhadas com as experiências dos participantes. Neste sentido, os participantes sugerem uma variedade de estratégias para desenvolver processos de participação que assegurem o acesso, legitimidade e influência, tais como: criação de espaços de diálogo e reuniões informativas, assembleias públicas e reuniões com os promotores do projeto; contato direto com a população, por exemplo porta-a-porta; partilha de informação sobre o projeto e sobre a consulta por via postal, na fatura da eletricidade ou através de redes sociais; criação de um gabinete de informação na junta de freguesia ou na igreja local; disseminação da informação necessária através de panfletos e cartazes, em lojas e mercados locais; partilha de informação através dos média locais (jornais, rádio); e envolvimento de organizações locais para facilitar o processo de consulta pública. Todos os participantes concordam com a ideia de que, idealmente, os processos devem recorrer a uma combinação de meios e ferramentas de comunicação, de forma a garantir que os cidadãos – ou pelo menos a maioria dos cidadãos interessados – são incluídos no processo de consulta:

Rita – Eu acho que nós temos que nos atualizar um bocadinho. Os tempos são para as novas tecnologias e efetivamente divulgar através

do Facebook e outras redes sociais hoje em dia é crucial. E não passar mensagens diferentes, passar uma só mensagem, mas adaptá-la aos diferentes tipos de públicos. As novas tecnologias são úteis para chegar a um público mais jovem, mas não nos podemos esquecer que aqui neste tipo de freguesias que são ainda tão rurais, há uma camada da população que não é formada, que não tem uma consciência tão trabalhada para estas questões e precisa de ser esclarecida por outros meios.

Alexandre – Têm que ser vários dispositivos.

Ana – Para mim já poderia ser um email, mas os mais velhos...

Sofia – Ou mesmo até mais eficaz, como a Câmara põe nas caixas do correio, um boletim informativo. (Grupo focal, Barcelinhos 1)

Tal como enfatizado por vários participantes, é também fundamental que a mensagem seja clara, coerente e acessível. Em termos de espaços de partilha de informação, a igreja local foi referida como o lugar ideal para chegar a todas as pessoas em zonas rurais. Vários participantes partilharam a ideia de que os anúncios públicos importantes poderiam ser feitos pela paróquia local: “era o padre anunciar na missa (...) é a primeira forma de chegar às pessoas” (Luísa, grupo focal, Refóios). A proposta de disseminação de informação sobre os impactos das linhas de muita alta tensão e o processo de consulta através do padre e das igrejas relembram-nos da necessidade de considerar o papel das variáveis contextuais nos processos de participação pública. Ao enquadrar as consultas públicas num contexto social e político, com características próprias e específicas, será mais fácil garantir que a consulta decorre de forma ética e relevante.

Em termos de mecanismos de participação, de notar que os participantes propuseram a criação de vários formatos, que passam pela consulta de opiniões através de questionários, por telefone ou online, petições e mesmo referendos populares. Estabelecendo várias ligações com o sistema de voto em Portugal, os participantes revelaram dificuldade em compreender os motivos para a não utilização de referendos num assunto tão “importante”, como as linhas de muita alta tensão. Neste aspeto, verificou-se que as pessoas se referiram à falta de direitos de participação nestas questões de forma bastante emocional e solicitaram mais debates, manifestações, sessões públicas, mais espaços e momentos de tomada de decisão:

Luísa – Eu acho que em debates, a parte da divulgação da informação, de pessoas que sejam competentes, que tenham conhecimentos.

Helena – Manifestações.

Daniel – Nas reuniões.

Rogério – Uma reunião feita num domingo. Já que eles obrigam a ir votar nos domingos também se podia marcar uma reunião num domingo.

Entrevistadora – E as pessoas iam lá e diziam o que é que pensavam?

Rogério – Sim.

Helena – Através de debates, manifestações, se houver caso disso, e através de votações.

Entrevistadora – Todas essas coisas?

Luísa – Tendo em conta que a votação sendo um voto secreto...

Nuno – Talvez as pessoas vão votar e são capazes de não falar cara a cara.

Helena – E sendo o voto secreto é menos influenciável. (Grupo focal, Ribeira)

Apesar de se verificar uma falta de consenso relativamente à duração considerada ideal para o processo de consulta pública (e.g., três ou seis meses, um ou dois anos), os participantes parecem concordar que o processo de consulta deve ter a duração necessária para permitir alcançar toda a população interessada, ou pelo menos grande parte das pessoas. É considerado fundamental assegurar que todos os membros da comunidade têm oportunidade de participar no processo e de esclarecer todas as dúvidas que eventualmente possam ter: “o tempo necessário para as pessoas ficarem elucidadas” (Pedro, grupo focal, Tangil). De forma geral, é possível identificar nos discursos dos participantes os elementos mínimos indispensáveis para garantir o acesso à participação (e.g., oportunidades de aceder a informação e educação; e envolvimento no processo desde o início). Para além disso, os participantes também reclamam mais oportunidades e espaços de debate e diálogo, bem como fóruns deliberativos, o que está diretamente relacionado com as práticas necessárias para assegurar legitimidade processual (Senecah, 2004). As propostas mencionadas pelos participantes também reconhecem o papel de variáveis sociodemográficas e contextuais (tais como o nível de religiosidade da comunidade, relações sociais pré-existentes e níveis de educação) na limitação da participação pública (Baker & Chapin, 2018).

É claro que os participantes querem ser ouvidos e, sobretudo, pretendem que as suas propostas e sugestões tenham um carácter vinculativo ou que pelo menos, sejam tidas em consideração: “como devia ser tomada a decisão? Era as pessoas terem algum poder vinculativo na decisão final, senão qual é o sentido de estar a discutir se no final” (Rodrigo, grupo focal, Barcelinhos 2). Para a maior parte dos participantes, as oportunidades oferecidas pelo formato de participação pública são frequentemente aparentes e ilusórias, no sentido em que apenas servem para criar falsas expectativas sobre o poder dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Não obstante, vários participantes associam legitimidade para exercer influência ao conhecimento técnico/especialista. Especificamente, expressões linguísticas como “viável”, “informada”, “prudente”, “baseada no conhecimento”, e “baseada em informação” são utilizadas para descrever o tipo de voz que deve influenciar as tomadas de decisão: “todas as opiniões deveriam ser pensadas, discutidas e ter uma conclusão realista e depois a decisão estaria aí, se realmente fosse realista” (Otávio, grupo focal, Tangil). Este e outros excertos sugerem posições ambivalentes relativamente às práticas de influência. Em última análise, os discursos são reveladores de como os cidadãos percecionam a sua própria legitimidade de decidir e influenciar questões socialmente relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas narrativas dos participantes sobre as questões de acesso, legitimidade e influência, a nossa análise sugere a consideração da ética da participação nos seus diferentes aspetos, de modo a assegurar processos de consulta pública realmente relevantes. Especificamente, estes aspetos relacionam-se com: o acesso à informação e

ao conhecimento; o formato da consulta; as interações entre os técnicos e os cidadãos; a legitimidade do próprio processo; as relações e dinâmicas de poder; e, por fim, a capacidade de influência. De notar que as questões de acesso, legitimidade e influência são vistas como interdependentes (Senecah, 2004), e associadas a vários aspetos de uma ética da participação tais como a confiança, o respeito, a transparência, a abertura e a existência de relações igualitárias de poder.

Uma das conclusões principais que podemos retirar da nossa análise é que, nas consultas públicas, a lógica de um “tamanho e formato único” não é minimamente adequada. Os participantes apontaram várias soluções possíveis de modo a que os formatos, os espaços e o tempo da consulta pública estejam adaptados às características do contexto local e ao projeto em consulta. Isto remete-nos para a necessidade de considerar as dinâmicas contextuais quando pensamos em participação pública, e para a necessidade de desenvolver formatos que sejam contextual e localmente relevantes. Contrariamente a uma tendência para determinar critérios universais nos processos de participação pública (e.g., Rowe & Frewer, 2000, 2004; Rowe et al., 2008), a nossa análise demonstra a importância de considerar as variáveis contextuais e também diversas dimensões específicas do projeto em consulta pública que poderão explicar o não envolvimento dos cidadãos (Baker & Chapin, 2018; Webler & Tuller, 2006). Isto implica necessariamente facultar meios e recursos adequados de participação, reconhecer as múltiplas formas de participação, reconhecer legitimidade a essas formas de participação, e considerar que diferentes públicos poderão ter diferentes preferências sobre como a participação pública deve ser conduzida. Seguindo a perspetiva da “ética do cuidado”, implica necessariamente reconhecer particularidade e pluralidade no processo de consulta (Tronto, 2010).

É particularmente preocupante que as questões de acesso, legitimidade e influência nos processos de consulta pública sejam percebidas pelos cidadãos como desonestas, fraudulentas e desrespeitosas. Para resolver estes e outros problemas mencionados durante as entrevistas e grupos de discussão, os participantes sugerem a necessidade de mais abertura e transparência relativamente ao projeto de construção da LMAT, e também mais oportunidades de participação e influência. Tal como diversos autores têm vindo a sugerir, se o objetivo é melhorar os processos de participação pública, propósito e confiança são dois aspetos centrais a ter em conta (Baker & Chapin, 2018; Senecah, 2004)¹¹. Na perspetiva de Arendt, se não existir uma oportunidade genuína de influenciar os resultados, nem o próprio processo, a participação pública não permite que a ação política ocorra, uma vez que a ação política é essencialmente “uma expressão da liberdade e individualidade humana, o princípio de algo novo que não é esperado de nada que aconteceu anteriormente” (Arendt, 1958, p. 178).

Todavia, a nossa análise sugere que a não participação nem sempre equivale a falta de interesse e alienação política (Cammaerts et al., 2014). Curiosamente, as pessoas revelaram um forte desejo de mais participação, e apresentaram várias propostas para o desenvolvimento de formas de participação éticas e relevantes. Tendo em conta que a consulta pública analisada neste estudo não foi considerada uma oportunidade genuína

¹¹ Informação também retirada de <https://www.iap2.org/page/about>

de influenciar a tomada de decisão, os participantes propuseram diversas formas, meios e estratégias para melhorar as questões de acesso, legitimidade processual e influência. As sugestões indicam que os participantes têm grandes expectativas sobre a democracia deliberativa (Fishkin, 2009) e, em particular, verifica-se que, nestes discursos, as questões de influência emergiram como intrinsecamente ligadas a uma visão mais democrática do campo político. Em última instância, ao expressar o desejo de participar e ao reivindicarem processos de participação éticos e relevantes, os participantes no nosso estudo atribuem legitimidade à participação.

As propostas dos participantes para resgatar a participação pública de forma geral, e as consultas públicas em particular, contêm muitas expectativas em relação à democracia (Conrad et al., 2011) e sugerem desde logo a necessidade de politizar os processos de participação pública. É provável que a remoção do carácter político aos processos de decisão envolvidos nos formatos de participação pública leve à redução da agência coletiva percebida (Hay, 2007; Wood, 2015), o que por sua vez poderá ter implicações no modo como as pessoas veem e participam na política (van Wessel, 2010). Os obstáculos mencionados indicam que considerar dimensões de ética e relevância na participação pública, implica necessariamente reconhecer o direito democrático de incluir todos no processo de decisão e em condições em que todos se sintam motivados (Fishkin, 2009). Ao reivindicar o direito (desejado) de expressar as suas preocupações e de ser envolvido na consulta pública decorrida, os participantes reclamam agência política, e solicitam que as suas vozes sejam tratadas como legítimas perante o sistema político. A nossa análise sugere também que as questões de acesso, legitimidade, e influência podem contribuir para a revitalização da democracia, se forem baseadas na confiança, abertura, transparência e em noções de justiça. Pelo menos, poderão ajudar a contribuir para a diminuição de algumas das desigualdades de poder que parecem estar a criar estrangimentos à agência política dos cidadãos e à própria participação em processos de participação pública.

A análise apresentada neste artigo é baseada nas visões e nos discursos de um conjunto de cidadãos residentes em várias localidades do Norte de Portugal. Não obstante o rigor na abordagem qualitativa e da combinação de várias fontes de dados, o estudo é baseado nos discursos sobre um tipo particular de consulta pública, que ocorreu num contexto específico. Adicionalmente, importa salientar que a combinação de entrevistas com grupos focais também trouxe alguns desafios à análise. Apesar de termos procurado representar, quer os discursos dominantes, quer as opiniões dissidentes, é possível que os discursos dominantes estejam sobre-representados e que as dinâmicas de grupos tenham sido pouco analisadas (Smithson, 2000). Deve-se procurar continuar a explorar os significados associados à participação pública, dando centralidade às múltiplas vozes e perspetivas dos cidadãos nos processos políticos (van Wessel, 2010). Tal como o nosso estudo sugere, os discursos sobre a ética da participação pública merecem uma atenção especial. ✍

Tradução: Maria Fernandes-Jesus, Eunice Castro Seixas e Anabela Carvalho

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os participantes neste estudo pelo seu tempo e por partilharem as suas opiniões e experiências. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto COMPOLIS – Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia [EXPL/IVC-COM/1717/2012] através de fundos nacionais (PIDDAC) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do programa COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

REFERÊNCIAS

- Amnå, E. & Ekman, J. (2014). Standby citizens: diverse faces of political passivity. *European Political Science Review*, 6(2), 261-281.
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Planning Practice and Research*, 35(1), 216-224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Baker, S. & Chapin, F. S. (2018). Going beyond “it depends:” the role of context in shaping participation in natural resource management. *Ecology and Society*, 23(1), 1-20. <https://doi.org/10.5751/ES-09868-230120>
- Blühdorn, I. (2013). The governance of unsustainability: ecology and democracy after the post-democratic turn. *Environmental Politics*, 22(1), 16-36. <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.755005>
- Butler, J. (1997). *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Cammaerts, B., Bruter, M., Banaji, S., Harrison, S. & Anstead, N. (2014). The myth of youth apathy: young Europeans’ critical attitudes toward democratic life. *American Behavioral Scientist*, 58(5), 645-664. <https://doi.org/10.1177/0002764213515992>
- Carpentier, N. (2012). The concept of participation: if they have access and interact, do they really participate? *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 14(2), 164-177. <https://doi.org/10.4013/fem.2012.142.10>
- Carvalho, A., Wessel, M. V. & Maesele, P. (2016). Communication practices and political engagement with climate change: a research agenda. *Environmental Communication*, 11(1), 122-135. <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>
- Conrad, E., Cassar, L. F., Christie, M. & Fazey, I. (2011). Hearing but not listening? A participatory assessment of public participation in planning. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 29(5), 761-782. <https://doi.org/10.1068/c10137>
- Cornwall, A. (2002). *Making spaces, changing places: situating participation in development*. IDS Working Paper, 170. Brighton: Institute of Development Studies.
- Dalton, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies*, 56(1), 76-98.
- Dalton, R. J. (2015). *The good citizen: how a younger generation is reshaping American politics*. Washington: CQ Press.
- Dassonneville, R. & Hooghe, M. (2018). Indifference and alienation: diverging dimensions of electoral dealignment in Europe. *Acta Politica*, 53(1), 1-23.
- Davies, A. (2001). What silence knows – planning, public participation and environmental values. *Environmental Values*, 10(1), 77-102. <https://doi.org/10.3197/096327101129340750>
- Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, República Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, República Portuguesa.

Ekman, J. & Amnã, E. (2012). Political participation and civic: towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283-300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>

Etikan, I., Musa, S. A. & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1-4. <https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11>

Fairclough, N. (2014). What is CDA? Language and power twenty-five years on. Retirado de <https://lancaster.academia.edu/NormanFairclough>

Fairclough, N. & Wodak, R. (2006). Critical discourse analysis. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as social interaction* (pp. 258-284). Londres: Sage.

Fishkin, J. S. (2009). *When the people speak: deliberative democracy and public consultations*. Oxford: Oxford University Press.

Fox, C. & Murphy, P. (2012). Environmental reviews and case studies: sometimes less is better: ethics of public participation. *Environmental Practice*, 14(3), 212-219. <https://doi.org/10.1017/S1466046612000166>

Häkli, J. & Kallio, K. (2014). Subject, action and polis: theorizing political agency. *Progress in Human Geography*, 38(2) 181-200. <https://doi.org/10.1177/0309132512473869>

Hay, C. (2007). *Why we hate politics*. Cambridge: Polity Press.

Hendry, J. (2004). Decide, announce, defend: turning the NEPA process into an advocacy tool rather than a decision-making tool. In S. P. Depoe, J. W. Delicath, & M.-A. Elsenbeer (Eds.), *Communication and public participation in environmental decision-making* (pp. 99-112). Albany: State University of New York Press.

Hughes, J. M. F. (2018). Progressing positive discourse analysis and/in Critical Discourse Studies: reconstructing resistance through progressive discourse analysis. *Review of Communication*, 18(3), 193-211. <https://doi.org/10.1080/15358593.2018.1479880>

Kaehne, A. & Taylor, H. (2016). Do public consultations work? The case of the Social Services and Well-being (Wales) Bill. *Public Policy and Administration*, 31(1), 80-99. <https://doi.org/10.1177/0952076715595676>

Krause, K. & Schramm, K. (2011). Thinking through political subjectivity. *African Diaspora*, 4, 115-134. <https://doi.org/10.1163/187254611X607741>

Krueger, R. A. & Casey, M. A. (2015). *Focus groups: a practical guide for applied research*. Thousand Oaks: Sage.

Lowndes, V., Pratchett, L. & Stoker, G. (2001). Trends in public participation: part 2 – citizens' perspectives. *Public Administration*, 79(2) 445-455.

Lusa (2015, 12 de fevereiro). Nova linha de alta tensão no Norte adiada. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2015/02/12/local/noticia/projecto-de-linha-electrica-no-norte-adiado-1685895>

Martin, T. (2007). Muting the voice of the local in the age of the global: how communication practices compromised public participation in India's Allain Dunhangan environmental impact assessment. *Environmental Communication*, 1, 171-193. <https://doi.org/10.1080/17524030701642595>

Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Norris, P. (2011). *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press.

O'Faircheallaigh, C. (2010). Public participation and environmental impact assessment: purposes, implications, and lessons for public policy making. *Environmental Impact Assessment Review*, 30(1), 19-27. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2009.05.001>

- Pepermans, Y. & Maesele, P. (2016). The politicization of climate change: problem or solution? *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 7(4), 478-485. <https://doi.org/10.1002/wcli.1162>
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Rowe, G. & Frewer L. J. (2000). Public participation methods: a framework for evaluation. *Science, Technology and Human Values*, 25(1), 3-29. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/690198>
- Rowe, G. & Frewer, L. J. (2004). Evaluating public-participation exercises: a research agenda. *Science, Technology, & Human Values*, 29(4), 512-556. <https://doi.org/10.1177/0162243903259197>
- Rowe, G., Horlick-jones, T., Walls, J., Poortinga, W. & Pidgeon, N. F. (2008). Analysis of a normative framework for evaluating public engagement exercises: reliability, validity and limitations. *Public Understanding of Science*, 17(4), 419-441. <https://doi.org/10.1177/0963662506075351>
- Scourfield, P. & Burch, S. (2010). Ethical considerations when involving older people in public service participation processes. *Ethics and Social Welfare*, 4(3), 236-253. <https://doi.org/10.1080/17496535.2010.516120>
- Senecah, S. L. (2004). The trinity of voice: the role of practical theory in planning and evaluating the effectiveness of environmental participatory processes. In S. P. Depoe, J. W. Delicath & M. F. Elsenbeer (Eds.), *Communication and public participation in environmental decision making* (pp. 13-33). Albany: State University of New York Press.
- Smithson, J. (2000). Using and analysing focus groups: limitations and possibilities. *International Journal of Social Research Methodology*, 3(2), 103-119.
- Stewart, J. M. P. & Sinclair, A. J. (2007). Meaningful public participation in environmental assessment: perspectives from Canadian participants, proponents, and government. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, 9(2), 161-183. <https://doi.org/10.1142/S1464333207002743>
- Tronto, J. C. (2010). Creating caring institutions: politics, plurality, and purpose. *Ethics and Social Welfare*, 4(2), 158-171. <https://doi.org/10.1080/17496535.2010.484259>
- Van Damme, J. & Brans, M (2012). Managing public consultation: a conceptual framework and empirical findings from Belgian case studies. *Public Administration*, 90(4), 1047-1066. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2011.02014.x>
- Van Wessel, M. (2010). Political disaffection: what we can learn from asking the people. *Parliamentary Affairs*, 63(3), 504-523. <https://doi.org/10.1093/pa/gsq004>
- Verba, S. (2003). Would the dream of political equality turn out to be a nightmare? *Perspectives on Politics*, 1(4), 663-679.
- Verba, S., Schlozman, K. & Brady, H. (1995). *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Webler, T. & Tuler, S. (2006). Four perspectives on public participation process in environmental assessment and decision making: combined results from 10 case studies. *The Policy Studies Journal*, 34(4), 699-722.
- Wood, M. (2015). Politicisation, depoliticisation and anti-politics: towards a multilevel research agenda. *Political Studies Review*, 14(4), 521-533. <https://doi.org/10.1111/1478-9302.12074>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Maria Fernandes-Jesus (PhD, Universidade do Porto) é Investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Social, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Desenvolve investigação sobre ação coletiva, ativismo ambiental, movimentos sociais, envolvimento comunitário e participação política entre grupos minoritários.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8868-1968>

Email: maria.jesus@iscte-iul.pt

Endereço: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL, CIS, Lisboa), Avenida das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal

Eunice Castro Seixas é doutorada em Sociologia. Investigadora no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS) e no Centro de Ciências Sociais e Gestão do ISEG, da Universidade de Lisboa, em Portugal. Atualmente é Investigadora Principal do projeto de investigação “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Desenvolve investigação sobre participação das crianças no planeamento urbano, direitos urbanos, estudos críticos sobre transparência e discursos sobre inteligência e contra-terrorismo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5356-6014>

Email: euniceseixas@gmail.com

Morada: SOCIUS/CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão, ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Rua Miguel Lupi, 20, 1249-078 Lisboa, Portugal

Anabela Carvalho (PhD, University College – Londres) é Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, em Portugal. Desenvolve investigação sobre as diversas formas de ambiente, comunicação de ciência e política, com foco particular nas alterações climáticas. Publicou diversos livros, entre eles *Communicating climate change: discourses, mediations and perceptions* (2008), *Citizen voices: enacting public participation in science and environment communication* (com L. Phillips e J. Doyle; 2012), *Climate change politics: communication and public engagement* (com T. R. Peterson; 2012). Atualmente é Diretora do Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7727-4187>

Email: carvalho@ics.uminho.pt

Morada: Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* **Submetido: 12/02/2019**

* **Aceite: 10/05/2019**

O VALOR DEMOCRÁTICO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA CULTURAL SUECA

Sofia Lindström Sol

Centro de Estudos de Política Cultural (KPC), Universidade de Borås, Suécia

RESUMO

Através da exploração da política cultural sueca, este artigo analisa o modo como a política legitima o apoio às artes e à cultura e a “participação” é importante para este processo, discutindo a forma como diferentes entendimentos da cultura e a participação se relacionam com as noções variáveis da governação democrática na cultura. O artigo discute de que modo um discurso abrangente de cultura considerado positivo e, por conseguinte, de interesse e responsabilidade para a política, pode ser entendido como dois discursos: 1) a cultura é positiva, pois promove coisas boas e 2) a cultura é positiva, pois evita coisas más. Estes dois discursos estão assentes em lógicas diferentes e determinam o conceito de participação de diferentes formas, contudo são construídos como se fossem compatíveis. O significado de governação democrática na cultura é também interpretado de forma diferente nos dois discursos – a proteção da autonomia, igualdade no acesso à cultura e participação como parte integrante são classificadas como democracia corporativista, ao passo que a garantia de sociedades sustentáveis em risco e a participação como igual possibilidade de influência são classificadas como democracia populista. Esta quebra no discurso é interpretada como sinal de redução da legitimidade de um discurso corporativista da democracia, no qual especialistas tiveram o poder de decidir o conteúdo da política cultural. Este artigo integra a discussão sobre o papel da participação e da democracia na política cultural.

PALAVRAS-CHAVE

análise de discurso; análise política; corporativismo; populismo

THE DEMOCRATIC VALUE OF PARTICIPATION IN SWEDISH CULTURAL POLICY

ABSTRACT

Through an exploration of Swedish cultural policy, this article analyses how policy legitimates its support for the arts and culture, and how “participation” is made meaningful in this process, to discuss how different understandings of culture and participation relate to changing notions of democratic governance in culture. The article discusses how an overarching discourse of culture as good, and therefore an interest in and responsibility for policy, can be understood as two discourses: 1) culture is good as it enables good things and 2) culture is good as it prevents bad things. These two discourses rest on different logics and “fixate” the concept of participation in different ways but are constructed as if they were compatible. The meaning of democratic governance in culture is also differently interpreted in the two discourses – as either protection of autonomy, equality in access to culture, and participation as taking part, labelled a corporatist democracy, or as guaranteeing sustainable societies at risk, and participation as an equal possibility to influence, labelled populist democracy. This break in discourse is interpreted as a sign of diminishing legitimacy of a corporatist discourse of democracy where experts have had the

power to decide the content of cultural policy. The article partakes in a discussion on the role of participation and democracy in cultural policy.

KEYWORDS

corporatism; discourse analysis; policy analysis, populism

INTRODUÇÃO

Participação é um conceito bastante utilizado na política cultural (Bonet & Négrier, 2018; Ekholm & Lindström Sol, 2019; Jancovich, 2017; Sørensen, 2016; Taylor, 2016). Serve ambições relativamente a vários objetivos da política cultural, tais como atrair uma maior audiência e aumentar o envolvimento do utilizador (Bonet & Négrier, 2018; Stevenson, Balling & Kann-Rasmussen, 2017). O conceito envolve questões, tais como: a quem se dirige a cultura, como deveria o financiamento público para a cultura ser legitimado e o que deve ser interpretado como valor e conteúdo da cultura (Carpentier, 2009; Vestheim, 2012). Contudo, a participação continua a ser um “chavão” pouco estudado e sem uma definição exata, apesar de ter uma conotação positiva (Carpentier, 2016).

Como conceito político, a participação é discutida como elemento-chave da democracia, tanto pelo facto de as pessoas serem a fonte de poder, através do voto, como no papel de agentes ativos no exercício do poder, através do diálogo e da influência (Blomgren, 2012; Chhotray & Stoker, 2012; Pateman, 1970). A atual popularidade da participação é explicada pelo potencial democrático visível, numa altura em que existe um “défice democrático” geral: pouca confiança em relação às instituições democráticas, autoritarismo crescente e diminuição da filiação em organizações e partidos políticos (Chhotray & Stoker, 2012; Fischer, 2003; Vestheim, 2012). Esta crise na democracia é frequentemente associada a grandes processos de transformação social, tais como a globalização, individualização e transição de um estado-providência para um estado trabalho (*workfare*) (Fischer, 2003; McGuigan, 2005). Numa tentativa de definir o conceito de participação, Pateman (1970) fez a distinção entre participação parcial e participação total em resposta a académicos que promovem um modelo limitado de democracia – a autora afirma que a participação é essencial para a democracia. Da mesma forma, Arnstein (1969) construiu um modelo de “escada da participação” para compreender o motivo pelo qual determinadas tentativas governamentais de incluir cidadãos em práticas participativas resultaram em não participação, ou pior ainda, em manipulação. Carpentier (2016) analisa um modelo que explica as diferenças entre acesso, interação e participação, em que a última se refere ao envolvimento dos cidadãos na política institucionalizada e não institucionalizada. Enquanto o acesso se refere à mera presença de participantes (e tecnologias), a interação requer relações sociocomunicativas e a participação implica a codecisão. Todas estas teorias ligam a participação ao poder e à influência sobre a tomada de decisão, razão pela qual esta tem fortes ligações ao exercício da democracia.

O objetivo deste artigo é discutir a importância da participação em relação à governação da cultura. Através da análise do discurso de documentos da política cultural sueca, este estudo defende que estamos na presença de uma mudança no discurso da política cultural. Dependendo da construção da participação, o conceito poderá apoiar ou desafiar noções normativas de procedimentos democráticos na cultura. Deste modo, o artigo junta-se à discussão sobre o papel da participação e da democracia na política cultural, promovida por investigadores, tais como Blomgren (2012), Sørensen (2016) e Vestheim (2009). As questões da investigação incluem: que discursos sobre o papel da cultura na sociedade e, por extensão, sobre a forma “correta” de governar a cultura, aparecem nos documentos de política cultural analisados? A participação faz parte de uma mudança no discurso? De que modo os discursos se relacionam com questões de ideais democráticos?

A GOVERNAÇÃO DA CULTURA

O investigador de política cultural norueguês, Geir Vestheim, definiu a política cultural como o momento em que “os agentes do sistema político intervêm na produção, distribuição e consumo de produtos, serviços e experiências culturais” (Vestheim, 2012, p. 497). Embora a definição das escolhas feitas pelo governo relativamente à cultura não reconheça as políticas implícitas (Ahearne, 2009; Gray, 2012), a definição anterior salienta a relação entre o sistema político e o campo cultural. No seu contestado, mas frequentemente citado, texto de 1989, Hillman-Chartrand e McCaughey defendem uma estrutura de quatro tipos ideais de governação da cultura pelo Estado, nomeadamente, o Estado como facilitador, mecenas/patrono, arquiteto e engenheiro. O Estado-facilitador vê a cultura como um interesse privado e governa principalmente através de deduções fiscais a patrocínios privados. O Estado mecenas/patrono governa através do apoio de conselhos de artes relativamente autónomos, focados na qualidade artística. O princípio de “arm’s length”, muitas vezes exemplificado pelo British Arts Council, protege o campo das artes da governação política indevida através de uma determinada distância, ou seja, os políticos podem não tomar decisões sobre o conteúdo de instituições culturais ou sobre quem recebe apoio financeiro. Pelo contrário, esta responsabilidade é atribuída a conselhos de artes independentes que recorrem a especialistas na área e, no caso sueco, a organizações e sindicatos do setor das artes, para proteger os valores do mundo da arte. Esta situação moldou a política cultural sueca de forma corporativista (Mangset, 2009). O Estado-arquiteto governa diretamente, através de um departamento cultural, e tende a associar valor cultural a valor social. Por fim, o modelo Estado-engenheiro controla os meios de produção da cultura e instrumentaliza o valor cultural de acordo com os ideais políticos.

A Suécia é um caso interessante para explorar a participação na cultura como conceito político, devido à sua história política cultural. A política cultural da Suécia é concebida como um misto entre Estado mecenas/patrono e arquiteto. O governo estabeleceu um departamento cultural em 1991 e o país conta com uma longa tradição de organizações “arm’s length” que determinam a atribuição do financiamento à cultura

(Blomgren, 2012; Duelund, 2008; Vestheim, 2007). O Estado ocupa-se da cultura, do ensino popular (*folkbildning*) e dos média, onde a cultura é estritamente definida como “esforços em termos de literatura, artes performativas, artes visuais, música e herança cultural” (Proposition 2009/10:3, p. 12). O Estado governa através de legislação em três áreas: herança cultural, serviços públicos de informação e política relativa a bibliotecas. Tradicionalmente na Suécia, a cultura é vista como parte do interesse público e, como tal, faz parte da expansão do estado-providência após a Segunda Guerra Mundial, responsável pela distribuição do apoio entre Estado, região e municípios. A crise económica dos anos 1990 marcou uma interrupção nesta expansão e a política passou a focar-se cada vez mais na eficácia (Johannisson, 2006). A principal função da política cultural nacional, desde a adoção dos primeiros objetivos da política cultural nacional, em 1974, tem sido a promoção da produção, distribuição e consumo de trabalho artístico profissional e de alta qualidade (Duelund, 2008; Johannisson, 2006). Em geral, na Suécia, as políticas orientadas para a promoção de trabalho e expressão artística são classificadas como política das artes, ao passo que as políticas orientadas para a divulgação da cultura para as pessoas, independentemente de onde residem ou do seu contexto social, são classificadas como política cultural (Blomgren, 2012).

Na Suécia, os municípios são livres na criação de políticas culturais próprias. Ainda assim, estes mostram uma notável consistência na formulação de objetivos que refletem os objetivos da política cultural nacional (Johannisson, 2018). Numa análise comparativa das políticas culturais locais e nacionais, Johannisson e Trépagny (2004) descobriram que os documentos políticos regionais e municipais associam mais explicitamente o valor de cultura ao desenvolvimento sustentável a nível social, económico e ambiental. A política cultural regional e municipal salienta também a necessidade de ultrapassar as fronteiras entre os setores público, privado e civil. Como tal, Johannisson e Trépagny (2004) defendem que a política cultural regional e municipal na Suécia se aproxima mais do modelo arquiteto do que do Estado, que, por sua vez, se aproxima mais do modelo mecenas/patrono, segundo os modelos formulados por Hillman-Chartrand e McCaughey (1989).

PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA CULTURAL

Bonet e Négrier (2018) defendem que o discurso participativo emergiu na política cultural nos anos 1970 através do paradigma da democracia cultural, que destaca a cultura amadora, a capacitação dos cidadãos e os direitos das minorias na cultura. Este paradigma surge como crítica a paradigmas anteriores de política cultural que se focavam demasiado estritamente nas belas-artes e assumiam um entendimento universal da preferência e qualidade (Evrard, 1997; Vestheim, 2007; Virolainen, 2016). O paradigma anterior, de democratização cultural, é fundamentado no objetivo da disseminação de cultura de alta qualidade para todos, onde a audiência é maioritariamente considerada consumidora passiva de cultura (Evrard, 1997). Considera-se que a inovação tecnológica e as mudanças no consumo dos média e da cultura pressionaram as instituições culturais para a descoberta de novas formas de envolver a audiência e deixá-la influenciar o

conteúdo cultural (Bonet & Négrier, 2018; Virolainen, 2016). A participação não produz um novo paradigma na política cultural, mas é entendida como uma “estratégia que cria tensões entre paradigmas” (Bonet & Négrier, 2018, p. 70).

Antigamente, a participação na cultura simbolizava uma forma das instituições culturais se tornarem mais acessíveis através do envolvimento/interação com as audiências, sobretudo no que diz respeito a grupos tradicionalmente sub-representados em perfis de visitantes (Bonet & Négrier, 2018; Virolainen, 2016). Estudos sobre a participação na cultura refletem muitas vezes preocupações de política cultural nacional relativas à desigualdade na participação na cultura com financiamento público (Stevenson et al., 2017; Taylor, 2016; Tomka, 2013). Os números demonstram que as chamadas taxas de participação, quando relativas à participação em artes subsidiadas, estão a decrescer e já foi consistentemente demonstrado que estão relacionadas com o contexto socioeconómico (Stevenson et al., 2017; Taylor, 2016; Vestheim, 2007). Este tipo de não-participação é sobretudo um problema para as instituições que arriscam uma diminuição na legitimidade e cortes no financiamento, e não necessariamente para os cidadãos. Considerar a não-participação como a não-frequência de instituições culturais com financiamento público é um modelo de défice de participação, defendem autores como Sullivan e Miles (2012) e Blomgren (2012).

LEGITIMAR PROCEDIMENTOS DEMOCRÁTICOS NA POLÍTICA CULTURAL

Gray (2012) discute quatro abordagens possíveis aos procedimentos democráticos na política cultural: democracia direta, democracia representativa, democracia deliberativa e elitismo democrático ou corporativismo (Chhotray & Stoker, 2012; Fischer, 2003). De acordo com o dicionário Merriam-Webster, corporativismo é a “organização de uma sociedade em corporações industriais e profissionais, que servem como órgãos de representação política e que exercem controlo sobre pessoas e atividades dentro da sua jurisdição”¹. Gray (2012) defende que todas as versões da democracia possuem tendências antidemocráticas. A responsabilização democrática e o controlo sobre qualquer destes sistemas são tão válidos como os seus enquadramentos políticos fornecidos pelos políticos eleitos.

Tal como anteriormente referido, o modelo democrático corporativista da política cultural sueca é caracterizado pelo princípio de “arm’s length”, com o objetivo de proteger as artes da influência política indevida e basear-se na influência de sindicatos artísticos e outras organizações culturais. O sistema de atribuição de decisões relativas ao apoio, através de organizações e especialistas “arm’s length”, é uma forma de possibilitar a legitimidade em estruturas democráticas, políticas e burocráticas (Vestheim, 2007). O princípio defendido não é apenas a noção democrática liberal clássica de autonomia e liberdade de expressão, mas, acima de tudo, a noção de qualidade artística, implementada com diferentes critérios, como base da tomada de decisão (Blomgren 2012). A influência da política neste modelo democrático pode não derivar tanto do

¹ Retirado de <https://www.merriam-webster.com/dictionary/corporatism>

controle evidente, mas de uma “comunidade de preferência” entre membros dos organismos “arm’s length” e da elite política (Mangset, 2009, p. 276).

O risco de preconceito e corrupção na estrutura corporativista de tomada de decisão deu origem a críticas a este sistema, que é considerado inerentemente não democrático, uma vez que exclui o público devido à sua falta de capital cultural e *habitus*, que caracteriza as classes mais favorecidas e instruídas (Blomgren, 2012; Vestheim, 2007, p. 231). Como referido por Mangset (2009), a influência dos sindicatos de artistas em organizações “arm’s length” tem vindo a diminuir desde os anos 1990, provocando um enfraquecimento da estrutura corporativista da política cultural sueca.

Na Suécia, pouco se discute sobre a abordagem que deve substituir o modelo corporativista da política cultural, embora se possa argumentar que a vertente participativa tem origem no descontentamento da falta de influência por parte dos cidadãos (Blomgren, 2012; Vestheim, 2007, 2012). O argumento é que a autonomia, enquanto conceito, também se aplica a indivíduos e não só a instituições, pressupondo que a política cultural deve refletir a vontade das pessoas, bem como procurar a legitimação por parte das pessoas e não da elite cultural (Blomgren, 2012; Jancovich, 2017). Neste artigo, o desejado “poder dos cidadãos”, que vai contra a estrutura elitista do modelo corporativista (Blomgren, 2012; Chhotray & Stoker, 2012), é classificado como democracia populista. O populismo é muitas vezes condenado devido às suas associações a movimentos políticos extremistas, porém tanto a democracia populista como a corporativista são “os mecanismos através dos quais os indivíduos podem contribuir para a tomada de decisões em nome de todos os membros do sistema político” (Gray, 2012, p. 505). Ernesto Laclau (2005) entende também as noções de populismo das pessoas não como uma ameaça à democracia, mas como parte essencial dos seus procedimentos. O populismo é uma “lógica política” (Laclau, 2005, p. 117) ou um modo de construir a política por meio de exigências ao sistema, exigências essas que supõem por si só um desvio do *status quo*, tornando, por conseguinte, possível a emergência de um “povo”. Ambas as abordagens democráticas são normalmente compreendidas em termos dos seus extremos: corporativismo como elitismo e populismo como “tirania das massas” (Evrard, 1997).

Neste artigo, a noção de democracia populista não significa necessariamente “uma expressão de antagonismo de classe relativamente a um bloco de poder dominante” (Torfing, 1999, p. 304). Ainda assim, estratégias para reduzir a estrutura corporativista da política cultural sueca foram lançadas pelos próprios “poderosos”, tais como os sindicatos artísticos, devido ao seu desejo de não exercer influência indevida (Mangset, 2009). O populismo refere-se, mais propriamente, à importância da participação na política cultural, que leva a uma mudança na atenção dos valores e interesses dos produtores culturais para os interesses dos consumidores de cultura, ou seja, os cidadãos/contribuintes (Bonet & Négrier, 2018; Sørensen, 2016). Desde os anos 1990, o foco da política das artes tem mudado, antes concentrada na oferta e agora concentrada na procura (Jancovich, 2017). Já vimos esta mudança no discurso sobre a tomada de decisão participativa em geral e é agora vista como parte integrante da legitimação da ação política na política pública (Fischer, 2003).

Outra mudança na política cultural atual é o enfoque nas artes como ferramenta para a inclusão social, uma abordagem enraizada na noção instrumental das políticas culturais dos anos 1980 (Stevenson et al., 2015). Segundo McGuigan (2005), a tradução de questões de política social em política cultural é uma característica distintiva dos desenvolvimentos neoliberais no setor público, juntamente com a comercialização, sendo especialmente notória na transmissão nacional. A forma como o neoliberalismo atingiu a política cultural em vários contextos nacionais é contestada, com evidência de que resta um forte compromisso com princípios dos ideais de *bildung* e resistência a tentativas de instrumentalização (Ekholm & Lindström Sol, 2019; Virolainen, 2016).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO DO ESTUDO

Para discutir a importância da participação na política cultural, este artigo recorre a um enquadramento teórico da teoria do discurso, sobretudo como é discutido por Laclau e Mouffe (2001), Torfing (1999), Winther Jørgensen e Phillips (2002). Na teoria do discurso, a importância é atribuída a fenômenos, tais como cultura e participação através da linguagem (Winther Jørgensen & Phillips, 2002). O entendimento do discurso empregue neste artigo é um sistema de prática de criação de importância que molda visões do mundo e interpretações do que os sujeitos e objetos são e podem ser. O discurso determina a importância através da criação de um enquadramento do que pode ser dito e feito (Torfing, 1999). A teoria do discurso ajuda-nos a entender diferentes interpretações da importância e do valor dos fenômenos, tais como a governação da cultura como negociações entre atores que lutam para ganhar aceitação de determinado entendimento da ordem social (Laclau & Mouffe, 2001; Torfing, 1999; Winther Jørgensen & Phillips, 2002).

O principal argumento deste artigo é que existe uma negociação em curso que diz respeito à governação da cultura, ou seja, o interesse do Estado, regiões e municípios no apoio e na aceitação de responsabilidade em relação à cultura e às artes, que resulta numa mudança. O aumento do interesse na participação desempenha um papel nesta mudança. O discurso que pressupõe o interesse político na cultura é o do que a cultura é positiva para a sociedade, uma tendência moral-filosófica atribuível à obra de Aristóteles, *De poetica*, (Belfiore & Bennett, 2007). A cultura é tão importante como positiva, de formas diferentes: para a inclusão social, saúde dos cidadãos, entretenimento, lazer, contemplação ou para o seu potencial para a aprendizagem e *bildung* (Ekholm & Lindström Sol, 2019). Segundo Belfiore e Bennett (2007), este discurso é dominante, mas sobrepõe-se a dois outros discursos que legitimaram a interferência da política na cultura: a articulação da cultura como negativa (necessidade de censura, pagamento de impostos em determinadas expressões culturais consideradas negativas) e a articulação da cultura como autónoma e que necessita de proteção, relacionada com o sistema de “arm’s length” na política cultural, discutido anteriormente. O discurso da autonomia das artes pressupõe uma posição hegemónica (tal como na formação do discurso dominante) da democracia corporativista (Torfing, 1999). Este artigo discute de que modo o discurso abrangente de cultura considerado positivo tem duas componentes: 1) a cultura é positiva, pois promove coisas boas, e 2) a cultura é positiva, pois evita coisas más.

Estes dois discursos estão assentes em lógicas ligeiramente diferentes e determinam o conceito de participação de diferentes formas.

A teoria do discurso não proporciona – nem o deve fazer – um modo claro e simples de o aplicar em estudos empíricos (Torfing, 1999). A teoria fornece ideias-chave de composições discursivas e coloca o investigador numa posição de *bricoleur* no empenho analítico (Lindsköld, 2013). Em seguida, será apresentado um breve resumo dos conceitos teóricos principais utilizados na análise da criação de importância da governação democrática da cultura e o papel da participação na vertente material, nomeadamente o mito, o imaginário social, a posição do sujeito, o ponto nodal e o significativo vazio.

Um mito não se refere a algo que não é verdadeiro, mas auxilia na desmistificação de suposições que legitimam a criação de importância no discurso (Winther Jørgensen & Phillips, 2002). Estes são normalmente integrados em conjuntos de normas, valores e pressupostos e são, por vezes, transformados em imaginários sociais – a condição de possibilidade de qualquer objeto (Torfing, 1999). Laclau (1990) exemplifica o imaginário social como sendo o progresso no esclarecimento e na sociedade sem classe no comunismo. O papel, tanto do mito como do imaginário social, é hegemónico: formar objetividade no modo como algo é passível de compreensão e que ações (políticas) são pretendidas e possíveis. Os mitos e os imaginários sociais negam contingência, ou seja, negam a ideia de que as coisas poderiam ser diferentes.

Os discursos proporcionam formas de identidade com as quais os sujeitos se podem identificar. Este processo forma normalmente o espaço dos sujeitos para os atos políticos e para a subjetividade política. Numa estrutura discursiva, os sujeitos são posições do sujeito (Laclau & Mouffe, 2001; Torfing, 1999). Um discurso pode conter várias posições do sujeito. A título de exemplo, Terning (2016) identifica três posições do sujeito – ou três articulações da posição do sujeito aluno – relativamente ao aluno da política educativa sueca: o aluno livre e bem-sucedido, o aluno individualizado e solitário, e o aluno leal e ajustável.

Os pontos nodais são significantes privilegiados no discurso que servem, em parte, para determinar a importância (Laclau & Mouffe, 2001). Como exemplo de ponto nodal, no estudo de Lindsköld (2013) sobre a importância da qualidade na política relativa ao financiamento da literatura, a qualidade é um ponto nodal ligado a outros significantes, tais como o original, o moderno e o provocador. Os pontos nodais têm especial capacidade para determinar a importância dos significantes vazios, que transbordam importância e estão articulados de forma diferente dentro de diferentes discursos (Torfing, 1999). A participação é analisada tal como um significativo vazio que, por si só, se torna num ponto nodal no discurso nacional, regional e local da política cultural.

DADOS E ANÁLISE

Esta análise centra-se no modo como os documentos políticos constroem 1) o papel da cultura e, por extensão, legitimam uma governação significativa da cultura, e 2) as definições de participação em relação à criação de importância na governação da cultura

(Vestheim, 2007). A análise considera quatro documentos de política cultural que definem os objetivos da política cultural e ambições na Suécia (ver Tabela 1). O enfoque do trabalho discursivo em documentos oficiais de política cultural adiciona conhecimentos valiosos ao modo como determinada política é legitimada e porquê (Wedel, Shore, Feldman & Lathrop, 2005). Suposições, normas e noções normativas subestimadas sobre que tipo de comportamento da sociedade deve ser considerado “certo” e “errado”, encontram-se nesses documentos (Lindsköld, 2013; Vestheim, 2007; Wedel et al., 2005). Segundo Vestheim (2007), os documentos políticos oficiais exploram discursos que expressam intenções sobre os efeitos da política cultural. Este estudo considera, portanto, o que Jeremy Ahearne classificou como “política cultural explícita” reconhecida por órgãos políticos, tais como o *riksdag* (parlamento nacional) sueco ou o comitê executivo da cidade (Ahearne, 2009, p. 142).

NÍVEL	DOCUMENTO DE POLÍTICA CULTURAL
Nacional	Tid för kultur Prop. 2009/10:3 [Tempo para a cultura]
Regional	En mötesplats i världen [Um ponto de encontro no mundo]
Municipal	The city of Gothenburg Cultural Programme [Programa cultural da cidade de Gotemburgo]
Municipal	Budget 2018, Cultural Affairs Council Gothenburg [Orçamento 2018, Conselho dos Assuntos Culturais de Gotemburgo]

Tabela 1: Material empírico

As políticas culturais locais são normalmente esquecidas na análise política cultural, sobretudo no contexto sueco (Johannisson, 2006, 2018). Neste estudo, a análise considera a política cultural da cidade de Gotemburgo, o segundo maior município da Suécia com aproximadamente 500 mil habitantes. É interessante analisar esta cidade pois é conhecida pela sua política cultural ambiciosa e por ser um dos primeiros municípios a implementar um planeamento cultural, no qual as artes e a cultura foram consideradas como aspetos de uma política social mais geral da cidade (Johannisson, 2006). Os objetivos culturais da cidade de Gotemburgo estão divididos em três subáreas: política das artes, política cultural e planeamento cultural. O orçamento do Conselho de Assuntos Culturais de Gotemburgo é analisado, dado que é formulado com uma visão de como deverá a cultura, enquanto área política, ser melhor governada.

RESULTADOS

Esta análise refere a articulação de dois componentes do discurso “a cultura é positiva” nos documentos analisados: 1) a cultura é positiva, pois promove coisas boas; e 2) a cultura é positiva, pois evita coisas más (ver Tabela 2). Todos os documentos políticos têm variações dos dois, mas no geral, o primeiro é mais visível nos objetivos da política cultural nacional e local, ao passo que o segundo é mais evidente nos objetivos da política cultural regional e no orçamento local. Por mera conveniência, os dois componentes serão classificados como “discurso” por direito próprio. Os dois discursos estão assentes em diferentes mitos, imaginários sociais e pontos nodais, bem como em posições do sujeito associadas de políticos e habitantes do país, região ou cidade.

O primeiro discurso salienta o papel da autonomia: a cultura pode funcionar como facilitadora, mas para tal, é necessário que a arte seja livre. A estratégia cultural regional tem cinco dimensões: abertura democrática, qualidade artística, relevância social, potencial económico e caracterização regional. Numa discussão sobre a segunda dimensão, a importância do valor intrínseco das artes na política é clarificada:

a segunda dimensão, a qualidade artística, corresponde ao que frequentemente se denomina política das artes, que em conjunto com a abertura democrática salvaguarda e cria, acima de tudo, pré-requisitos para o valor intrínseco da arte e da liberdade do artista. (Västra Götalandsregionen, 2012, p. 6)

A importância da cultura e da arte livre é sobretudo manifestada no respeito contínuo pelo princípio de “arm’s length” e na afirmação do valor da cultura como área política por direito próprio:

a cultura e o conteúdo da cultura não devem – nem podem – ser governados pela tomada de decisão política, mas a sociedade pode, mediante uma política cultural bem executada, criar pré-requisitos para uma esfera cultural forte, capaz de se desenvolver e expandir nas suas próprias condições. (Proposition 2009/10:3, p. 9)

O segundo discurso salienta o papel das artes e da cultura na criação de uma sociedade melhor. O mesmo é expresso em termos de justiça social, importância económica e sustentabilidade social:

na era da concorrência global, é condição de sobrevivência que um pequeno país dependente da exportação como a Suécia – para não falar de uma região voltada para o exterior como a Västra Götaland – procurar uma política cultural forte e trabalhar para ter maior participação na vida cultural. (Västra Götalandsregionen, 2012, p. 11)

Se imaginarmos que a sociedade é um carro, o discurso da “cultura como neutralizadora” entende a cultura como o *airbag* e a economia como o motor. A estrada está cheia de obstáculos ou ameaças e é necessário adotar uma condução segura. Estas ameaças são a globalização, a desigualdade, a segregação, a estagnação e a insignificância (McGuigan, 2005). No discurso da “cultura como facilitadora”, a cultura é compreendida como o volante. Esta imagem indica-nos a posição do condutor: seja como a pessoa que permite que o carro avance ou a pessoa mais cuidadosa e impotente perante os perigos da estrada. A participação pode ser entendida no mínimo como um convite para um passeio de carro ou como envolvimento na decisão sobre que direção tomar. A compreensão dos que não se juntam ao passeio (não participantes) é de que são impedidos a fazê-lo, mas que o fariam se pudessem, ou então, possivelmente não compreenderam a importância do mesmo. Estes discursos sobre a importância da cultura e, desta forma, a importância da política em assumir a responsabilidade pela cultura, seguem

as linhas clássicas do valor intrínseco ou instrumental da cultura e das artes: a cultura como um valor por direito próprio ou como meio para algo além de si mesmo (Belfiore & Bennett, 2007; Blomgren, 2012; Vestheim, 2012).

DISCURSO	MITO	IMAGINÁRIO SOCIAL	PONTOS NODAIS	POSIÇÕES DO SUJEITO	SIGNIFICANTE VAZIO: PARTICIPAÇÃO	SIGNIFICANTE VAZIO: VALOR DEMOCRÁTICO NA POLÍTICA CULTURAL
A cultura como facilitadora de coisas boas.	A cultura só pode exercer uma força positiva se as artes forem livres. Todos participariam na cultura se pudessem.	Promover a sociedade democrática através da garantia de liberdade artística.	Liberdade (respeito). Igualdade. Abertura (ao poder da cultura). Fazer parte.	Os que têm capacidade para participar e os que não têm. Os que aproveitam a possibilidade para exercer influência e os que não aproveitam. Política e instituições culturais que promovem a cultura e possibilidades de participação. Grupos especiais que requerem apoio para a criatividade (jovens, crianças, sobreposições).	A participação é – (definição intrínseca) acesso, ser uma audiência e experienciar (cultura), aprender, expandir a mente e desenvolver capacidades. (<i>Fazer parte</i>) Encetar um diálogo, cooperar, influenciar e criar (sobreposições). (<i>Participar, Carpentier, 2016</i>)	Proteger a autonomia das artes. Garantir igualdade no acesso a artes e cultura de alta qualidade. (Democratização cultural) (Corporativismo)
A cultura como neutralizadora de coisas más.	As sociedades encontram-se num rápido processo de mudança. Sem a cultura, estamos expostos ao risco.	Promover uma sociedade democrática através do uso da cultura e das artes.	Mudança (abertura para). Adaptação. Risco. Possibilidades. Influência.	Os que têm possibilidades e os que não têm. Os que são deixados para trás e os que estão na linha da frente.	A participação <i>leva a</i> – (definição instrumental) Aumento da acessibilidade (para determinados grupos), sustentabilidade, coesão social, inovação, limiares inferiores, sociedades abertas, menos discriminação e atratividade numa sociedade em mudança, repleta de riscos e desafios.	Garantir sociedades sustentáveis e igualdade de possibilidades para exercer influência nas pessoas. (Democracia cultural) (Populista)

Tabela 2: Os dois grandes discursos da política cultural

OS MITOS QUE FUNDAMENTAM OS DOIS DISCURSOS

Anteriormente, mito foi identificado como sendo as suposições que tornam a criação de importância do discurso possível. Os mitos do discurso da “cultura como facilitadora” referem que as artes podem ser benéficas se forem livres e que todos participariam na vida cultural, se pudessem – se as artes e a cultura fossem mais acessíveis. Isto também nos permite ver a criação da importância da política cultural e a posição do sujeito dos políticos e funcionários públicos no setor das artes, se não fornecessem cultura com infraestruturas e apoio, ainda menos pessoas participariam:

com o objetivo de aumentar a acessibilidade à cultura, o Comité do Orçamento para Assuntos Culturais está a dar prioridade à busca de várias formas de evitar o surgimento de obstáculos à participação das pessoas na cultura, em condições de igualdade. (Kulturnämnden Göteborg, 2018, p. 15)

Possivelmente, o mito que está na base deste discurso está relacionado com o paradigma de democratização cultural na política cultural indicada por Bonet e Négrier (2018) – a cultura necessita ser disseminada para que chegue às pessoas, garantindo igualdade no acesso. Dado que as artes apenas podem funcionar se forem livres, o imaginário social do discurso é uma sociedade onde políticos promovem mais valores democráticos mediante a autonomia das artes.

Por outro lado, o mito do discurso da “cultura como neutralizadora” aborda a cultura como fornecedora de fatores que previnem o risco e a ameaça, sobretudo ameaças de sustentabilidade, seja a nível nacional, regional ou local:

- “os investimentos na cultura podem, nomeadamente, contribuir para a coesão social através de encontros, maior entendimento e reforço do diálogo entre as pessoas” (Göteborgs Stad 2013, p. 11 [Programa Cultural]);
- “como desenvolver a esfera cultural da região de Västra Götaland enquanto um espaço de fronteira aberta, um espaço de encontro para todos? Como podemos lidar com as tensões da segregação, divisão de classes, desemprego e exclusão? Como tirar partido das possibilidades de criação, experiência, prestação, diálogo intercultural e participação democrática que fazem parte do papel social alargado da cultura?” (Västra Götalandsregionen, 2012, p. 7).

O mito diz-nos que sem cultura perderíamos oportunidades de desenvolver a abertura, o entendimento e o respeito mútuo, e que sem os esforços dos políticos e dos funcionários públicos responsáveis por fornecer cultura aos habitantes, ao país, à região e à cidade arriscaríamos a estagnação, perda de inovação e maior segregação. Portanto, o imaginário social do discurso é uma sociedade em que a prosperidade e a democracia são melhoradas pelo uso da cultura. O imaginário corresponderia possivelmente ao paradigma de democracia cultural na política cultural com enfoque na capacitação dos cidadãos (Bonet & Négrier, 2018).

POSIÇÕES DE SUJEITO NOS DISCURSOS

Os discursos estão organizados de acordo com significantes semelhantes, que por vezes se sobrepõem, mas que ainda assim são distintos (Laclau & Mouffe, 2001; Terning, 2016). Os jovens e as crianças são uma posição de sujeito importante em todos os documentos políticos e em ambos os discursos, pois representam um grupo que requer intervenções especiais, assim como é o caso dos que vivem em áreas vulneráveis da cidade (Ekholm & Lindström Sol, 2019): “a administração também se dedicará à procura de métodos estratégicos e novas formas de trabalhar para alcançar novos grupos-alvo e, desta forma, aumentar a acessibilidade a determinados grupos ou áreas geográficas da cidade” (Kulturnämnden Göteborg, 2018, p. 17).

Devido à política cultural, alguns cidadãos serão capazes de fazer parte da cultura, mas ainda assim existem alguns grupos deixados de parte e que devem ser contemplados nas políticas.

No discurso da “cultura como facilitadora”, o financiamento público para a cultura é definido como inquestionável, dado que é uma “responsabilidade social” [Göteborgs Stad, 2013, p. 4 (Programa Cultural)]. O financiamento alternativo e o financiamento da UE são também possíveis, contudo “tais iniciativas devem ser condicionadas pela garantia da integridade, autonomia e valor intrínseco das artes” [Göteborgs Stad, 2013, p. 4 (Programa Cultural)].

No discurso da “cultura como neutralizadora” estão presentes as posições do sujeito das pessoas a quem são dadas oportunidades e dos decisores políticos e funcionários públicos que dão oportunidades para participar na cultura, com um entendimento ligeiramente diferente dos que são deixados para trás. No primeiro discurso, aos que foram deixados para trás não foi dada atenção suficiente por parte dos políticos, ao passo que no segundo discurso, sujeitos como os cidadãos e regiões estão sob o risco de serem deixados para trás por razões intangíveis: “a globalização intensificada significa concorrência num mercado mundial que é implacável para os perdedores. Nada garante que a parte do mundo que normalmente é a mais rica continue a sê-lo” (Västra Götalandsregionen, 2012, p. 7).

As posições de sujeito encontradas nos dois discursos são sobretudo as que permitem/são permitidas pela participação na cultura e as que não permitem/não são permitidas (impedidas de ser). A “culpa” da não participação ou não envolvimento não é normalmente atribuída aos sujeitos em si, mas é explicada por forças externas e muitas vezes vagas, que ultrapassam o controlo (Stevenson et al., 2017) e que, por sua vez, legitimam a intervenção política.

PONTOS NODAIS E SIGNIFICANTES VAZIOS EM AMBOS OS DISCURSOS

Na política cultural, o “significado transbordante” do conceito de participação não é novo. Dada a tendência histórica para uma liderança suave e respeito pelo princípio de “arm’s length” na política cultural sueca (Blomgren, 2012; Mangset, 2009), manter conceitos de vários níveis é uma forma de evitar a interferência política indevida (Carpentier, 2009).

Os pontos nodais foram anteriormente discutidos como sinais importantes que determinam, em parte, a importância dos significantes vazios. Os pontos nodais importantes no primeiro discurso são a liberdade, igualdade e fazer parte. Estes significantes afetam os significantes vazios da participação como acesso e o valor democrático como proteção da autonomia e igualdade. A abertura é outro ponto nodal que se refere à capacidade de ser recetivo à força (positiva) da cultura. A abertura é também um ponto nodal, no segundo discurso, porém está mais relacionada com a abertura à mudança. A sociedade em estado de mudança é a ligação importante entre este ponto nodal e o imaginário social deste discurso. Outros pontos nodais importantes são a adaptação (à mudança) e a dualidade do risco/possibilidade que a acompanha. Este ponto nodal determina, parcialmente,

os significantes vazios da participação como meio para fins sociais e do valor democrático como sociedades sustentáveis e igualdade na possibilidade de influenciar.

Em ambos os discursos, o significante “participação cultural” varia entre um significado mais passivo (fazer parte) e outro mais ativo (participação associada ao poder, Carpentier, 2016), desde o acesso, existência de uma audiência e experiência (da cultura), à aprendizagem, expansão da mente, diálogo, cooperação, influência e criação. O discurso da “cultura como neutralizadora” geralmente emprega o significado dos resultados da participação, que variam entre um aumento da acessibilidade (para determinados grupos) e a sustentabilidade, limiares inferiores, melhores locais de trabalho, menos discriminação e atratividade, numa sociedade em mudança, repleta de riscos e desafios: “Gotemburgo é hoje uma das cidades mais segregadas do país. O trabalho da cidade na implementação das suas políticas cultural e das artes, bem como o planeamento cultural, é crucial para o objetivo de alcançar uma cidade sustentável” (Kulturnämnden Göteborg, 2018, p. 9).

Uma característica que ambos os discursos têm em comum é que a participação é algo a que os habitantes estão primeiramente convidados, ou impedidos de, em vez de ser algo em que devem envolver-se.

Os discursos determinam o significante vazio da participação de forma diferente. No discurso da cultura como facilitadora de coisas boas, a participação é tão importante como um direito democrático. Por exemplo, o princípio do direito a participar na cultura é apoiado pela Declaração dos Direitos da Criança das Nações Unidas em todos os documentos. Quando este discurso tenta estabilizar a importância da participação como meio para um fim, é muitas vezes em termos de “contribuir para a reflexão e o pensamento crítico” (Proposition 2009/10:3, p. 19). No discurso da cultura como neutralizadora de coisas más, a participação torna-se tão importante como instrumental, ou seja, um meio para fins democráticos (Belfiore & Bennett, 2007). O inimigo do primeiro discurso é a influência política indevida sobre a cultura, ao passo que no segundo discurso, o inimigo é a insignificância global e os efeitos da exclusão social. Ambos os discursos defendem a sua relevância através do apoio em ideais democráticos, tal como mostram estes exemplos:

- “outra forma (de garantir qualidade artística) é defender a distância do princípio de ‘arm’s length’ entre política e arte. A democracia exige que a integridade e a capacidade crítica da arte sejam defendidas” (Västra Götalandsregionen, 2012, p. 14);
- “abertura democrática – ou seja, contribuir para a criação de oportunidades iguais para todos (...) – para participar na cultura como criador, audiência e participante. São necessários mais espaços para permitir que todos os cidadãos participem em debates sobre a política cultural futura” (Västra Götalandsregionen, 2012, p. 14).

O princípio de “arm’s length” é, portanto, tão importante como uma relação que engloba a distância necessária entre política e arte, e não entre arte e audiência/cidadãos. Outro significante vazio são os procedimentos democráticos na política cultural, aos quais os diferentes discursos dão importância e contra os quais lutam. O primeiro discurso luta para determinar a importância do valor democrático na política cultural

defendendo a autonomia das artes da política, ao passo que o segundo discurso luta para determinar a importância do valor democrático na política cultural dando aos cidadãos a possibilidade de influenciar. Tal como o discurso abrangente de cultura é considerado positivo para as sociedades e, por conseguinte, a função para a política alcançou uma posição hegemónica, também o discurso sobre a necessidade de ações políticas se baseia em ideais democráticos.

DISCUSSÃO – O DESEJO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA CULTURAL

O argumento deste artigo é que existe uma quebra no discurso relativo à governação da cultura. O limite da análise é a perspetiva local e nacional, mas esta mudança é discutida de várias formas por outros investigadores (Belfiore & Bennett, 2007; Bonet & Négrier, 2018; Duelund, 2008; Jancovich, 2017; Mangset, 2009; Sørensen, 2016; Virolainen, 2016). Este estudo contribui com um exemplo empírico e local para esta mudança, com uma discussão sobre os dois discursos que determina a importância da participação, tanto de uma forma mais intrínseca como mais instrumental.

Um dos resultados desta quebra é que o discurso sobre a cultura é positivo na medida em que evita que coisas más consigam maior legitimidade na política, devido à sua capacidade de dar “expressão discursiva a contradições estruturais subjacentes e dilemas estratégicos no sistema económico e político” (Torfing, 1999, p. 240 e seguintes). Acima de tudo, estes dilemas estão relacionados com questões de exclusão social (Ekholm & Lindström Sol, 2019). A quebra no discurso pode também ser interpretada como sinal de redução da legitimidade de um discurso corporativista da democracia, no qual os especialistas têm o poder de decidir o conteúdo da política cultural (Mangset, 2009) a favor de um discurso democrático mais populista, no qual os cidadãos ou a audiência são envolvidos num processo de codecisão sobre a política cultural.

Os discursos justificam respostas políticas e os dois discursos encontrados nos documentos analisados conferem legitimidade aos diferentes modos de governar a cultura. O primeiro discurso legitima a continuação do apoio estatal, regional ou municipal às artes através da governação segundo o princípio de “arm’s length”, ou seja, o *status quo* (Jancovich, 2017). O segundo discurso também legitima a continuação do apoio estatal, regional ou municipal às artes e à cultura, porém de um modo diferente, mais concretamente através de tentativas de uma governação participativa, ou seja, de mudança. Num mundo que confia cada vez menos nas instituições democráticas e nas taxas de participação distorcidas/decrescentes na cultura com financiamento público, a atualização da participação (na política cultural e em geral) traz consigo a esperança de aprofundar os procedimentos democráticos. O valor da participação reside na maneira como se legitima através das políticas públicas para a cultura, que devem estar em sintonia com os entendimentos dominantes sobre os desafios da sociedade. Que mudanças são legitimadas? Poderá ser demasiado cedo para afirmar, e a resposta não está claramente demonstrada no material analisado, mas poderemos ver algumas mudanças na governação da cultura em matéria de redefinição dos conceitos de cultura, qualidade, representação, audiência e espaços culturais.

O que é interessante é que os dois discursos não estão construídos como soluções para as falhas do outro, ou seja, não como um conflito antagónico para a hegemonia (Laclau & Mouffe, 2001), mas sim como se atuassem em complementaridade. O segundo discurso demonstra uma tendência especial para reconhecer a importância do primeiro discurso e de se posicionar como complemento, mas não numa perspectiva de substituição do primeiro. O que parece é um discurso bastante paradoxal relativamente a uma política cultural sobre o entendimento da democracia como forma de governação (Vestheim, 2009). O possível conflito hegemónico é resolvido através da tradicional distinção entre política cultural e política das artes no material analisado (Blomgren, 2012). Nesta distinção, a política das artes – focada na autonomia das artes e no papel do Estado em garantir aos produtores de artes a capacidade de executar obras de alta qualidade – é salvaguardada da política cultural, num cenário político em que a cultura com financiamento público está sob pressão para aliviar os problemas sociais da desigualdade na cidade/região/país.

A questão que se levanta é se a mudança no discurso pode ocorrer sem que haja hegemonia através do antagonismo. Uma leitura de Laclau e Mouffe (2001) propõe uma resposta negativa a esta questão, uma vez que definem as práticas hegemónicas articulatórias como produzidas através de confrontação com outras práticas articulatórias, conferindo-lhes assim uma natureza antagónica. Talvez os dois discursos referidos neste artigo sejam compatíveis, razão pela qual se pode argumentar que a instrumentalização aceitável e não aceitável da cultura possa ser definida de forma relacional, situada num *continuum* das dificuldades inerentes à governação da cultura (Torfing, 1999). O argumento deste artigo não é a nulidade de um discurso em benefício do outro, nem o artigo defende uma definição mais específica de participação na política cultural. A questão da participação – e da democracia – é ainda mais complexa do isso, e o objetivo da análise é indicar a forma como a luta pela interpretação traz à tona dificuldades na interpretação da ordem social e de respostas políticas adequadas.

SÍNTESE

Através de uma análise política de dados empíricos provenientes do contexto da política cultural sueca, este artigo visou discutir a importância da participação para a compreensão da governação legítima da cultura e a sua relação com noções da democracia. A análise destacou dois discursos relativos à importância social da cultura: o discurso que permite fenómenos positivos ou o que neutraliza fenómenos negativos no país/região/município. Os dois discursos estabelecem a importância cultural da participação segundo uma lógica intrínseca ou instrumental – como meio para um fim ou como um fim por si só. Reflete, desta forma, uma lógica instrumental/intrínseca clássica na política cultural (Belfiore & Bennett, 2007; Blomgren, 2012; Vestheim, 2009).

Os dois discursos também definem o significado da governação da cultura de um modo diferente – tanto na proteção da autonomia, igualdade e participação, como no acesso e participação (democracia corporativista), ou na garantia de sociedades sustentáveis em risco e na participação como igualdade na possibilidade de influenciar

(democracia populista) (Blomgren, 2012; Mangset, 2009). Estes dois entendimentos da democracia (interpretados como o papel do Estado relativamente à cultura e às artes) propostos na análise não são considerados antagónicos no material empírico, mas sim compatíveis. Esta compatibilidade é possível através do significado atribuído ao “arm’s length”, um assunto entre as artes e a política, e não entre as artes e a audiência/as pessoas. Os documentos políticos têm também tendência para separar a política das artes e a política cultural, utilizando por isso discursos diferentes em relação à governação legítima da cultura (Blomgren, 2012). ✍

Tradução: A Inovtrad – Tradução, Formação e Serviços, Unipessoal, Lda.

AGRADECIMENTOS

A realização deste artigo enquadra-se no apoio disponibilizado pela Fundação Sueca para as Humanidades e as Ciências Sociais (referência RMP17-0979:1), pela Universidade de Borås e pelo Departamento de Assuntos Culturais do Município de Gotemburgo.

REFERÊNCIAS

- Ahearne, J. (2009). Cultural policy explicit and implicit: a distinction and some uses. *International Journal of Cultural Policy*, 15(2), 141-153. <https://doi.org/10.1080/10286630902746245>
- Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216-224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Belfiore, E. & Bennett, O. (2007). Rethinking the social impact of the arts. *International Journal of Cultural Policy*, 13(2), 135-151. <https://doi.org/10.1080/10286630701342741>
- Bonet, L. & Négrier, E. (2018). The participative turn in cultural policy: paradigms, models, contexts. *Poetics*, 66, 64-73. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2018.02.006>
- Blomgren, R. (2012). Autonomy or democratic cultural policy: that is the question. *International Journal of Cultural Policy*, 18(5), 519-529. <https://doi.org/10.1080/10286632.2012.708861>
- Carpentier, N. (2009). Participation is not enough: the conditions of possibility of mediated participatory practices. *European Journal of Communication*, 24(4), 407-420. <https://doi.org/10.1177/0267323109345682>
- Carpentier, N. (2016). Differentiating between access, interaction and participation. *Conjunctions. Transdisciplinary Journal of Cultural Participation*, 2(2), 7-28. <https://doi.org/10.7146/tjcp.v2i2.23117>
- Chhotray, V. & Stoker, G. (2012). *Governance theory and practice. A cross-disciplinary approach*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- Duelund, P. (2008). Nordic cultural policies: a critical view. *International Journal of Cultural Policy*, 14(1), 7-24. <https://doi.org/10.1080/10286630701856468>
- Ekholm, D. & Lindström Sol, S. (2019). Mobilising non-participant youth: using sport and culture in local government policy to target social exclusion. *International Journal of Cultural Policy*. <https://doi.org/10.1080/10286632.2019.1595607>
- Evrard, Y. (1997). Democratizing culture or cultural democracy? *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, 27(3), 167-175. <https://doi.org/10.1080/10632929709596961>

- Fischer, F. (2003). *Reframing public policy: discursive politics and deliberative practices*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Gray, C. (2012). Democratic cultural policy: democratic forms and policy consequences. *International Journal of Cultural Policy*, 18(5), 505-518. <https://doi.org/10.1080/10286632.2012.718911>
- Göteborgs Stad (2013). *Kulturprogram för Göteborgs Stad [Programa Cultural para a cidade de Gotemburgo]*. Gotemburgo.
- Hillman-Chartrand, H. & McCaughey, C. (1989). The arm's length principle and the arts: an international perspective – past, present and future. In M.C. Cummings & J. M. D. Schuster (Eds.), *Who's to pay for the Arts? The international search for models of support* (pp. 43-80). Nova Iorque: American Council for the Arts.
- Jancovich, L. (2017). The participation myth. *International Journal of Cultural Policy*, 23(1), 107-121. <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1027698>
- Johannisson, J. (2006). *Det lokala möter världen. Kulturpolitiskt förändringsarbete i 1990-talets Göteborg [Quando o local encontra o global. Mudanças na política cultural de Gotemburgo nos anos 1990]*. Gotemburgo: Valfrid.
- Johannisson, J. (2018). *Kulturpolitisk styrning och kulturpolitiska reformer i Sverige [Políticas públicas para a cultura e as reformas culturais na Suécia]*. Estocolmo: Kulturanalys Norden.
- Johannisson, J. & Trépagny, V. (2004). *The (dis)location of cultural policy: two Swedish cases*. Comunicação apresentada no evento *The Third International Conference on Cultural Policy Research*, em Montreal.
- Kulturnämnden Göteborg (2018). *Förslag till budget för kulturnämnden 2018, Dnr. 1097/17. [Proposta de Orçamento para o Comité de Assuntos Culturais]*. Gotemburgo.
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. Londres: Verso.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Verso.
- Lindsköld, L. (2013). *Betydelsen av kvalitet: en studie av diskursen om statens stöd till ny, svensk skönlitteratur 1975–2009. [O significado da qualidade: estudo sobre o apoio do Estado sueco à nova ficção sueca]* Borås: Högskolan i Borås.
- Mangset, P. (2009). The arm's length principle and the art funding system: a comparative approach. In M. Pyykkönen, N. Simainen & S. Sokka (Eds.), *What about cultural policy?* (pp. 273-298). Helsinki/Jyväskylä: Minerva.
- McGuigan, J. (2005). Neo-liberalism, culture and policy. *International Journal of Cultural Policy*, 11(3), 229-241. <https://doi.org/10.1080/10286630500411168>
- Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Londres: Cambridge University Press.
- Proposition 2009/10:3. *Tid för kultur, regeringens proposition [Uma época para a cultura, proposta governativa]*. Regeringskansliet, Estocolmo.
- Stevenson, D., Balling, G. & Kann-Rasmussen, N. (2017). Cultural participation in Europe: shared problem or shared problematisation? *International Journal of Cultural Policy*, 23(1), 89-106. <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1043290>
- Sullivan, A. & Miles, A. (2012). Understanding participation in culture and sport, mixing methods, reordering knowledges. *Cultural Trends*, 21(4), 311-324. <https://doi.org/10.1080/09548963.2012.726795>
- Sørensen, A.C. (2016). "Participation": the new cultural policy and communication agenda. *Nordic Journal of Cultural Policy*, 19(1), 4-18.

- Taylor, M. (2016). Nonparticipation or different styles of participation? Alternative interpretations from Taking Part. *Cultural Trends*, 25(3), 169-181. <https://doi.org/10.1080/09548963.2016.1204051>
- Terning, M. (2016). *Myter om gymnasieeleven. En diskursteoretisk studie av dominerande subjektspositioner i politiska texter, 1990-2009* [Mitos na vida de um estudante do Ensino Secundário. Estudo sobre a teoria do discurso dominante nos textos políticos entre 1990-2009]. Tese de doutoramento, Universidade de Estocolmo, Estocolmo, Suécia.
- Tomka, G. (2013). Reconceptualizing cultural participation in Europe: grey literature review. *Cultural Trends*, 22(3-4), 259-264. <https://doi.org/10.1080/09548963.2013.819657>
- Torring, J. (1999). *New theories of discourse: Laclau, Mouffe and Žižek*. Oxford: Blackwell.
- Vestheim, G. (2007). Cultural policy and democracy: theoretical reflections. *International Journal of Cultural Policy*, 13(2), 217-235. <https://doi.org/10.1080/10286632.2012.708865>
- Vestheim, G. (2009). The autonomy of culture and the arts – from the Early Bourgeois Era to Late modern ‘Runaway World’. In M. Pyykkönen, N. Simainen & S. Sokka (Eds.), *What about cultural policy?* (pp. 31-53). Helsinki/Jyväskylä: Minerva.
- Vestheim, G. (2012). Cultural policy and democracy: an introduction. *International Journal of Cultural Policy*, 18(5), 493-504. <https://doi.org/10.1080/10286632.2012.708865>
- Virolainen, J. (2016). Participative turn in cultural policy? An analysis of the concept of cultural participation in Finnish cultural policy. *Nordic Journal of Cultural Policy*, 19(1), 59-77. Retirado de https://www.idunn.no/nkt/2016/01/participatory_turn_in_culturalpolicy_-_an_analysis_of_the.
- Västra Götalandsregionen (2012). *En mötesplats i världen. Kulturstrategi för Västra Götaland 2012* [Um ponto de encontro no mundo. Estratégia cultural para a região de Västra Götaland 2012]. Vänersborg: Västra Götalandsregionen.
- Wedel, J. R., Shore, C., Feldman, G. & Lathrop, S. (2005). Toward an Anthropology of public policy. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 600(1), 30-51. <https://doi.org/10.1177/0002716205276734>
- Winther Jørgensen, M. & Phillips, L. (2002). *Discourse analysis as theory and method*. Londres: Sage.

NOTA BIOGRÁFICA

Sofia Lindström Sol é investigadora de pós-doutoramento na Universidade de Borås, no Centro de Estudos de Política Cultural (KPC). Atualmente desenvolve um projeto de investigação sobre os processos e métodos participativos na política cultural local. Os seus interesses de investigação englobam as políticas culturais locais, a gestão do património artístico, o ensino das artes e o profissionalismo artístico.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4331-4950>

Email: sofia.lindstrom@hb.se

Morada: Universidade de Borås – Departamento de Assuntos Culturais, Norra, Hamngatan 8, 41114 Gotemburgo – Suécia

* Submetido: 21/01/2019

* Aceite: 30/03/2019

EXERCÍCIO DE CIDADANIA ATIVA E PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DOS MÉDIA: UM PROJETO COMUNITÁRIO FOCADO EM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO

Vítor Tomé

Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

Paula Lopes

Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

Bruno Reis

Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

Carlos Pedro Dias

Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

RESUMO

O projeto “Educação para a cidadania digital e participação democrática” envolveu cerca de 200 crianças de Pré-escolar e 1º Ciclo, suas famílias, professoras e outros membros das comunidades escolar e educativa de Caneças, concelho de Odivelas, distrito de Lisboa. Assumindo como metodologia a investigação-ação, teve como objetivo central compreender em que medida uma ação concertada da escola, das famílias e da comunidade contribui para a preparação de crianças, dos três aos nove anos, para o exercício de uma cidadania digital ativa. Este artigo centra-se nas atividades de participação social das crianças, através dos média, tradicionais e digitais, envolvendo atividades marcadas pela transversalidade entre os contextos de aprendizagem formais, não-formais e informais. Os resultados mostram que a participação social das crianças através dos média aumentou, tendo evoluído paulatinamente, da produção de conteúdos de média tradicionais (jornal escolar) para a produção de conteúdos digitais (vídeo). Revelam ainda que um modelo de investigação-ação, efetivamente adaptado ao contexto e em função da prévia caracterização deste, é uma metodologia adequada ao desenvolvimento deste tipo de projetos. Mas o adequado desenvolvimento implica ainda apoio da direção da escola, apoio sustentado dos investigadores aos docentes e o desejável envolvimento de jornalistas e/ou outros profissionais de média.

PALAVRAS-CHAVE

cidadania digital; crianças três-nove anos; investigação-ação; jornal escolar; participação social

ACTIVE CITIZENSHIP AND PARTICIPATION THROUGH THE MEDIA: A COMMUNITY PROJECT FOCUSED ON PRE-SCHOOL AND PRIMARY SCHOOL CHILDREN

ABSTRACT

The project “Educação para a cidadania digital e participação democrática” [Digital citizenship education for democratic participation], which began in 2015, currently involves around

200 kindergarten and primary school children, their families, teachers and other members of the Caneças educational community, a neighbourhood in Odivelas, Lisbon. The project's methodology is action research, its objective is to understand how a coordinated action by a school, families and the community, contributes to enabling three to nine-year-old children to become active digital citizens. This paper focuses on social participation activities of children through traditional and digital media and involves activities that include formal, non-formal and informal learning contexts. Results show that social participation of children through the media increased and gradually evolved from producing traditional media content (school newspaper) to producing digital content (video). They also evidence that action research methodology, adjusted to context and deriving from prior understanding of the context, is an adequate methodology for developing this type of project. However, its adequate implementation implies the support of the school board, researchers' support to the teachers and the involvement of journalists and/or other media professionals.

KEYWORDS

action research; digital citizenship; school newspaper; social participation; three to nine-year-old children

PREPARAR CIDADÃOS NUM CONTEXTO DE PÓS-VERDADE

O crescimento de fenómenos como a produção e propagação de conteúdos falsos nas redes sociais online – em particular, as denominadas *fake news*, fundamento para a compreensão de um novo tipo de desinformação na contemporaneidade (Bakir & McS-tay, 2018; Comissão Europeia, 2018; Gelfert, 2018; Guess, Nyhan & Reifler, 2018; Tandoc Lim & Ling, 2018; Unesco, 2019) –, a normalização do discurso do ódio (Soral, Bilewicz & Winiewski, 2018) e a desconfiança dos cidadãos em relação à informação veiculada pelos média (Reuters Institute, 2018) estão a colocar em causa a cultura democrática e o diálogo intercultural (Conselho da Europa, 2018).

Estes fenómenos são potenciados por uma utilização em larga escala, de tecnologia digital, muitas vezes sem as competências para uma participação cívica responsável e com efeitos positivos. Cresce também a percentagem de cidadãos com acesso à Internet, sobretudo através de dispositivos móveis (em especial entre os jovens, que acedem cada vez mais cedo), sendo que as frequências de uso continuam a aumentar anualmente (INE, 2016; OberCom, 2015; OCDE, 2017a) – ainda que seja evidente a existência de fossos digitais (de acesso, geográficos, etc.). A evidência empírica também tem mostrado uma tendência para a emergência de “bolhas epistémicas” e de “câmaras de eco” (Nguyen, 2018) com efeitos evidentes na desinformação. Essa emergência, que tem por base a “algoritmização” das preferências dos utilizadores, coloca problemas ao nível da circulação de informação falsa – pela falta de competências para a avaliar como tal: sustentação de expectativas, de (pre)conceitos e de crenças pré-existentes, rejeição ativa da diversidade e pluralidade de opiniões.

Numa época marcada por uma acentuada crise de confiança social e nas instituições, descobre-se um terreno fecundo (embora pantanoso) para a propagação de conteúdos falsos: redes sociais e *social messaging* sustentam novas formas de desinformação – informação “pobre”, distorcida, manifestamente subordinada a “agendas” e

“agências” e/ou intencionalmente falsa, com motivações políticas, ideológicas, económicas, comerciais ou outras, e objetivos de deliberada manipulação da opinião pública – que afeta, em particular, quem não tem competências mediáticas e digitais, e quem não pode pagar por informação de qualidade (Unesco, 2019). Este terreno é tanto mais fecundo e pantanoso quanto mais os utilizadores tendam a confiar em opiniões formadas por grupos influentes, privilegiando conteúdos que confirmam as suas visões do mundo (Baldaci, Buono & Grass, 2017), quando sabemos que os conteúdos falsos podem ser muito mais partilhados em redes sociais do que as “estórias” jornalísticas mais populares (Silverman, 2016) ou que muitas das pessoas que leem conteúdos falsos admitem que acreditam neles (Silverman & Singer-Vine, 2016). Sublinhemos que,

quando o jornalismo se torna um vetor de desinformação, isso reduz ainda mais a confiança pública e promove a visão cínica de que não há distinção entre, de um lado, as narrativas dentro do jornalismo, e do outro, as narrativas de desinformação. (Unesco, 2019, p.19)

Tal ocorre num contexto em que as mediações digitais amplificaram, nos seus múltiplos desdobramentos, possibilidades colaborativas sem precedentes (Hirsjärvi & Tayie, 2011). As atividades participativas são as mais criativas em que um cidadão pode envolver-se online, pelo que devem ser estimuladas (Middaugh, Clark & Ballard, 2017). Mas a investigação mostra que essas atividades não valem por si, sendo necessário preparar os cidadãos, desde o berço e ao longo da vida, para a “cidadania global” (Unesco, 2015), visando a “competência global” (OCDE, 2016), a “competência digital” (Vuorikari, Punie, Carretero & Van den Brande, 2016), de forma a exercerem a cidadania digital, assim definida por Frau-Meigs, O’Neill, Soriani e Tomé:

a capacidade de envolvimento positivo e competente com as tecnologias (criar, trabalhar, partilhar, socializar, investigar, jogar, jogar, comunicar e aprender); participar de forma ativa e responsável (valores, capacidades, atitudes, conhecimento e compreensão crítica) em comunidades (local, nacional, global), a todos os níveis (político, económico, social, cultural e intercultural); estando envolvido num processo de aprendizagem ao longo da vida (em contexto formal, não-formal e informal); defendendo continuamente os Direitos Humanos e a dignidade humana. (2017, p.15)

Atendendo a que as crianças começam a aceder a dispositivos digitais ainda antes de aprenderem a falar (Hoofst Graafland, 2018; Jorge, Tomé & Pacheco, 2018), aumentando a frequência do uso e desenvolvendo práticas cada vez mais complexas à medida que crescem (Chaudron, 2016; Marsh, 2014; Palaiologou, 2016; Ponte, Simões, Baptista & Jorge, 2017; Sefton-Green, Marsh, Erstad & Flewitt, 2016; Slot, 2018), é fundamental a preparação para a participação cívica nos primeiros anos, quando as crianças começam a compreender valores, a desenvolver competências em termos de atitudes, capacidades, conhecimentos e compreensão crítica, que serão decisivas para a criatividade e para o empreendedorismo nas suas mais diversas aceções (e.g. empresarial, social, pessoal), com efeitos positivos ao longo da vida (Ozonus, 2017; Patrinos, 2018).

A preparação das crianças não é uma responsabilidade exclusiva da escola, mas sim da família e da comunidade, isto é, dos contextos de aprendizagem formal, não-formal e informal, pelo que é decisivo desenvolver projetos comunitários que contribuam para melhorar a formação dos docentes, envolver os pais na formação dos filhos, bem como inovar em termos curriculares (OCDE, 2017b). Os projetos devem integrar crianças do Pré-escolar e do 1º Ciclo, contribuindo para assegurar continuidade curricular e pedagógica entre eles, eliminando inconsistências no currículo e nos conteúdos pedagógicos relativos à fase de transição entre esses ciclos (OCDE, 2017c).

Projetos centrados no exercício de uma cidadania ativa e da participação através dos média devem ter em atenção a abordagem multidimensional à desinformação sugerida pela Comissão Europeia (2018) e sustentada em cinco pilares: i) transparência; ii) literacia mediática e digital; iii) empoderamento de cidadãos e jornalistas; iv) salvaguarda da diversidade e sustentabilidade do ecossistema mediático europeu; v) promoção da investigação). Devem ter presentes os desafios e modos de resistência propostos por D’Ancona (2017): exercício de uma atitude crítica e dialógica com a informação, desenvolvendo e mobilizando competências/capacidades; planeamento e implementação de políticas, ações e soluções capazes de ajudar os cidadãos/consumidores na validação da natureza e confiabilidade dos conteúdos; incorporação, neste processo, de formas de comunicação dotadas de narratividade capaz de apelar às emoções. Estas são condições essenciais para efetivar a participação social.

O debate académico acerca da participação infanto-juvenil está em processo de consolidação no seio das Ciências Sociais. A explicação substantiva reside no facto que somente a partir dos anos 90 (do século XX) se perspetivou a criança como um cidadão de plenos direitos com especificidades próprias e autonomia em relação aos adultos (Landsdown, 2005). Até então, o conceito de infância estava fortemente relacionado com as conceções hegemónicas construídas pela Sociologia e pelas Ciências da Educação acerca do estudo das crianças como atores sociais. Em primeiro lugar, porque vigorou, até aos anos 80 (do século XX), uma sociologia da infância ancorada ao fenómeno educativo proposto por Durkheim. A sua proposta perspetivava um modelo educativo centrado na regulação do Estado como modelador das diretrizes pedagógicas, que deveriam atender aos valores dominantes de uma dada sociedade. A escola, como agente de socialização, produziria um vínculo às normas coletivas, contribuindo para a coesão social. As leituras atendiam a uma lógica normativa, institucionalizada e “adulto-cêntrica” acerca dos processos de socialização das crianças. Esta conceção atribuía um papel passivo às crianças na forma como estas assimilavam as regras socializadoras dos adultos, sendo privilegiada uma leitura sociológica do papel desempenhado pelas instituições escolares e pelas famílias (Van Haecht, 1994).

Lógica esta que se reforçou¹ com a preponderância da teoria cognitiva de Piaget após a segunda Guerra Mundial, segundo a qual as crianças se vão acomodando a distintos estágios de desenvolvimento por via do seu processo de experiência do mundo.

¹ Sartório (2010) aponta similitudes entre as conceções dos processos de aprendizagem de Durkheim e Piaget, em que a assimilação é entendida como um exercício coercitivo em que o indivíduo se acomoda aos padrões existentes.

As visões mais críticas enfatizam que a perspetiva de Piaget assenta numa obsessiva tipificação de estádios de desenvolvimento, que simplifica e menoriza analiticamente o entendimento dos contextos culturais e escolares dos alunos estudados (Graue & Walsh, 2003), pois considera que “o desenvolvimento cognitivo-psicológico ocorre como resultado de um processo interno, sem levar em consideração toda a gama de relações histórico-sociais presentes na formação dos indivíduos” (Sartório, 2010, p. 225).

A passagem para um modelo interpretativo, que atende ao processo de socialização como dinâmico/contextual, contribui decisivamente para uma outra abordagem do processo de aprendizagem das crianças, como um cúmulo de interações que carecia de renovadas estratégias metodológicas para a sua compreensão (Boudon & Bourricaud, 1982). A tónica foi colocada na questão reflexiva das crianças que, a par da interiorização das regras, normas e procedimentos, produziam um entendimento próprio sobre esse processo, acabando essa conceção por configurar uma leitura de cariz intersubjetivo (Bergman & Luckman, 2010). Esta perspetiva construiu um caminho para um estudo da infância em que “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais” (Corsaro, 2011, p. 32).

Esta conceção foi sendo consolidada ativamente pelas propostas de trabalho da Unicef nos distintos projetos desenvolvidos com crianças (Unicef, 2003; Tomás, 2007), onde o conceito de participação, pese ser amplo e difuso (Percy-Smith & Thomas, 2010), se foi constituindo como um ponto de partida fundamental para o cumprimento dos direitos das crianças e da sua efetiva implicação cívica (Gaventa, 2004). O texto de Hart, em resposta a uma solicitação da Unicef, deu um contributo decisivo para o entendimento do que se estabelece como participação infantil, definindo-a como o

processo de partilhar decisões que afetam a vida de alguém e a vida da comunidade em que se vive. É o meio pelo qual uma democracia é construída, sendo um padrão pelo qual as democracias devem ser medidas. A participação é o direito fundamental da cidadania. (1992, p. 5)

Partindo da sua análise de processos participativos de crianças, propõe um modelo gradativo de oito etapas, onde estabelece distintos níveis de implicação das crianças em relação às atividades sugeridas por adultos. Para discutir que critérios estabelecem uma real participação das crianças nos projetos, adaptou a “escada da participação” de Arnstein (1969) e concluiu que uma implicação plena se configura num processo iniciado pelas crianças no qual partilham as decisões com os adultos.

A proposta² abriu um debate alargado acerca do papel da escola para a construção democrática (Bae, 2009) e, por conseguinte, interpelou o papel que ocupam os média na construção das culturas juvenis, fortemente atravessadas no seu quotidiano por socialidades em rede (Amaral, Carriço Reis, Lopes & Quintas, 2017). Esta compreensão da centralidade dos média nas práticas juvenis vem ganhando preponderância sociológica desde os anos 70, momento em que os média passam a ocupar um papel destacado

² Para uma compreensão das ideias centrais de Roger Hart, dos consequentes desdobramentos da sua proposta e das críticas tecidas às suas formulações, veja-se a sistematização de Tomás (2007, pp. 56-62).

nas aprendizagens juvenis, começando a ser equacionados como agentes de socialização primária (Lee, Shah & Mcleod, 2012). A temporalidade infanto-juvenil é entendida a partir de um novo quadro de complexidade, em que os atores juvenis passam a ser problematizados a partir de processos de aprendizagem, menos unívocos e formais, decorrente da diluição do papel dos agentes clássicos de socialização (família, escola e religião vão paulatinamente perdendo protagonismo em detrimento dos grupos de pares mediados pelas ferramentas digitais). Tal conceção propõe interpretações assentes em lógicas que equacionam um sentido de interdependência dinâmica, entre indivíduo e meio, propondo um processo de “acomodação mútua” (Bronfenbrenner, 1993). Esta proposta da ecologia do desenvolvimento humano avalia o papel do contexto como central para a configuração das ações e interações dos atores sociais. Os jovens usam as tecnologias e as redes como ferramentas expressivas e participativas de organização social e mobilização (Bird & Rahfaldt, 2011), reforçando cada vez mais a perceção que os meios de comunicação são poderosos agentes de socialização infanto-juvenis, determinantes para a forma como veem o mundo (Giddens, 1994; Kellner, 2001; Thompson, 1995) e agem civicamente (Carriço Reis, 2009; Torney-Purta, 2002). Contudo, um número significativo de crianças e jovens fazem um uso limitado dos recursos digitais, estando expostos à desinformação e a um elevado número de riscos (Livingstone, 2008)³. Importa por isso discutir de forma mais atenta o conceito de nativos digitais,

que assume um padrão de uma socialização digital construída desde o berço, através da mediação tecnológica que capacita os jovens a aproveitar o potencial dos recursos digitais, incluindo a conscientização acerca dos riscos inerentes ao seu uso. Estudos empíricos negam estas perceções e ampliam a necessidade de projetos de políticas públicas que possam contribuir para reduzir riscos e ampliar o uso de ferramentas digitais, por exemplo, como instrumentos de participação cívica. (Rivera Magos & Carriço Reis, 2019, p. 158)

Tendo em conta estes pressupostos, avançámos com o projeto “Educação para a cidadania digital e participação democrática” (2016-2018), em Caneças, Odivelas, norte de Lisboa, o qual visou mobilizar a escola, as famílias e a comunidade na preparação de crianças, dos três aos nove anos, para o exercício de uma cidadania ativa e participativa, tendo seguido a investigação-ação como metodologia central.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O trabalho consistiu numa investigação-ação, na relação direta com um projeto de intervenção escolar e comunitária que visou desenvolver competências de participação cívica em crianças residentes em ambientes populares. Como referem Melo, Filho & Chaves,

³ De forma complementar, ler os estudos do relatório *EU Kids Online* disponível em <http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/research/research-projects/eu-kids-online>

a pesquisa-ação é, na verdade, uma intervenção social que não se limita apenas em descrever e teorizar sobre um problema social do cotidiano real das pessoas, mas em resolvê-lo, efetivamente, enquanto uma prática-teoria que transforma a realidade e contribui para a superação de uma situação-problema. (2016, p. 159)

O diagnóstico inicial visava perceber a auto percepção das crianças em relação às noções de cidadania e de implicação cívica, ajudando-nos igualmente a aferir os contributos dos agentes escolares e familiares para o processo participativo. Este mapeamento permitia perceber potencialidades/constrangimentos para a ação e abrir um espaço dialógico para se pensarem conjuntamente atividades que fariam sentido às crianças. O processo de sinergias, mediado pelos investigadores, visava contribuir para uma sintonia colaborativa entre todos os agentes implicados na formação cívica dos alunos, pois “a construção do conhecimento pela criança necessita de um contexto social e pedagógico que sustente, promova, facilite e celebre a participação, isto é, de um contexto que participe na construção da participação” (Oliveira-Formosinho, 2011, p. 27).

A investigação-ação permite a implementação de um conjunto de práticas de engajamento cívico das crianças, que no final do projeto são avaliadas no que tange aos resultados obtidos (Lewin, 1965). Nesta lógica avaliativa seria necessário perceber em simultâneo como as ações desenvolvidas retroalimentavam as interações das crianças com o seu contexto familiar e escolar. “É particularmente importante a ideia de que as crianças contribuem com duas culturas (a das crianças e a dos adultos) simultaneamente” (Corsaro, 2011, p. 95).

A operacionalização do projeto visou estimular civicamente as crianças, utilizando as mais-valias associadas às estratégias de literacia mediática (Alon-Tirosh & Lemish, 2014; Bird & Rahfaldt, 2011). Operámos como mediadores de uma dinâmica cooperativa (Cunningham, 1993), trabalhando nos contextos de escola/família. No processo reflexivo, percebemos como as crianças foram desenvolvendo uma consciência coletiva do processo participativo, que lhes sugeria uma ligação necessária à comunidade por via da realização do jornal escolar que procurava desafiar o seu entorno de proximidade para uma ativa implicação cívica.

Detalhamos agora os moldes do projeto e a estratégia de investigação.

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO ADAPTADA AO CONTEXTO

O projeto teve como questão de investigação: “em que medida uma abordagem integrada, envolvendo o contexto escolar, o familiar e o comunitário, prepara crianças dos 3 aos 9 anos para o exercício de uma cidadania digital ativa e eficaz?”. Seguiu o modelo proposto por Sefton-Green et al. (2016), apresentado na Figura 1, segundo o qual, para exercer uma cidadania ativa, através dos média, a criança deve mobilizar três áreas que se entrecruzam e interrelacionam: a operacional (ler, escrever e interpretar mensagens que circulam nos média), a crítica (interagir criticamente com os textos e produtos digitais) e a cultural (interpretar e agir em contextos sociais e culturais específicos).

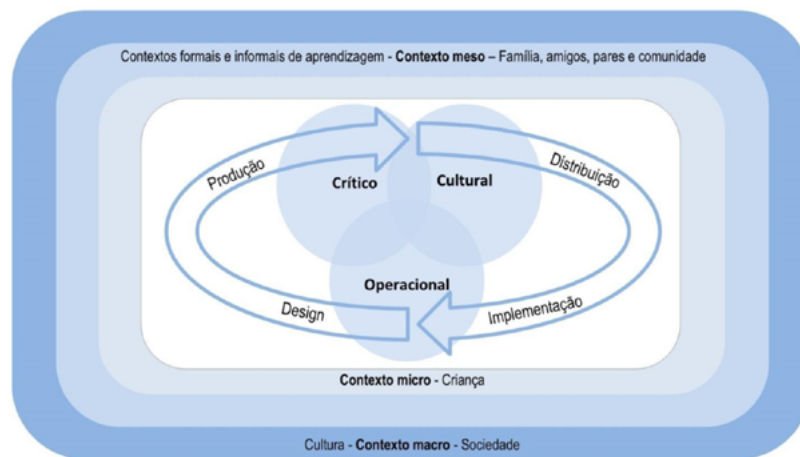


Figura 1: Áreas, níveis de decisão e enquadramentos das práticas de literacia digital das crianças
 Fonte: Adaptado de Sefton-Green et al. (2016, p. 18)

Quando interage com e através dos média, opera essas três áreas e toma decisões a quatro níveis: design (se a mensagem é multimodal, ou não); produção (como cria o texto); distribuição (quais são os canais que escolhe) e implementação (imagina como é que os recetores interpretarão a mensagem, em função do *background*).

Todos estes processos têm lugar em contextos no seio de enquadramentos que influem nas práticas de literacia digital das crianças, nomeadamente: o micro (a própria criança), o meso (contextos formal e informal de aprendizagem, família, amigos e comunidade local) e o macro (a sociedade como um todo, o Estado-nação).

O projeto visou compreender usos e práticas de crianças com os média, os efeitos dessas práticas na aprendizagem, na literacia que desenvolvem, na forma como compreendem o mundo, nas relações sociais e participação social, bem como as implicações que o uso de equipamentos digitais tem na sua educação global (Sefton-Green et al., 2016). Este artigo centra-se, porém, nas atividades de participação social desenvolvidas no âmbito do projeto, envolvendo as crianças nos contextos familiar, escolar e comunitário.

PROCEDIMENTO

Entre março e dezembro de 2015, organizámos e acreditámos, junto do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, uma ação de formação contínua de professores em Cidadania Digital e Participação Democrática. Produzimos instrumentos de recolha de dados e apresentámos o projeto às escolas de Odivelas, em articulação com a Câmara Municipal. Entre janeiro e fevereiro de 2016, ministrámos a ação de formação, que visou preparar docentes para a organização e concretização de atividades de participação social através dos média, envolvendo alunos, suas famílias e outros agentes da comunidade. No final, oito professoras de uma escola de Caneças, frequentada por cerca de 200 alunos do Pré-escolar e 1º Ciclo, aceitaram integrar um projeto de intervenção

comunitária, pelo que iniciámos a caracterização do contexto para definir a estratégia de intervenção. A caracterização do contexto foi realizada a partir de: i) um questionário aplicado a 24 das 25 professoras que frequentaram a formação (10 do Pré-escolar e 15 do 1º Ciclo), centrado nos usos e práticas com média digitais, perceções de uso pelos alunos, perceções de aprendizagem, riscos e oportunidades; ii) um questionário aplicado a 38 encarregados de educação (de ora em diante referidos por E.E.)⁴, centrado no uso e práticas de média digitais, perceções de uso pelas crianças, de riscos e de oportunidades, de aprendizagem e sobre mediação parental; iii) um guião de entrevista (adaptado de Chaudron, 2015) aplicado a 38 crianças (22 com idades entre quatro e seis anos e 16 com idades entre os sete e os 10) e organizado em três partes: quebra-gelo; dados pessoais; usos de média e práticas ali desenvolvidas, observação desse uso sempre que possível, capacidades evidenciadas, mediação parental e regras da família; iv) notas de campo resultantes de visitas à escola e de diferentes contactos com a comunidade (e.g. assistentes operacionais, psicóloga escolar, enfermeira escolar). Os dados recolhidos foram tratados com o programa Statistical Package for Social Sciences (quantitativos) e com o Atlas.ti (qualitativos).

RESULTADOS

Os E.E. e as docentes estavam mais centrados nos riscos que nas oportunidades que os média digitais ofereciam às crianças. Esta preocupação era generalizada, independentemente do nível socioeconómico e da constituição do agregado familiar, nos quais se verificavam grandes diferenças. Em termos do rendimento médio líquido mensal do agregado familiar: quatro famílias tinham um rendimento inferior a 600 euros, oito até mil euros, 10 entre mil e 1.500, sete entre 1.501 e 2.000. Só seis tinham rendimentos de 2.001 ou mais euros. Três preferiram não responder. Ao nível do agregado familiar, seis crianças viviam apenas com a mãe, oito filhos únicos vivam com ambos os pais, enquanto os restantes viviam com os pais e com, pelo menos, um irmão. Estas diferenças ajudam a compreender os resultados de caracterização do contexto, que agora resumimos:

Professoras

- todas usavam internet, televisão e rádio, com frequências similares, e apenas duas não tinham um perfil em redes sociais. Jornais e revistas eram referidos, mas o seu uso era esporádico;
- só oito em 24 declararam aceder à internet através de smartphone, sendo o acesso privilegiado o computador portátil;
- todas consideraram que os média digitais têm potencial pedagógico, mas o seu uso na sala de aula era raro ou meramente funcional (o telemóvel era sobretudo usado para fazer fotografias). E se 11 das 14 professoras de 1º Ciclo admitiram usar o computador na sala de aula, ainda que de forma esporádica e sendo elas a manusear o equipamento e não os alunos, apenas uma docente de Pré-escolar admitiu fazê-lo. Entre as razões para o reduzido uso, apontavam falta de meios e de apoio técnico.

⁴ Algumas questões foram adaptadas de Mathen, Fastrez e De Smedt (2015).

Encarregados de Educação (E.E.)

- todos eram utilizadores de internet, televisão e rádio, com frequências similares, sendo que apenas oito não usavam redes sociais. Jornais e revistas foram pouco referidos e o seu uso era esporádico;
- foram os que mais declaravam aceder à internet através de smartphone (três em cada quatro), sendo o acesso privilegiado o computador portátil;
- na sua ótica, as crianças aprenderam a usar média digitais com a mãe (26) e/ou com o pai (20), com outros familiares (12) ou amigos (duas). Apenas um referiu que o filho aprendeu na escola e nove afirmaram que a criança aprendera sozinha, o que é coerente com uma aprendizagem que passa por replicar práticas de adultos, por tentativa-erro, ou aprendendo com os tutoriais interativos dos jogos (Edwards e al., 2016);
- todos declararam ver televisão com os filhos e 34 referiram ir ao cinema com eles (30 ao fim de semana), mas apenas 16 liam livros e só 15 liam jornais ou revistas em conjunto com as crianças;
- a mediação parental era menor no caso do uso dos média digitais móveis. Se 31 afirmavam fazer pesquisas online em conjunto com as crianças (26 só aos fins-de-semana) apenas 14 jogavam jogos vídeo com os filhos (13 só aos fins de semana). As práticas de mediação parental, tendo em conta a perceção dos pais, alternavam entre a mediação restritiva (implica limitações de uso) e a mediação ativa (implica debate com as crianças), sendo referida a mediação de uso conjunto (implica o uso em conjunto, entre pais e filhos). Não é, porém, de excluir a ausência de mediação em alguns casos ou a mediação distanciada (uso de média enquanto *baby-sitter*). Mas não encontramos evidências claras de mediação por aprendizagem participativa, na qual pais e filhos debatem acerca do uso, aprendem em conjunto e definem estratégias (Zaman, Nouwen, Vanattenhoven, de Ferrer & Van Looy, 2016).

Crianças

- todas viam televisão (36 todos os dias) e utilizavam o YouTube, embora com frequências diferentes. Seguiam-se os jogos digitais (só três não jogavam), a internet em geral (cinco não tinham acesso em casa). Média impressos, redes sociais online e os blogues estavam fora do seu quotidiano;
- 18 em 38 acediam à internet através de smartphone. O tablet era o mais popular (33 de 38), sendo a consola referida por 17 crianças;
- o seu tempo de uso dos equipamentos digitais aumentava ao fim de semana. Se entre segunda e sexta-feira, três crianças não os usavam e 19 só o faziam até uma hora por dia, ao fim de semana todos usavam e só 12 o faziam até uma hora, sendo mais referidos períodos de uso maiores, como de duas a quatro horas (10 contra 4 crianças) e até de mais de quatro horas (sete contra uma).

Professoras e pais raramente conversavam acerca dos usos e práticas de média das crianças. Quando o faziam, os média eram quase sempre referidos negativamente (demasiado tempo de uso, adição jogos vídeo, perigos da internet). E se 33 dos 38 E.E. inquiridos admitiam falar com os educandos acerca de média, os temas mais comuns dessas conversas centravam-se nos limites à utilização nos riscos que poderiam decorrer do seu uso. Portanto, embora o uso de média digitais fosse elevado e frequente entre adultos e crianças, existia uma preocupação excessiva com os riscos, descurando as potencialidades, nomeadamente em termos de participação social.

PLANO DE INTERVENÇÃO

Em função do contexto, marcado pela falta de recursos tecnológicos, pela existência de fossos digitais (cinco famílias não tinham acesso à internet em casa) e pela ausência de diálogo e reflexão, entre pais, professoras e crianças, acerca de usos e práticas mediáticas, organizámos um plano de intervenção que visou potenciar a análise crítica e a produção reflexiva e criativa de mensagens média, a participação e a intervenção social das crianças.

Em setembro de 2016, na reunião entre professoras e investigadores, foi decidida a criação de um jornal escolar impresso, que tinha quatro objetivos centrais: i) reforçar a ligação entre a escola, as famílias e a comunidade; ii) garantir às crianças a oportunidade de expressarem as suas opiniões através dos média; iii) reforçar o sentido crítico em relação aos média e a problemas sociais; iv) promover a democracia na escola e na comunidade.

Ciente da contradição de um projeto de educação para a cidadania digital ter como base um meio de comunicação impresso, a equipa do projeto decidiu avançar, pois essa foi a forma de fazer face às limitações do contexto. Avançou também o processo de seleção do nome e do logótipo do jornal, com a abertura de um concurso de ideias aberto a todos os alunos. Venceu o título *O Cusco*. O projeto gráfico foi oferecido por uma empresa. A impressão (250 exemplares) ficaria a cargo da Câmara de Odivelas.

Para o primeiro número, além das notícias das atividades da escola, alunos e professoras prepararam diferentes guiões de entrevistas sobre o tema “Ser cidadão digital”. Os alunos do Pré-escolar perguntaram a pais e a avós quais eram os brinquedos e as brincadeiras deles, quando eram crianças. As crianças do 1º e 2º Anos perguntaram como eram os meios de comunicação quando pais e avós eram crianças. As de 3º e 4º Anos organizaram debates sobre a evolução dos média, tendo um deles ficado marcado pela pergunta: “como era a internet antigamente, professora?”. Esta atividade, de carácter intergeracional, contribuiu para uma melhor compreensão da evolução dos média, dos brinquedos e das brincadeiras das crianças. Proporcionou o diálogo e a reflexão na escola, na família e na comunidade. Houve, portanto, participação e intervenção social por parte das crianças, sobretudo após a publicação do primeiro número.

A preparação de cada edição foi sempre participada por todas as professoras. A coordenadora da escola centralizava a informação e articulava com a paginação. Após a primeira versão da paginação, a edição era analisada pela equipa, sendo propostas as alterações a fazer, seguindo depois para impressão. A distribuição, primeiro na escola e nas famílias e, a partir do segundo número, na comunidade educativa, ocorria no final de cada período.

O projeto terminou, oficialmente, em fevereiro de 2018, mas as professoras continuaram a produzir conteúdos para o jornal escolar e a publicação continuou, com edições em março e junho. Neste artigo apresentamos um conjunto de atividades de participação social que foram alvo de publicação no jornal escolar.

ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Devido a várias situações de indisciplina e violência na escola, as professoras decidiram abordar esta questão na segunda edição do jornal *O Cusco*, pelo que os alunos do quarto ano responderam a um questionário, o qual convidava a assumirem uma de quatro posições relativamente a nove situações de violência entre crianças (Flowers, 2007, pp. 85-88). Solicitaram depois que os pais também respondessem. A equipa adaptou o questionário e os pais responderam. Os dados foram tratados e discutidos com os alunos, os quais produziram um texto para o jornal, a juntar ao texto que a equipa do projeto preparou, a partir dos dados recolhidos, bem como a um texto escrito pela psicóloga escolar. As crianças manifestaram as suas opiniões relativamente ao *bullying* e outras violências, em perspetiva com as dos adultos. Houve, portanto, uma participação efetiva, uma intervenção social na escola, na família e na comunidade educativa, pois o jornal começava a ser distribuído, pelas professoras, nas outras escolas do agrupamento, em serviços públicos e em alguns locais mais movimentadas de Caneças.

Em março de 2017, as crianças do Pré-escolar debateram os direitos e os direitos da criança. Uma das educadoras levou um coelho para a escola, numa caixa de madeira, tendo dito às crianças que imaginassem quais seriam as necessidades do animal, que estava sozinho no mundo. As crianças deram um nome ao coelho, tendo sido “Pantufa” o nome mais votado, e foram referindo todas as necessidades, desde uma casa, uma família, alimentação. De seguida foram convidados a imaginar uma situação na qual, em vez do coelho, estaria uma criança. A atividade permitiu, através do desenho, frisar que que o interesse das crianças vem antes do interesse dos adultos (Artigo 3º), que o seu direito à vida é inalienável (Artigo 6º), tal como o direito de expressarem as suas opiniões e, mais, que essas opiniões têm de ser consideradas em qualquer assunto que lhes diga respeito (Artigo 12º). Algo que foi reforçado junto dos adultos, através do jornal escolar.

“Os Castelos de Portugal” foi o tema que levou os alunos do 4º Ano a construir réplicas de castelos portugueses, com recurso a materiais destinados à reciclagem. Decidiram mostrá-los, depois, à comunidade pelo que organizaram uma exposição na biblioteca, criaram resumos da história de cada castelo, fizeram convites, em papel e online e criaram um cartaz para anunciarem a exposição. Os visitantes, além de poderem escolher uma mensagem no livro da exposição, foram convidados a votar, em urna, no castelo que mais tinham gostado. No último dia da exposição foram contados os votos. Além da organização do evento, que envolveu a comunidade, os alunos aprenderam a organizar um processo eleitoral simples e a compreender a importância de cada voto.

Em junho de 2017, na sequência de nova legislação, que passou a considerar o recreio escolar como tempo pedagógico, os alunos apresentaram propostas para o espaço do recreio da escola, que consistia num campo de futebol e nas áreas em torno do edifício do 1º Ciclo, onde não existia qualquer equipamento. As crianças do Pré-escolar desenharam um recreio com casas de madeira em árvores, baloiços e escorregas, as do 1º Ciclo reclamavam uma piscina, uma discoteca e até um circo. As crianças do 2º Ano escreveram ao presidente da Câmara de Odivelas e ao presidente da Junta de Freguesia de Ramada e Caneças, terminando esta segunda assim: “gostaríamos apenas que nos

ouvissem e tivessem em atenção os nossos pedidos quando pensarem e puderem fazer obras de melhoramento na escola que é de todos, mas, acima de tudo, é das crianças”. Quer os desenhos, quer as cartas, foram publicados no jornal. Já em 2018 voltariam a recriar os recreios e a própria escola, numa maquete produzida com o apoio da mãe de uma das crianças (arquiteta) e do marido de uma das educadoras. A fotografia da maquete seria a manchete da edição d’*O Cusco* de junho.

Em 2018, associando os interesses dos alunos em termos de atualidade com a análise crítica de notícias, foi produzido um serviço informativo, gravado em vídeo, no qual as crianças eram as protagonistas. Numa sexta-feira foi solicitado a todas as crianças do 1º Ciclo que escolhessem uma notícia que os interessasse, podendo contar com o apoio de familiares, amigos ou outros. Na segunda-feira, os temas das notícias foram escritos no quadro de cada sala e os alunos votaram as notícias que consideravam mais importantes. Foram selecionadas as 16 mais votadas, as quais os alunos apresentaram, numa conversa em que a professora colocava quatro questões: “Que notícia escolheste e o que se passou?”; “Costumas ler, ouvir ou ver notícias?”; “Onde é que viste/ouviste/leste essa notícia?”; “Por que razão escolheste essa notícia?”. A apresentação do serviço noticioso, que os alunos batizaram de *TeleCusco*, o primeiro programa da Cusco TV, esteve a cargo de uma aluna. As imagens foram gravadas com um telemóvel e a montagem foi realizada no Movie Maker. Os alunos debateram assuntos da atualidade, envolvendo famílias e membros da comunidade. Revelaram que se interessam por notícias (só três dizem que não), independentemente das geografias em que ocorrem, consomem notícias em multiplataforma (domina a TV, mas foi referida a rádio, a Internet, o jornal e até os familiares) e interessam-se sobretudo por notícias negativas (e.g.: queda de um avião no Irão, dois incêndios e um acidente em Portugal, o homicídio de uma criança no Brasil, uns pais americanos que prenderam os filhos em casa durante anos, uma senhora que desapareceu em Caneças, agressões no desporto e em tribunal, uma bomba que rebentou na Ucrânia, um desabamento numa lixeira em Moçambique que provocou 17 mortos, as cheias em Paris). O vídeo foi visualizado pelas crianças, mas também pelos pais, aos quais foi reforçada a necessidade de falarem com os filhos acerca da atualidade, pois muitas das crianças revelaram dificuldades de interpretação do discurso jornalístico, o qual está direcionado a adultos.

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O projeto “Educação para a cidadania digital e participação democrática” apresenta dois resultados essenciais. Por um lado, aumentou a participação e a intervenção social das crianças, contribuindo para o desenvolvimento das suas competências de cidadania. Por outro, deveio um projeto sustentável, que a escola assumiu, continuando a desenvolver atividades de cidadania digital, seja publicando o jornal escolar, que hoje é entendido como o jornal das comunidades escolar e educativa, nas quais é distribuído gratuitamente.

A participação social das crianças aumentou, dentro e fora da escola, em articulação com docentes, famílias e comunidade. Portanto, o projeto permitiu às crianças a passagem da não-participação (três primeiros níveis) para a uma clara implicação participativa, atendendo aos níveis da “escada de participação” de Hart (1992). As atividades desenvolvidas propiciaram que os alunos se posicionem neste momento entre os níveis seis (atividades iniciadas por adultos em que as crianças têm poder de decisão) e sete (atividades iniciadas e dirigidas por crianças).

Tendo em atenção as perceções das professoras, a interação entre os contextos formal, não-formal e informal o projeto contribuiu para moldar as práticas de cidadania das crianças. Porém, a participação foi sobretudo feita através de média tradicionais impressos e só paulatinamente foi evoluindo para os média digitais, com a produção do serviço de notícias em vídeo. Tal resultou das lacunas em termos de equipamentos, mas também das competências das docentes em termos de produção de conteúdos para média digitais.

Portanto, apesar de adultos e crianças serem utilizadores ativos e frequentes de média digitais, tal não significa que estejam preparados para produzir conteúdos para esses média. E mesmo em relação à produção de média tradicionais, o facto de a metodologia de intervenção ser de investigação-ação, com o envolvimento e apoio dos investigadores às professoras, foi fundamental para que o jornal escolar fosse uma realidade, o que indica que os projetos nesta área devem prever um apoio frequente e significativo às escolas ou às instituições a partir das quais são desenvolvidos.

Os projetos devem ainda contar com o apoio da direção do Agrupamento de Escolas, que foi fundamental, com pelo menos uma professora que assuma a coordenação na escola (neste caso foi a coordenadora) e, desejavelmente, com pelo menos um profissional da área dos média, que possa auxiliar docentes e alunos na produção de conteúdos mediáticos, como foi o caso deste projeto. Acresce que este projeto não está terminado, pois precisa de uma segunda fase, que envolva mais investigadores e profissionais de jornalismo, no sentido de formar as crianças em termos de desconstrução e análise de conteúdos jornalísticos, bem como da sua produção, tendo em conta as técnicas adequadas e as dimensões ética e deontológica.

Importa agora referir que o projeto e seus resultados, estão limitados por um conjunto de fatores, desde logo o facto de ter decorrido num contexto específico, pelo que os seus resultados não podem ser extrapolados a outros contextos. Acresce que os indivíduos do estudo foram os que se voluntariaram e/ou os que tiveram autorização para participar, pelo que os resultados poderiam ser outros, mesmo envolvendo indivíduos do mesmo contexto. Os resultados assentam em perceções de docentes e E.E., e em dados recolhidos pelos investigadores com recurso a instrumentos que foram adaptados ou construídos, não sendo validados para a população portuguesa. Finalmente, no que diz respeito à participação, as atividades desenvolvidas visaram ter impacto no grupo dos 200 alunos que frequentam a escola e não em cada criança separadamente. Por um lado, a caracterização do contexto teve como base apenas 38 das 200 crianças, algumas das quais (as que frequentavam o 4º Ano do 1º Ciclo quando o projeto foi iniciado) já não

estavam no segundo ano da intervenção. Por outro, o foco estava em criar condições para o exercício de uma participação ativa através dos média e não em medir individualmente, em cada criança, essa participação.

Por que razão é, então, relevante resgatar a participação? Porque é preciso preservar a democracia, que é mais do que uma forma de organização política. Democracia é participação e determinação para a ação, as quais urgem na atual conjuntura mundial, marcada pela desintegração das instituições e das práticas democráticas, pela quebra dos laços cívicos nas comunidades locais, pelo esquecimento de que há um terreno comum entre fações políticas opostas. Os argumentos são de Jenkins, segundo o qual, “neste momento, em toda a parte, a democracia precisa da nossa ajuda” (2019, p. 7). Essa ajuda é uma tarefa de todos, inclusive dos que ainda estão no berço, os quais devem ser preparados para devirem cidadãos participativos ao longo da vida, mas também para prepararem os seus descendentes, o que é possível com projetos comunitários, que envolvam a escola, as famílias e a comunidade (Heckman & Karapakula, 2019). ✍

REFERÊNCIAS

- Alon-Tirosh, M. & Lemish, D. (2014). “If I was making the news”: what do children want from news?. *Participations*, 11(1), 108-129.
- Amaral, I., Carriço Reis, B., Lopes, P. & Quintas, C. (2017). Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais. *Estudos em Comunicação*, 24, 107-131.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216-224. <http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Bae, B. (2009). Children’s right to participate. Challenges in everyday interactions. *European Early Childhood Education Research Journal*, 17(3), 391-406. <https://doi.org/10.1080/13502930903101594>
- Bakir, V. & McStay, A. (2018). Fake news and the economy of emotions: problems, causes, solutions. *Digital Journalism*, 6(2), 154-175. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>
- Baldacci, E., Buono, D. & Gras, F. (2017, setembro). *Fake news and information asymmetries: data as public good*. Comunicação apresentada na Conferência *Dataforpolicy.org*, Londres. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/319503207_Fake_News_and_Information_Asymmetries_Data_as_Public_Good
- Berger, P. & Luckman, T. (2010). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Bird, W. & Rahfaldt, M. (2011). Children and the media: voices worth hearing? In L. Jamieson, R. Bray, A. Viviers, L. Lake, S. Pendlebury & C. Smith (Eds.), *South African child gauge 2010/2011* (pp. 54-58). Cidade do Cabo: Children’s Institute.
- Boudon, R & Bourricaud, F. (1982). *Dictionnaire critique de la Sociologie*. Paris: PUF.
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: research models and fugitive findings. In R. Wozniak & K. Fischer (Orgs.), *Development in context: acting and thinking in specific environments* (pp. 3-44). Hillsdale: Erlbaum.

- Carriço Reis, B. (2009). *De la dictadura a la democracia: recuerdos y olvidos de la transición política española. Medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España*. Dissertação de doutoramento, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil e Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Madrid, Espanha.
- Chaudron, S. (2015). *Young children & Digital technology: a qualitative exploratory study across seven countries*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Chaudron, S. (2016, maio). *Young children, parents and digital technology in the home context across Europe: the findings of the extension of the young children (0-8) and digital technology pilot study to 17 European countries*. Comunicação apresentada no evento *DigiLitEY Project Meeting*, Larnaca, Chipre.
- Comissão Europeia (2018). *A multi-dimensional approach to disinformation. Report of the independent high level group on fake news and online disinformation*. Retirado de <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1>
- Conselho da Europa. (2018). *Reference framework of competences for democratic culture*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Corsaro, W. (2011). *Sociologia da infância*. São Paulo: Artmed.
- Cunningham, J. (1993). *Action research and organizational development*. Londres: Praeger publishers.
- D'Ancona, M. (2017). *Post-truth: the new war on truth and how to fight back*. Londres: Ebury Press.
- Durkheim, E. (2011). *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Edwards, S., Nolan, A., Henderson, M., Mantilla, A., Plowman, L. & Skouteris, H. (2016). Young children's everyday concepts of the internet: a platform for cyber-safety education in the early years. *British Journal of Educational Technology*, 49(1), 45-55. <https://doi.org/10.1111/bjet.12529>
- Flowers, N. (Ed.) (2007). *Compasito – manual on human rights education for children*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Frau-Meigs, D., O'Neill, B., Soriani, A. & Tomé, V. (2017). *Digital citizenship education: overview and new perspectives*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Gaventa, J. (2004). Towards participatory governance: assessing the transformative possibilities. In S. Hickey & G. Mohan (Eds.), *Participation: from tyranny to transformation?* (pp. 24-41). Londres: Zed Books.
- Gelfert, A. (2018). Fake news: a definition. *Informal Logic*. 38(1), 84-117. <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Graue, M. & Walsh, D. (2003). *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guess, A., Nyhan, B. & Reifler, J. (2018). *Selective exposure to misinformation: evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign*. European Research Council. Retirado de <https://www.dartmouth.edu/~nyhan/fake-news-2016.pdf>
- Hart, R. (1992). *Children's participation: from tokenism to citizenship*. Florença: Unicef International Child Development Centre.
- Heckman, J. & Karapakula, G. (2019). Intergenerational and intragenerational externalities of the Perry Preschool Project. *NBER Working Paper*, No. 25889. Retirado de <https://www.nber.org/papers/w25889>

- Hirsjärvi, I. & Tayie, S. (2011). Children and new media: youth media participation. A case study of Egypt and Finland. *Comunicar*, 37(XIX), 99-108. <https://doi.org/10.3916/C37-2011-03-01>
- Hooft Graafland, J. (2018). New technologies and 21st century children: recent trends and outcomes. *OECD Education Working Papers*, 179. <https://doi.org/10.1787/e071a505-en>
- INE (2016). *Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias 2016*. Retirado de www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250254698&DESTAQUESmodo=2
- Jenkins, H. (2019, 30 maio). *Participatory politics in an age of crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (Part I). Confessions of an ACA-FAN*. [Post em blogue] Retirado de <http://henryjenkins.org/blog/2019/5/30/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-i>
- Jorge, A., Tomé, V. & Pacheco, R. (2018). Um dia na vida de crianças com menos de 3 anos: os meios digitais no quotidiano das famílias. In M. I. Vassallo de Lopes, N. Ribeiro, G. Castro & C. Duff Burnay (Orgs.), *Comunicação, diversidade e tolerância – Livro de anais do XV Congresso IBERCOM, 2018* (pp. 2486-3505). São Paulo: ECA-USP.
- Kellner, D. (2001). *Cultura da mídia*. Bauru: EDUSC.
- Landsdown, G. (2005). *¿Me haces caso? El derecho de los niños pequeños a participar en las decisiones que los afectan*. La Haya: Fundación Bernard Van Leer.
- Lee, N., Shah, V. & Mcleod, J. (2012). Processes of political socialization: a communication mediation approach to youth civic engagement. *Communication Research*, 22(10), 1-29.
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira.
- Livingstone, S. (2008). A rationale for positive online content for children. *Communication research trends*, 28(3), 12-16.
- Marsh, J. (2014, dezembro). *Young children's online practices: past, present and future*. Comunicação apresentada na Conferência Literacy Research Association. Retirado de https://www.academia.edu/9799081/Young_Childrens_Online_Practices_Past_Present_and_Future
- Mathen, M., Fastrez, P. & De Smedt, T. (2015). *Les enfants et les écrans – usages des enfants de 0 à 6 ans, représentations et attitudes de leurs parents et des professionnels de la petite enfance*. Louvain-la-Neuve: UCL-Institut Langage et Communication.
- Melo, A., Filho, O. & Chaves, H. (2016). Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 153-159. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1162>
- Middaugh, E., L. Clark & P. Ballard. (2017). Digital media, participatory politics and positive youth development. *Pediatrics*, 140(2), 127-S131. <https://doi.org/10.1542/peds.2016-1758Q>
- Nguyen, C. (2016, 16 de novembro). This analysis shows how fake election news stories outperformed real news on Facebook. *BuzzFeed News*. Retirado de <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook>
- Nguyen, C. (2018). Echo chambers and epistemic bubbles. *Episteme*. 1-21.
- OberCom (2015). *Os media e as dinâmicas geracionais na sociedade portuguesa. Análise dos impactos das variáveis geracionais nas práticas mediáticas dos portugueses*. Retirado de <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/06/Os-Media-e-as-din%C3%A2micas-geracionais-na-sociedade-Portuguesa-2014.pdf>

- OCDE (2016). *Global competency for an inclusive world*. OECD Publishing. Retirado de www.oecd.org/pisa/aboutpisa/Global-competency-for-an-inclusive-world.pdf
- OCDE. (2017a). *PISA 2015 results (Volume III): Students' well-being, PISA*. OCDE Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264273856-en>
- OCDE. (2017b). *Starting strong 2017: Key OECD indicators on early childhood education and care*. OCDE Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264276116-en>
- OCDE. (2017c). *Starting strong V: Transitions from early childhood education and care to primary education*. OCDE Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264276253-en>
- Oliveira-Formosinho, J. (2011). *O espaço e o tempo na pedagogia em participação*. Porto: Porto Editora.
- Ozanus, S. (2017, 16 de janeiro). Early childhood as the foundation for tomorrow's workforce. [Post em blogue] Retirado de <https://blogs.worldbank.org/education/early-childhood-foundation-tomorrow-s-workforce>
- Palaiologou, I. (2016). Children under five and digital technologies: implications for early years pedagogy. *European Early Childhood Education Research Journal*, 24(1), 5-24. <https://doi.org/10.1080/1350293X.2014.929876>
- Patrinos, H. (2018, 25 de outubro). *The economic case for early learning* [Post em blogue]. Retirado de <http://blogs.worldbank.org/education/economic-case-early-learning>
- Percy-Smith, B. & Thomas, N. (2010). *A handbook of children and young people's participation. Perspectives from theory and practice*. Londres: Routledge.
- Ponte, C., Simões, J. A., Baptista, S. & Jorge, A. (2017). *Crescendo entre ecrãs: usos de meios eletrónicos por crianças (3-8 Anos)*. Lisboa: Entidade Reguladora da Comunicação.
- Rivera Magos, S. & Carriço Reis, B. (2019). Jóvenes mexicanos en contexto digital: prácticas que llevan a riesgos. In D. Barredo Ibáñez, M. Rodrigues da Cunha & J. Hidalgo Toledo (Eds.), *Jóvenes, participación y medios de comunicación digitales en América Latina* (pp. 133-161). La Laguna: Cuadernos Artesanos de Comunicación.
- Reuters Institute (2018). *Reuters Institute Digital News Report 2018*. Londres: Reuters Institute.
- Sartório, L. (2010). Apontamentos críticos às bases teóricas de Jean Piaget e a sua concepção de educação. *Revista Eletrônica Arma Crítica*, 2[Número especial], 205-226.
- Sefton-Green, J., Marsh, J., Erstad, O. & Flewitt, R. (2016). *Establishing a research agenda for the digital literacy practices of young children: A white paper for COST Action IS1410*. Sheffield: Digilitey Project. Retirado de <http://digilitey.eu>
- Silverman, C. (2016, 16 de novembro). This analysis shows how fake election news stories outperformed real news on Facebook. *BuzzFeed News*. Retirado de <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook>
- Silverman, C. & Singer-Vine, J. (2016, 6 de dezembro). Most Americans who see fake news believe it, new survey says. *BuzzFeed News*. Retirado de <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/fake-news-survey>
- Slot, P. (2018). Structural characteristics and process quality in early childhood education and care: A literature review. *OECD Education Working Papers*, 17. <https://doi.org/10.1787/edaf3793-en>

- Soral, W., Bilewicz M. & Winiewski M. (2018). Exposure to hate speech increases prejudice through desensitization. *Aggressive Behavior*, 44(2), 136-146. <https://doi.org/10.1002/ab.21737>
- Tandoc, E. C., Lim, Z. W. & Ling, R. (2018). Defining 'fake news': a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6(2), 137-153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>
- Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Tomás, C. (2007). "Participação não tem idade". Participação das crianças e cidadania da infância. *Contexto & Educação*, 22(78), 45-68.
- Torney-Purta, J. (2002). The school's role in developing civic engagement: a study of adolescents in twenty-eight countries. *Applied Developmental Science*, 6(4), 203-212. http://dx.doi.org/10.1207/S1532480XADS0604_7
- Unesco (2019). *Journalism, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647?posInSet=2&queryId=a8050576-9941-4456-ae89-db14a68715c2>
- Unesco (2015). *Global Citizenship Education: Topics and Learning Objectives*. Paris: Unesco.
- Unicef (2003). *The state of the world's children*. Nova Iorque: Unicef.
- Van Haecht, A. (1994). *A escola à prova da Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vuorikari, R., Punie, Y., Carretero Gomez, S. & Van Den Brande, L. (2016). *DigComp 2.0: the digital competence framework for citizens. Update phase 1: the conceptual reference model*. Luxemburgo: Publication Office of the European Union.
- Zaman, B., Nouwen, M., Vanattenhoven, J., De Ferrer, E. & Van Looy, J. (2016). A qualitative inquiry into the contextualized parental mediation practices of young children's digital media use at home. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 60(1), 1-22.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Vitor Tomé é Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa, jornalista (CP1524A) e investigador do CIES-ISCTE-IUL (foco na Literacia dos Média e Jornalismo). Exerce funções de especialista internacional (Diálogos União Europeia-Brasil em Direitos Humanos; Educação para a Cidadania Digital – Conselho da Europa), coordenador científico (Projeto PICCLE, do Plano Nacional de Leitura; Academia de Cidadania Digital, financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian), formador de professores (Associação Nacional de Professores e Direção-Geral da Educação) e de jornalistas (CENJOR). Lecionou em Portugal (FCSH-UNL, Uni. Algarve e IP Castelo Branco), Brasil (PUC-Rio) e Japão (Uni. de Hosei).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7866-3678>

Email: vitor@rvj.pt

Morada: Rua de Santa Marta 56 – 1169-023 Lisboa, Portugal

Paula Lopes é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL, Professora Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa, coordenadora da licenciatura e mestrado em Ciências

da Comunicação desde 2017, investigadora integrada no CECS-UM, membro do OBSERVARE e co-fundadora do NIP-C@M, da UAL. Tem vindo a desenvolver investigação em literacia mediática e digital (avaliação de práticas e competências), consumos mediáticos e digitais, e a relação destes com práticas de cidadania. É autora de vários artigos científicos publicados em revistas de referência como a *Communications*, *OBS**, *Análise Social*, *Janus*, *Media e Jornalismo* e *Estudos em Comunicação*. Foi jornalista, formadora no CENJOR, assessora/consultora de comunicação/imagem e programadora cultural.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1318-6866>

Email: plopes@autonoma.pt

Morada: Rua de Santa Marta 56 – 1169-023 Lisboa, Portugal

Bruno Reis é doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Ciências da Comunicação pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Licenciado em Sociologia pela Universidade da Beira Interior. Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação, onde coordena o Doutoramento em Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e co-coordena o Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas (NIP-C@M). É professor convidado no Mestrado de Comunicación y Cultura Digital (UAQ/México) e no Departamento de Sociologia da UBI. É investigador integrado no OBSERVARE (UAL) e no NEAMP (PUC-SP/Brasil).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6420-8781>

Email: breis@autonoma.pt

Morada: Rua de Santa Marta 56 – 1169-023 Lisboa, Portugal

Carlos Pedro Dias é jornalista, produtor e realizador de televisão. Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa. Doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL. Subdiretor do Departamento de Ciências da Comunicação da UAL e professor na mesma universidade. Investigador integrado no OBSERVARE(UAL) e no NIP-C@M. Formador de Televisão e Jornalismo no CENJOR.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6164-6222>

Email: cpdias@autonoma.pt

Morada: Rua de Santa Marta 56 – 1169-023 Lisboa, Portugal

* **Submetido: 01/02/2019**

* **Aceite: 30/04/2019**

A PRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO MEDIADA EM COMUNIDADES MARGINALIZADAS NA INDONÉSIA

Kurniawan Adi Saputro

Faculdade de Média, Departamento de Fotografia, Instituto Indonésio das Artes Yogyakarta, Indonésia

Bari Paramarta Islam

Investigador independente, Indonésia

RESUMO

O tema da participação tem sido frequentemente questionado em termos de abrangência, nomeadamente quanto ao número de membros de uma determinada sociedade que têm voz enquanto coletivo. Este artigo, ao invés de avaliar o nível de igualdade entre atores, tenta identificar práticas correntes que contextualizem o processo de participação, tornando-a, desse modo, possível e limitada. Foram analisados dois casos de estudo que envolvem comunidades marginalizadas, durante um projeto de cinema participativo: uma comunidade de fiéis de uma religião tradicional (*penghayat*), em Elu Loda, e uma comunidade de pessoas com necessidades especiais, em Salam Rejo. Estas comunidades foram observadas durante a sua participação em oficinas de cinema, entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019. Foram entrevistados 14 participantes, dois facilitadores e um representante do patrocinador do programa. Além disso, os participantes e alguns membros da comunidade que estiveram envolvidos no processo foram convidados a responder a um inquérito criado com o objetivo de pôr a descoberto as suas práticas comunicativas relacionadas com a narração de histórias (*storytelling*), registos fotográficos e reuniões comunitárias (Elu Loda n=49, Salam Rejo n=31). Estudámos o modo como as histórias pessoais circulavam entre esses grupos e como alguns indivíduos usavam o cinema como veículo de apresentação da sua versão das histórias, enquanto a sua forma coletiva de contar histórias permanecia desligada do workshop (oficina). Percebemos ainda que a cultura formata o modo como algumas pessoas se tornam mais visíveis do que outras e como estas desenvolvem competências para se evidenciar, o que abriu a porta à sua participação. Por fim, descobrimos que a imersão dos participantes na sua cultura e comunidade afeta os aspetos que despertam mais o seu interesse e por que razão: o saber técnico da oficina e/ou o conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE

comunidades marginalizadas; média participativos; práticas mediáticas

THE PRACTICE OF MEDIATED PARTICIPATION IN INDONESIAN MARGINALISED COMMUNITIES

ABSTRACT

The question of participation has often been asked as an issue of degree, namely how much members of a society are allowed to have a voice in their collective life. Rather than evaluating the degree of equality reached between actors, this article attempts to identify existing practices that contextualise participation, and thus enable and constrain it. Two case studies, involving marginalised communities in participatory film production, were analysed: a community of believers in a traditional religion (*penghayat*) in Elu Loda and a community of people with

disabilities in Salam Rejo. These communities were observed during their participation in film workshops, from October 2018 to February 2019. Fourteen participants, two facilitators, and one programme officer of the sponsor were interviewed. In addition, participants and a selection of community members who interacted with the process were invited to fill in a questionnaire designed to elicit their communicative practices in relation to storytelling, making pictures, and community meetings (Elu Loda n=49, Salam Rejo n=31). We studied how personal stories were circulated in these groups and how some individuals used the film as a channel to distribute their version of the stories, while still their collective way of storytelling was disconnected from the workshop. Second, we learned that culture shaped how certain people become more visible than the others and how these people developed skills to be more visible, which opened the door to their participation. Third, the participants' embeddedness in their culture and community affected what aspects they were inclined to participate in and for what reason: in the workshop's technical know-how and/or in the content.

KEYWORDS

marginalised communities; media-related practices; participatory media

Se eu fosse cega, toca os teus olhos
 Se eu fosse surda, toca os teus ouvidos
 Se eu fosse coxa, lava os teus pés
 Ephphatha!
 Porque eu sou tu
 Tu és eu
 Porque temos todos a mesma dignidade
 Porque pertencemos ao mesmo plano

Este poema foi recitado por uma rapariga com perda auditiva enquanto ensaiava a sua intervenção para o “Dia Internacional das Pessoas com Necessidades Especiais”. As palavras foram inspiradas por histórias da *Bíblia*, que as pessoas da sua comunidade conheciam bem da missa de domingo. O poema também pediu emprestadas algumas palavras ao material promocional do programa que patrocinou o filme em que estava envolvida. O poema é uma colagem, um mosaico de palavras já existentes, sagradas e promocionais. Cada palavra é retirada do seu contexto, num caso claro de intertextualidade, sendo o seu significado transferido para o novo texto, produzindo novos significados. É uma metáfora eficaz sobre os processos participativos, para os quais os intervenientes transferem as suas experiências e acumulação de conhecimento cultural, juntando tudo, depois, com a ajuda dos dinamizadores. Mas, ao mesmo tempo, seria pertinente perguntar: Estes participantes não eram já alguém antes do seu envolvimento no projeto de cinema participativo? Não tinham já feito algo antes disso? Este estudo é uma tentativa de dar resposta a estas questões.

PARTICIPAÇÃO MEDIADA E O DECLÍNIO DA DEMOCRACIA

A questão da participação tem sido colocada em termos de abrangência, nomeadamente saber até que ponto é permitido que os membros de uma comunidade ou grupo tenham voz enquanto coletividade. De um ponto de vista normativo, Arnstein (1969) questionou-se sobre o que era a participação e elaborou um modelo que se tornou um modelo clássico de participação dos cidadãos, por exemplo, no âmbito dos estudos e projetos de desenvolvimento. O modelo de Arnstein coloca os cidadãos numa relação antagónica entre os poderosos e os que nada têm; a escada está colocada de forma vertical para que possamos aferir o nível de controlo que os cidadãos detêm no processo de tomada de decisões. No seu ponto de vista, apenas os três degraus mais elevados contam como verdadeira participação, enquanto que os outros seis degraus (mais abaixo) são vistos como apenas simbólicos ou indicativos de ausência de participação. O modelo é útil como ferramenta de avaliação e reflexão, mas também tem as suas limitações. De acordo com Arnstein, o modelo não leva em consideração, explicitamente, “as infraestruturas política, social e económica e a base do conhecimento, além das dificuldades de organização de um grupo de cidadãos representativo e responsável” (1969, p. 217).

Carpentier (2011a, 2011b) propõe um modelo diferente de participação, através do qual o acesso e a interação são definidos como pré-condições necessárias, mas continuam a ser encarados como distintos da participação. Para ele, o acesso e a interação não podem ser equiparados à participação uma vez que essas pré-condições não incluem o elemento essencial de partilha de poder. Consequentemente, Carpentier, no seu modelo AIP (Acesso, Interação, Participação) subscreve, ainda que de uma forma diferente, a abordagem de Arnstein, na medida em que também ele reserva o espaço da participação para lutas pelo poder “reais”, uma consequência inevitável do facto de basearmos a participação na teoria democrática. Avisa, no entanto, que a participação nunca poderá ser considerada como um espaço fantástico onde as lutas pelo poder são resolvidas através de uma relação totalmente igualitária entre todos os atores. No contexto contemporâneo, a atenção recai na transformação das elites “a fim de permitir a partilha do poder” (Carpentier, 2011b, p. 26). A sua proposta é que foquemos a nossa atenção na análise de casos específicos, uma vez que estes processos participativos se “caracterizam pelo equilíbrio e lutas pelo poder em diferentes níveis, momentos e locais” (Jenkins & Carpentier, 2013, p. 267). O objetivo é captar a “complexidade – e as contradições que a causam” do processo participativo (2013, p. 267). A complexidade, devido à sua natureza multidimensional, com diversos níveis e dinâmica, parece ser essencial para compreender este processo.

Carpentier (2016) aprofunda a sua estrutura analítica ao encarar a participação como um processo com diversos subprocessos, por vezes sem sobreposições nítidas entre os seus elementos. Para além de contemplar as suas características fortuitas, multidimensionais e complexas, o modelo leva em consideração “as guerras materiais e discursivas” (2016, p. 77), intrínsecas às lutas pelo poder. O resultado é um modelo com múltiplos elementos (Carpentier chama-lhes níveis) que consiste na análise 1) do contexto (processo e áreas nas quais se situa o processo); 2) atores; 3) decisões e 4)

relações de poder. Sugere que se decomponha a situação participativa (a sua análise) em 12 subelementos. O modelo é mais complexo do que a escada de participação de Arnstein, ou do que o seu próprio modelo AIP. Está ajustado de modo a abordar as questões intrínsecas à análise da participação e a primeira tentativa de aplicação parece captar o que pretende retratar (Yüksek & Carpentier, 2018). Do nosso ponto de vista, o ponto forte do modelo poderá passar a ser o seu ponto fraco uma vez que é demasiado descritivo, complexo, e, daí, poder ser mais útil em análises cujo investigador tenha um conhecimento profundo do contexto local. Reconhecemos o mérito de usar uma estrutura tão dinâmica e complexa; no entanto, convém recordar que, uma vez que a participação se localiza na interseção da teoria e da prática, seria provavelmente melhor criar um diálogo significativo entre as duas, usando para tal vocabulários menos abrangentes, fortemente orientados para preocupações e expectativas reais.

Dagron (2007) também ressalta este ponto, ao afirmar que os projetos participativos estão indissociavelmente ligados às vidas dos participantes. Do seu ponto de vista, ao refletir sobre o seu ativismo de décadas no campo dos média comunitários, a participação serviu para “referir uma grande diversidade de experiências” que podem confundir aqueles que “tiveram pouca experiência a nível local” (Dagron, 2007, p. 197). Além disso, ele deixa um aviso sobre o facto de “o exercício académico incluir alguns e excluir os restantes” e “não representar realmente o que está a acontecer no terreno” porque a participação lida com “processos de comunicação, ou seja, organismos sociais vivos” (Dagron, 2007, p. 198). Em vez de usar um modelo idealizado, ele defende modelos que descrevam “a luta dos média comunitários enquanto ferramenta de mudança social, educação, entretenimento, socialização do conhecimento, desenvolvimento económico, etc.” (Dagron, 2007, p. 202).

De acordo com algum do trabalho desenvolvido pela teoria democrática, a melhor forma de os cidadãos aprenderem algo sobre a participação seria eles mesmos participarem em atividades cívicas (della Porta, 2013). De facto, foi o reconhecimento de que “a democracia está em crise” que levou alguns autores a estudarem o processo de participação (Coudry, Livingstone & Markham, 2007; della Porta, 2013). Por exemplo, della Porta escreve que “salvar a democracia significaria ir além do modelo liberal, levando mais longe a reflexão sobre participação e deliberação dentro e fora das instituições” (2013, p. 2). A autora aponta a participação como uma das duas características definidoras da democracia, sendo a deliberação a outra. Coudry, Livingstone e Markham também “procuram pré-condições sociais para um esmorecimento do envolvimento” (2007, p. 14). Estes estudos refletem a preocupação profunda e de longa data dos autores quanto ao declínio do envolvimento político dos cidadãos conforme indica a baixa taxa de participação eleitoral.

No nosso estudo, seguimos em grande medida a direção apontada por Dahlgren (2003), a propósito do estudo da cultura cívica, o que, por seu lado, diz respeito ao modo “como as pessoas se tornam cidadãos” (2003, p. 153). Tal centra-se no quotidiano dos cidadãos, em vez de se focar nos procedimentos formais da política institucional. Esta abordagem está em linha com o que Postill (2010) define como “os conjuntos de

atividades que os humanos desempenham com graus variáveis de regularidade, competência e talento” (Postill, 2010, p. 1). Pedimos emprestada a noção de “prática relacionada com os média” a Postill e usamo-la – muito livremente – aprofundando a sua definição de média. Este aprofundamento significa que vemos o teatro (com a atenção focada na narração de histórias) e os documentos escritos (em particular referentes às reuniões comunitárias) como média relevantes. Estas práticas relacionadas com os média foram reunidas em duas oficinas sobre cinema participativo (ver abaixo), tornando-se o nosso objeto de estudo. Através da análise destas oficinas, tentamos captar a complexidade da participação num determinado contexto na Indonésia.

A PARTICIPAÇÃO NA INDONÉSIA

Nos últimos 20 anos, a Indonésia sofreu uma transformação radical, passando de uma ditadura para uma democracia. Entretanto, a participação política, medida através da filiação partidária, mostrou uma queda acentuada, semelhante à de muitas democracias ocidentais. Muhtadi (2018) demonstra que a filiação partidária caiu de cerca de 10%, em 2004, para 1,5%, em 2014. No entanto, a participação dos eleitores manteve-se estável nos 72% quando comparada com eleições anteriores (Nurhasim, 2014), tendo aumentado para os 81% nas eleições presidenciais de 2019. Estes números indicam que participação democrática na Indonésia sofreu um certo declínio, mas também que os seus cidadãos ainda acreditam nos processos e na ideia de democracia. Existem, contudo, algumas diferenças quando comparamos o desenvolvimento político na Indonésia e o das democracias ocidentais. A trajetória atual da democratização indonésia não começou com o surgimento de uma classe média forte, politicamente independente e progressista, ou qualquer “mudança estrutural à frente da democracia” (Törnquist, 2013, p. 6) como defenderam alguns teóricos. Emergiu antes da luta entre elites e entre essas e uma série de “atores dissidentes, movimentos sociais, organizações da sociedade civil” (Törnquist, 2013, p. 11).

De entre as diversas críticas lançadas por Törnquist contra as avaliações democráticas baseadas no modelo liberal, uma será particularmente relevante, nomeadamente a crítica à “superioridade do modelo democrático liberal (e a respetiva constituição dos *demos* e dos assuntos públicos)” (2013, p. 12). Ele escreve que o modelo ignora outras instituições, “regras e regulamentos relacionados com a democracia participativa, o debate nas comunidades muçulmanas ou comunidades regidas pelo direito consuetudinário” (Törnquist, 2013, p. 13). O que Törnquist defende é semelhante à posição desenvolvida por Menchik (2016) no seu estudo sobre a tolerância nas três maiores organizações islâmicas da Indonésia. Mais especificamente, Menchik defende na sua obra que a democracia indonésia poderia desenvolver-se sem liberalismo. O Estado indonésio é, de acordo com Menchik (2016, p. 12), “um híbrido religioso-secular que promove valores como a crença em Deus e a filiação comunitária como principal objetivo da sociedade civil e do Estado”. A nossa intenção, aqui, não é repetir o argumento de centralidade da religião na Indonésia, mas libertar o conceito de participação das suas raízes na teoria política

liberal, para a qual os direitos individuais e as identidades são da maior importância e servem de base ao interesse dos cidadãos em participar nos processos de tomada de decisões. Acompanhamos e desenvolvemos o argumento de Menchik quando ele afirma que a separação estrita entre assuntos individuais e comunitários não é um fenômeno universal e que, em muitos locais, as preocupações da comunidade se sobrepõem às dos indivíduos. Para além disso, o envolvimento dos indivíduos e a utilização das suas competências em atividades comunitárias e culturais preparam-nos para a sua participação no sentido maximalista do termo (Carpentier, 2011a). O que pretendemos argumentar aqui é muito semelhante à visão de Dahlgren da cultura (2003, 2006) e da vida quotidiana enquanto “campo de treino” (Dahlgren, 2006, p. 272) para a participação. A diferença assenta na ênfase que colocamos em práticas específicas aceites e reforçadas pela comunidade e que dão aos participantes a motivação, identidade e competências para poderem envolver-se a fundo nos processos participativos.

No nosso estudo, pretendemos focar-nos nos vídeos participativos que têm sido usados na Indonésia desde os anos 80 do século XX, por ativistas e profissionais de média, como método de capacitação dos cidadãos. O Kunci Cultural Studies Center and Engage Media (2009) investigou o panorama dos vídeos participativos e descobriu que era escasso, consistindo apenas em três organizações especializadas na sua produção. No entanto, muitas outras oficinas foram realizadas por organizações da sociedade civil criadas para esse fim específico, embora frequentemente não exista qualquer documentação sobre os mesmos. O projeto de vídeo participativo que analisámos fazia parte de um programa mais vasto no qual o Ministério Indonésio da Segurança Social tinha vindo a trabalhar em parceria com a Asia Foundation, com o apoio financeiro do governo australiano, a fim de abranger todos aqueles que se encontravam estruturalmente marginalizados, das mais diversas formas.

O responsável pelo programa respondeu que, na realidade e relativamente a este projeto, estavam a experimentar este meio participativo uma vez que nunca tinham usado o cinema no seu trabalho (entrevista, 13/10/2018). A experiência foi motivada pelo sucesso inesperado de uma oficina de escrita acerca da história da aldeia de Salam Rejo, onde viviam *penghayat kepercayaan*, crentes de uma religião tradicional e “não oficial”¹. Essa oficina, realizada em 2017, teve uma duração de mais de seis meses e envolveu 15 adolescentes que receberam formação para entrevistar pessoas com informações essenciais sobre a história de certos monumentos, práticas culturais e membros fundadores da sua aldeia. Tal resultou numa publicação local, sob a forma de livro de bolso, que foi distribuída gratuitamente pelos aldeãos. Apesar de alguma ansiedade provocada por atrasos e desacordos acerca da precisão da narrativa e da escolha dos informantes, a versão final do livro foi aceite com o reconhecimento dos órgãos de administração da aldeia e das suas principais figuras. O processo de entrevistas, que permitiu que os adolescentes interagissem com pessoas fora dos seus círculos, e as reuniões com diferentes

¹ Na Indonésia existem seis religiões oficiais (*agama*), incluindo a islâmica e o protestantismo, mas também um extenso número de religiões não oficiais (*kepercayaan*). Estas últimas são, por vezes, marginalizadas (consultar Crouch, 2016; Mutaqin, 2014).

grupos organizados para debater os resultados, criaram um sentimento de união. O líder religioso local teve um papel importante no projeto, tendo providenciado informação relativa à história de Salam Rejo e sido mencionado no livro como pertencendo ao círculo de anciãos da aldeia. Depois de concluído, o livro foi altamente elogiado por outras aldeias pertencentes à mesma “regência” (unidade administrativa/territorial)² e o representante máximo da aldeia foi frequentemente convidado a participar em palestras acerca do projeto e a fazer sugestões sobre projetos semelhantes. Os crentes participaram nas consultas sobre o desenvolvimento no âmbito da regência e trabalharam com outros grupos (maioritariamente islâmicos, a religião com maior expressão na Indonésia), a fim de desenvolverem iniciativas económicas relacionadas com turismo e restauração.

O projeto do livro inspirou o responsável pelo programa a considerar outros média no que diz respeito à documentação e apresentação dos efeitos provocados pelas fricções e exclusões na vida quotidiana dos grupos marginalizados. É difícil apresentar esta realidade de forma adequada nos relatórios do programa, uma vez que se concentram nos indicadores e nos objetivos do mesmo, independentemente do nível de sucesso obtido em cada um deles. Se não tivéssemos reconhecido e não tivéssemos consciência de que alguns grupos foram impedidos de participar, ou afastados de serviços públicos, por força da sua identidade, e não tivéssemos tornado os conflitos e a tolerância visíveis, as suas vozes não teriam sido ouvidas. Contar a sua história sob a forma de livro, e depois filme, foi visto como uma forma de luta porque, em certos casos, essa luta não era apenas estrutural, mas também simbólica.

O ESTUDO DE CASO

A Asia Foundation fez parceria com a ONG Tumbuh Sinema Rakyat [Tumbuh o Cinema do Povo] para o recrutamento de comunidades *penghayat* em Salam Rejo, pertencente à regência de Kulon Progo, na ilha de Java, e de comunidades de pessoas com necessidades especiais da aldeia de Elu Loda, situada na regência de Sumba Barat [Sumba oeste], na ilha de Sumba. As oficinas prolongaram-se de meados de outubro 2018 até fevereiro de 2019. O formato de longa-metragem foi escolhido porque a sua duração permitia a inclusão de diferentes pessoas e a representação das várias circunstâncias nas quais se manifestaram diferentes desafios. Contudo, esse formato também apresentou desafios particulares, relativamente à narrativa e a nível técnico. Assim sendo, os participantes apenas puderam estar presentes nas fases de pré-produção e produção, enquanto que a fase de pós-produção ficou totalmente a cargo do Tumbuh Sinema Rakyat. O que motivou essa decisão foi o facto de o patrocínio acarretar limitações de tempo e por se considerar que os participantes não possuíam as competências técnicas necessárias para a fase de pós-produção.

Uma das oficinas foi realizada com 14 membros com e sem necessidades especiais da comunidade de Elu Loda, na regência de Sumba Ocidental. É uma região relativamente subdesenvolvida e mal servida quanto a serviços, quando comparada com a

² As regências são unidades administrativas indonésias de segundo nível, imediatamente abaixo de província.

parte oeste do país, onde se concentra o desenvolvimento económico. A aldeia de Elu Loda repousa sobre colinas cársicas e a escassez de água fresca significa que as pessoas, incluindo crianças, têm de andar ou usar as suas motocicletas para ir buscar um ou dois bidões de água. As casas foram construídas a partir de materiais baratos, tais como tijolos de betão para as paredes e zinco para o telhado, em vez de madeira e folhas de palmeiras, materiais usados no passado. A aldeia é bastante recente; tornou-se uma entidade administrativa autónoma há apenas sete anos, ao separar-se de uma aldeia maior. A maioria dos aldeãos vive da terra, do cultivo de milho, arroz de regadio, soja e raízes de *caladium*, quase exclusivamente para sua própria subsistência. Além disso, criam porcos, sem intuito comercial, os quais se podem encontrar em todas as casas e são usados também em rituais. Uma vez que o seu dia-a-dia gira à volta da terra, que não precisa de um cuidado extremo, eles vivem, de um modo geral, de forma despreocupada, sobrando-lhes muito tempo para socializar.

A segunda oficina teve lugar em Salam Rejo e envolveu 13 pessoas, *penghayat* e não *penghayat*. Salam Rejo tem o aspeto característico de uma comunidade em plena transição, de um modo de vida rural e tradicional para um modo de vida urbano e moderno. De um modo geral, as casas foram construídas usando componentes manufaturados, tais como cimento, vidro, tijolos de betão, aço e cerâmica. A maior parte dos residentes já não depende da terra como forma de subsistência. São operários, artesãos, trabalhadores contratados pelo governo local ou pessoas que prestam diferentes tipos de serviços. O facto de muitos dos participantes ainda serem jovens significa que frequentavam a escola na sua regência e a universidade em Yogyakarta, capital da província, deslocando-se nas suas motocicletas através da macia estrada de asfalto que ligava a sua aldeia a outras partes da província. O seu quotidiano seguia o ritmo das horas de trabalho urbano, das oito da manhã às quatro da tarde, o que tornava muito difícil arranjar um horário adequado para a oficina.

AS OFICINAS

As oficinas começaram com a aprendizagem de conceitos básicos sobre como contar histórias usando meios audiovisuais, tendo de criar um enredo simples. Em seguida, os participantes aprenderam a contar uma história, escrevendo a sua própria ou “entrevistando” outros participantes e escrevendo as suas histórias e vice-versa. As histórias pessoais estavam relacionadas com o tema da oficina, nomeadamente a inclusão na sociedade. Depois, o facilitador-realizador analisou todas as histórias, e os autores (designados donos das histórias) com maior potencial foram convidados para uma breve oficina a fim de fornecerem mais detalhes. O facilitador usou, então, todas essas diferentes histórias para compor uma narrativa coerente que incluiu mais do que um enredo. Usou as ideias centrais, as personagens principais das histórias dos participantes, mas inseriu-as num novo universo narrativo. Em vez de se tratar de um guião para um filme na verdadeira aceção da palavra, o resultado final do processo constituiu o tratamento de uma história, incluindo cenas que especificavam as personagens, as suas ações, localização e tempo, sem diálogo. Este método tinha como objetivo reduzir o tempo e

orçamento da produção e a carga de trabalho dos participantes. Além disso, esta abordagem envolveu a utilização de personagens reais (donos das histórias), locais reais (com alterações mínimas), a língua local e os seus próprios guarda-roupas e caracterização.

Os donos das histórias foram (parcialmente) tornados anónimos no filme, tendo-se recorrido a nomes novos e fictícios. No entanto, os outros participantes e a comunidade sabia que o filme era sobre as suas vidas reais. Afinal, o filme tinha como objetivo chegar a um público mais alargado e a oficina teria como consequência a revelação da vida privada dos participantes. Além disso, como este artigo irá realçar mais adiante, os filmes constituíam uma oportunidade que as comunidades marginalizadas poderiam (e iriam) usar em seu benefício. Os locais foram escolhidos de entre algumas das áreas de onde eram originários os participantes e selecionados com base em quão convincentes eram em relação à história e personagens, juntamente com considerações artísticas relativas ao filme. Por exemplo, alguns dos planos de exterior foram realizados na região de Sumba, a qual é conhecida pela sua vasta savana, céu azul e ambiente árido, para que as cenas do filme nos levassem a crer que tinham sido filmadas nessa ilha, tendo os planos assumido também uma dimensão estética. Para além disso, a língua local foi usada em ambos os filmes, ainda que na região de Sumba nem todos os facilitadores a falassem, o que significou que tiveram de recorrer a um intérprete local, a fim de que este conferisse os diálogos, e de confiar mais na autenticidade das expressões dos atores. O guarda-roupa e caracterização naturais, por sua vez, também criaram um aspeto mais local e conferiram maior credibilidade às personagens, embora, por vezes, os atores tenham necessitado de alguma orientação sempre que ficavam demasiado entusiasmados e se vestiam de forma algo exagerada.

RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Através deste estudo, pretendemos saber quais e de que forma as práticas comunitárias estão relacionadas com as oficinas sobre cinema participativo. Para obtermos um conhecimento mais profundo sobre as comunidades e adequarmos a oficina à vida diária dos participantes, foram efetuadas algumas observações durante os quase quatro meses do processo. O primeiro autor deste artigo observou a oficina realizada em Salam Rejo, desde a preparação até à produção (tendo a sua participação sido mínima), enquanto que o segundo autor observou as oficinas de Elu Loda e Salam Rejo, tendo participado moderadamente como membro temporário da equipa e membro do elenco com um pequeno papel. Durante as observações, os autores tiraram notas sobre os processos e conduziram entrevistas aos participantes, na sua maioria individuais e semi-estruturadas ($n=14$), questionando-os quanto às suas experiências prévias relacionadas com os média (narração de histórias, registos fotográficos e reuniões comunitárias) e quanto à forma como as competências adquiridas tinham sido, ou iriam ser, incorporadas nas suas vidas. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com a intensidade da sua participação nas oficinas e a sua disponibilidade. Devido às limitações linguísticas dos autores, os informantes de Elu Loda foram entrevistados em indonésio, o que, para

alguns, se revelou particularmente difícil, enquanto que os informantes de Salam Rejo foram entrevistados quer em indonésio, quer em javanês, dependendo do que fosse mais fácil para eles. Além disso, entrevistámos e debatemos ideias, muitas vezes em cenários informais, com o realizador, com um dos facilitadores do projeto e com um dos funcionários mais graduados da organização patrocinadora. Foram realizadas diversas entrevistas de acompanhamento, através de mensagens privadas, com o objetivo de verificar e obter todos os pormenores possíveis relativamente às nossas observações.

A entrevista e a observação são métodos de recolha de dados comuns aos estudos sobre participação *nos* e *através* dos média (ver, por exemplo, Carpentier, 2011a; Evans et al. 2009; Gutberlet, 2008; Mistry, Bignante & Berardi, 2014; Singh, High, Lane & Oreszczyzn, 2017). Alguns autores usaram também a escrita de diários para ganhar conhecimento sobre a experiência dos sujeitos quanto à dimensão temporal (Couldry et al., 2007; Shaw, 2016). Os métodos de inquérito são menos usados neste tipo de estudos, possivelmente devido ao seu objetivo de revelar informações sobre as experiências dos sujeitos em vez de retratar as suas características gerais (em contraste com, por exemplo, Couldry et al., 2007). Neste estudo, foi usado um inquérito para melhor compreender as práticas das comunidades alargadas onde se realizaram os dois projetos de vídeo participativo.

Os participantes e alguns dos membros da comunidade que interagiram com/no processo foram convidados a responder a um questionário concebido para obter informações sobre os seus hábitos de contar histórias, de registos fotográficos e reuniões comunitárias (Elu Loda n=49, Salam Rejo n=31). Foi usada uma amostra de conveniência para selecionar os membros da comunidade que viviam próximo do local de filmagens e que frequentavam reuniões comunitárias. Isto resultou em participantes com características semelhantes em termos de género, idade e formação académica, apesar de haver diferenças entre as duas aldeias. Por exemplo, em Elu Loda os participantes selecionados eram mais velhos (M=38) do que os de Salam Rejo (M=26). Esta diferença também se aplicou aos participantes na oficina. A amostra de conveniência não foi concebida, e não pode reivindicá-lo, com o intuito de representar toda a população, mas o inquérito serviu de base para sustentar a nossa interpretação. Os temas do questionário (n=26) foram agrupados em perguntas sobre hábitos de oralidade e de escrita, nível de envolvimento na comunidade e competências de multimédia, nomeadamente fotografar e gravar vídeos.

Foram analisados dados numéricos para descrever as práticas da comunidade relacionadas com os média. Além disso, as transcrições das entrevistas e as notas de campo foram sistematicamente tratadas para se perceberem as práticas mediáticas das duas comunidades antes da realização da oficina e a forma como incorporaram as competências adquiridas durante a mesma. Uma vez que a nossa análise está incluída no projeto da oficina, os resultados que obtivemos aplicam-se maioritariamente aos participantes e não à comunidade em geral.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E PRÁTICAS NO ÂMBITO DOS MÉDIA

Com base no inquérito realizado em ambas as comunidades, ficámos com uma ideia geral sobre as suas semelhanças e diferenças, em termos de como os membros da comunidade participam na resolução de problemas comuns.

As nossas observações iniciais tornaram claro que os membros da comunidade em Elu Loda e Salam Rejo se concentravam naturalmente em problemas que afetavam as suas próprias comunidades e diziam respeito aos seus ambientes sociais. As respostas ao questionário mostram claramente que os encontros com os familiares mais próximos e vizinhos contavam com as atividades mais frequentadas (ver Gráfico 1). Ligeiramente menos frequentes, mas ainda na categoria de “frequentemente”, estavam os encontros comunitários e reuniões na aldeia, o que significa que para os membros de Elu Loda e Salam Rejo as suas comunidades tinham igual importância. Ao compararmos ambos os casos, os membros da comunidade de Elu Loda parecem ter tido melhores resultados relativamente às atividades comunitárias. Contribuíram ativamente com sugestões e seguiram os processos de tomada de decisões durante reuniões comunitárias, enquanto que os membros da comunidade de Salam Rejo, ainda que tenham escolhido estar presentes, mostraram-se menos ativos. Tal poderá ficar a dever-se ao facto de os inquiridos em Salam Rejo serem mais jovens ($M=26$) e, por esse motivo, não se considerarem membros por inteiro da sua comunidade, ao passo que os participantes de Elu Loda, sendo mais velhos ($M=38$), tinham uma maior probabilidade de se sentirem mais envolvidos na vida da comunidade.

Encontros presenciais e formas imediatas de interação continuaram a ser os meios fundamentais de participação na vida pública, enquanto que outras práticas relacionadas com os média foram menos usadas. Os inquiridos em Elu Loda escolheram a opção “às vezes” sobre escrever acerca de questões de ordem pública bem como sobre o facto de alcançarem um público limitado. Pensar em chegar a públicos mais alargados e gerais para discutir esse tipo de questões estava para além dos limites do seu quotidiano. Com base nas nossas observações e dados do inquérito, sabemos que usavam telemóveis para navegar e conversar no Facebook e serviços de mensagens privados, fruto da recente instalação de serviços de telecomunicação, para além de assistirem a telenovelas em conjunto à noite, devido ao número limitado de aparelhos de televisão na aldeia. As observações e entrevistas conduzidas pelos autores revelaram que pareciam mais interessados em telenovelas do que noticiários. Os inquiridos em Salam Rejo mostraram-se ligeiramente menos interessados na participação mediada acerca de assuntos de ordem pública (Couldry et al., 2007) do que os de Elu Loda. Os inquiridos de Salam Rejo usavam às vezes os seus telemóveis para tirar fotografias e gravar vídeos das imediações ou durante ocasiões especiais, mas raramente para assuntos do foro público. Iremos explorar as suas razões para tal, mas o inquérito deixou claro que o acesso e a interação (Carpentier, 2011a, 2011b) com uma grande diversidade de média deixara de ser um problema para os inquiridos de Salam Rejo, mas que a participação em assuntos públicos ainda estava para além da sua atenção e interesse.

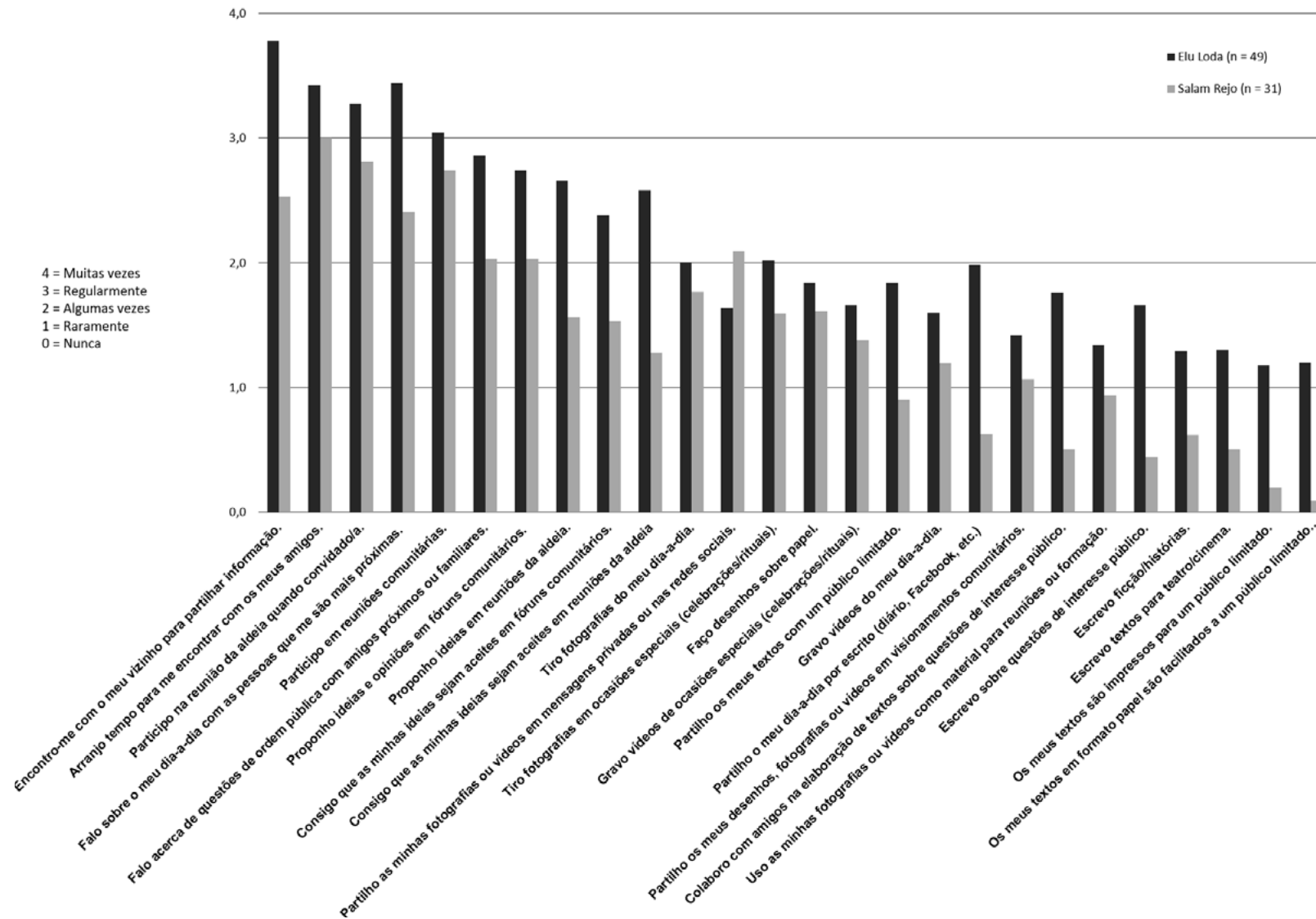


Gráfico 1: Práticas relacionadas com os média nas comunidades de Elu Loda e Salam Rejo

Com base nos dados do inquérito, é seguro inferirmos que as práticas de mídia nas quais os inquiridos se envolveram foram determinadas pela sua vida comunitária, em especial no caso de Elu Loda. Do ponto de vista geográfico, Elu Loda também se encontrava mais “isolada” da cidade; embora já estivesse ligada à capital da regência, as atividades económicas estavam mais orientadas para a vida comunitária, ao passo que as mantidas com a cidade eram escassas. Por outro lado, Salam Rejo estava ligada económica e geograficamente a Yogyakarta e outras regências da província com infraestruturas melhores e mais abrangentes. Por este motivo, e também porque os inquiridos de Salam Rejo eram na sua maioria jovens, não se deixavam definir tanto pela sua vida em comunidade. Embora os seus resultados quanto à intensidade tenham sido diferentes, em ambos os casos as práticas relacionadas com os média não se baseavam apenas em preferências de indivíduos sem ligação entre si, como acontece em sociedades mais urbanas e ocidentalizadas. Pelo contrário, essas práticas foram informadas através da comunidade sobre o que era considerado relevante ou não, e sobre o que era visto como normal ou não. Por exemplo, era completamente implausível que os membros da comunidade de Elu Loda se tornassem *youtubers* ou *vloggers* noutras plataformas, embora as ferramentas técnicas e as infraestruturas o permitissem, pelo menos até um certo ponto. O que faltava era a motivação – ninguém o encorajava ou apreciava, pelo menos nesse momento – para experimentar essas novas formas de expressão e de contacto com (potenciais) públicos (que podiam ter origem maioritariamente no exterior). Essa atitude diferia da adotada pelos jovens de Salam Rejo que não viam nada de extraordinário em ser-se *youtuber*, havendo até um participante que tentava, no momento, tornar-se um. Ainda assim, a sua prática cinematográfica mais comunitária tinha como propósito que fossem vistos pelos seus amigos na aldeia, ainda que fossem carregados no YouTube. Outro indicador do seu sentido de comunidade, e dos limites do seu campo de ação, era que todos os vídeos amadores tinham sido filmados nas imediações da sua aldeia e retratavam a sua própria comunidade.

As diferenças entre as duas comunidades acerca dos seus média preferidos, mas com semelhanças quanto aos limites da sua atenção, sublinham a questão da “participação em quê”. Os tipos de práticas que as comunidades aceitam como normais, ou até desejáveis, servem como ponto de referência que indivíduos socializados devem considerar, aceitar, modificar, ignorar ou rejeitar. Não se trata de um argumento a favor do determinismo cultural, segundo o qual a cultura é a força subjacente que determina identidades, planos e comportamentos. Mas também não é razoável pensar nos indivíduos como desligados dos seus contextos sociais e criadores individuais das suas predisposições, gostos, subjetividades e valores. Pelo contrário, nós defendemos a via do meio, pressupondo que, olhando através da lente das práticas relacionadas com os média conseguimos ver a participação como parte de processos mais alargados, e não como casos isolados, com processos divididos e que se desdobram numa dimensão temporal mais longa. O conceito de prática concentra a nossa atenção no que é um compromisso realmente estruturado, assumido e estável com o mundo (Postill, 2010). Em vez de analisarmos a luta entre detentores de poder assimétricos, procuramos essa

assimetria no que diz respeito às competências que os indivíduos apresentam em práticas regulares muito antes dos processos participativos em análise terem acontecido.

Essas práticas estão divididas em três categorias, cada uma delas concentrando-se em aspetos particulares relevantes para a produção de filmes participativos. Em primeiro lugar, a produção interessa-se pela história, uma vez que esta é essencialmente o que liga os planos entre si (com as suas imagens e sons) dando origem ao filme. No caso específico destas oficinas, e devido ao método escolhido para recolher pedaços de história das experiências dos participantes e tecê-los de maneira a formar uma narrativa mais extensa, é importante analisar a prática comunitária de contar histórias pessoais. Em segundo lugar, a forma como os indivíduos encarnam as personagens e se apresentam a si próprios, para serem vistos pelos outros, é importante para entender como os atores amadores atuam com sucesso nestes filmes. Finalmente, a sua prática de participação em reuniões comunitárias é analisada a fim de percebermos as escolhas que fizeram em relação à forma como querem ser representados no filme. Os dados destas diversas análises resultam das notas de campo e das entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes e membros da equipa da oficina.

HISTÓRIAS PESSOAIS E NARRAÇÃO COLETIVA DE HISTÓRIAS

Viver numa sociedade comunitária significa partilhar com os outros mais daquilo que normalmente consideramos ser privado, incluindo bens, comida, tempo e histórias pessoais. O ato de partilhar histórias pessoais não tem de ser deliberado, uma vez que a rede de ligações entre os membros da comunidade costuma ser suficientemente densa para permitir que pedaços de informação circulem até às periferias. Este ponto foi corroborado por alguns participantes; afirmaram não gostar ou não partilhar facilmente as suas histórias pessoais, mas os facilitadores da oficina foram capazes de obter pormenores sobre as mesmas relativamente a quase todos os elementos do grupo (facilitador masculino, entrevista, 21/12/2018). O principal problema dos “donos” dessas histórias não era a sua distribuição, uma vez que não era evitável nem passível de ser interrompida. O problema era que sentiam que não tinham controlo sobre as suas histórias. Contudo, a narrativa do filme, a qual foi urdida com as suas histórias pessoais, significava uma oportunidade. Tal foi exemplificado por uma participante: o filme permitiu que ela contasse “a verdadeira história da sua [vida]” e que o que ela ansiava por contar foi “finalmente ouvido” (participante feminina, entrevista, 10/1/2019). Outra participante também acabou por confiar a história que havia tentado guardar para si, embora a observação posterior tenha confirmado que os outros já a conheciam, pelo menos parcialmente (participante feminina, entrevista, 22/11/2018). Durante a oficina, os facilitadores tenderam a gravitar mais à volta daqueles que revelavam mais acerca de si próprios, uma vez que isso lhes dava mais material com o qual trabalhar para produzir um enredo mais completo. Os participantes que contribuíram com as suas histórias pessoais estavam conscientes de que o filme seria visto por estranhos e públicos anónimos. Tal facto causava-lhes ansiedade, o que num dos casos levou a que a ‘dona’ da história, uma mulher divorciada, negociasse com o realizador, após a reunião, que partes deveriam

ser incluídas e a forma como seria retratada. Na verdade, tinham composto a sua própria versão da história durante a oficina, mas o realizador acrescentara frequentemente elementos para tornar as personagens mais credíveis e relacionáveis com os públicos. Estes acrescentos não eram necessariamente baseados na realidade porque o resultado final iria ser apresentado e publicitado como ficção. Esta tensão entre participantes e facilitadores da oficina era uma questão persistente, a qual, neste caso em particular, foi resolvida (com a concordância de ambas as partes), mas revelou a necessidade de um enquadramento deliberativo e participativo mais desenvolvido para resolver este tipo de discrepâncias e tensões de uma forma mais estruturada.

Ao nível coletivo, emergiram semelhanças e contrastes interessantes entre as comunidades de Elu Loda e Salam Rejo, incluindo quer os membros marginalizados, quer os não marginalizados. Estas duas comunidades haviam desenvolvido algumas práticas que podiam usar para falar de cada uma delas. A comunidade de Elu Loda era relativamente homogênea relativamente à sua prática religiosa, tendo a igreja Protestante como instituição principal. Como parte dos seus rituais religiosos, por exemplo, durante as celebrações da Páscoa e do Natal, produziam breves peças baseadas em passagens relevantes da *Bíblia*. Os participantes da oficina expressaram o seu contentamento em interpretar papéis nessas peças, mas também a sua dificuldade em tentar memorizar os diálogos. A mesma narrativa cultural foi desenvolvida pela comunidade de Salam Rejo, sob a forma do livro de história local mencionado anteriormente, e que tratava das suas origens, dos seus locais de memória coletiva e dos seus membros fundadores. O livro tornou-se a base das suas celebrações culturais sucessivas e esforços para promover a inclusão, tais como o Festival Nacional de Sabedoria Local e o dia anual da aldeia. Contudo, este potencial permaneceu inexplorado em ambos os filmes. O filme da oficina não usou os elementos relacionados com a peça religiosa de Elu Loda, nem as suas formas artísticas, nem a história. As anteriores experiências de representação dos participantes (na sua peça local) não foram exploradas ou usadas posteriormente. O mesmo aconteceu com a história local de Salam Rejo. Embora a oficina de escrita tenha sido bem-sucedido ao permitir que os participantes avançassem com uma agenda mais inclusiva, as suas histórias e personagens ricas não foram incorporadas no filme.

Esta foi uma oportunidade perdida uma vez que a comunidade de Elu Loda ainda continua a produzir estas peças dramáticas. Se tivessem sido usadas e adaptadas ao filme, a comunidade poderia ter aproveitado a sua experiência na oficina para desenvolver as suas peças religiosas. Esta seria uma alternativa mais realista, do que fazerem mais filmes sozinhos, o que lhes seria muito difícil, levando em consideração a sua falta de recursos técnicos e económicos. Por outro lado, a prática de Salam Rejo de escrever a sua história cultural parou. Alguns dos jovens “historiadores” amadores deixaram a sua aldeia para prosseguirem estudos superiores e procurarem melhores oportunidades de emprego. As entrevistas realizadas aos participantes de ambas as oficinas (de história local e de cinema) revelaram que estes já não praticavam as suas competências de escrita (participantes masculinos e femininos, entrevista, 9/1/2019). O seu novo ambiente institucional não exigia nem apoiava a sua prática anterior.

Podemos ver através dos exemplos que a prática cultural de narração de histórias, quer a nível pessoal, que a nível coletivo, preparou os membros da comunidade para participarem na produção de filmes. Permitiu e, ao mesmo tempo, estruturou as suas escolhas de acordo com o que é culturalmente aceitável e o modo como o fazer. Numa sociedade comunitária, contar a sua própria história é, se não houver coordenação, uma decisão pessoal e social. Muitas vezes, isto coloca os indivíduos na posição defensiva de tentar mitigar os estragos que a narração social fez à sua reputação. No entanto, as práticas de narração coletiva existentes também podem ser incorporadas nos processos de média participativos, para benefício da comunidade, logo que as competências e a narrativa sejam dominadas.

VISIBILIDADE E CASTING SOCIAL

O formato inicial deste estudo tinha como objetivo perceber como as pessoas usaram diferentes tecnologias para criar imagens, que depois usaram no seu discurso público sobre os seus receios comuns. No entanto, o inquérito e as observações revelaram que estas tecnologias foram usadas com pouca expressão na abordagem de questões públicas. Para além da falta de atenção como possível explicação para tal, um dos participantes sugeriu outra – bastante reveladora. O anterior líder da organização juvenil em Salam Rejo disse que não se atrevia a chamar a atenção para temáticas sociais por receio de incitar comentários negativos por parte de outros. Usou-a apenas para publicar notícias sobre eventos culturais como parte da sua função na administração da aldeia (participante masculino, entrevista, 9/1/2019). Devido a esta descoberta, os autores decidiram mudar a sua atenção para a questão relacionada com a forma como os participantes se tornaram visíveis para o público, dentro e fora da oficina de cinema. Esta questão é relevante por dois motivos. Uma é que para se tornar público requer a visibilidade dos agentes (Sorlin citado em Dayan, 2001, p. 746) e a outra razão é que o *medium* cinema é ele mesmo visual. Assim sendo, a visibilidade a olho nu e pelo olho da câmara constitui a participação em assuntos públicos através do cinema.

Os membros da comunidade de Elu Loda com necessidades especiais foram anteriormente colocados numa posição desfavorável, uma vez que haviam sido escondidos pelas suas famílias até à campanha iniciada por ativistas de uma ONG sete anos antes (participante feminina, entrevista, 13/11/2018; participante feminina, entrevista, 30/11/2018). Nem toda a gente se sentiu desencorajada pelo sentimento de vergonha da família e, pelo menos, um membro conseguiu receber educação básica, sustentar-se e constituir a sua própria família (participante masculino, entrevista, 27/11/2018). No entanto, de um modo geral, os membros da comunidade com necessidades especiais haviam permanecido relativamente invisíveis, com exceção de dois irmãos albinos. Sobressaíam em público e não tiveram qualquer inibição em participar em atividades públicas, somente afetadas pela sua hipersensibilidade à luz direta do sol, a qual abundava em Sumba. A comunidade via-os como “quase normais” porque, embora o seu cabelo e pele lhes parecessem fora do normal, a pele branca era valorizada a nível local. Além

do mais, de alguma maneira estes irmãos haviam desenvolvido uma forma de vestir diferente e perfeitamente na moda quando comparada com os padrões da comunidade. A vontade da jovem rapariga de partilhar uma descrição muito completa da sua história de vida e a sua pele albina, assim como a do seu irmão, juntamente com roupas na moda, tornaram-nos as estrelas do filme de Elu Loda. Poderíamos argumentar que não foi a sua aparência física que os tornou reconhecíveis, mas sim a sua diferença em relação aos outros, uma extensa construção cultural. Do ponto de vista teórico, a mesma condição, em contextos diferentes, poderia ter produzido resultados diferentes. Uma vez que este filme em particular contava histórias sobre pessoas com necessidades especiais, os irmãos estavam, mais do que os outros, assimetricamente posicionados para a participação. Com base na combinação entre a condição da sua pele e a prática competente de vestir, seria quase impossível não incluí-los.

Houve também outros exemplos de como a avaliação da aparência física é cultural e gerava uma predisposição especial em relação à oficina de cinema. O *casting* para o filme de Salam Rejo aconteceu ao mesmo tempo que o realizador foi urdindo os fios da história. À medida que o realizador elaborava os detalhes da história, desenvolvendo mais personagens e cenas, o elenco crescia. O objetivo do *casting* era ou moldar as personagens do filme para que fossem de encontro à pessoa real ou procurar uma pessoa que tivesse características semelhantes às da personagem. Geralmente, a equipa do filme optava pela primeira hipótese, uma vez que todos os atores e atrizes eram amadores. Contudo, no caso do filme de Salam Rejo, a equipa quis incluir uma personagem fictícia, alguém que ficasse bem à frente das câmaras e que emprestasse ao filme uma aparência moderna e fresca para que a questão da religião tradicional não ficasse associada negativamente a atraso e primitivismo. Inicialmente, escolheram uma jovem para interpretar a personagem, mas o modo como ela se apresentava não era considerado (suficientemente) moderno e fresco. Depois, pediram aos participantes na oficina que nomeassem os seus amigos e conhecidos. Em resposta, os participantes procuraram nas suas pastas de imagens e redes sociais no smartphone e apresentaram o que consideravam serem os candidatos adequados. Esta busca através de fotografias, para tentar descobrir aqueles que se considerava corresponderem aos critérios (com boa aparência e extrovertidos), e, em seguida, propor e discutir os candidatos novamente, mostra como a visibilidade e valores como boa aparência funcionam para abrir portas à participação. Durante o *casting*, a candidata escolhida provou ser hábil perante uma câmara, de acordo com o indicado através dos diversos artigos de roupa que podiam ser misturados e combinados para criar diferenças na sua aparência. Uma vez mais, aqui não se trata das suas qualidades intrínsecas, mas da sua relativa diferença em relação aos outros, e a forma como isto foi percebido e apreciado, o que tornou impossível ignorá-la.

SER E PARTICIPAR EM COMUNIDADE

De acordo com o que dissemos antes, uma característica partilhada por ambos os casos era o envolvimento dos participantes na vida comunitária, embora variasse em intensidade. Os participantes na oficina não abdicaram da sua condição social ao

decidirem aderir à atividade; pelo contrário, uma vez dentro, floresceram e continuaram a tirar partido da sua posição social. A comunidade de Elu Loda havia, de alguma forma, resolvido o seu problema de inclusão de pessoas com necessidades especiais, pelo menos até ao ponto de nomearem uma delas como líder da associação do bairro e de as restantes estarem representadas nas consultas sobre planos para o desenvolvimento (desde a aldeia até à regência). Logo, os participantes com necessidades especiais estavam mais interessados nos aspetos técnicos da produção do que no tema do filme. Por exemplo, a capacidade de atuar sem ter memorizado os diálogos, decorrente da sua experiência em teatro, deixou alguns participantes bastante impressionados. Por outro lado, a comunidade de Salam Rejo começara apenas há dois anos a trabalhar a igualdade de oportunidades depois de uma colaboração bem sucedida com a administração da aldeia a propósito da publicação de um livro sobre história local. A comunidade *penghayat* começou igualmente a ser convidada para a elaboração dos planos das reuniões (uma vez mais, desde a aldeia até à regência). Contudo, subjacente a esta promissora mudança estava a falta de cooperação entre os aderentes à religião oficial e os crentes da religião tradicional. Enquanto que o processo de elaboração de histórias decorreu sem sobressaltos em Elu Loda, durante a oficina em Salam Rejo o processo foi mais demorado, com discussões mais intensas, formais e informais, entre o patrocinador, a comunidade e os profissionais de cinema. A discussão andou, sobretudo, à volta da questão de as histórias de amor acabarem ou não em ruturas, ou de uma crença ter de se submeter a outra. A solução liberal de deixar a questão para os indivíduos resolverem nunca foi uma opção. Isto porque as ruturas seriam interpretadas como uma promoção da exclusividade, e não da inclusividade, e a submissão seria interpretada como desigualdade entre crenças. Finalmente, concordou-se que o filme teria um final aberto para que o público pudesse levar a questão para casa em vez de reagir imediatamente a favor ou contra.

Os valores comunitários javaneses que dão prioridade à harmonia sobre o conflito aberto moldaram a forma como as relações igualitárias de poder funcionam. Concordamos com Menchik (2016) quando este afirma que as diferentes comunidades religiosas estão essencialmente ligadas através de uma relação agonista, pelo menos no que diz respeito às verdades que reclamam, mas na realidade os crentes querem que a sua vida social seja harmoniosa. Por exemplo, os *penghayat* não tiveram problemas em misturar os seus rituais com os dos protestantes. Preferem que a sua crença não conste dos documentos de identificação, apesar de a lei atual o permitir. Por que razão é tão importante debater esta questão em relação ao cinema participativo? Porque, durante a oficina, foi precisamente esta a questão referida como a mais importante para a comunidade de Salam Rejo. Segundo alguns participantes, tal questão continuou a ser importante após a produção do filme, de o resultado ter sido visto no ecrã e de os participantes “terem defendido o seu caso” de uma forma simbólica perante comunidades maiores. Isto vai para além de meros pormenores técnicos relacionados com a produção de filmes e de que até que ponto lhes é permitido participar no processo; tem a ver com a sua identidade e relação com a comunidade. Por outras palavras, a questão da participação em filmes comunitários envolve não só a forma como grupos, com diferentes posições nas

relações de poder, trabalham em conjunto num projeto coletivo, mas também como as relações que mantêm com outros grupos, mais antagónicos, irão correr depois da oficina. Afinal, o desejo dos participantes era passar uma imagem positiva dos *penghayat* e não perturbar a harmonia das comunidades onde vivem. Do ponto de vista dos participantes, a sua integração nas relações sociais antes, durante e depois da oficina, com os seus colegas e as comunidades fora desse contexto, tem uma importância fundamental.

Depois das oficinas terminarem, os participantes voltaram a assumir as suas posições sociais, enquanto dirigentes da aldeia de Elu Loda, membros ou líderes da organização juvenil de Salam Rejo, ativistas de ONG ou residentes regulares numa das duas comunidades. Nestas capacidades ou papéis, já sabiam como se movimentar, negociar e acomodar os diferentes interesses em diversos contextos, tais como reuniões sobre planos para o desenvolvimento, organização de festivais, prestação de serviços públicos na aldeia e organização de protestos. As oficinas sobre cinema participativo forneceram-lhes as competências técnicas e retóricas suplementares que podiam usar em objetivos individuais e/ou coletivos, como desenvolvimento económico e avanços na carreira, coesão de identidade, autorepresentação e diversão pela arte. Defendemos que a importância da participação deveria ser avaliada através destes critérios. E, se nos for permitido acrescentar, a uniformização do poder não é apenas uma medida formal (segundo a qual todos têm direito a voto) ou livre de cultura.

CONCLUSÃO

Este artigo defende que precisamos entender melhor as pré-condições que moldam a estrutura e dinâmica da participação. Os nossos dois estudos de caso exploraram as práticas culturais que ligam os indivíduos ao “mundo público”, e foram três as descobertas essenciais que resultaram da nossa análise. A primeira diz respeito ao modo como as histórias pessoais circulavam nesses grupos comunitários e como alguns indivíduos usavam os filmes como um canal para divulgar os seus pontos de vista. As modalidades comunitárias de narração de histórias, usadas anteriormente na aldeia (teatro e escrita sobre história local) não ganharam muito com as oficinas, uma vez que os filmes não as usaram ou incluíram suficientemente, desligando-se das práticas de comunicação existentes. Em segundo lugar, estes dois casos de estudo demonstraram que a cultura moldou as oportunidades de visibilidade dos participantes e a forma como alguns desenvolveram as competências para se tornarem mais visíveis, o que acabou por facilitar a sua participação. Terceiro, o facto de os participantes pertencerem à sua cultura e comunidade transcendeu a moldura temporal dessas oficinas. Por outras palavras, havia uma vida comunitária antes e depois dos filmes. Isto teve influência sobre as coisas nas quais queriam participar, por que motivos e se estavam mais interessados em adquirir conhecimento técnico e/ou conteúdo. As práticas de narração de histórias, da possibilidade de se tornarem visíveis e de vida comunitária afetaram profundamente a posição dos membros da comunidade nas oficinas sobre cinema participativo. As comunidades marginalizadas e os facilitadores precisam de se comprometer com estas três práticas, a sós ou em colaboração com outros, para maximizar os benefícios do seu envolvimento

em processos participativos. Tendo por base os nossos dois casos de estudo, defendemos que a participação deverá situar-se entre as práticas comunitárias mais alargadas e de longo termo para evitar que seja vista como um fim em si mesma, em vez de uma estrutura que permite alcançar objetivos individuais, comunitários e comuns.

Ao mesmo tempo, a nossa análise demonstrou que a participação de comunidades marginalizadas na produção de média continua a ser importante por duas razões. Em primeiro lugar, a sua participação dá a oportunidade ao mundo exterior de ouvir as suas vozes, o que de outra forma não seria tão autêntico ou exato, caso outros falassem por si. Em segundo lugar, os participantes adquirem novas competências que poderão usar mais tarde para negociar o seu relacionamento com grupos dominantes. Finalmente, quer o estudo sobre a participação, quer a investigação participativa são igualmente relevantes para a própria comunidade académica, uma vez que este tipo de análise mantém o estudo sobre os média, comunicação e cultura focado na perspetiva e nos interesses dos participantes. Obriga-nos a relembrar o verdadeiro objetivo da nossa investigação. ✍

Tradução: Helena Antunes

REFERÊNCIAS

- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35, 216-224. <http://dx.doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Carpentier, N. (2011a). *Media and participation: a site of ideological-democratic struggle*. Bristol & Chicago: Intellect.
- Carpentier, N. (2011b). The concept of participation: if they have access and interact, do they really participate? *Communication Management Quarterly*, 6, 13-36.
- Carpentier, N. (2016). Beyond the ladder of participation: an analytical toolkit for the critical analysis of participatory media processes. *Javnost – The Public*, 23, 70-88. <https://doi.org/10.1080/13183222.2016.1149760>
- Couldry, N., Livingstone, S. & Markham, T. (2007). *Media consumption and public engagement: beyond the presumption of attention*. Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Crouch, M. (2016). Legislating inter-religious harmony. Attempts at reform in Indonesia. In T. Lindsey & H. Pausacker (Eds.), *Religion, law and intolerance in Indonesia* (pp. 95-112). Londres: Routledge.
- Dagron, A. G. (2007). Call me impure: myths and paradigms of participatory communication. In L. Fuller (Ed.), *Community media: international perspectives* (pp. 197-208). Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Dayan, D. (2001). The peculiar public of television. *Media, Culture & Society*, 23, 743-765. <https://doi.org/10.1177/016344301023006004>
- Dahlgren, P. (2003). Reconfiguring civic culture in the new media milieu. In J. Corner & D. Pels (Eds.), *Media and the restyling of politics* (pp. 151-170). Londres: Sage.

- Dahlgren, P. (2006). Doing citizenship: the cultural origins of civic agency in the public sphere. *European Journal of Cultural Studies*, 9, 267-286. <https://doi.org/10.1177/13675494060666073>
- della Porta, D. (2013). *Can democracy be saved? Participation, deliberation and social movements*. Cambridge: Polity Press.
- Evans, M., Foster, M., Corbett, J., Dolmage, E., Gervais, J., Raquel, M. & Romano, Z. (2009). Representation in participatory video: some considerations from research with métis in British Columbia. *Journal of Canadian Studies*, 43(1), 87-108.
- Gutberlet, J. (2008). Empowering collective recycling initiatives: video documentation and action research with a recycling co-op in Brazil. *Resources, Conservation & Recycling*, 52, 659-670.
- Jenkins, H. & Carpentier, N. (2013). Theorizing participatory intensities: a conversation about participation and politics. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 19, 265-286. <https://doi.org/10.1177/1354856513482090>
- Kunci Cultural Studies Center and Engage Media. (2009). *Videochronic: video activism and video distribution in Indonesia. Research Report*. Retirado de <https://www.engagemedia.org/videochronic-english>
- Menchik, J. (2016). *Islam and democracy in Indonesia: tolerance without liberalism*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Mistry, J., Bignante, E. & Berardi, A. (2014). Why are we doing it? Exploring participant motivation within a participatory video project. *Area*, 48, 412-418.
- Muhtadi, B. (2018). Komoditas demokrasi: efek sistem pemilu terhadap maraknya jual beli suara. In M. Sukmajati & A. Perdana, *Pembiayaan Pemilu di Indonesia* (pp. 95-117). Jakarta: Bawaslu (The Elections Supervisory Board).
- Mutaqin, Z. Z. (2014). Penghayat, orthodoxy and the legal politics of the state. *Indonesia and the Malay World*, 42, 1-23.
- Nurhasim, M. (2014). *Partisipasi pemilih pada pemilu 2014: studi penjangkakan*. Report. Jakarta: KPU (The General Elections Commission).
- Postill, J. (2010). Introduction: theorising media and practice. In B. Bräuchler & J. Postill, *Theorising media and practice* (pp. 1-32). Nova Iorque: Berghahn Books.
- Shaw, J. (2016). Emergent ethics in participatory video: negotiating the inherent tensions as group processes evolve. *Area*, 48, 419-426.
- Singh, N., High, C., Lane, A. & Oreszcyn, S. (2017). Building agency through participatory video: insights from the experiences of young women participants in India. *Gender, Technology & Development*, 21, 173-188. <https://doi.org/10.1080/09718524.2018.1434993>
- Törnquist, O. (2013). *Assessing the dynamics of democratisation: transformative politics, new institutions, and the case of Indonesia*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Yüksek, D. & Carpentier, N. (2018). Participatory contact zones and conflict transformation. The participatory intensities of the Cyprus Friendship Program. *Conjunctions. Transdisciplinary Journal of Cultural Participation*, 5(1), 1-21. <https://doi.org/10.7146/tjcp.v5i1.105286>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Kurniawan Adi Saputro é Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de Sheffield Hallam, no Reino Unido. Entre os interesses de investigação constam tema como a análise do envolvimento das audiências, em diversos contextos, especialmente em ambientes de crise. Professor no Departamento de Fotografia e da Faculdade de Média, no Instituto de Artes, em Jacarta, na Indonésia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5202-0017>

Email: kurniawan.as@isi.ac.id

Morada: Jl. Suryodiningratan No. 8, Yogyakarta 55143, Indonésia

Bari Paramarta Islam é investigador independente na área da literacia visual, desenvolvendo trabalho em escolas secundárias através da utilização da fotografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3744-9840>

Email: paramartabari@gmail.com

Morada: Tawang Sari RT 02 RW 02, Kadilanggon Wedi, Klaten, Indonésia

* **Submetido: 08/02/2019**

* **Aceite: 08/05/2019**

PARTICIPAÇÃO E PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL: O ESTUDO DE CASO DE “TAVA, LUGAR DE REFERÊNCIA PARA O POVO GUARANI”

Rodrigo Lacerda

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

RESUMO

A categoria de património cultural imaterial (PCI), institucionalizada no início deste século por diversos países (no ano 2000, no caso do Brasil) e, a nível internacional, pela Unesco (2003), exige a participação dos grupos e comunidades detentores dos bens culturais na sua identificação, salvaguarda e manutenção. Devido ao carácter recente destas políticas patrimoniais, ainda existe um número reduzido de estudos que reflitam sobre os níveis e estratégias de participação utilizados no PCI. Mais recentemente, Rodney Harrison (2013) defendeu a importância de não só estudar a participação de humanos nos processos patrimoniais, mas também, nomeadamente, em contextos indígenas, de não humanos. Com o intuito de contribuir para estas discussões, o artigo descreve e analisa a patrimonialização das ruínas da Missão Jesuítico-Guarani de São Miguel, localizadas no estado brasileiro de Rio Grande do Sul, enquanto “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani”. O processo durou uma década e encontrou inicialmente diversas resistências por parte dos Guarani. Contudo, o estabelecimento de relações de reciprocidade e de afinidade entre agentes indígenas e não indígenas, o reconhecimento das potencialidades políticas do PCI e a influência de aspetos de ordem espiritual, incluindo de não humanos, promoveram a participação dos Guarani, que demonstraram ser atores essenciais para a identificação e registo do bem cultural em 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil; Guarani; participação; património cultural imaterial; património dialógico

PARTICIPATION AND INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE: A CASE STUDY OF “TAVA, PLACE OF REFERENCE FOR THE GUARANI PEOPLE”

ABSTRACT

The category of intangible cultural heritage (ICH), recently institutionalized by several countries (2000, in the case of Brazil) and, internationally, by Unesco (2003), requires the participation of groups and communities in the identification, safeguarding and maintenance of their heritage. Due to the recent nature of these policies, there is still only a small number of studies examining the levels and strategies of participation used in determining ICH. More recently, Rodney Harrison (2013) argued that is important to study not only the participation of humans in heritage processes, but also, especially in indigenous contexts, the participation of nonhumans. In order to contribute to these discussions, the article describes and analyzes the patrimonialization of the ruins of the São Miguel Jesuit-Guarani Missions, located in the Brazilian state of Rio Grande do Sul, as “Tava, Place of Reference for the Guarani People”. The process lasted a decade and initially encountered some resistance from the Guarani. However, the establishment

of reciprocity and affinity relations between indigenous and non-indigenous agents, the recognition of ICH's political potential and the influence of spiritual aspects, including nonhumans, promoted the participation of the Guarani, who proved to be essential actors for the identification and registration of the cultural landmark in 2014.

KEYWORDS

Brazil; dialogical heritage; Guarani; intangible cultural heritage; participation

PARTICIPAÇÃO E PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

A categoria de património cultural imaterial (PCI) foi institucionalizada no início deste século a nível internacional através da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da Unesco, em 2003, e, a nível nacional, no Brasil, em 2000, através do Programa Nacional de Património Imaterial (PNPI), coordenado pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao contrário do património material, o PCI só pode ser registado e salvaguardado se fizer parte da vida ativa de grupos e comunidades. Por esta razão, a legislação nacional e internacional do PCI introduz inovações significativas ao reconhecer o papel determinante da participação de grupos e comunidades na produção, identificação, salvaguarda, manutenção e recriação do PCI (Blake, 2009). Esta inovação também advém das críticas às políticas do património material que é exclusivamente regulado pelo Estado e especialistas científicos (*experts*) (Harrison 2013; Smith, 2006) e da necessidade de desenvolver políticas de “baixo para cima” que reconheçam os conhecimentos e vivências dos detentores do património (Herzfeld, 1991). Esta abordagem tem vindo a revelar-se cada vez mais importante na manutenção da dissonância inerente ao património, nomeadamente em sociedades plurais (Ashworth, Graham & Turnbridge, 2007; Ashworth & Turnbridge, 1996). De qualquer modo, tal como noutros contextos (Cooke & Kothari, 2004), o recurso à participação no PCI também tem sido criticado devido aos riscos da sua instrumentalização pelo Estado ou determinados atores das comunidades e por causa dos perigos de essencializar e reificar conceitos como grupo, comunidade e cultura (Bortolotto, 2014; Noyes, 2006).

Contudo, a nível institucional e na maioria dos estudos sobre este tema, a participação no PCI tem sido somente equacionada a nível da ação de humanos. Recorrendo às obras de Bruno Latour e Eduardo Viveiros de Castro e ao seu trabalho com povos aborígenes na Austrália, em *Heritage: critical approaches*, Rodney Harrison (2013) expande a ideia de participação numa perspetiva construtivista no sentido de incluir a participação de não humanos e coisas e propõe o conceito de “património dialógico”. De acordo com esta tese, o património não é constituído através da atribuição de significado pelas mentes humanas a objetos e práticas, mas emerge de um modo interativo e mutuamente constitutivo pelas relações estabelecidas e continuamente reconstruídas entre humanos e humanos, humanos e não humanos e entre estes e coisas. Este modo de pensar o mundo rompe com as divisões cartesianas mente/corpo, natureza/cultura e humanos/

não humanos e assenta numa “ontologia de conectividades” que nos obriga a analisar como as conexões entre diferentes elementos constroem o todo. Como argumenta Deborah Bird Rose (2011), “a ética da conectividade é aberta, incerta, atenta, participativa, contingente. Somos chamados a agir, a envolvermo-nos nos dramas de pergunta e resposta, e a fazê-lo com base naquilo que se nos apresenta no curso da vida” (Rose, 2011, p. 143). Harrison defende ainda que a expansão do conceito de participação pode promover a constituição de “fóruns híbridos” em que os atores especialistas e não especialistas, humanos e não humanos participem na construção do património de modo a fomentar uma “democracia dialógica”. Em suma, se o património é ontologicamente dialógico, é essencial compreender, como examinaremos neste artigo a participação e a mútua influência entre si de humanos (especialistas científicos e não científicos), não humanos e coisas.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo compreender como o PCI emerge através das relações entre estes diversos atores, descrevendo e analisando o estudo de caso da patrimonialização pelo IPHAN das ruínas da Missão Jesuítico-Guarani em São Miguel enquanto “Tava, lugar de referência para o povo Guarani”. Atualmente, os Guarani habitam uma área extensa da América do Sul, incluindo Argentina, Paraguai, Uruguai e regiões sul e sudeste do Brasil. Aqueles que vivem neste país dividem-se em três grupos: Kaiowá, Nandeva e Mbya. Esta classificação foi proposta por Schaden (1974, p. 2) com base em diferenças linguísticas e culturais, mas também é reconhecida pelos indígenas, apesar do uso dos etnónimos poder divergir, como é comum no caso das classificações nativas (Castro, 2002a). No artigo, tal como os próprios, alterna-se entre os termos “Guarani”, “Mbya” e “Mbya-Guarani”. Em termos metodológicos, o trabalho recorreu à observação etnográfica junto dos Mbya-Guarani e outros atores, como a Organização não Governamental (ONG) Vídeo nas Aldeias, a entrevistas com participantes indígenas e não indígenas e à pesquisa de arquivo.

AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANI E OS GUARANI QUE NUNCA PARTIRAM

As ruínas da catedral de São Miguel fazem parte das Missões Jesuítico-Guarani construídas durante os séculos XVII e XVIII no cone sul da América sob domínio espanhol. O objetivo das Missões era “civilizar” e catequizar os povos indígenas, majoritariamente Guarani, de modo a assimilá-los enquanto sujeitos “produtivos” do Império (Ganson, 2003). Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid que atualizou o Tratado de Tordesilhas e que determinou que o primeiro transferia a Colônia de Sacramento para o segundo em troca do território que corresponde hoje aproximadamente aos estados do sul e interior do Brasil. No século XX, estas estruturas em São Miguel foram classificadas como património pelo Estado-nação (1938) e pela Unesco (1983). Em ambos os casos de patrimonialização, a dimensão supostamente civilizadora da Companhia de Jesus foi enfatizada e a contribuição e a agência dos indígenas ignoradas¹:

¹ Para uma análise mais detalhada dos discursos e imagens patrimoniais produzidas por não indígenas sobre as Missões Jesuítico-Guarani, consultar “O plano, o contraplano e o ‘plano sem plano’: imagens ocidentais e os Mbya Guarani das Ruínas de São Miguel” (Lacerda, 2018a).

Até recentemente, a histografia e os discursos patrimoniais sustentavam que as Missões sob comando português tinham sido rapidamente abandonadas e que os indígenas se tinham misturado com a restante população migrante da região. Contudo, estudos recentes, incluindo pesquisas desenvolvidas durante o processo do PCI em análise neste artigo, indiciam que as estruturas continuaram a ser utilizadas até meados do século XIX e que parte da população indígena se refugiou em locais distantes da colonização, continuando a visitar com frequência as ruínas das Missões (Batista, 2015). Nos anos 1990, um grupo de Mbya-Guarani estabeleceu-se com maior permanência em São Miguel. No ano 2000, através da intervenção de diversos aliados não indígenas dos Mbya, o Governo do Estado de Rio Grande do Sul comprou a área da Reserva Indígena Inhacapetum onde aquele grupo fundou a aldeia de Tekoa Koenju. Devido à dimensão reduzida da reserva, os indígenas continuam a vender artesanato no Parque Arqueológico de São Miguel para poderem comprar alimentos e outros produtos de subsistência (Lacerda, 2018a).

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

O PNPI estabeleceu o Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) enquanto metodologia de mapeamento daqueles. O INRC é constituído pelas seguintes etapas: levantamento preliminar; identificação; e documentação. A superintendente do IPHAN de Rio Grande do Sul (IPHAN-RS) (2003-2013), Ana Lúcia Meira, propôs a aplicação deste instrumento junto das populações minoritárias do estado que não tinham sido contempladas nos processos de património material. Tendo em conta que a catedral de São Miguel é um dos principais símbolos daquele estado e que a presença dos Mbya a vender artesanato no alpendre do Museu gerava controvérsia no IPHAN, Meira, em conjunto com a colega historiadora Beatriz Muniz Freire e a antropóloga do IPHAN central, Ana Gita Oliveira, decidiram implementar o INRC junto desta população. Nesse sentido, o órgão governamental estabeleceu um protocolo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o intuito de contratar uma equipa de antropólogos. Este grupo foi liderado por Catafesto de Souza que já tinha desenvolvido trabalhos nas áreas de arqueologia e antropologia em São Miguel, nomeadamente com a população Guarani (Souza, 1998).

Logo nas primeiras reuniões, Catafesto de Souza avisou o IPHAN que os Guarani são um povo reservado devido às perseguições coloniais e racistas que sofreram e sofrem e porque a convivalidade com os *jurua*, isto é, os não indígenas, é perigosa em termos cosmológicos para o seu bem viver (Pierri, 2018; Pissolato, 2007). Porém, nos últimos anos, devido à consagração dos direitos indígenas na Constituição de 1988, os Guarani tinham iniciado um processo de abertura à sociedade civil com o objetivo de lutarem contra o racismo de que são alvo e de reivindicarem a demarcação das suas terras, recorrendo a políticas de objetivação da cultura (Handler, 1988) ou "cultura com aspas" (Cunha, 2008), tais como a edição de um CD de música e apresentações regulares do coral de crianças na praça do Mercado Público de Porto Alegre, capital do estado (Pires, 2007). Apesar de os Guarani serem um dos povos mais numerosos no Brasil e terem

uma presença continental, as terras demarcadas são diminutas e aquelas que foram compradas pelos estados, como a de Inhacapedum, não são reconhecidas enquanto tal pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Além dos problemas transversais aos povos indígenas no Brasil, esta situação é exacerbada pela intensa colonização agropecuária no sul do país que afastou os Guarani para as cada vez mais reduzidas áreas de mata, por vezes do outro lado da fronteira ou, como dizem os Mbya, que não aceitam os limites territoriais impostos pelas nações, “do outro lado do rio”. Esta conjuntura leva a que a sociedade nacional os denomine “estrangeiros”, “argentinos” ou “paraguaios” e não lhes reconheça o direito à terra.

Por estas razões, apesar da desconfiança provocada pelo súbito interesse do estado, isto é, do IPHAN, em os querer ouvir agora, após séculos de colonização e racismo, os Guarani aceitaram participar no INRC quando identificaram na nova categoria instituída pelo Estado, o património, as potencialidades políticas deste para reivindicarem os seus direitos fundiários. Mesmo assim, ao compreenderem a incapacidade do IPHAN em lidar com estas questões, exigiram sempre a presença de representantes da FUNAI nos encontros organizados durante o INRC. No sentido de garantir o envolvimento dos Guarani e estabelecer relações de reciprocidade e afinidade entre agentes indígenas e não indígenas, o IPHAN-RS promoveu e financiou vários encontros de Guarani de diversas aldeias e antecipou algumas medidas de salvaguarda do PCI [por exemplo, apoio financeiro e logístico a rituais de nomeação (*nheemongarai*), a construção de casas de reza (*opy*) e a oficinas de formação de cineastas indígenas].

A equipa de antropólogos enfrentou outros dilemas no terreno. Segundo a documentação oficial do PNPI, o PCI deve ser detido por uma comunidade de um determinado “sítio”. Contudo, os Guarani caracterizam-se por um modo de vida de multilocalidade (Pissolato, 2007), isto é, por viajarem com frequência entre aldeias para, como eles dizem, “visitar os parentes”, e por mudarem várias vezes de local de residência ao longo da vida². Além disso, a unidade sociopolítica dos povos indígenas das terras baixas da América do Sul não é, ao contrário do que o senso comum advoga, a aldeia, mas a família extensa, constituída pelas redes de afinidade construídas através do casamento, comensalidade e convivialidade. Nesse sentido, como a equipa de antropólogos argumenta no relatório da etapa de identificação (INRC, 2006) e outros indícios apresentados mais à frente substanciam³, a tradução mais apropriada do conceito de comunidade para o modo de vida Guarani incluiria todos os indivíduos deste povo que vivem em diversas aldeias e estados.

De qualquer modo, num momento inicial, o estudo foi realizado com as pessoas que vivem no sítio delimitado pelo INRC: as ruínas, onde os Mbya vendem o artesanato, e a aldeia de Tekoa Koenju, onde aquelas moram. Porém, devido à exiguidade atual das

² Esta mobilidade também assenta no *ethos* Guarani de seguir a conduta das divindades que, como o sol (*Kuaray*), todos os dias traz luz e vida no seu percurso de leste (onde mora *Nhanderu Tenonde*) a oeste (onde visita o deus *Tupã*).

³ A exigência da expansão do INRC às outras aldeias Mbya no Brasil, Argentina e Paraguai durante o “I Encontro Povos Indígenas e o Património: os Mbya-Guarani e as Missões” e a proposta de registar a *Tava* como pertencente a todos os Guarani e não exclusiva dos Mbya.

terras indígenas, é frequente uma aldeia estar dividida politicamente em diversas famílias extensas. Segundo a antropóloga Daniele Pires (2007), da equipa do INRC:

do ponto de vista político, a aldeia encontrava-se, na época da pesquisa, dividida em dois grupos: os que apoiavam o então cacique Floriano Romeu (*Verá Xondaro*) em suas práticas de cooptar-se com políticos da região, aceitar recursos deles em troca de votos dos indígenas, de não dividir com todos os recursos destinados a toda comunidade etc.; e os que se revoltavam e posicionavam-se contra o cacique e seus apoiadores devido a estas práticas. Estes últimos se diziam mais voltados ao *Mbyá rekó* no modo de tratar o povo, não tendo interesse em acumular dinheiro, procurando estar sempre próximos a *Nhanderu* (deus/nosso pai), afirmando que a ganância por dinheiro é coisa do *juruá* e que o *Mbyá* que entra nesse jogo está se afastando de *Nhanderu*, está perdido, está doente. (Pires, 2007, p. 96)

Assim, como sintetizou Carlos Moraes, outro antropólogo da equipa do INRC, “o que estava posto, em verdade, era uma disputa entre duas famílias extensas, que, devido à falta de espaço, eram obrigadas a ocupar e dividir a mesma área” (Moraes, 2010, p. 35). Durante o INRC aconteceu um caso que desvelou este problema. A certa altura, Catafesto de Souza requisitou ao IPHAN que os principais interlocutores Mbya fossem pagos como pesquisadores. Uma vez que estes não possuíam um cadastro de pessoa física (CPF)⁴, foi fornecido o número de outro Mbya, que deveria endossar o pagamento àqueles, mas que não o fez. Catafesto de Souza dirigiu-se à aldeia para resolver a situação, mas foi impedido de entrar. A partir daí, a pesquisa ficou suspensa naquele espaço. Por outro lado, o relatório do INRC (2006, p. 8) não menciona aquele episódio e faz referência a “uma série de contradições, geradas pela dúvida em torno aos benefícios advindos da aplicação do INRC”, que teriam sido causados por agentes externos e que culminaram na substituição de cacique por causa de ingerências de partidos políticos em ano de eleições. Devido a este obstáculo, a equipa do INRC estendeu o projeto a outras aldeias com as quais tinham afinidade devido a projetos desenvolvidos em conjunto com a UFRGS e com o cacique José Cirilo (ver mais à frente). Este facto foi detetado pelos funcionários do IPHAN que tentaram estender aquele universo durante os encontros que realizaram, convidando outros representantes Guarani e ONG indígenas e indigenistas [como a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI)].

A segunda etapa do INRC sofreu um atraso de cinco meses devido a “contingências administrativo-financeiras” que originaram algumas consequências negativas, como perda de alguns eventos Guarani, quebra na interação quotidiana e, acima de tudo, desmobilização dos interlocutores Mbya. Devido à continuação de problemas políticos internos na Tekoa Koenju, em agosto de 2005 a equipa do INRC pediu a José Cirilo, cacique da Tekoa Anhetenguá, a aldeia Mbya mais perto de Porto Alegre, que é

⁴ Equivalente ao número de identificação fiscal em Portugal.

nomeado por alguns, como *Mburuvixá Tenondé* Cacique-Geral no Rio Grande do Sul⁵, para os acompanhar e interceder junto das pessoas da aldeia. Cirilo nasceu em 1974 na Argentina e mudou-se para o Brasil quando era muito novo. Eventualmente, assentou na Lomba do Pinheiro, onde fundou a Tekoá Anhetengúá (Aldeia Verdadeira) e um coral de crianças que faz apresentações em Porto Alegre e outras localidades. A sua mãe, *kunha karai*⁶ Ana Pires, e seu irmão, *karai* Augustinho Duarte, ambos importantes líderes espirituais, são as suas principais influências e, por isso, Cirilo “se apresenta como porta-voz da tradição e conta com aprovação de muitos velhos, adultos, mulheres e crianças *Mbyá*” (Pires, 2007, p. 124). Por outro lado, também aprendeu desde cedo a colaborar com projetos estatais e ONG no sentido de constituir aliados para a luta pelos direitos do seu povo, apesar de também as criticar. Como explica Pires (2007, pp. 131-132), orientada de mestrado do próprio Cirilo, este

[d]iferencia-se de grande parte das lideranças indígenas brasileiras, porque não luta pela igualdade e nem concorda com o discurso recorrente que diz que um dia os índios vão se tornar políticos e presidentes. Para ele, o objetivo é consolidar o reconhecimento da diferença cultural de seu povo, onde não existem escola, igreja, partidos políticos e saúde como categorias separadas do resto da vida; e ao mesmo tempo defender a igualdade no atendimento a seus direitos, mas diferenciados, específicos. (Pires, 2007, pp. 131-132)

Cirilo aceitou ao pedido da equipa de antropólogos e, no primeiro dia em São Miguel, visitou a casa onde os Mbya dormem no Parque Arqueológico quando estão a vender artesanato e não podem regressar à aldeia. Estes queixaram-se da falta de condições da estrutura, como ausência de canalização de água e instalação elétrica. À noite, assistiu ao Espetáculo de Som e Luz que é realizado diariamente desde os anos 1970 e que se baseia na narrativa patrimonial romântica na qual os padres jesuítas lutaram pela salvação terrena e espiritual dos Guarani. No dia seguinte, comunicou à equipa que tinha sonhado com Sepé Tiaraju, líder mítico dos Guarani das Missões, e que isso era um sinal dos deuses para ele se envolver com o projeto do INRC. Segundo relato de Cirilo incluído no dossiê do INRC:

naquela noite, em São Miguel, depois de ter circulado pelas Ruínas e assistido ao Show de Som e Luz – que me chocou muito, não contive as lágrimas pensando no porque de somente os brancos estarem contando a História de Sepé e do povo Guarani – fui dormir com estas imagens na cabeça. Primeiramente, avistei somente um morro. Forçando o olhar vi a pessoa Guarani mesmo, vestindo apenas *tambeó* [tanga], eu queria apertar na mão dele. Ele falou: sou Sepé e eu estou vivo! Havia muitas pedras na subida do morro onde ele estava. Além das pedras a terra era muito escorregadia e ninguém podia tocar nele. Os mais velhos *Karai* já tinham dito

⁵ É, contudo, importante frisar que esta categoria não existia anteriormente e não é encontrada em nenhum estado do Brasil.

⁶ O *pajé* ou *xamã* Mbya-Guarani masculino é denominado *karai* e o feminino *kunha karai*.

que Sepé não estava morto, mas eu não acreditei. (...) Este trabalho surgiu com a orientação do Sepé, com a verdade. (INRC, 2006)

Esta experiência marcou a entrada definitiva de Cirilo no projeto do PCI e uma maior abertura do cacique da Tekoa Koenju.

Em 2006, a equipa do INRC organizou o "I Encontro Povos Indígenas e o Patrimônio: os Mbyá-Guarani e as Missões" com o objetivo de discutir o processo do INRC. Cirilo traduziu o evento por "*Nhemboaty Mbyá Kurey Tava Miri py* São Miguel Arcanjo" e, pela primeira vez, os antropólogos descobriram que existia um nome Guarani para designar as ruínas: *Tava Miri*. Etimologicamente, *tava* advém de pedra (*ita*) e pessoa (*ava*) e pode ser traduzida como "casa de pedra" ou "aldeia de pedra". *Miri* significa perfeito e celestial, tal como em *Nhanderu Miri*, aqueles que chegaram à Terra sem Males (a morada celeste imperecível). Esta perspectiva sobre as Missões tinha sido transmitida a Cirilo pela sua mãe e pelo seu irmão, mas aquele considerava importante realizar o encontro para ouvir as vozes das restantes lideranças espirituais e decidir a validade desta proposição. Nesse sentido, Cirilo requisitou recursos para "viagens de mobilização" às aldeias para realizar o convite pessoalmente, incluindo não só as lideranças políticas e espirituais, mas também jovens, mulheres, velhos e crianças. Por outro lado, Beatriz Freire, do IPHAN, admitiu que tiveram dificuldade em contactar as restantes aldeias, nomeadamente aquelas que não possuíam ligação ou não eram aliadas de Cirilo.

O encontro decorreu de 3 a 7 de dezembro de 2006. A ideia inicial era pernoitar na Tekoa Koenju, mas os visitantes optaram por se instalar perto das ruínas, recorrendo ao terreno em redor da casa de passagem. Durante os dias 4 e 5, os Mbya visitaram Tekoa Koenju e discutiram entre si diversos temas. Os dias 6 e 7 foram dedicados ao debate com as organizações não indígenas envolvidas, especialmente o IPHAN. As discussões foram assim organizadas do modo que Cirilo considera mais adequado (Moraes, 2010): primeiro a nível intraétnico, depois interétnico. Durante o encontro, várias lideranças exigiram que o INRC fosse expandido a todos os Guarani, incluindo aldeias noutros estados brasileiros, na Argentina e no Paraguai. O IPHAN conseguiu implementar a primeira fase do INRC, coordenado, neste caso, pelo CTI, nas restantes aldeias do Brasil, mas a remuneração e a metodologia não foram consideradas apropriadas por nenhum proponente de forma a continuar o processo para as etapas seguintes. A nível internacional, o Brasil apresentou a proposta de um programa transfronteiriço de inventário com os Guarani na reunião de 2006 do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL) que, contudo, deu origem a poucos resultados concretos⁷.

A "DIMENSÃO DO MISTÉRIO": FRONTEIRAS ÉTNICAS DA NÃO PARTICIPAÇÃO

No final da segunda fase do INRC, a equipa entregou um relatório ao IPHAN-RS onde enunciava críticas e propunha os bens culturais a serem patrimonializados. Em

⁷ Retirado de <http://www.crespial.org/pt/Proyectos/index/0003/inventario-del-universo-cultural-guarani>

relação às críticas, além de algumas questões já mencionadas, o documento alertava para o aspeto burocrático, demasiado esquematizado, superficial e pouco holístico das fichas de identificação que eram inapropriadas para compreender a complexidade, interligação e dinâmica da cultura, especialmente tendo em conta a alteridade radical dos povos indígenas (Castro, 2002a).

Em relação aos bens culturais a serem patrimonializados, o relatório apresenta as seguintes propostas: 1) a “dimensão do mistério”; 2) “acesso às áreas de mata”; 3) “reconhecer oficialmente o direito de exercício da ‘territorialidade livre’” (INRC, 2006, p. 27). De acordo com as classificações institucionais que, no caso do Brasil, estão divididas nos livros de registo em “saberes”, “celebrações”, “formas de expressão” e “lugares”⁸, as propostas da equipa do INRC são *sui generis* e revelam uma tentativa de utilizar o relatório para chamar à atenção para as principais preocupações cosmopolíticas dos Guarani, o que não foi considerado adequado pelo IPHAN.

Contudo, para o tema em debate neste artigo é interessante analisar a proposta de patrimonializar a “dimensão do mistério”. Em primeiro lugar, este elemento refere-se aos limites conscientes de comunicação que a equipa experienciou no terreno, incluindo a não divulgação de aspetos da sua cultura que os Mbya consideram perigoso gravar e divulgar para os *jurua* (como os cantos sagrados recebidos de *Nhanderu*) e a proibição de registo áudio e/ou visual ou mesmo de assistir a certos eventos (por exemplo, *nheemongarai*). Estas fronteiras são, contudo, fluidas, constantemente em negociação e mudam de aldeia para aldeia ou mesmo de pessoa para pessoa. Por exemplo, no Rio Grande do Sul e na Argentina é proibido filmar dentro da casa de reza (*opy*) enquanto em São Paulo e Rio de Janeiro tal é permitido.

Em segundo lugar, estas fronteiras também são políticas e étnicas. Certos elementos, como Cirilo, consideram que os Mbya devem primeiro discutir entre eles e, depois de chegarem a um consenso, transmitirem as suas opiniões e reivindicações aos *jurua*. Por exemplo, os encontros mencionados acima foram constituídos por rodas de conversa dos Mbya nos primeiros dois dias e discussão com os órgãos estatais nos dias seguintes. Esta abordagem permitiu, por um lado, construir uma coesão étnica e, por outro, evitar a exploração, por elementos exteriores, de divergências e fraturas dentro do grupo. Porém, esta conduta também favoreceu os Mbya que são interlocutores privilegiados com a sociedade brasileira. Em suma, tal como vários autores (Clastres, 1974/2013; Pissolato, 2007) defendem, o poder Guarani é intrinsecamente polvilhado de diversos focos (líder político, líder espiritual, famílias extensas, etc.) e o estado deve promover e aceitar o processo de discussão interna que pode demorar anos.

Por fim, existe um cansaço dos Mbya em relação ao trabalho dos antropólogos nas aldeias, especialmente em projetos curtos de ONG, órgãos governamentais e de pesquisas de licenciatura e mestrado que não respeitam o modo de viver do povo, “só fazem perguntas” e não produzem um retorno substancial para a comunidade.

Em suma, como E-J Milne (2012) argumenta, a não participação, ou o estabelecimento de limites à participação, também é uma forma de participação que, além de

⁸ Retirado de <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>

permitir a proteção dos (não) envolvidos, constitui uma demonstração de poder e uma oportunidade para subverter as agendas institucionais.

CINEMA COLABORATIVO DO VÍDEO NAS ALDEIAS E OS MBYA-GUARANI

Durante a aplicação do INRC, algumas lideranças Guarani expressaram interesse em receber formação em realização cinematográfica, uma vez que consideram que só os Mbya sabem quando estes querem falar e ser filmados. Nesse sentido, o IPHAN-RS contratou a ONG Vídeo nas Aldeias (VNA), que há 30 anos desenvolve trabalho colaborativo com povos indígenas na área do audiovisual e que, desde 1997, organiza oficinas de formação de cineastas em aldeias indígenas. Como veremos, a introdução do cinema colaborativo reorganizou as relações intra e interétnicas, originando a emergência de novas lideranças, e expandiu a participação a outros atores que trouxeram novos dados para compreender as ruínas de São Miguel segundo a ontologia e cosmologia Guarani.

A primeira oficina decorreu em 2007, num primeiro momento na Tekoa Anhetengua e, a seguir, na Tekoa Koenju. Os formadores do VNA, Tiago Campos Tôrres e Ernesto Ignacio de Carvalho, encontraram-se em Porto Alegre (RS) com o Mbya-Guarani Ariel Ortega, que tinha viajado desde São Miguel. Sandro Ariel Duarte Ortega nasceu em 1985, em Misiones, Argentina, na Tekoa Vera Guaçu. O seu nome Guarani é Kuaray Poty, mas escolheu, como nome de cineasta, que também usa no Facebook, uma hibridização entre os dois: “Ariel Kuaray Ortega”. Ortega é uma pessoa muito curiosa, como Tôrres explica:

o Ariel é um cara que se você começar a falar de Guerra Mundial, “Então, teve a Guerra Fria! Uai!” E tal. Um cara que tá interessado e faminto, com fome de mundo... Então é isso. O Ariel estava muito disposto para a batalha e aí... a gente apresentando armas interessantíssimas. E ele pirou com essas armas. (Entrevista a Tiago Campos Tôrres, 11 de março de 2015)

Movidos por esta energia, Ortega, Tôrres e Carvalho chegaram à Tekoa Anhetengua em êxtase. Foram recibos pelo cacique Cirilo, que os reprimiu pela sua atitude “pouco Guarani” e que chegou a colocar em causa a realização da oficina. Segundo Carvalho,

[n]ossa chegada na aldeia foi explosiva. (...) Estávamos a 1000 por hora e ele [Cirilo] a 1. Se os Guarani são meditativos, contemplativos, filosóficos, o Cirilo nem se fala. Nos encontramos com ele e começamos a falar. Minha percepção de como este momento deveria ser conduzido era de explicar tudo o mais claro possível. Mas estávamos exaustos, fora de centro, elétricos e aquela foi a primeira experiência de colisão do jeito de ser Guarani e do jeito de ser branco. A maneira que se relacionam com o tempo e com a comunicação, com a conversa, com o silêncio, apesar de estarem incrustados no meio da cidade, é radical. Explicamos tudo ao Cirilo, da produção à edição, a importância do filme pronto, da nossa disposição para fazer o

trabalho. Depois do Cirilo escutar essa explicação, esse desabafo afobado, ele nos disse de maneira simpática: “pois é, vocês brancos são muito diferentes da gente, vocês vão falando logo tudo. A gente não, somos diferentes, esperamos um pouco.” Só então percebi o que estava acontecendo. E disse ao Cirilo: “vamos começar de novo”. Voltamos para o carro, chegamos e começamos a conversar sobre se acomodar, montar as redes, dormir. (Carvalho citado em Carvalho, Carvalho & Carelli, 2011, p. 138)

Segundo Ortega, a oficina foi muito difícil. A metodologia do VNA assenta numa aprendizagem prática, intensa e diária (normalmente durante três semanas). Após aprenderem os rudimentos básicos do manuseio da câmara, os formandos começam a filmar a aldeia numa abordagem de cinema direto. De modo a terem um foco, é frequente os formadores sugerirem que os alunos sigam uma personagem ao longo do dia. À tarde ou à noite, os formadores e os alunos veem e discutem o material gravado e planeiam as filmagens do dia seguinte. Esta interpelação imersiva ao real catalisa novos questionamentos e relações que podem originar resultados políticos significativos (Lacerda, 2018b).

Apesar do sucesso desta metodologia noutros contextos, num primeiro momento, a oficina quase fracassou. Em primeiro lugar, a maioria dos alunos aparecia e desaparecia e era difícil manter uma continuidade. Além disso, como já foi mencionado, os Guarani desconfiam de projetos que vêm do exterior, são passageiros e não costumam trazer retorno substancial para eles. A este nível, começou a gerar-se um ambiente de suspeição de que os alunos estariam a ser pagos, uma vez que o VNA estava presente com equipamento audiovisual dispendioso. Como Ortega explica: “nossa, foi muito difícil porque eu falava ‘não, a ideia não é isso. É o dinheiro de salvaguarda e o IPHAN chamou eles, mas a ideia não é ganhar dinheiro ou dar dinheiro. Porque o filme vai ficar nosso, é de vocês’”⁹.

Tendo em conta este enquadramento, Ortega conseguiu convencer Tôres e Carvalho a concluírem a oficina em Tekoa Koenju, algo que não fazia parte do plano inicial. Contudo, a situação nesta aldeia também se revelou difícil devido aos problemas já mencionados relativos à divisão política da aldeia e por Ortega não fazer parte da família extensa que dominava a relação da comunidade com os *jurua*. Após alguns dias de clima tenso, o cacique Floriano Romeu decidiu suspender a oficina e mandou expulsar os formadores do VNA. Esta resolução originou uma reunião geral da aldeia que se prolongou durante a noite. Por volta das três da manhã, comunicaram aos não indígenas que tinham substituído o cacique e que a oficina podia continuar.

Este processo intenso deu origem a mais de 100 horas de filmagem e ao primeiro documentário deste coletivo: *Mokoi Tekoá Petei Jeguatá, duas aldeias, uma caminhada* (2008)¹⁰. O filme é dividido em duas partes correspondentes às aldeias em que a oficina

⁹ Entrevista em Português a Ariel Kuaray Ortega, 10 de março de 2016.

¹⁰ O documentário foi exibido em diversos festivais nacionais e internacionais e foi premiado como melhor filme no Festival ForumDoc.BH, em Belo Horizonte, no mesmo ano.

teve lugar e apresenta a situação colonial¹¹ dos Mbya, rodeados por *jurua* e dependentes destes devido à exiguidade das suas terras e aspetos da espiritualidade daquele povo. Na segunda parte, a obra mostra a situação tensa dos Guarani a venderem artesanato nas ruínas e os discursos dos guias não indígenas que sublinham a missão “civilizadora” dos jesuítas e ignoram a contribuição e agência dos indígenas na construção das Missões e a presença dos Guarani contemporâneos. Como diz o Mbya Mariano Aguirre, no início desta sequência:

os brancos tiraram tudo da gente e se apropriaram dessas ruínas que nossos parentes fizeram. Agora eles não querem dar pra gente o que é nosso. (...) Nossos parentes construíram isso forçados pelos brancos, os padres Jesuítas. (...) Nossos parentes trabalharam, enfrentaram sofrimento, para deixar isso aqui na terra. Deixaram isso e trabalharam tanto para que depois os brancos os matassem todos. Os brancos brigaram por causa disso aqui. (...) Tudo isso é doloroso para nós. Se pensarmos, dói até hoje. (Aguirre citado em Morinico, Beñites & Ortega, 2008)

Duas aldeias, uma caminhada foi um importante catalisador de discussões em diversas comunidades Guarani sobre a relação destes com as ruínas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do processo do PCI. Alguns meses após a conclusão do filme, Ortega foi eleito cacique de Koenju, cargo que desempenhou até março de 2016. O documentário seguinte, *Bicicletas de Nhanderu* (2011), sobre a espiritualidade Guarani, obteve ainda maior sucesso a nível nacional e internacional e é ainda hoje exibido em mostras de cinema indígena. Por outro lado, este filme iniciou o processo de afastamento entre Ortega e Cirilo devido ao facto de aquele trabalho cinematográfico mostrar as “festas brancas” da aldeia em que os Guarani, incluindo o *karai*, consumem álcool e jogam às cartas. Como explica Carvalho, “[a primeira] oficina e as outras que se seguiram colocaram Ariel no centro da discussão e como ator político, reconfigurou alianças, casamentos se fizeram e se desfizeram. O vídeo ali se inseriu na comunidade e na vida das pessoas, catalisando situações” (citado em Carvalho et al., 2011, p. 145). Assim, e como desenvolvo mais à frente, através do cinema e da colaboração com o VNA, Ariel Ortega tornou-se num importante ator no processo do PCI.

O PROCESSO DE REGISTO DO BEM CULTURAL TAVA

Em 2007, o IPHAN organizou em São Miguel o “Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani” com o objetivo de responder à exigência dos Guarani de expandir o INRC a outros Estados do Brasil e países limítrofes. Concomitantemente, o IPHAN almejava que neste encontro fosse proposto pelos Guarani um bem cultural para ser registado enquanto PCI. Essa fase do evento foi tensa e originou discussão entre as partes envolvidas, nomeadamente o IPHAN, a equipa do INRC e Cirilo. A desavença

¹¹ Compreendido neste contexto como “colonialismo interno” (Casanova, 1965) mas também enquanto “colonidade” (Quijano, 2010) no sentido de opressão e exploração política, económica, cultural e epistémica de grupos étnicos e/ou racializados por outros grupos dominantes com ou sem presença de administrações coloniais.

só foi resolvida por via da intervenção dos Mbya mais velhos que, recorrendo à sua “fala mansa” (Pissolato, 2007), acalmaram os ânimos. Como resultado do encontro, um representante Guarani do Paraguai e 12 representantes de aldeias de seis Estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) pediram o registo das ruínas de São Miguel enquanto PCI do seu povo.

Contudo, é importante frisar que não é clara a forma como a *Tava* foi selecionada enquanto elemento a ser registado. Tendo em conta conversas anteriores com os Guarani, os técnicos do IPHAN-RS pensavam que o ritual de nomeação *nheemongarai* seria a opção privilegiada. Apesar de esta cerimónia ser fundamental para o bom viver Guarani e se encontrar ameaçada devido à situação colonial, ela envolve a comunicação do *karai* com *Nhanderu* e, provavelmente, nunca foi intenção dos indígenas divulgar este processo. Por outro lado, segundo relatos coligidos pelo autor, cujas fontes não são identificadas por razões éticas, certos atores consideram que o IPHAN pressionou os Mbya a escolherem as ruínas, enquanto outros argumentam que foi a equipa do INRC que sugeriu esta ideia no sentido de afirmar os direitos territoriais daquele povo. De facto, as ruínas foram sempre um tema central e tenso durante o levantamento de referências culturais, acabando por se transformar num foco em que as principais causas Guarani se cruzam: a violência colonial exercida no passado e no presente; a expulsão do seu território e a quase ausência de processos de demarcação de terras; o racismo e, por outro lado, o romantismo e a apropriação colonial da sua imagem e história; mas também a importância de viver onde os seus antepassados moraram em busca da maturação corporal sem passar pela morte (*aguyje*). Este foco, desenvolvido através de encontros, palestras, filmes, entrevistas e até conflitos, propiciou a identificação ou, mais concretamente, a emergência das ruínas como síntese, não de uma cultura, mas de uma situação colonial passada e presente compreendida através da metafísica Guarani.

No seguimento do pedido de registo, o IPHAN-RS iniciou o processo de pesquisa no sentido de desenvolver o dossiê de candidatura. Devido a diversos fatores, o organismo estatal optou por, desta vez, contratar a ONG Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM) em vez da UFRGS, que, por sua vez, estabeleceu contactos com a equipa de Catafesto de Souza. Após um ano de trabalho, a equipa regressou ao IPHAN com mais alguma informação relativa à *Tava*, mas o IPHAN-RS, dominado até então por técnicos com formação em arquitetura e história, portanto, sem um conhecimento antropológico necessário para os processos do PCI, tinha finalmente contratado um licenciado em Ciências Sociais, Marcus Vinicius Benedeti, que se mostrou insatisfeito com a exiguidade, dispersão e não enquadramento teórico e cosmológico dos testemunhos recolhidos.

Neste contexto, o IPHAN-RS voltou a contratar o VNA no sentido de este produzir o filme de documentação que também foi parte constitutiva e essencial da pesquisa. O trabalho final, *Tava, a casa de pedra* (2012), é assinado pelos não indígenas Vincent Carrelli e Ernesto Carvalho e pelos Mbya-Guarani Ariel Ortega e Patrícia Ferreira e centra-se em entrevistas com velhos de aldeias de Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Argentina. A participação de Ortega foi fundamental porque, além de ser um Guarani carismático que sabe ouvir e falar com os mais velhos, ele também é neto de um dos mais

importantes caciques da Argentina, Dionísio Duarte, que todos os Mbya conhecem. Sem dúvida, este foi um cartão de visita fundamental para obter os vários depoimentos sobre as ruínas que eram largamente desconhecidos dos não indígenas e até de uma parte significativa dos Guarani. Por outro lado, em entrevista realizada pelo autor, Cirilo foi muito crítico em relação a esta abordagem de Ortega por este ter violado a “dimensão do segredo”. Segundo aquele, os cineastas deviam ter primeiro discutido com as lideranças e não ter divulgado a polifonia de interpretações dos Guarani sobre as Missões.

A riqueza do material obtido durante a produção do documentário conferiu mais confiança ao IPHAN-RS que avançou para a elaboração do dossiê de registo da *Tava*. A pedido deste, o dossiê foi redigido por Sílvia Guimarães, que tinha realizado a pesquisa de mestrado com uma comunidade Mbya-Guarani em Espírito Santo e que, naquela altura, trabalhava na Coordenação de Registo do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN central. Nesse sentido, a antropóloga combinava um conhecimento etnológico significativo e uma experiência burocrática relevante sobre o trâmite dos processos de registo. Guimarães não recebeu qualquer vencimento por este trabalho, mas, como contou ao autor em entrevista, sentiu que o devia realizar por possuir uma “dívida histórica” com os Guarani, uma vez que graças a eles possuía uma carreira profissional. Antes de começar a redação, a antropóloga aproveitou um encontro da CGY que reuniu vários representantes Guarani em Koenju para confirmar se estes estavam de acordo com o processo de patrimonialização. Após a aprovação destes, a antropóloga Sílvia Guimarães redigiu o trabalho recorrendo preferencialmente aos depoimentos recolhidos pelo VNA e utilizando a pesquisa do seu mestrado como suporte teórico. Quando chegou perto de uma versão final, regressou a Koenju e reuniu com a *kunha karai*, com mediação linguística e cultural de Ariel Ortega e Patrícia Ferreira, no sentido de verificar a validade da sua argumentação e de retirar algumas dúvidas etnológicas. Por fim, Guimarães e o IPHAN-RS reuniram com a aldeia com o intuito de determinarem o nome oficial do bem cultural. Durante o processo de pesquisa, especialmente devido aos depoimentos recolhidos no documentário *Tava, a casa de pedra*, tinha sido decidido que o termo *tava* era mais consensual do que *tava miri*, uma vez que estas são perfeitas e imperecíveis (*miri*) e, portanto, só existem nas moradas dos deuses. Como explica o Mbya Mariano Aguirre no filme supramencionado, “Tava miri a gente não vê, porque não fica nessa terra. Ela está onde a gente vê os raios. Essa tava é uma tava imperfeita, que a gente vê” (Aguirre citado em Ortega, Ferreira, Carvalho & Carelli, 2012). Além disso, um dos presentes na reunião lembrou que os subgrupos Ñandeva e Kaiowá também visitam as ruínas e foi decidido utilizar o etnónimo abrangente Guarani em vez de nomear o bem cultural exclusivamente Mbya. A designação acordada foi “*Tava*, lugar de referência para o povo Guarani”.

Por fim, a 3 de dezembro de 2014, o Conselho Consultivo reuniu na presença de elementos do IPHAN-RS, mas também de Ariel Ortega, Patrícia Ferreira e outros representantes Mbya-Guarani. Apesar de alguma controvérsia, o registo foi aprovado por unanimidade. Assim, após um processo de dez anos, em dezembro de 2014, as Missões Jesuítico-Guarani foram registadas no Livro de Lugares do PCI. No final da reunião, Ortega pediu para fazer uso da palavra:

primeiramente, agradecer por esse lindo momento. Eu acho que falo em nome de toda a comunidade da minha aldeia, de todos os meus avós que, meus ancestrais que viveram ali nas reduções jesuíticas. Não tenho dúvida que eles estão presentes aqui, nos acompanhando. Eu acho que é o momento muito importante para os nossos netos, os meus netos, futuras gerações para todo o guarani, porque é importante esse reconhecimento para a gente (...) porque hoje em dia a gente tem somente 234 hectares em São Miguel das Missões, quando antes o vasto território era todo nosso. Agradeço muito a Nhanderu por esse momento, por iluminar cada um de vocês, Conselho. Eu tenho a certeza que todos os Caraí, os líderes espirituais também estavam meditando para esse momento acontecer. Então quero agradecer por esse momento, obrigado. (IPHAN, 2014, p. 74)

AValiação DO PROCESSO PELOS GUARANI

As consequências concretas deste processo para os Guarani parecem ser, pelo menos por enquanto, pouco palpáveis. Em entrevista realizada pelo autor¹², Cirilo advogou que o mais importante é que a patrimonialização ajudou a provar que os Guarani têm direito ao seu território tradicional e que eles não são “estrangeiros”, “argentinos” ou “paraguaios”, como diversas pessoas e até instituições, inclusive alguns dentro do IPHAN, os denominam. Por outro lado, criticou que a *Tava* não tenha sido reconhecida como Património da Humanidade¹³. Nesse sentido, é possível argumentar que a interpretação não indígena das Missões a nível da Unesco possui um maior poder simbólico do que a patrimonialização Guarani das Missões apenas a nível nacional. Além disso, Cirilo lamentou que o INRC não tenha tido continuidade e que não tenha aprofundado outros elementos do património Guarani, como a cerâmica, que o seu filho hoje em dia ensina na escola da aldeia.

Uma das exigências dos Mbya de Tekoa Koenju e de Cirilo é que eles possam trabalhar como guias no Sítio Arqueológico. Como este explica, “[d]everia ser os próprios indígenas a trabalhar ali para poder... Fica mais lindo assim, né? Um índio Guarani falar sobre a sua história”¹⁴. Esta proposta não está relacionada com um regime de propriedade porque “[e]u acho que tem de ter liberdade”¹⁵. O principal entrave parece ser que os guias têm de fazer um curso no Ministério do Turismo com um custo proibitivo para os Mbya. De facto, a medida do plano de salvaguarda escolhida pelos Guarani para 2016 foi uma oficina de turismo, em vez da produção de um livro bilingue para distribuir pelas escolas indígenas e não indígenas do Estado, como o IPHAN esperava com base em conversas anteriores.

¹² Entrevista em Português a José Cirilo Morinico, 7 de abril de 2016.

¹³ A título de exemplo, a “arte *kusiwa*, pintura corporal e arte gráfica Wajãpi”, e o “ritual *yaokwa* do povo Enawenê-nawê” foram classificados como Património Cultural Imaterial da Humanidade, pela Unesco, após o seu registo a nível nacional pelo IPHAN.

¹⁴ Entrevista em Português a José Cirilo Morinico, 7 de abril de 2016.

¹⁵ Entrevista em Português a José Cirilo Morinico, 7 de abril de 2016.

Outra das exigências dos Mbya é que parte dos ingressos nas ruínas reverta para “a comunidade”. O IPHAN e a Prefeitura (proprietária do Espetáculo de Som e Luz) não se opõem, mas aquele adverte que as receitas não conseguem sequer financiar os custos de gestão do Parque Arqueológico e que não existe enquadramento legal para transferir estas verbas. Em alternativa, propõe utilizar aquela percentagem em projetos comunitários. Além disso, é importante lembrar que o Brasil atravessa uma profunda crise política e económica e que o futuro do financiamento do plano de salvaguarda – e até do IPHAN – é incerto.

Entretanto, num processo paralelo, em maio de 2015, as Missões Jesuítico-Guaranis, Moxos e Chiquitos foram declaradas Património Cultural do Mercosul (PCM)¹⁶. Esta categoria foi criada em 2012 como parte do Mercosul Cultural e tem por objetivo fortalecer a cooperação e a integração dos países através da identificação, conservação e promoção de património que seja partilhado por mais de um dos países. O sítio do IPHAN¹⁷ sobre esta patrimonialização centra-se na história ocidental e/ou jesuítica, não fazendo qualquer menção à relevância das Missões para os Guarani atuais. Porém, no “XVII Encontro da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul”, a 30 e 31 de outubro de 2018, respondendo às exigências dos representantes Guarani, a Mercosul reconheceu a *Tava* como Patrimônio Cultural da Mercosul, significando

o reconhecimento da presença ancestral dos Guarani no território Yvy Rupá, que hoje integra o Brasil, a Argentina e o Paraguai, no qual organizaram uma grande rede étnica, formada por aldeias, caminhos e locais sagrados. Transitar livremente por esse território, como fizeram seus ancestrais, os antigos, é um dos fundamentos do bem-viver que os Guaranis desejam preservar.¹⁸

CONCLUSÃO: PATRIMÓNIO DIALÓGICO

Num primeiro momento, o estudo de caso de patrimonialização das ruínas de São Miguel confirma a importância da participação de grupos, comunidades e “especialistas” não científicos na identificação do PCI. Apesar de a bibliografia sobre os Guarani ser uma das mais extensas dos povos ameríndios da América do Sul, a diferente ontologia e a importância cosmológica das ruínas para aquele povo eram praticamente desconhecidas dos não indígenas e até de alguns Guarani¹⁹. Esta compreensão só foi possível através da participação empenhada de elementos deste povo no processo de pesquisa e através

¹⁶ Mercosul refere-se ao Mercado Comum do Sul, uma organização intergovernamental fundada em 1991 que inclui Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (atualmente, suspensa). A Bolívia aguarda trâmites burocráticos para se tornar membro de pleno direito. As línguas oficiais são o português, espanhol e guarani (proposta pelo Paraguai mas ainda pouco adotada institucionalmente). No início, o Mercosul era principalmente uma união aduaneira dentro da qual há um regime de livre comércio e uma política comercial comum, mas a sua área de atuação tem vindo a expandir-se.

¹⁷ Retirado de <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decis%C3%A3o%20MERCOSUL.pdf>

¹⁸ Retirado de <http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4883/lugar-de-referencia-para-o-povo-guarani-pode-se-tornar-patrimonio-cultural-do-mercosul>

¹⁹ Existiam, contudo, já alguns indícios em Ladeira (1992/2007).

do reconhecimento dos benefícios que estes podiam obter para as suas lutas, especialmente a nível da demarcação das terras. Nesse sentido, é importante sublinhar que a participação dos Guarani só foi viabilizada através de uma hibridização estratégica entre os modos de fazer política indígenas e não indígenas, incluindo a antecipação de diversas medidas de salvaguarda e da formação de pesquisadores e realizadores indígenas, de modo a estabelecer, segundo a lógica ameríndia, graus de afinidade (Castro, 2002a) entre os agentes indígenas e não indígenas. Algumas destas relações já existiam (por exemplo, entre Catafesto de Souza e Cirilo devido às atividades promovidas em conjunto com a UFRGS), enquanto outras foram produzidas durante o processo, mas com alguma distância em relação ao órgão governamental (por exemplo, entre Ariel Ortega e o VNA). É ainda interessante ressaltar que as conexões não se estabeleceram unicamente dentro das fronteiras étnicas, mas também através de diferentes alianças interétnicas.

Contudo, como Harrison defende na sua proposta de um "património dialógico", este não emerge apenas das relações entre humanos (especialistas científicos e não científicos), mas também por meio de conexões com não humanos e coisas. No estudo de caso em análise, a ação dos Guarani é determinada pelos deuses (Schaden, 1974). Tudo aquilo que acontece é decidido pelos deuses e os Guarani tentam compreender as deliberações daqueles por meio do sonho, canto-reza, belo caminhar e outras práticas estético-éticas de corporalidade, comensalidade e convivialidade. Um dos exemplos enunciados foi o sonho que Cirilo teve com o *Nhanderu Miri Sepé Tiaraju* e que o levou a decidir apoiar o processo do PCI. Do mesmo modo, o discurso de Ariel Ortega no final do Conselho reconhece que o sucesso do processo só se deveu à intervenção de *Nhanderu*. Segundo este enquadramento, o processo de patrimonialização só foi viabilizado através da influência de pessoas não humanas.

Além disso, o próprio valor histórico e simbólico das ruínas de São Miguel teve influência na sua transformação em património. Por um lado, segundo a Constituição da modernidade, as ruínas são uma das arenas mais evidentes da ferida colonial Guarani, uma vez que estes, devido à exiguidade das terras compradas ou demarcadas pelo Estado, se veem obrigados a sobreviver através da venda de artesanato aos *juruá*, que, por sua vez, os discriminam e os classificam como "aculturados" ou "estrangeiros" ("paraguaios" ou "argentinos"). Este foco de tensão contribuiu para a emergência das ruínas como síntese, não de uma cultura, mas de uma situação colonial passada e presente. Segundo esta perspectiva, a patrimonialização das ruínas enquanto *Tava* é um reconhecimento estatal da relação histórica dos Guarani contemporâneos com aquelas estruturas e, implicitamente, do seu direito à demarcação de terras indígenas. Por outro lado, de acordo com a ontologia Guarani, as ruínas não são apenas estruturas físicas inertes. A *Tava* assinala onde os antigos Guarani viveram no seu caminho para a Terra sem Males e, portanto, é um lugar escolhido por *Nhanderu* para o bom viver deste povo. Nesse sentido, as ruínas não são apenas um objeto do passado, mas um lugar onde o passado se dobra sobre o presente e onde os Guarani podem encontrar indícios dos deuses para alcançar o estado de maturidade corporal (*aguyje*) de modo a chegar à morada celeste imperecível.

Por fim, o cinema e a câmara de filmar também foram participantes do processo de patrimonialização. A câmara não foi utilizada para apenas representar uma realidade pré-existente, mas instigou reações e conexões, nomeadamente na relação com os turistas nas ruínas em *Duas aldeias, uma caminhada* e na pesquisa levada a cabo entre Guarani de diversas aldeias do continente sul americano, que, por sua vez, originaram discussões que resultaram no registo das ruínas enquanto *Tava*. Como profere o velho sábio Adolfo Werá Silveira em *Tava, a casa de pedra*: “já que estão filmando, vou dizer a verdade” (Silveira citado em Ortega et al., 2012).

Em suma, apesar dos momentos pontuais de dissonância inerentes a estes processos, a patrimonialização da *Tava* constituiu uma experiência importante na expansão dos conceitos de património e de participação em que os vários intervenientes não indígenas “levaram a sério” (Castro, 2002b) a ontologia e a cosmologia Guarani, originando um “fórum híbrido” (Harrison, 2013) em que humanos, não humanos e coisas participaram de modo a constituir uma democracia mais dialógica que tem em consideração diferentes modos de construir o mundo. O desafio agora, como sublinham os depoimentos de Cirilo e Ortega, é continuar este processo e integrar esta nova perspetiva construtivista e abrangente da participação na gestão do IPHAN e, especificamente, do Parque Arqueológico de São Miguel. ✍

AGRADECIMENTOS

Pesquisa financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com referência PD/BD/52265/2013, no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), com referência UID/ANT/04038/2019.

REFERÊNCIAS

- Ashworth, G. J. & Turnbridge, J. (1996). *Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Chichester: Wiley.
- Ashworth, G. J., Graham, B. & Turnbridge, J. (2007). *Pluralising pasts: heritage, identity and place in multicultural societies*. Londres: Pluto Press.
- Batista, J. (2015). *Dossiê Missões: as ruínas*. Brasília: IBRAM.
- Blake, J. (2009). Unesco’s 2003 Convention on intangible cultural heritage: the implications of community involvement in “safeguarding”. In L. Smith & N. Akagawa (Eds.), *Intangible heritage* (pp. 45-73). Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Bortolotto, C. (2014). La problemática del patrimonio cultural inmaterial. *Culturas. Revista de Gestión Cultural*, 1(1), 1-22. <https://doi.org/10.4995/cs.2014.3162>
- Carvalho, A., Carvalho, E. I. de & Carelli, V. (2011). *Vídeo nas aldeias: 25 Anos*. Olinda: Vídeo nas Aldeias.
- Casanova, P. G. (1965). Internal colonialism and national development. *Studies in Comparative International Development*, 1(4), 27-37.

- Castro, E. V. de. (2002a). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Castro, E. V. de. (2002b). O nativo relativo. *Mana*, 8(1), 113-48.
- Clastres, P. (1974/2013). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify.
- Cooke, B. & Kothari, U. (2002). *Participation: the new tyranny?* Londres/Nova Iorque: Zed Books.
- Cunha, M. C. da. (2008). “Culture” and culture. *Traditional knowledge and intellectual rights*. Cambridge: Prickly Paradigm Press.
- Ganson, B. (2003). *The Guaraní under Spanish rule in the Río de la Plata*. Stanford: Stanford University Press.
- Handler, R. (1988). *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Madison: The Wisconsin University Press.
- Harrison, R. (2013). *Heritage: critical approaches*. Oxon/Nova Iorque: Routledge.
- Herzfeld, M. (1991). *A place in history: social and monumental time in a Cretan town*. Princeton: Princeton University Press.
- INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. (2006). *Relatório da etapa de identificação sítio comunidade Mbyá-Guarani São Miguel Arcanjo*. Porto Alegre: IPHAN/RS & NIT/UFRGS.
- IPHAN. (2014). *Ata da 77ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Brasília – 03 e 04 de Dezembro de 2014*. Retirado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ATA__77_Reuniao_Conselho_Consultivo__03_e_04122014.pdf
- Lacerda, R. (2018a). O plano, o contraplano e o “plano sem plano”: imagens ocidentais e os Mbya Guarani das Ruínas de São Miguel. *Iluminuras*, 19(46), 135-168. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.85245>
- Lacerda, R. (2018b). The collaborative indigenous cinema of Vídeo nas Aldeias and the intangible cultural heritage. *MEMORIAMEDIA*, 3, 1-11.
- Ladeira, M. I. (1992/2007). *O caminhar sob a luz: território Mbya à beira do oceano*. São Paulo: Editora UNESP.
- Milne, E-J. (2012). Saying “no” to participatory video: unraveling the complexities of (non) participation. In E-J Milne, C. Mitchell & N. de Lange (Eds.), *Handbook of participatory video* (pp. 257-268). Plymouth: Altamira Press.
- Moraes, C. E. N. (2010). *A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS, Brasil*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Morinico, J. R., Beñites, G., Ortega, A. (Realizadores). (2008). *Mokoi Tekoá Petei Jeguatá, Duas aldeias, uma caminhada* [Filme]. Brasil: Vídeo nas Aldeias.
- Noyes, D. (2006). The judgment of Solomon: global protections for tradition and the problem of community ownership. *Cultural Analysis*, 5, 27-56.
- Ortega, A. & Ferreira, P. (Realizadores). (2011). *Bicicletas de Nhanderu* [Filme]. Brasil: Vídeo nas Aldeias.
- Ortega, A., Ferreira, P., Carvalho, E. I. & Carelli, V. (Realizadores). (2012). *Tava, a casa de pedra* [Filme]. Brasil: Vídeo nas Aldeias.
- Pierri, D. (2018). *O perecível e o imperecível: reflexões Guarani Mbya sobre a existência*. São Paulo: Elefante.

- Pires, D. de M. (2007). *Alegorias etnográficas do Mbya rekó em cenários interétnicos no Rio Grande do Sul (2003-2007): discurso, prática e holismo Mbyá frente às políticas públicas diferenciadas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Pissolato, E. (2007). *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani)*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Quijano, A. (2010). Coloniality and modernity/rationality. In W. D. Mignolo & A. Escobar (Eds.), *Globalization and the decolonial option* (pp. 22-32). Oxon/Nova Iorque: Routledge.
- Rose, D. (2011). *Wild dog dreaming: love and extinction*. Charlottesville/Londres: University of Virginia Press.
- Schaden, E. (1974). *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Editora da Universidade USP.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. Oxon: Routledge.
- Souza, J. O. C. (1998). *Aos fantasmas das Brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

NOTA BIOGRÁFICA

Rodrigo Lacerda é investigador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) do polo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e coordenador do Núcleo de Antropologia Visual e da Arte (NAVA) do CRIA. Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Antropologia da NOVA FCSH em 2017 e 2018.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6297-4682>

Email: rodrigofernandes@fcs.unl.pt

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26-C / 1069-061, Lisboa, Portugal

* Submetido: 31/01/2019

* Aceite: 08/05/2019

PLATAFORMAS ONLINE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: META-SÍNTESE E AVALIAÇÃO CRÍTICA DE SEUS IMPACTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Rose Marie Santini

Departamento de Métodos e Áreas Conexas, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Hanna Carvalho

Departamento de Métodos e Áreas Conexas, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Com o desenvolvimento tecnológico e comunicacional dos últimos anos, as plataformas online começaram a ser criadas tanto por governantes quanto por setores da sociedade civil com a promessa de aumentar o engajamento civil. Apesar do entusiasmo das discussões sobre o tema em diferentes esferas, pouco se sabe sobre as reais possibilidades de participação online e sua efetividade no processo de tomada de decisão política. Este artigo propõe uma análise crítica sobre as iniciativas online de participação cidadã, suas características e consequências sociais e políticas. São realizadas duas revisões sistemáticas de literatura (RSL) sobre estudos de casos no mundo e no Brasil, usando a base de dados Web of Science, Scopus e DOAJ, entre 1995 e 2015. Os resultados das duas RSL são comparados e 179 plataformas são classificadas de acordo com o novo modelo de análise proposto, mensurando a participação política e o impacto decisório de cada plataforma online estudada. Os principais resultados sugerem um crescimento significativo de plataformas de participação no Brasil e mundo, porém com efeitos mais retóricos do que práticos: a maioria das iniciativas são promovidas por portais de governo eletrônico no modelo descendente, com pouca ou nenhuma influência no processo decisório real. Conclui-se que o poder – e não a tecnologia – é o principal entrave para a efetiva participação cidadã online, cujas barreiras são cultivadas por uma elite política tradicional pouco interessada na construção de uma democracia transparente, inclusiva e colaborativa. Sugere-se uma nova agenda de pesquisa voltada para a elaboração de indicadores de transparência das informações públicas, o desenvolvimento de métodos para a mensuração do impacto social e político das iniciativas governamentais e o investimento em pesquisas empíricas sobre iniciativas da sociedade civil que possam revelar soluções para os problemas, os efeitos colaterais e as contradições inerentes à participação política online.

PALAVRAS-CHAVE

democracia; meta-síntese; plataformas online; participação política; revisão sistemática de literatura (RSL)

ONLINE PLATFORMS FOR CITIZEN PARTICIPATION: META-SYNTHESIS AND CRITICAL ANALYSIS OF THEIR SOCIAL AND POLITICAL IMPACTS

ABSTRACT

The technological and communicational development of recent years has led to the creation of online platforms both by governors and by civil society sectors, with the promise of enhancing

citizen participation. Despite enthusiastic discussions regarding the issue in different spheres, not enough is known about the real potential of online participation and its effectiveness in the political decision-making process. This article proposes a critical analysis of citizen participation on online platforms, their social and political characteristics and consequences. Two systematic literature reviews (SLR) are conducted on case studies – the first one exclusively in Brazil and the second one on cases all over the world – using the Web of Science, Scopus and DOAJ databases, between 1995 and 2015. Primary results indicate a significant growth in participatory platforms in Brazil and the world, however with more rhetorical than practical effects: the majority of the initiatives are promoted by top-down style governmental electronic portals, with little or no influence in the real decision-making process. This article concludes that power – and not technology – is the key obstacle for effective online citizen participation, whose barriers are nurtured by a traditional political elite with little interest in building a transparent, inclusive and collaborative democracy. A new research agenda is suggested to develop public information transparency indicators – methods to measure the social and political impact of the governmental online platforms – as well as investment in empirical studies about civil society initiatives that could promote solutions for the problems, side effects and contradictions intrinsic to online political participation.

KEYWORDS

democracy; meta-synthesis; online platforms; political participation; systematic literature review (SLR)

INTRODUÇÃO

Em um contexto de questionamento da legitimidade dos modelos de representação político-eleitoral, as novas tecnologias digitais vêm sendo apropriadas a fim de modificar o cenário político contemporâneo. A adaptação dos governantes e dos cidadãos aos meios digitais permitiu o surgimento de iniciativas com o intuito de diminuir o abismo entre as duas esferas e aumentar a participação civil nas questões políticas. Entretanto, questiona-se até que ponto a atuação dos cidadãos é realmente reforçada pelo uso de plataformas digitais e se a decisão dos gestores é influenciada por essa participação política online.

Além das redes sociais ou websites, que em certos momentos acabam se tornando palco de debate público, existem casos de plataformas online¹ criadas exclusivamente para permitir e/ou estimular a participação do cidadão nas questões políticas, seja incentivando-os a cobrar seus direitos, discutir e votar online, seja apenas facilitando o acesso à informação e ao governo. É o caso do DemocraciaOS², software livre desenvolvido em Buenos Aires para facilitar a participação da população na tomada de decisão política, e do Code for America³, tecnologia de código aberto e associação de redes para tornar o “serviço do governo simples, efetivo e fácil de usar” pelos cidadãos nos Estados Unidos. Tais plataformas online para participação política da sociedade civil, tanto as criadas por grupos sociais, ativistas, *hackers*, acadêmicos, quanto por governantes, trazem novas possibilidades de atuação dos cidadãos na esfera política.

¹ Considera-se plataforma online como o espaço eletrônico composto por páginas html, links e recursos que possibilitam ações e interações no ambiente virtual da internet (Jiang & Xu, 2009).

² Site oficial do DemocraciaOS. Retirado de <http://democracyos.org/>

³ Site oficial do Code for America. Retirado de <http://www.codeforamerica.org/>

O objetivo deste artigo é diagnosticar os tipos de participação experimentados a partir de plataformas online e os impactos dessa participação no processo de tomada de decisão dos representantes de governo. A questão de pesquisa é: até que ponto as decisões políticas dos governantes é influenciada pela participação cidadã em plataformas online?

Para isso, foram realizadas duas revisões sistemáticas de literatura (RSL), primeiro no mundo e depois no Brasil, com a finalidade de identificar como o tema tem sido estudado dentro dos diferentes contextos da comunidade científica, as características dos casos estudados, questões de pesquisa, métodos e conclusões alcançadas até o momento. As revisões sistemáticas permitem uma análise comparativa entre os cenários mundial e nacional, além de possibilitar uma meta-síntese dos seus resultados (Nye, Menlendez-Torres & Bonell, 2016). No total das duas revisões, 44 artigos foram selecionados para análise comparativa e meta-síntese.

Em seguida, o modelo de Avaliação da Participação Política Online é proposto a fim de mensurar os tipos de participação existentes e seus consequentes impactos decisórios. Na aplicação do modelo são considerados todos os estudos de casos encontrados nos 44 artigos das RSLs, excluindo-se aqueles artigos que apresentaram uma quantidade de plataformas inviável para análise e os que foram publicados pelo mesmo autor sobre o mesmo caso, evitando assim uma contagem duplicada de plataformas. Nessa avaliação final, após tal exclusão, foram considerados 35 artigos e um total de 179 plataformas estudadas no mundo e no Brasil.

REVISÕES SISTEMÁTICAS DE LITERATURA NO MUNDO E NO BRASIL

Para este artigo, optou-se por utilizar a revisão sistemática de literatura (RSL), metodologia apropriada para organizar estudos primários, mantendo a transparência e o rigor necessários de acordo com critérios e definições pré-estabelecidas. Seguindo as orientações de Brereton, Kitchenham, Budgen, Turner e Khalil (2007), todas as decisões ao longo do processo são relatadas, permitindo a reprodução e comparação de pesquisas futuras pelo mesmo método.

Para a primeira RSL, com abrangência mundial, foi utilizada a principal coleção da Web of Science (WoS)⁴ como base de dados e alguns testes-piloto foram realizados para avaliação das combinações de termos. A expressão de termos definida [(*politi* participat* OR politi* engage* OR civic participat* OR democra* OR citizen**) AND (*technolog* OR internet OR platform* OR online*)] alcançou 434 artigos após aplicação simultânea de filtros, a saber: intervalo da pesquisa entre 1995 e 2015, considerando que a internet começou a ser amplamente disseminada na sociedade civil em meados da década de 90; apenas artigos científicos, que são as principais fontes de pesquisas primárias; apenas nos títulos dos artigos.

A próxima etapa consistiu na leitura de todos os 434 títulos, resumos e palavras-chave encontrados, avaliando-os de acordo com critérios de inclusão e exclusão em formato de pergunta, previamente definidos. São eles:

⁴ Esta metodologia reconhece que o foco nos artigos da WoS exclui outros contributos, como livros e capítulos de livro.

1. o artigo trata sobre participação ou engajamento político do cidadão?;
2. o artigo trata sobre o meio online, a Internet ou as TICs?;
3. o artigo analisa a participação política do cidadão através do uso de plataformas, redes sociais ou quaisquer ferramentas online de forma geral?;
4. o artigo apresenta uma pesquisa empírica baseada em um ou mais estudos de caso de plataforma online criada para promover participação política do cidadão?

Aplicando os critérios aos resumos, palavras-chave e títulos dos artigos, pode-se observar que quase metade (200 artigos) versa sobre a participação política do cidadão, enquanto a maioria (324 artigos) trata de forma geral sobre a Internet ou o ambiente online (ver Gráfico 1). Os que responderam negativamente aos dois primeiros critérios trazem questões diversas relacionadas ao desenvolvimento da educação e cidadania, análises de jornais, teorias de políticas públicas, consumismo ou comportamento de usuários em redes sociais, por exemplo.

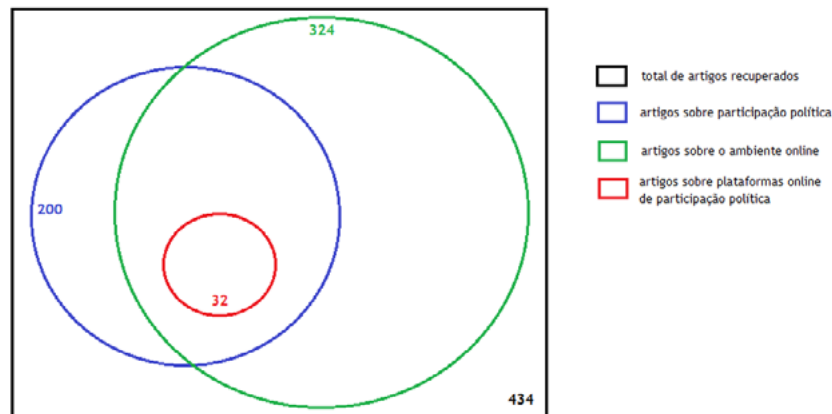


Gráfico 1: Estudos empíricos sobre plataformas online para participação política cidadã

Na intersecção dos dois critérios iniciais, que engloba estudos sobre Internet e participação política, foram encontrados 171 artigos. Destes, 139 abordam aspectos gerais do uso do ambiente online ou de redes sociais, correspondendo ao terceiro critério de exclusão. Ao final, um total de 32 artigos foram definidos como pertinentes a este trabalho, apresentando estudos empíricos de plataformas online para participação política cidadã.

Para a segunda RSL, com abrangência nacional, alguns critérios foram mantidos e outros alterados a fim de se adequar a especificidades do cenário brasileiro. Uma primeira busca na mesma base de dados da revisão anterior, a principal coleção da Web of Science (WoS), trouxe raros exemplos de casos brasileiros. Sendo assim, ampliou-se a busca para todas as coleções da mesma, que inclui o SciELO Citation Index (SciELO CI) (Packer, 2014), além das plataformas Scopus⁵ e DOAJ (Directory of Open Access Journals)⁶.

⁵ Scopus: Guia de referência rápida. Retirado de https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Scopus_Guia%20de%20refer%C3%Aancia%20r%C3%A1pida_10.o8.2016.pdf

⁶ Directory of Open Access Journals. Retirado de <https://doaj.org/about>

Os testes-piloto foram realizados separadamente em cada bases de dados, considerando que cada uma tem um processo de busca diferente da outra e, portanto, a mesma expressão de termos pode resultar em número e qualidade diferentes de artigos. Na WoS, a expressão de termos definida foi igual à da primeira RSL, com filtro de idioma em português, de 1995 a 2015 e apenas artigos. Já na busca da Scopus e DOAJ, foi preciso incluir os termos de busca não apenas nos títulos, mas também nos resumos e palavras-chaves. Ao contrário dos testes na WoS, a expressão que trouxe mais artigos pertinentes para foi a com termos reduzidos: [(*politi** OR *participat**) AND (*internet* OR *online*)], filtro de idioma em português, apenas artigos, entre 1995 e 2015.

Somando os documentos selecionados de cada base, cinco de cada, e descontando os que se encontraram em mais de uma base, obteve-se 12 artigos pertinentes no total. Os dados extraídos dos artigos analisados nas duas revisões são apresentados e comparados a seguir.

ANÁLISE COMPARATIVA E META-SÍNTESE

Com os resultados das duas revisões sistemáticas de literatura no Brasil e no mundo, é possível constatar algumas diferenças e semelhanças entre o contexto mundial e nacional, tanto com relação às suas características de pesquisa quanto às plataformas encontradas:

	PRIMEIRA RSL (RSL 1)	SEGUNDA RSL (RSL 2)
Abrangência	Mundial	Nacional (Brasil)
Base de dados	Principal Coleção de Web of Science	Todas as coleções de Web of Science, Scopus and DOAJ
Artigos Pertinentes	32	12
Áreas de Pesquisa	Comunicação(12), Governo e Direito (oito), Sociologia (cinco), Ciência da Informação (quatro), Ciência da Computação (quatro), Estudos da Área (quatro), Administração Pública (três), Engenharia (dois), Relações Internacionais (um), Estudos Urbanos (um)	Comunicação(três), Governo e Direito (um), Sociologia (quatro), Administração Pública (três), Ciências Políticas (cinco), Economia e Negócios (três)
Origem das Plataformas	Governamental (13), Misto (10), Não-governamental (nove)	Governamental (11), Misto (um)
Modelo de Iniciativa	Portais de governo (nove), Fóruns de discussão governamental (quatro), Fóruns de discussão não-governamental (sete), Consulta de opinião (três), Plataforma participativa (cinco), Votação online (dois), Petição online (um), Conselheiro de voto (um)	Portais de governo (quatro), Fóruns de discussão governamental (três), Consulta de opinião (quatro), Plataforma participativa (um)
Questão de Pesquisa	Plataforma-cidadão (21), Plataforma-governo (dois), Plataforma-governo-cidadão (seis), apenas Plataforma (três)	Plataforma-cidadão (cinco), Plataforma-governo (um), Plataforma-Governo-Cidadão (seis)
Método de pesquisa	Análise de conteúdo (25), Análise comparativa (15), Questionário (nove), Entrevista (quatro), Experimento (dois)	Análise de conteúdo (12), Análise comparativa (cinco), Questionário (um), Entrevista (dois)

Tabela 1: Análise comparativa entre a primeira e a segunda revisão sistemática de literatura

A primeira divergência acontece na busca de dados, com a necessidade de ir além da principal coleção da Web of Science para que uma quantidade significativa de artigos brasileiros sejam encontrados. Isto revela uma questão de política do conhecimento: ou os casos do Brasil não estão sendo estudados pela comunidade internacional e/ou os autores brasileiros têm baixa penetração em uma das maiores bases de dados do mundo. Questiona-se não só a quantidade e a relevância dos casos do Brasil perante aos de outros países como a capacidade de inserção de pesquisadores brasileiros na principal coleção da WoS. Segundo Packer (2014), a comunidade científica brasileira ainda precisa promover grandes esforços de qualidade, principalmente em seus periódicos e agências de fomento, para alcançar maior visibilidade internacional.

Ao analisar os anos de publicação dos artigos nas duas revisões, observa-se que enquanto na RSL mundial foram selecionados 10 documentos entre 1995 e 2005, na RSL brasileira apenas um artigo foi considerado pertinente neste mesmo período. O aumento da produção no tema, porém, é evidente em ambas as revisões, chegando a 14 artigos na primeira RSL e sete na segunda, entre 2010 e 2015.

Com relação às áreas de pesquisa, outras diferenças podem ser destacadas. A primeira RSL não apresentou nenhum artigo nas áreas de Ciência Política ou Economia e Negócios, enquanto a segunda trouxe a maioria dos artigos nessas duas áreas. Por outro lado, nenhum artigo brasileiro se apresenta nas áreas de Ciência da Informação, Engenharia ou Relações Internacionais, enquanto mais de três artigos da primeira RSL se enquadram em cada uma dessas áreas. Além disso, Governo e Direito é uma das áreas mais presentes na primeira revisão, mas no Brasil apenas um artigo é alocado nela. Outras áreas como Comunicação, Sociologia e Administração Pública são encontradas em ambas as revisões.

A origem das plataformas é outro dado divergente se compararmos o Brasil com o mundo. Enquanto na primeira RSL encontramos uma distribuição equilibrada nos estudos de caso, com 13 plataformas do governo, 10 mistas e nove não-governamentais, na segunda revisão, 11 são de origem governamental, uma mista e nenhuma plataforma criada apenas por setores da sociedade. Com relação aos modelos das iniciativas, ambas apresentam portais de governo como maioria – nove na primeira e quatro na segunda RSL –, seguidos de fóruns de discussão e consultas de opinião.

É importante reforçar que não foram encontrados exemplos de fóruns de discussão não-governamentais brasileiros, enquanto na RSL mundial surgiram sete. Casos de votação pela internet, petição online e conselheiro de voto também só foram encontrados na primeira revisão. Isto revela que variados tipos de origem e modelos de iniciativas de participação política são estudados ao redor do mundo, enquanto no Brasil os casos não-governamentais não recebem a devida atenção da academia ou não existem em quantidades comparáveis aos do governo.

No que se refere às questões de pesquisa identificadas nos artigos, ambas revisões apresentam uma maioria de análises sobre a relação entre cidadão e plataforma, as características e uso das ferramentas tecnológicas para favorecer a participação dos cidadãos, ou entre plataforma, governo e cidadão, no que se refere à interação entre representantes

políticos e cidadãos por meio de iniciativas online. Outra semelhança entre as duas RSL está nos métodos utilizados, em que a análise de conteúdo é o mais comum entre os artigos selecionados. O segundo método mais utilizado é a análise comparativa.

Além da análise comparativa, é possível identificar vantagens e desvantagens das plataformas online de acordo com seu impacto na participação política, revelando mais semelhanças, diferenças e até complementaridades entre os casos estudados nas duas revisões. Tanto no contexto mundial quanto no brasileiro, os portais de governo parecem ver o cidadão apenas como um consumidor de informações e de serviços públicos (Liste & Sorensen, 2015; Polat & Pratchett, 2014; Saylan, 2009), estabelecendo uma relação do tipo “governo para cidadão” e um modelo pouco ou nada participativo em uma democracia digital pouco explorada (Pinho, 2008; Rossini, 2014; Silva, 2005).

A vigilância e controle do Estado, com reforço da propaganda política pelos portais de governo só foi destacada na primeira revisão (Jiang & Xu, 2009; Polat & Pratchett, 2014). Por outro lado, estudos de ambas as revisões começam a vislumbrar avanços para a participação, com portais cada vez mais orientados para as necessidades do cidadão (Welp, 2008), como é destacado por Marques (2010) no caso brasileiro do portal da Câmara dos Deputados e sua variedade de mecanismos de participação disponíveis aos usuários.

Algumas vantagens são encontradas nos casos de fóruns de discussão online nos estudos de caso dentro e fora do Brasil. A diminuição de barreiras espaciais, temporais e financeiras parecem facilitar o engajamento e debate de cidadãos no meio digital (Klein, 1999; Westholm, 2002), enquanto a existência de temas próximos aos que afetam a vida dos cidadãos de forma direta podem ajudar no processo deliberativo (Sampaio, 2012). Por outro lado, Shen e Liang (2015) identificaram que a maioria dos usuários dos fóruns estudados consomem mais informação do que contribuem ativamente para o debate, enquanto Miola (2009) destaca a existência de diálogos individuais e hierarquizados, com foco na relação Estado-cidadão-Estado e raramente cidadão-cidadão.

Como reforçam Musso, Weare e Hale (2000), os dois tipos de comunicação deveriam ser incentivados: o vertical, com acesso aos representantes políticos, e o horizontal, com interação entre os usuários. De forma geral, fóruns de discussão online estudados no mundo apresentaram baixo nível de deliberação entre os usuários (Hung, 2003; Loveland & Popescu, 2011; Strandberg, 2008) e no Brasil foram identificados casos com alto grau de argumentação e de respeito, representando um bom índice de deliberatividade (Sampaio, 2012).

Já as consultas de opinião online trazem a mesma vantagem nas duas revisões: a possibilidade de conexão e parceria entre governantes e cidadãos, com maior exposição aos princípios democráticos e à educação cívica (Balla, 2014; Mendonça & Amaral, 2014). No entanto, um dos perigos é revelado com o caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte, em que os resultados das consultas não foram levados em consideração, o sentido da ferramenta se perdeu e o descrédito pela sua efetividade levou à diminuição da participação (Abreu & Pinho, 2014).

Nos casos de plataformas participativas, diversas vantagens foram encontradas em ambos os contextos. Pickard (2008) acredita que elas possibilitam a prática de

diferentes formas democráticas, enquanto Wells (2010) percebe uma maior atração de jovens em seus modelos de interação livre e Penteadó, Santos e Araújo (2014) visualizam a maior influência de cidadãos nas decisões políticas com a união entre modelos tradicionais e de organização em rede permitida por essas plataformas participativas. É o caso da Rede Nossa São Paulo, movimento da sociedade civil que se apropria das tecnologias digitais para interagir e desenvolver projetos com seus membros e parceiros, tanto de setores públicos quanto privados, além de exercer pressão sobre os representantes políticos. Por outro lado, estudos da primeira RSL constataram que a maioria das iniciativas estudadas não são produtos de um esforço colaborativo entre cidadãos e agências públicas (Desouza & Bhagwatwar, 2014) e poucas são ferramentas bidirecionais, em que cidadãos participam ativamente da tomada de decisões (Steinmann, Krek & Blaschke, 2005).

Além disso, a exclusão digital ainda é considerada um dos problemas que mais afeta a participação da sociedade civil nas plataformas online (Desouza & Bhagwatwar 2014; Maia & Marques, 2010; Oliveira & Rodegheri, 2012; Sampaio 2012; Saylan, 2009; Welp, 2008) e outro aspecto limitante para uma participação inclusiva está na dominância de cidadãos privilegiados, com alto nível de educação, renda ou interesse político nas plataformas online (Balla, 2014; Mambrey, Neumann & Sieverdingbeck, 1999; Mendonça & Amaral, 2014; Ribeiro, Costa, Costa & Ribeiro, 2013; Sani, 2004; Solop, 2001; Strandberg, 2008; Tettey, 2001; Westholm, 2002).

Considerando os aspectos quantitativos e qualitativos das plataformas online estudadas, observa-se a necessidade de um aprofundamento na análise crítica dos impactos efetivos da participação cidadã no processo deliberativo e na tomada de decisão política. Sendo assim, o próximo tópico deste artigo considera alguns modelos de avaliação da participação política existentes e um novo modelo é proposto para posterior classificação dos dados encontrados nas revisões.

MODELO DE AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ONLINE

De forma geral, os modelos de avaliação encontrados nos artigos das RSL (Arns-tein, 1969; Gomes, 2005; Jiang & Xu, 2009; Smyth, 2001) trazem poucas etapas de participação com definições muito amplas ou teóricas, além de serem elaborados do ponto de vista governamental e, portanto, não apresentarem possibilidades de atuação ascendente, dos cidadãos para o governo.

O formato de classificação da participação política que se estabeleceu no meio acadêmico e institucional, expresso pelos modelos de avaliação estudados, não deve ser visto de forma rígida ou definitiva. Considerando suas limitações e faltas, um novo modelo de avaliação foi elaborado com o objetivo de padronizar os casos estudados e analisá-los de acordo com um indicador único e não hierárquico, mais completo, realista e crítico:



Figura 1: Modelo de avaliação da participação política online

Construído a partir dos casos estudados nas duas revisões sistemáticas de literatura (RSL), o modelo de avaliação da participação política online apresenta categorias totalmente compatíveis com as plataformas encontradas, fazendo com que não haja nenhum tipo de participação superficial ou apenas teórica. As formas de participação são apresentadas de forma não-hierárquica e variam de acordo com a origem da plataforma: criada pelo setor governamental, representado pelo termo “governo”, ou pelo setor não-governamental, que abrange todas as camadas da sociedade civil, movimentos sociais, ONG, instituições privadas e o próprio cidadão comum, representados pelo termo “cidadão”. O fluxo de informação entre os dois segmentos é exposto pelas setas, tanto em formato vertical e horizontal, quanto unidirecional e bidirecional.

O modelo apresenta seis categorias de participação: a pré-participação, em que o cidadão é informado e não participa ativamente; é representada principalmente por portais de governo que, de forma vertical e unidirecional, apresentam notícias de programas e ações do governo, além de facilitar o acesso a serviços públicos. A participação *top-down*, de fluxo vertical e bidirecional, em que o cidadão participa como reação à solicitação do governo, expresso nos casos de consultas de opinião online. A participação *bottom-up*, em que setores da sociedade têm autonomia para criar uma plataforma online, como petições online, arrecadações para campanhas ou projetos de lei de iniciativa popular. A participação deliberativa *top-down*, em que o governo solicita a opinião pública com espaços para discussão online, seguindo um fluxo simultaneamente vertical e horizontal, na divulgação da plataforma e no processo de debate entre cidadãos; é representada pelos fóruns de discussão governamentais e orçamentos participativos online. A participação deliberativa *bottom-up*, semelhante à categoria anterior, mas com iniciativas promovidas por setores da sociedade civil, trazendo primeiramente um fluxo horizontal de discussão entre cidadãos para depois levar a um possível retorno ao governo; é representada por fóruns de discussão online não governamentais que permitem maior liberdade aos usuários para criar tópicos, participar e deliberar. E a participação colaborativa, em que há parceria entre segmentos da sociedade civil e do governo na criação e manutenção de plataformas, um fluxo de informação horizontal e bidirecional,

com poder de decisão dividido entre eles, como nos casos de plataformas participativas mistas, organizadas por instituições públicas, representantes políticos, acadêmicos, ativistas, especialistas e demais cidadãos interessados.

O principal diferencial deste modelo está na separação entre iniciativas do governo e iniciativas do cidadão, trazendo um destaque que não havia sido dado anteriormente à autonomia de setores da sociedade em diferentes formatos de participação, inclusive na participação deliberativa. A autonomia do cidadão e a deliberação, dimensões essenciais que caracterizam a participação (Prieto-Martin, 2010) estão claramente representadas no modelo de avaliação proposto. Ainda assim, algumas limitações podem ser reconhecidas, como a dificuldade de avaliar questões sociais, culturais e econômicas da participação. Por estar baseada nos casos encontrados nas duas RSL, o modelo também acompanha as limitações do método de revisão utilizado, não possibilitando uma abrangência completa de todas as iniciativas existentes no mundo ou no Brasil – é possível que o modelo não seja suficiente para classificar outras plataformas que não foram estudadas pelos artigos analisados nesta pesquisa.

RESULTADOS

Diferente da análise por artigo feita nas RSL, esta avaliação considera todos os casos estudados dentro de todos os artigos, ou seja, em artigos que apresentam mais de uma plataforma, todas são consideradas e avaliadas de acordo com o modelo proposto. Apenas alguns exemplos de casos múltiplos não puderam ser incluídos na avaliação pela grande quantidade de plataformas e a falta de informações específicas sobre cada uma, como no artigo de Musso et al. (2000) sobre 270 portais municipais da Califórnia ou no de Shen e Liang (2015) sobre os 103 fóruns de discussão política de 75 países diferentes.

Para casos iguais publicados pelo mesmo autor em artigos diferentes ou com resultados semelhantes, foi avaliado somente um dos casos para evitar uma contagem duplicada de plataformas. Da RSL mundial, por exemplo, foi considerado apenas um dos artigos sobre a consulta de opinião da reforma do sistema de saúde na China, analisada e publicada por Steven J. Balla, em 2012 e 2014, e um dos estudos sobre a votação pela Internet nas eleições primárias do Arizona, publicada por Solop (2001) e Gibson (2001). Da mesma forma, apenas um dos artigos sobre o fórum online do orçamento participativo de Belo Horizonte em 2008 (Sampaio, 2012; Sampaio et al., 2010) foi considerado na avaliação dos artigos brasileiros, enquanto as três edições do mesmo orçamento em 2006, 2008 e 2011, estudadas por Cunha, Coelho e Pozzebon (2014) e Abreu e Pinho (2014), só foram consideradas uma vez. Após a aplicação desses critérios de exclusão, chegou-se a 25 artigos da primeira revisão e 10 da segunda, totalizando uma avaliação de 134 plataformas de diversos países do mundo e 45 do Brasil.

Todas as 179 plataformas foram então categorizadas de acordo com o modelo de avaliação da participação política online. No entanto, apenas a organização das plataformas em diferentes tipos de participação não seria o bastante para avaliar as consequências de cada participação nas decisões políticas:

uma vez que instituições políticas desenvolvem plataformas de participação virtual para possibilitar a interação entre representantes e representados, fiscalização e acompanhamento das atividades políticas, cabe questionar se esta abertura das estruturas políticas institucionais à participação da esfera civil é efetiva, no sentido de garantir ao cidadão a possibilidade de influenciar processos diversos de tomada de decisão. (Rossini, 2014, p. 119)

Para esta pesquisa, o impacto foi analisado em paralelo com o modelo de avaliação proposto, possibilitando diferenciar aquelas plataformas que prometem a consideração da opinião pública no processo de tomada de decisão daquelas que de fato aplicam essas sugestões na decisão, seja pela consideração da opinião dos cidadãos em uma consulta pública, na realização de obras votadas em orçamentos participativos ou na aplicação de soluções encontradas por cidadãos em fóruns de discussão.

Os quadros abaixo mostram os resultados quantitativos da avaliação, dividida entre os artigos das duas revisões, os tipos de participação baseados no modelo proposto e o impacto decisório de cada plataforma. As plataformas que influenciaram a decisão política de alguma forma foram classificadas como “sim”, aquelas que não tiveram influência nenhuma foram contadas como “não” e quando o impacto não foi avaliado pelos autores ou não foi exposto de forma clara no artigo, foi classificado como “N/A”.

	CASOS DA RSL 1 POR CATEGORIA DE PARTICIPAÇÃO	IMPACTO DECISÓRIO: SIM	IMPACTO DECISÓRIO: NÃO	IMPACTO DECISÓRIO: N/A
Pré participação	37 (27,6%)	0	2 (5,4%)	35 (94,6%)
Participação <i>top-down</i>	30 (22,4%)	1 (3,3%)	1 (3,3%)	28 (93,3%)
Participação <i>bottom-up</i>	2 (1,5%)	1 (50%)	0	1 (50%)
Participação deliberativa <i>top-down</i>	28 (20,9%)	6 (21,4%)	1 (3,6%)	21 (75%)
Participação deliberativa <i>bottom-up</i>	35 (26,1%)	3 (8,6%)	0	32 (91,4%)
Participação colaborativa	2 (1,5%)	2 (100%)	0	0

Tabela 2: Avaliação dos casos da RSL 1 (Mundo) de acordo com modelo de avaliação da participação política online e impacto decisório identificado, em número e percentagem

	CASOS DA RSL 2 POR CATEGORIA DE PARTICIPAÇÃO	IMPACTO DECISÓRIO: SIM	IMPACTO DECISÓRIO: NÃO	IMPACTO DECISÓRIO: N/A
Pré participação	35 (77,8%)	0	34 (97,1%)	1 (2,9%)
Participação <i>top-down</i>	0	0	0	0
Participação <i>bottom-up</i>	0	0	0	0
Participação deliberativa <i>top-down</i>	20 (9%)	0	2 (22,2%)	7 (77,8%)
Participação deliberativa <i>bottom-up</i>	0	0	0	0
Participação colaborativa	1 (2,2%)	1 (100%)	0	0

Tabela 3: Avaliação dos casos da RSL 2 (Brasil) de acordo com modelo de avaliação da participação política online e impacto decisório identificado, em número e percentagem

Os casos de plataformas que possibilitaram a pré-participação foram maioria nos artigos das duas revisões, representando 27,6% do total de artigos da primeira revisão e 77,8% dos artigos da segunda. A grande maioria das plataformas do mundo não teve seu impacto decisório exposto em seu respectivo artigo e apenas dois casos foram avaliados com nenhuma influência na decisão política: os portais de governo eletrônico nacional e municipal da Turquia, através dos quais os cidadãos não podem participar dos processos de tomada de decisão (Saylan, 2009). Nos estudos do Brasil, apenas uma não teve seu impacto confirmado: na análise do portal da Presidência da República não foi possível encontrar “elementos suficientes para que se possa afirmar a existência de artifícios direcionados a encorajar o envolvimento político dos cidadãos na discussão ou mesmo na produção de decisões sobre políticas públicas” (Marques, 2010, p. 128). Por outro lado, os 24 portais oficiais de capitais brasileiras estudados por Silva (2005) foram considerados fechados à participação e influência dos cidadãos nas decisões públicas.

Na categoria de participação *top-down*, 30 plataformas foram encontradas na primeira RSL, dentre as quais a maioria não teve impacto decisório analisado pelos autores. É o caso do artigo de Welp (2008), que avalia todos os portais de governo dos 18 países da América Latina e considera sete deles (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Panamá e Peru) como sendo os mais avançados pela abertura de espaços simbólicos de interação com o governo, mas sem identificar os resultados políticos da participação em tais plataformas. Já o caso da votação pela internet nas eleições primárias do Arizona em 2000 parece ter impacto direto na decisão, contribuindo para aumentar a influência ativa dos cidadãos na cidade (Solop, 2001). Nos estudos da segunda RSL não foram encontradas plataformas de participação *top-down*.

A categoria seguinte, participação *bottom-up*, é uma das que menos apresenta plataformas correspondentes na primeira revisão, com apenas dois casos: a petição online promovida pelo jornal italiano *La Repubblica* (Vaccari, 2011), em que a iniciativa da mídia é vista como uma extensão de sua campanha editorial e o impacto decisório não é avaliado; e a plataforma criada por um casal dos Estados Unidos (EUA), o MoveOn, considerado por Pickard (2008) como eficaz em dar voz a um eleitorado sub-representado e influenciar políticas específicas, com ações populares diretas como petições anti-guerra e arrecadações para políticos pró-paz. Mais uma vez, não houve nenhuma iniciativa brasileira para esta categoria de participação.

Já a participação deliberativa *top-down* foi encontrada em artigos de ambas revisões, com 28 casos em diferentes países do mundo e nove brasileiros. Exemplos estão em oito portais governamentais de províncias da China, que oferecem espaços de bate-papo e fóruns de discussão (Jiang & Xu, 2009) e em uma Comunidade Legislativa Virtual do portal E-Democracia, da Câmara dos Deputados no Brasil, que permitiu o debate e a contribuição para elaboração do projeto de lei sobre o Marco Civil (Freitas, Lima & Lima, 2015). Uma minoria dos estudos desse tipo de participação expõe o impacto decisório das plataformas, como no caso do fórum de discussão online de uma agência da Secretaria de Transportes dos EUA, que possibilitou um planejamento aberto aos cidadãos e, ao final, aprimorou suas estratégias de ação com base nos comentários dos

participantes (Stanley & Weare, 2004), e no caso da falta de impacto decisório na consulta pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em 2011, que serviu mais para alimentar o debate público sobre um tema relevante do que “subsidiar os parlamentares em uma tomada de decisão” (Mendonça & Amaral, 2014, p. 197).

Para a categoria de participação deliberativa *bottom-up*, nenhum caso brasileiro foi encontrado, enquanto 35 casos da primeira RSL apresentaram iniciativas da sociedade civil com discussão online. Mais uma vez, a maioria não analisa ou não deixa claro se houve impacto da participação na tomada de decisão, como nas 18 plataformas participativas de cidades dos EUA, em que os cidadãos criam e interagem uns com os outros para discutir problemas e encontrar soluções. Neste caso, Desouza e Bhagwatwar (2014) reforçam apenas que a decisão de implementação das soluções continua nas mãos da agência pública, não expondo se e quais trazem uma influência efetiva para a decisão. Já no caso do fórum online criado por uma associação de cidadãos de Boston, Klein (1999, p. 218) afirma ser provável que as decisões tomadas por representantes locais tenham sido “influenciadas pelo fato de que os cidadãos locais se organizaram em torno da questão, atraíram um interesse público substancial e pressionaram os legisladores”.

Por fim, a categoria de participação colaborativa é representada por dois casos na RSL mundial e um caso na RSL brasileira. No artigo de Desouza e Bhagwatwar (2014) citado acima, apenas duas das 25 plataformas analisadas nas cidades dos EUA foram classificadas pelos autores como o último grau do modelo de inteligência coletiva, em que o fluxo de informação é bidirecional e as soluções desenvolvidas por cidadãos são implementadas em parceria entre eles e seus governantes. Enquanto isso, no Brasil, Penteado et al. (2014, p. 229) avaliam inúmeros exemplos de ações da Rede Nossa São Paulo e afirmam que apesar de limitações nas ações de pressão sobre o Estado, “ela é capaz de influenciar a agenda, a implementação e a avaliação de políticas públicas”. A participação colaborativa parece ser de grande importância para o processo democrático, considerando que as análises de todos os seus exemplos confirmaram alguma influência na tomada de decisão política. Ainda assim, suas plataformas representam uma amostra muito pequena se comparada às outras. Questiona-se então se as plataformas nesta categoria são realmente raras na sociedade atual ou se os pesquisadores não têm interesse ou incentivo para estudá-las.

Os poucos exemplos de participação *bottom-up* na primeira revisão também refletem a falta de pesquisas ou iniciativas de participação direta dos cidadãos, como petições e outros formatos de pressão popular sem discussão prévia. Por outro lado, o alto número de plataformas que possibilitam a participação deliberativa *bottom-up* pode indicar que os cidadãos estão mais focados em promover discussões e debates antes de pressionar o Estado ou que os estudos sobre plataformas de origem não-governamental buscam analisar principalmente os casos de deliberação.

Já na avaliação dos estudos do Brasil, as categorias de participação *top-down*, *bottom-up* e deliberativa *bottom-up* não foram representadas por nenhuma plataforma, enquanto as de pré-participação são maioria entre as pesquisas. Além disso, os tipos de participação encontrados trouxeram exemplos que se repetem entre os artigos: são

quatro análises sobre o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte e outras quatro sobre o portal da Câmara dos Deputados. Observa-se então que as poucas iniciativas governamentais que permitem ir além da categoria pré-participação oferecem espaços de discussão e interação entre cidadãos e/ou governantes, mas são limitados a poucos casos. Já as plataformas não-governamentais parecem ser negligenciadas pela academia ou não existem em quantidades suficientes para análise.

De forma geral, o ponto que mais se destaca nesta avaliação é a falta de análises por parte dos autores sobre o impacto decisório das plataformas analisadas. Sabe-se que a influência de uma ação sobre outra não deve ser medida apenas com uma resposta positiva ou negativa, mas o intuito deste questionamento simplista é justamente averiguar se estão sendo avaliados os impactos da participação cidadã no processo de tomada de decisão política. Observa-se que, quando a efetividade da participação é finalmente levantada pelos autores, as conclusões são superficiais e costumam ser acompanhadas da explicação sobre o poder decisório do governo: “a decisão de responder ou incorporar os pontos de vista dos cidadãos reside nos decisores políticos e os políticos que podem escolher ser receptivos ou não” (Tetty, 2001, p. 144).

As poucas tentativas de cruzamento entre as demandas da sociedade e as ações governamentais só foram realizadas em artigos com análises aprofundadas sobre cada plataforma, mas a maioria se baseia apenas na percepção dos autores e não em indicadores de mensuração bem definidos. Apesar da complexidade em se estudar o impacto decisório, é urgente que mais avaliações críticas sejam elaboradas a fim de evitar afirmações ingênuas sobre o aumento da participação política e possibilitar a construção de indicadores de avaliação com um nivelamento de participação mais compatível com seus impactos reais.

CONCLUSÃO

Diante das limitações dos modelos políticos vigentes e das expectativas criadas com a disseminação da internet, este artigo busca avaliar as possibilidades de participação política a partir de plataformas online e seus impactos reais nos processos decisórios. A crescente adaptação dos governantes e cidadãos aos ambientes digitais permitiu a criação de diversas plataformas com a promessa de aumentar a participação civil nas questões públicas. No entanto, cabe questionar até que ponto o uso dessas plataformas é realmente capaz de ampliar a atuação política dos cidadãos e influenciar a tomada de decisão dos gestores.

Duas revisões sistemáticas de literatura foram realizadas para mapear as pesquisas empíricas sobre as plataformas online de participação cidadã no mundo e no Brasil. Dos 434 artigos encontrados na primeira RSL, 32 foram selecionados para análise quanti e qualitativa, assim como os 12 artigos selecionados na revisão brasileira. A partir disso, as 179 plataformas analisadas pelos artigos foram categorizadas de acordo com o novo modelo de avaliação da participação política online e seu impacto no processo decisório.

Diante dos resultados, observa-se que a maioria das plataformas encontradas nas duas RSL são iniciativas governamentais que promovem um fluxo de informação

top-down (Liste & Sorensen, 2015; Polat & Pratchett, 2014; Rossini, 2014; Saylan, 2009), com alguma possibilidade de interação e discussão entre cidadãos e governantes (Balla, 2014; Marques, 2010), mas pouca ou nenhuma influência no processo de decisão política. No total dos artigos avaliados, 8% dos casos do Brasil e do mundo foram avaliados como tendo algum impacto na decisão final, enquanto 22% não parecem ter impactado a decisão e 70% não tiveram sua influência analisada pelos autores. Por um lado, a evidente falta de análise de impacto prejudica a avaliação das iniciativas e, por outro, tal análise é limitada pela ausência de retorno dos governantes e transparência nos resultados da participação, dificultando o trabalho de pesquisadores no cruzamento entre a demanda dos cidadãos e a decisão dos representantes políticos.

A tomada de decisão final nas mãos dos gestores esconde um dos maiores perigos do uso das plataformas online neste contexto: o discurso da participação como retórica dos representantes políticos. Diversas iniciativas governamentais online começam a surgir com a promessa de promover a participação cidadã, mas na prática são plataformas complexas, fechadas, controladas e monitoradas por seus gestores, e com pouco ou nenhum retorno sobre o resultado da participação, caracterizando uma espécie de “participation washing”. Ademais, por trás de processos considerados participativos podem se esconder hierarquias informais e outras estruturas de poder disfarçadas, que agem de forma autoritária com base em interesses de pequenos grupos. A retórica da participação promovida pelos governantes pode acabar gerando um ambiente de cidadania elitista, uma falsa politização, um ambiente de participação altamente manipulável e a ascensão de um novo tipo de populismo.

Além disso, existe outro problema para a atuação dos cidadãos na política: a falta de transparência total dos dados públicos. Só é possível participar de fato das questões políticas se as informações relacionadas à esfera pública estiverem totalmente disponíveis e acessíveis para compreensão e uso dos cidadãos. No entanto, os governantes ainda não parecem ter assumido o compromisso de prestar contas à sociedade e de se responsabilizar pelos seus atos. Como constatou-se em 2001, no 2º Fórum Global, o papel do governo deve ir além da criação de portais eletrônicos com informações e serviços básicos (Jardim, 2000). É necessário investir na real transparência das informações públicas e em educação política para aprofundar a noção de cidadania e criar uma cultura de participação ampla e consciente. Não há dúvidas de que tais investimentos envolvem um planejamento complexo e um alto custo financeiro para o Estado, tanto na implementação de novas tecnologias e capacitação de funcionários para gerenciar as informações quanto nos projetos educacionais para toda a população. O problema, no entanto, parece ser ainda maior do que suas condições financeiras – está no interesse dos governantes em abrir os processos políticos para os cidadãos.

Como relembram Jiang e Xu (2009), as estruturas online não são ferramentas naturalmente participativas, dependem diretamente do ambiente político e cultural em que estão inseridas. Neste sentido, com o modelo político conservador e autoritário ainda vigente no Brasil, as novas tecnologias não têm sido utilizadas em todas as suas potencialidades e as melhores experiências são aquelas voltadas para aprimorar a arrecadação

fiscal (Pinho, 2008; Sampaio, Maia & Marques, 2010). Essa falta de incentivo governamental para plataformas online de participação política cidadã é explorada nos estudos das duas revisões e a conclusão de é que existe uma indisposição de representantes do governo, tanto no Brasil como no mundo, para criar e manter as iniciativas. O envolvimento do cidadão na tomada de decisão significa o compartilhamento de poder, a redução do papel exercido por esses agentes públicos e a perda de controle sobre a agenda pública (Freitas et al., 2015; Marques, 2010; Stanley & Weare, 2004).

Sendo assim, o resultado desta pesquisa indica que a participação política online não é só uma questão tecnológica, mas principalmente uma questão de poder. Os esforços para possibilitar uma participação política efetiva em plataformas online vão muito além da criação e implementação de novas plataformas digitais. Por parte do governo, é preciso estimular a criação de agências de controle e auditoria para garantir a transparência e a responsabilização dos atos políticos; adequar as condições financeiras para o desenvolvimento da educação política; e, principalmente, abdicar do discurso retórico e compartilhar os poderes de decisão com os cidadãos. Por parte dos cidadãos, é preciso estimular a criação de iniciativas ascendentes e mecanismos de contra-poder; reconhecer sua responsabilidade de pressionar pela transparência no processo decisório e de controlar as ações do governo; disseminar informações e desenvolver o interesse sobre questões políticas para que sejam capazes de reivindicar seus direitos democráticos.

A comunidade científica também tem um papel fundamental no desenvolvimento da participação política online: é preciso aplicar uma agenda de pesquisa que contemple estudos analíticos e críticos em torno das práticas, usos e resultados concretos das plataformas de participação cidadã, especialmente das plataformas criadas por setores da sociedade civil. Faz-se necessário criar métodos e indicadores para mensurar a efetividade da participação online nos processos políticos ao redor do mundo, em seus diferentes contextos. Torna-se ainda mais urgente o desenvolvimento de estudos empíricos sobre a transparência das informações públicas e os usos da própria tecnologia para fraudar resultados, entre outras estratégias possíveis de manipulação da participação online para a autolegitimação de agentes políticos diante da crise de representatividade e de autoridade que caracteriza o mundo contemporâneo. //

REFERÊNCIAS

- Abreu, J. C. & Pinho, J. A. (2014). Sentidos e significados da participação democrática através da internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital. *Revista Administração Pública*, 48(4), 821-846.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *JAIIP*, 35(4), 216-224.
- Balla, S. J. (2012). Information technology, political participation and the evolution of Chinese policymaking. *Journal of Contemporary China*, 21(76), 655-673. <https://doi.org/10.1080/10670564.2012.666835>
- Balla, S. J. (2014). Health system and political participation on the Chinese internet. *China Information*, 28(2), 214-236.

- Brereton, O., Kitchenham, B. A., Budgen, D., Turner, M. & Khalil, M. A. (2007). Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. *Journal of Systems and Software*, 80(4), 571-583. <https://doi.org/10.1016/j.jss.2006.07.009>
- Cunha V. C., Coelho, T. R. & Pozzebon, M. (2014). Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 296-308. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020140305>
- Desouza, K. C & Bhagwatwar, A. (2014). Technology-enabled participatory platforms for civic engagement: the case of U.S. Cities. *Journal of Urban Technology*, 21(4), 25-50. <https://doi.org/10.1080/10630732.2014.954898>
- Freitas, C. S., Lima, F. F. & Lima, F. Q. (2015). Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-democracia no Brasil. *O&S - Salvador*, 22(75), 639-658.
- Gibson, R. (2001). Elections online: assessing internet voting in light of the Arizona democratic primary. *Political Science Quarterly*, 116(4), 561-583.
- Gomes, W. (2005). Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Flamecos*, 12(27), 58-78.
- Hung, C. (2003). Public discourse and “virtual” political participation in the PRC: the impact of the internet. *Issues & Studies*, 39(4), 1-38.
- Jardim, J. M. (2000). Capacidade governativa, informação, e governo eletrônico. *DataGramaZero*, 1(5).
- Jiang, M. & Xu, H. (2009). Exploring online structures on Chinese government portals. Citizen political participation and government legitimation. *Social Science Computer Review*, 27(2), 174-195. <https://doi.org/10.1177/0894439308327313>
- Klein, H. (1999). Tocqueville in cyberspace: using the internet for citizen associations. *The Information Society*, 15, 213-220. <https://doi.org/10.1080/019722499128376>
- Liste, L. & Sorensen, K. H. (2015). Consumer, client or citizen? How Norwegian local governments domesticate website technology and configure their users. *Information, Communication and Society*, 18(7), 733-746. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2014.993678>
- Loveland, M. T. & Popescu, D. (2011). Democracy on the web. *Information, Communication & Society*, 14(5), 684-703. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2010.521844>
- Mambrey, P., Neumann, H. & Sieverdingbeck, K. (1999). Bridging the gap between Parliament and citizen – the internet services of the German Bundestag. *Parliamentary Affairs*, 52(3), 480-492.
- Marques, P. J. A. (2010). “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. *Opinião Pública*, 16(1), 117-142.
- Mendonça, R. F. & Amaral, F. de L. (2014). Deliberação online em consultas públicas? O caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *Revista de Sociologia Política*, 22(49), 177-203.
- Miola, E. (2009). A deliberação online em ambientes institucionais. Um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados. *Contemporanea*, 7(2), 1-24. <http://dx.doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v7i2.3640>
- Musso, J. A., Weare, C. & Hale, M. C. (2000). Designing web technologies for local governance reform: good management or good democracy? *Political Communication*, 17(1), 1-19. <https://doi.org/10.1080/105846000198486>

- Nye, E, Melendez-Torres, G. & Bonell, C. (2016). Origins, methods, and advances in qualitative metasynthesis. *Review of Education*, 4(1), 57-79. <https://doi.org/10.1002/rev3.3065>
- Oliveira, R. S. & Rodegheri, L. B. (2012). Ciberdemocracia: análise dos desafios e possibilidades de iniciativa popular via internet no Brasil. *Sociedade e Cultura*, 15(1), 121-133.
- Packer, A. (2014, 5 de novembro). A visibilidade dos periódicos do Brasil [Post em blogue]. Retirado de <https://blog.scielo.org/blog/2014/11/05/a-visibilidade-dos-periodicos-do-brasil/#.XEvAb1xKj>
- Penteado, C. L. C., Santos, M. B. P. & Araújo, R. de P. A. (2014). Democracia, sociedade civil organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. *Sociologias*, 16(36), 206-235.
- Pickard, V. (2008). Cooptation and cooperation: institutional exemplars of democratic internet technology. *New Media & Society*, 10(4), 625-645. <https://doi.org/10.1177/1461444808093734>
- Pinho, J. A. G. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471-93.
- Polat, R. K. & Pratchett, L. (2014). Citizenship in the age of the internet: a comparative analysis of Britain and Turkey. *Citizenship Studies*, 18(1), 63-80. <https://doi.org/10.1080/13621025.2013.780765>
- Prieto-Martin, P. (2010). *Las alas de Leo: la participación ciudadana del siglo XX*. Madrid: Bubok.
- Ribeiro, L. C. Q., Costa, A. S., Costa, L. & Ribeiro, M. G. (2013). Desigualdades digitais: acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, 207, 288-320.
- Rossini, P. G. C. (2014). O papel do cidadão nas ferramentas de democracia digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das comunidades legislativas do portal E-Democracia. *Revista Compólitica*, 2(4), 112-134.
- Sampaio, R. C. (2012). Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da discussão online. *Revista Sociologia Política*, 20(42), 121-139.
- Sampaio, R. C., Maia, R. C. M. & Marques, P. J. A. (2010). Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, 16(2), 446-477.
- Sani, G. (2004). Verbetes “participação política”. In N. Bobbio, N. Matteucci, G. Pasquino, *Dicionário de política* (p. 954). Brasília: Editora UNB.
- Saylan, I. (2009). Internet: “a gateway to democracy? A comparative analysis of Turkish and Italian e-government experiences”. *Amme İdaresi Dergisi*, 42(3), 141-162.
- Shen, F. & Liang, H. (2015). Cultural difference, social values, or political systems? Predicting willingness to engage in online political discussion in 75 societies. *International Journal of Public Opinion Research*, 27(1), 111-124.
- Silva, S. P. (2005). Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, 11(2), 450-468.
- Smyth, E. (2001). *Would the internet widen public participation?* Dissertação de Mestrado, Universidade de Leeds, Leeds, Reino Unido.
- Solop, F. I. (2001). Digital democracy comes of age: internet voting and the 2000 Arizona democratic primary election. *PS: Political Science & Politics*, 34(2), 289-293. <https://doi.org/10.1017/S104909650100052X>

- Stanley, J. W. & Weare, C. (2004). The effects of internet use on political participation – evidence from an agency online discussion forum. *Administration & Society*, 36(5), 503-527. <https://doi.org/10.1177/0095399704268503>
- Steinmann R., Krek A. & Blaschke T. (2005). Can online map-based applications improve citizen participation? In M. Böhlen, J. Gamper, W. Polasek & M. A. Wimmer (Eds.), *E-Government: Towards Electronic Democracy. TCGOV 2005. Lecture Notes in Computer Science*, vol 3416 (pp. 25-35). Berlin: Springer.
- Strandberg, K. (2008). Public deliberation goes on-line? An analysis of citizens' political discussions on the internet prior to the Finnish parliamentary elections in 2007. *Javnost – The Public*, 15, 71-89.
- Tettey, W. J. (2001). Information technology and democratic participation in Africa. *Journal of Asian and African Studies*, 36(1), 133-153.
- Vaccari, C. (2011). The news media as networked political actors: how Italian media are reclaiming political ground by harnessing online participation. *Information, Communication & Society*, 14, 981-997. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2011.572984>
- Wells, C. (2010). Citizenship and communication in online youth civic engagement projects. *Information, Communication & Society*, 13(3), 419-441. <https://doi.org/10.1080/13691180902833208>
- Welp, Y. (2008). Latin America in the e-government era: analysis of the introduction of new technologies to the improvement of democracy and government. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 41.
- Westholm, H. (2002). e-Democracy goes ahead. The internet as a tool for improving deliberative policies?. *Electronic Government*, 2456, 240-247.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Rose Marie Santini é Professora Associada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Brasil. Concluiu o Pós-doutoramento na Universidade Autônoma de Barcelona, em 2011, e desenvolve investigação sobre os seguintes temas: sociologia da internet, redes sociais e consequências socioculturais; sociologia da cultura; microssociologia aplicada a estudos de rede; curadoria algorítmica e sistemas de recomendação online; manipulação e desinformação nas redes sociais; social *bots*; propaganda computacional; comportamento e manipulação da opinião pública online. Coordena o Laboratório de Microssociologia e Estudos de Rede - NetLab, na UFRJ, desde 2013.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0657-7217>

Email: marie.santini@eco.ufrj.br

Morada: Av. Pasteur, 250 – fundos, Urca – Rio de Janeiro, CEP: 22290902 - Rio de Janeiro, Brasil

Hanna Carvalho concluiu o Mestrado em Ciência da Informação, em 2017, no Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), num convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Brasil. Em 2012, participou no Programa de Mobilidade Acadêmica da UFRJ, com intercâmbio de estudos na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris III. Atualmente é assistente de pesquisa do Laboratório de Microssociologia e Estudos de Rede – NetLab. Estuda os seguintes temas: democracia

e participação política; iniciativas de plataformas web para comunicação e organização online; microsociologia aplicada a estudos de rede; *social bots*; fenômenos sociais no mundo e América Latina; uso de redes sociais online e efeitos políticos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9743-5294>

Email: hannacarvalho35@gmail.com

Morada: Rua Marques de Abrantes, 88/1905 - Flamengo, Rio de Janeiro, CEP: 22230-061- Rio de Janeiro, Brasil

* **Submetido: 30/01/2019**

* **Aceite: 18/04/2019**

PARTICIPAÇÃO EFETIVA COM RECURSO A NARRATIVAS NEGOCIADAS

Anna Zaluczkowska

The Northern Film School, Universidade Leeds Beckett, Reino Unido

RESUMO

Este artigo analisa o projeto “Red Branch Heroes”, um protótipo interativo e transmídia, lançado na Irlanda do Norte. Este projeto de investigação ação analisa as técnicas de escrita que podem ser utilizadas para promover uma participação eficaz. O artigo sugere uma forma de participação que reconhece os equilíbrios de poder que existem entre o autor e as audiências em narrativas digitais. Defende uma série de técnicas que promovem uma maior partilha desse poder, para que essas posições de poder sejam desafiadas. Mas também defende o papel do autor como o de um condutor ou orquestrador, papel este que é definido por um processo de negociação. Tal processo resulta numa “narrativa negociada”.

PALAVRAS-CHAVE

narrativas; participação; *storytelling*; transmídia interativos; websérie

MEANINGFUL PARTICIPATION VIA NEGOTIATED NARRATIVES

ABSTRACT

This article analyses the project “Red Branch Heroes”, an interactive, transmedia prototype that was set in Northern Ireland. This piece of practice based research investigates the writing techniques that can be used to promote useful participation. The article suggests a form of participation that acknowledges the power balances that exist between author and audiences in digital narratives. It advocates a range of techniques that promote a greater sharing of that power so that those power positions are challenged. But it also advocates for the role of author as one of conductor or orchestrator, a role that is defined by a process of negotiation. Such a process results in a “negotiated narrative”.

KEYWORDS

interactive transmedia; narratives; participation; storytelling; web series

INTRODUÇÃO

O “Red Branch Heroes” (RBH), um protótipo de projeto lançado na Irlanda do Norte e desenvolvido por uma equipa composta por três pessoas, incluindo o autor deste artigo, consiste numa performance, por um lado, e num jogo, por outro. Este jogo utilizou websites, redes sociais, jogos e produção de vídeo ficcional para contar uma

estória, bem como músicas, livros de banda desenhada, reportagens fotográficas e uma variedade de outros média. Neste sentido, considera-se este exemplo como um projeto transmídia interativo. Este termo tem sido aplicado a produções em grande escala de Hollywood e a projetos artísticos autofinanciados de pequena dimensão (Dena, 2009, p. 4), enquadrando-se o projeto RBH nesta última categoria.



Figura 1: Website do projeto
Fonte: <http://www.redbranchheroes.com/> e <http://www.theeven.org/>

Muitos criadores de transmídia sugerem que as formas de participação são cruciais para o seu sucesso (Gomez, 2011; Jenkins, 2006; Phillips, 2012), mas é habitual os programas atualmente disponíveis oferecerem apenas enredos preestabelecidos, orientados pelo autor, desapontando assim as audiências (Manovich, 2001; Rose, 2012; Ryan, 2001). O protótipo RBH e a metodologia de investigação-ação prática associada analisou tanto os processos de escrita utilizados, como o papel que essas práticas de *storytelling* poderiam desempenhar em sociedades pós-conflito, como a Irlanda do Norte.

O projeto foi lançado na Irlanda do Norte, um local onde o capital social desta sociedade se articula com um vibrante espaço público que valoriza a participação. Esta situação é demonstrada pelas diversas organizações culturais, desportivas e de

voluntariado que aí existem atualmente. A família e a comunidade continuam a ter uma importância considerável. Contudo, a relação entre esta sociedade e as instituições políticas apresenta muitas tensões (Coulter & Shirlow, 2019; Dawson, 2019; McQuaid, 2012).

O projeto RBH visava contribuir para as discussões existentes sobre *storytelling* no contexto da Irlanda do Norte e o papel que o *storytelling*/a participação podem ter na reconstrução e reconfiguração dessa sociedade, ou de qualquer outra sociedade pós-conflito. Muitos sugerem que o *storytelling* é uma forma de as pessoas perceberem e representarem o seu mundo, de o desconstruírem e reconstruírem (Berger, 1979; Zipes, 2011). Outros académicos foram mais longe e sugerem que as histórias têm um efeito mais amplo e podem transformar sociedades (Arendt, 1958; Gomez, 2011; McGonigal, 2011). Le Hunte e Golembiewski sugerem no seu resumo que

os humanos colocam-se a eles mesmos nas histórias, enquanto observadores e participantes, para criarem um “equilíbrio neural” ou ponto ideal que lhes permita estarem imersos numa história sem serem totalmente ameaçados por esta – e este envolvimento na história leva à formação de empatia – uma empatia que é parte integrante da formação de uma humanidade futura. Defendemos que é através da empatia que as histórias têm o poder de nos salvar. (Le Hunte & Golembiewski, 2014, p. 1)

Muitos projetos de *storytelling* na Irlanda do Norte fazem questão de utilizar esses traços empáticos. No entanto, consideramos que o *storytelling* na Irlanda do Norte (ou em qualquer contexto transmédia ou interativo) ainda não tem o poder de mudar radicalmente uma determinada sociedade. Em vez disso, defendemos que essas práticas nos oferecem uma forma de repensar o nosso mundo em conjunto, através de contos novos e antigos, e de contar coletivamente essas histórias com formas novas e imersivas, que nos ajudam a aprender e compreender as nossas esperanças e aspirações em relação ao futuro. Estas práticas também nos permitem repensar e reconfigurar a participação, passando para relações de poder mais equilibradas.

Este artigo analisa o RBH, dando especial atenção às suas dinâmicas participativas e à forma como as técnicas de design promovem uma maior partilha de poder criativo. O RBH é visto como um desafio às posições tradicionais de autor e de leitor, que passam a estar em colaboração para criarem uma narrativa negociada. O seu trabalho criativo é caracterizado por uma liminaridade que não só contribui para a transformação do conflito, mas também permite a promoção de uma multiplicidade de vozes, o que confere ao projeto uma vertente intrinsecamente democrática. O RBH não é produzido apenas por comunidades imaginadas, ainda que apoie a criação dessas mesmas dinâmicas, demonstrando, uma vez mais, as capacidades socialmente benéficas da participação. Além disso, o posicionamento protetor dos autores – a equipa do projeto – revela-se como uma forma de mediação contra os aspetos negativos da participação online, conhecida como *dark participation*.

"RED BRANCH HEROES"

O RBH¹ consiste num projeto que encorajava os participantes a tornarem-se jurados num projeto ficcional de *reality TV* (que desafiou as convenções da *reality TV*) tendo como objetivo a eleição de um novo “herói” para a Irlanda do Norte. Foram apresentados aos jurados diversos objetos que pertenciam a personagens fictícias, sendo-lhes pedido para fazerem perguntas durante essas apresentações, de forma a perceberem quem poderiam ser essas pessoas. Esta interrogação foi utilizada pelos autores/empresa de produção (entre os quais se incluíam, como referido anteriormente, o autor deste artigo) como um *feedback loop* para ajudar a criar personagens e história para uma web-série. Os principais participantes na produção são apresentados na Figura 2, mas houve uma consulta muito mais ampla sobre o projeto em toda a Irlanda do Norte.



Figura 2: Participantes no projeto

Para dar um exemplo do desenvolvimento de personagens: a personagem Mary Doherty apresentou o conteúdo da sua bolsa para que os jurados analisassem. A partir daí, começaram a pensar em quem ela poderia ser e qual a aparência que teria. À medida que faziam as suas observações através de uma aplicação num *chat*, os autores viam e inseriam estas informações no perfil da personagem Mary, divulgando mais informações sobre ela sob a forma de imagens, perfis psicológicos e citações da personagem, que refletiam as opiniões dos jurados. O *feedback loop* ajudou a criar, aprofundar e consolidar as personagens. Foi, depois, pedido aos jurados que votassem na sua personagem preferida, tendo sido escolhidas três para serem desenvolvidas com mais detalhe. Desta vez, os jurados puderam ficar a conhecer as suas criações cara a cara enquanto se selecionavam atores para as interpretar. Os jurados entrevistaram estes “candidatos” e acabaram por utilizar estas informações para decidirem quem iriam promover para o mundo exterior como um “herói” apropriado para a Irlanda do Norte. O público, amigos e familiares votaram, em seguida, no seu candidato preferido. A personagem Leo acabou por ser a escolhida como o “herói” e seria a primeira a surgir na websérie proposta.

¹ Estão disponíveis mais informações sobre o RBH em <http://www.redbranchheroes.com/phd/practice/>



Figura 3: Candidatura de Mary Doherty
Fonte: Bellyfeel/Autor



Figura 4: Mary interpretada pela atriz
Fonte: Bellyfeel/Autor

Os sítios eletrónicos do RBH foram pensados para serem utilizados principalmente em smartphones e tablets². Contudo, como nem todas as pessoas têm acesso a um smartphone, a participação restringiu-se, desde logo, a quem tinha. A disponibilidade de banda larga constituiu também uma questão, tendo havido muitas pessoas a queixar-se sobre o acesso limitado ao projeto. A equipa do projeto também percebeu que precisava de pessoas para participar no projeto e estudar a forma, o que tornou os incentivos externos importantes, com vista a motivar a participação, tendo de ser aplicados de forma adequada. Oferecemos uma recompensa financeira (£100 para o melhor participante) pela participação e deixámos claro de que se tratava de um projeto sem fins lucrativos e em propriedade comum.

² Apesar de a razão principal para lançar o projeto na Irlanda do Norte estar associada à herança do conflito conhecido como “The troubles”, os níveis de posse de tablets e de utilização de smartphones indicaram que a Irlanda do Norte era um local eficaz para conduzir uma experiência em linha. Segundo o recente relatório *Communications market report: Northern Ireland*, da OFCOM (2013), a Irlanda do Norte apresenta uma das maiores taxas de adesão a tablets no Reino Unido. Este relatório também demonstra que as redes sociais continuam a ser populares, com 53% da população da Irlanda do Norte a aceder ao Facebook, Twitter e outros serviços em linha semelhantes (Amostra do estudo: adultos com idade superior a 16 anos que utilizam a internet em casa ou noutros locais, n=376, Irlanda do Norte 2013).

Enquanto projeto online, o RBH funciona num contexto global que Shoshana Zuboff (2018) designou por *The age of surveillance capitalism*. O RBH utilizou reconhecida-mente um tipo de prática de vigilância para criar as suas histórias. Contudo, é um tipo que é reconhecido e apoiado pelos seus utilizadores, assentando num processo de reconhecimento e negociação, concebido para encontrar uma abordagem mutuamente acordada de construção de uma história que tem por base a internet e é democrática. Em vez de afirmar “a nossa experiência privada está disponível para quem quiser, que se traduz em dados para a sua posse privada” (Zuboff, 2019, p. 19), a equipa alertou os nossos jogadores para os desequilíbrios de poder em jogo, para que todos pudessem envolver-se num diálogo, através de um projeto *gamificado*. Assim, este artigo é necessariamente uma tentativa de contribuir em parte para o que Quandt (2018, p. 44) define como “uma agenda futura” de investigação sobre a participação, em que são consideradas ambas as perspetivas positivas e negativas deste conceito. Sugere que a investigação “deve aceitar e incluir ambas as perspetivas, positivas e negativas, e precisa de oferecer referências mais claras sobre a relevância para a sociedade de ambos os fenómenos e de tudo o que estiver entre eles”.

Zuboff e Quandt não são os únicos a sugerir que a participação em linha pode ter consequências negativas. Por exemplo, Lutz e Hoffman escrevem que

a criação de conteúdos online pode, no entanto, ser associada a importantes desvantagens individuais e coletivas. Os utilizadores podem ficar associados a causas que não apoiam. A participação pode incitar a confrontação, disputa, incivilidade, difamação, *bullying*, repressão e perseguição online. (Lutz & Hoffman, 2017, p. 877)

Num ambiente pós-conflito como a Irlanda do Norte, a equipa deste projeto estava apreensiva com o “lado negro” da participação, mas consciente de que a participação poderia ter consequências imprevisíveis. Fizemos questão de encontrar um contexto de escrita que pudesse lidar com essas ocorrências e minimizar o conflito. Neste sentido, caímos na armadilha que Quandt (2018), e antes dele Cooke e Kothari (2001) e Miesen (2010), identificaram: a nossa investigação sobre a participação focou-se em atos observáveis de criação de conteúdos e, de certa forma, ignorou o contexto mais geral, os limites que impôs às práticas de participação sob escrutínio e a falta de participação neste mesmo contexto mais geral. Contudo, questionámos posteriormente esta posição e analisámos a motivação dos utilizadores e a qualidade dessa participação quando não foi conseguido um grande número de participantes para testar o trabalho. Como tal, tivemos em conta a participação que aconteceu, mas também a que não aconteceu. Muitos dos resultados deste projeto foram positivos, mas neste artigo chamamos a atenção para a falta de uma maior participação e a forma como a participação negativa ou disruptiva é mediada nos processos de design utilizados.

Enquanto protótipo, o RBH pode ser considerado um teste tecnológico de baixa fidelidade que desenvolveu ferramentas simples para explorar a ideia de uma Irlanda do Norte futura e idealizada. Neste sentido, pode ser visto como semelhante à dos estudos

em que se usa o “diário de campo” para recolher informação através dos participantes. Madden, Cadet-James, Atkinson e Watkin Lui (2014) escrevem sobre este instrumento de recolha de informação via participantes e protótipos que visam criar um design culturalmente apropriado ao bem estar individual. Gaver, Dunne e Pacenti (1999) desenvolveram a ideia de utilizar “sondas culturais” para explorar o design para pessoas mais velhas. Os *kits* de registo de informação, geralmente compostos de média de natureza diversa, que são dados aos participantes, constituem ferramentas simples e flexíveis que permitem aos designers conhecer os potenciais utilizadores. Desde então, esses tipos de instrumentos têm sido utilizados para inspirar o design, aumentar a participação e construir e promover o diálogo. Esta técnica também tem sido usada no contexto tecnológico (Mattelmaki, 2005) na forma de aplicações de baixa fidelidade utilizadas para reunir informação sobre a utilização de TIC e o ambiente dos participantes para inspirar um aprofundamento do design. Foram identificados problemas:

vemos, cada vez mais, este tipo de registo tecnológico a ser utilizado não num sentido de inspiração, mas como forma de gerar requisitos funcionais para determinar o melhor caminho a seguir. De facto, vemos este aspeto como uma das formas em que as “sondas tecnológicas” se desviam do design padrão usado nas “sondas culturais”. (Madden et al., 2014, p. 42)

Em geral, os participantes não estavam especialmente interessados na mecânica da escrita, mas demonstraram ter interesse em participar em algo que contribuísse para uma Irlanda do Norte melhor. Essas ambições foram identificadas pelos próprios participantes em questionários realizados antes e depois do projeto, mas não era objetivo do projeto concretizar todas essas aspirações. Era, pois, importante que as expectativas fossem geridas desde o princípio. Por este motivo, o nosso sítio na internet incluía uma secção que explicava em que consistia o projeto e em todos os questionários enviados constava uma história pessoal do nosso trabalho que demonstrava a nossa abordagem. Algumas pessoas terão sido dissuadidas por esta informação. Contudo, conseguimos deixar claro que o objetivo não era utilizar a participação da comunidade para o desenvolvimento de um negócio ou para obter ganhos económicos, mas para testar e reagir a circunstâncias locais num ciclo contínuo de exploração e improvisação. Deste modo, a investigação evitou os perigos funcionais identificados, utilizando uma combinação entre design participativo e investigação-ação participativa para criar uma narrativa negociada (ver abaixo). Essas preocupações limitam, contudo, o número de pessoas que participam e o tipo de participação que pode ser obtida. A necessidade de esclarecermos os nossos objetivos destruíram muitas das técnicas imersivas habitualmente utilizadas para envolver as pessoas em trabalhos ficcionais e, como resultado, o número de participantes foi baixo. O feedback obtido também indica que a nossa necessidade de recolha de dados constituiu uma importante barreira à participação quando as pessoas tinham de preencher formulários e fornecer detalhes pessoais. Esses fatores seriam minimizados caso o trabalho fosse mais desenvolvido.

UMA NARRATIVA NEGOCIADA

O protótipo RBH indica que escrever para transmédia interativos é um processo que tem de colocar em primeiro plano os interesses do leitor/audiência e que o papel do autor poderá ser semelhante ao de um condutor ou orquestrador. Tal assemelha-se à conceção de Barthes, de autor como *scriptor*, uma pessoa que produz o trabalho. Contudo, no RBH, os leitores contribuem ativamente para o guião e para o processo de produção do texto através da sua própria participação, pelo que também produzem o trabalho. Sugerimos que tanto os leitores como os autores sejam *scriptors* e leitores neste contexto, apesar de caber ao autor uma maior responsabilidade pela qualidade do texto final. Este trabalho é elaborado, como Barthes sugere, a partir de “inúmeros centros de cultura” (Barthes, 2001, p. 210) e não a partir de uma experiência individual. Apesar de a imersão ser comum a todas as formas de texto, é alcançada uma experiência diferente de imersão neste contexto de transmédia interativos ao ser adotada uma abordagem *gamificada* das narrativas ficcionais (Alderman, 2015). Através do que Jenkins designa de “cultura da convergência” (2006), e agora mais comumente através de tecnologia convergente como os smartphones, as pessoas conseguem entrar no mundo real da história e agir. A improvisação desempenha um papel central neste tipo de processo de escrita (Millard, 2014), embora ainda não estejam totalmente desenvolvidas formas de prática colaborativa para facilitar essa participação efetiva.

É a liminaridade da forma e da situação que torna a participação tão crucial neste contexto. A forma transmédia/interativa precisa de liminaridade, uma ambiguidade em que o leitor/utilizador está num processo de mudança ou desorientação em que a hierarquia habitual entre autor e leitor é invertida. Uma certa liminaridade em várias formas diferentes também é oferecida pelas diversas plataformas e métodos utilizados, nos quais a ordem habitual da escrita é perturbada. A Irlanda do Norte é uma sociedade que está a passar por um processo específico, embora não único, de transição e estagnação – muitas vezes designado por “pós-conflito” – pelo que defendemos que essa liminaridade exige a adoção de uma narrativa construída a partir das várias vozes envolvidas na sua construção e que inclua ativamente elementos discursivos: por outras palavras, um discurso³.

Para construirmos este argumento, podemos regressar à crítica da Escola de Frankfurt, que demonstrou insatisfação perante as implicações culturais e políticas dos média durante o século XX. Jürgen Habermas (1991) sugeriu que as indústrias do século XX tinham métodos sofisticados de persuasão que destruíram o diálogo entre pares. Esta corrente de pensamento apresentou também uma crítica do público enquanto audiência de massa, manipulada por métodos de comunicação. Reconhecemos que muitos dos teóricos que trabalhavam esta crítica escreviam à sombra do *Third Reich* e mostravam-se preocupados com a poderosa distribuição de propaganda na imprensa, rádio e cinema. Na verdade, na cultura contemporânea percebemos de que forma é que os métodos transmédia poderiam ser utilizados de forma eficaz com objetivos de propaganda

³ Falamos aqui de discurso no sentido pós-moderno do termo, especificamente o de Foucault (1977, 1980), que defende que o poder está sempre presente na comunicação, produzindo “verdades”, mas também os seus limites e condicionalismos.

semelhantes, mas questionamos a ideia de ver as audiências como participantes desinformados ou passivos. De facto, muito desse comportamento passivo é atualmente contestado na “fan culture” e em estudos de audiência (Abercrombie & Longhurst, 1998; Jenkins, 2012). Ao passo que algumas audiências se contentam em ver e consumir, existe um número cada vez maior que pretende aparecer.

Esta observação foi confirmada pela nossa investigação, não só pela maneira como as pessoas queriam aparecer no projeto, mas também pela forma como as pessoas faziam questão de dar informações que contribuíram para a construção do projeto. No entanto, o protótipo poderia ser considerado eficaz no desenvolvimento de um consenso neoliberal em relação à vida cívica na Irlanda do Norte. Por esta razão, defendemos que o papel do autor é tão importante como o papel do leitor nesta forma de transmídia. O papel de um não se sobrepõe ao do outro. O autor tem a responsabilidade de preparar um pré-texto, um termo do “process drama” para designar determinado “local” dramático, “um mundo ficcional que será habitado pelas visões, interpretações e compreensões que poderá gerar” (O’Neill, 1995, pp. 12-13). O debate em linha e a construção da história acontece dentro deste mundo dramático. Compete ao autor estar ciente das implicações desta dinâmica e aos leitores estarem conscientes das perspetivas e intenções desse autor, se o elemento do discurso for totalmente mantido ao longo do projeto.

Barthes conclui que “sabemos que para que a escrita tenha futuro, é necessário reverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor” (2001, p. 213). Mesmo tendo em mente que esta reversão é mais complexa do que parece, e que Barthes é tão cético em relação ao leitor como em relação ao autor, o seu trabalho é útil, porque sugere que tanto o leitor como o autor devem desempenhar papéis iguais em relação ao texto. Contudo, no RBH, o autor renasce continuamente apenas para morrer de novo. Neste contexto de transmídia, o leitor está numa posição semelhante, partilhando parte do papel de *scriptor*. Neste sentido, é obtida maior paridade ou poder entre o autor e o leitor. A relação entre o autor e o leitor é crítica nesse contexto, dada a natureza colaborativa do projeto, bem como a confiança e empatia que este tipo de produção exige.

Os leitores/participantes estavam constantemente a tentar avaliar que propósito e significado implicava o pré-texto e as informações apresentadas, pelo que a afirmação de Barthes de que o autor está morto é ligeiramente problemática neste caso. No início, era importante que a audiência soubesse quem era o autor e o que estava a motivar a sua prática. Sem este conhecimento (que adquirimos na Irlanda do Norte dentro de uma comunidade específica), a negociação teria sido baseada na suspeição e poderia resultar em conflito. Na Irlanda do Norte, onde as noções de território são frequentemente disputadas, a ideia de um projeto negociado – aquele que é construído por um conjunto de pessoas, tanto profissionais como não profissionais – abre possibilidades à transgressão das fronteiras definidas.

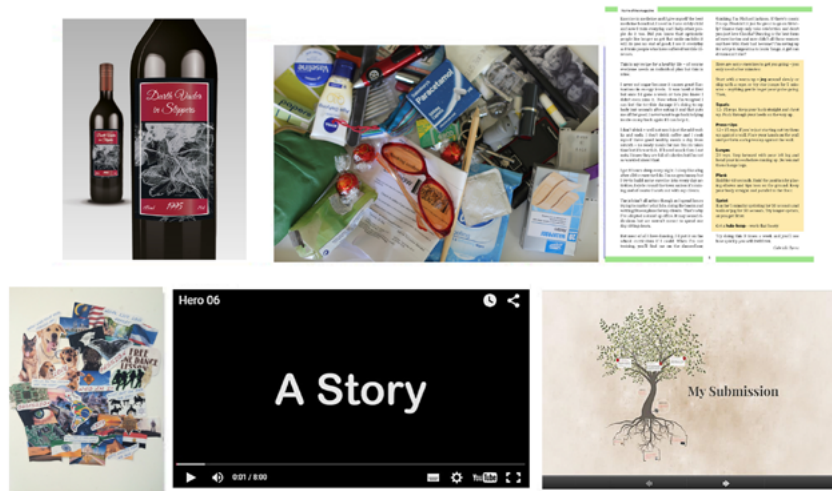


Figura 5: Apresentações dos candidatos
Fonte: Bellyfeel/Autor

Tony Watson (2001) utilizou o termo “narrativa negociada” em relação à educação e aprendizagem da gestão crítica – mais especificamente, às formas de ensinar e construir práticas de gestão. Utiliza o termo (que, por sua vez, pediu emprestado aos estudos literários) para sintetizar um conjunto de “histórias” no processo de gestão (a história do praticante, a história da investigação académica e a história da teoria) para descobrir “a história por detrás da história” (Watson, 2001, p. 388). Adaptámos e utilizámos este conceito para inferir uma síntese de histórias (propostas pelos jurados, por pessoas da Irlanda do Norte, de mitos, teorias da escrita e reformulações de outros escritores), mas, no RBH esta síntese resulta na criação de uma narrativa nova e negociada, que reflete a “história por detrás da história”.

Numa narrativa negociada, a narrativa está constantemente a mudar devido às negociações, pelo que a utilização deste termo implica um conceito em evolução e não uma posição fixa. Além disso, utilizamos o termo “narrativa” de forma fluida, não só para nos referirmos à ação que acontece no projeto e à transformação que resulta dessa ação, mas também para abranger as intervenções e interrupções que são causadas nas fases de negociação do projeto. Tal envolve necessariamente elementos discursivos e experimentais que, geralmente, não farão parte de um texto narrativo, mas que são comumente utilizados em instalações artísticas e em projetos de artes digitais. A narrativa negociada no RBH reconhece que o processo de criação e o seu impacto emocional é tão importante para a criação da performance online quanto as histórias fundidas que contribuirão para o produto final. As regras estéticas dessa narrativa assemelham-se mais a jogos de construção de mundos, como *The Sims*, do que a literatura para filmes e televisão. Ser interativo ou participar neste projeto exigiu a necessidade de criar uma ligação direta entre a audiência e o criador; uma comunicação que tem potencial para informar ou afetar o processo de desenvolvimento criativo.

COMUNIDADES IMAGINADAS

O carácter interativo do projeto constituiu uma oportunidade para interagir (participar) com audiências de diferentes comunidades, construindo ambientes ficcionais seguros que as audiências poderiam preencher para criar “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983), que apresentam oportunidades de comentário e colaboração, abrindo possibilidades para o futuro no mundo real. Apesar de a expressão de Anderson ter sido criada para se referir especificamente ao nacionalismo, atribuindo a propagação deste ao desenvolvimento e crescimento da imprensa, utilizamos o termo de uma forma mais abrangente (referindo-nos a uma comunidade de interesses, também na aceção de Said (1978) de “geografias imaginadas”) para destacar elementos que podem ser criados a partir de uma investigação de características presumivelmente acordadas. Estas características presumíveis foram definidas por quem respondeu aos nossos questionários e participou na nossa história.

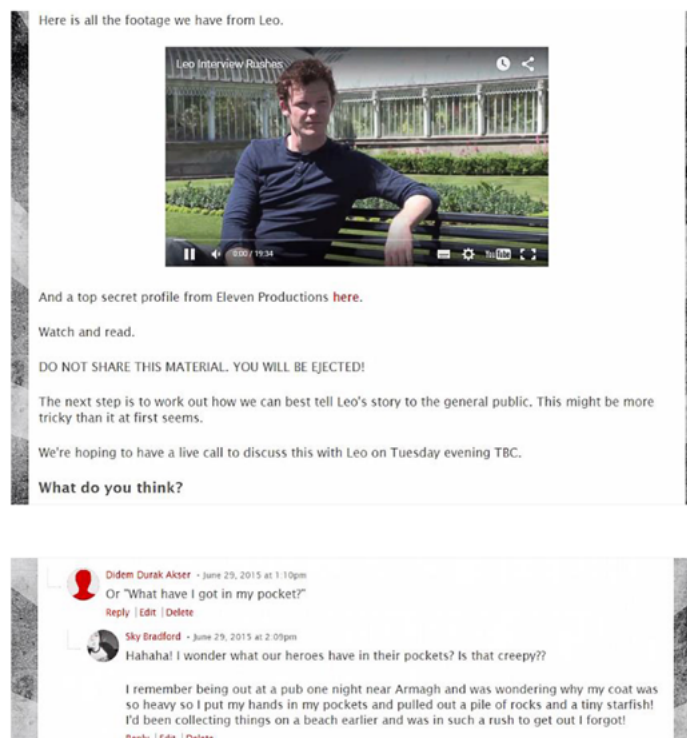


Figura 6: Leo e o fórum de discussão
Fontes: Fórum RBH (entretanto descontinuado); Bellyfeel/Autor

Contudo, o termo também é eficaz para referir os atributos “imaginados” ou “percecionados” que são facultados pela internet, podendo tanto referir-se aos elementos utópicos como nacionalistas que aí são representados. O projeto forneceu o exemplo seguinte em que a criação de uma personagem online através de *feedback loop* poderia ser considerada problemática no contexto da Irlanda do Norte. O Leo forneceu uma reportagem fotográfica da sua zona local como objeto de candidatura (ver Figura 6) e, ao fazê-lo, sugeriu que poderia pertencer a uma determinada comunidade. Os jurados tiveram

de fazer perguntas sobre esta história para descobrirem quem ele realmente era. À medida que as pessoas debatiam a sua provável identidade, existia uma forte possibilidade de ocorrer alguma polarização. Tal foi evitado, até certo ponto, quando começámos a incorporar os comentários dos participantes na personagem do Leo, independentemente da sua natureza contraditória. As pessoas (apesar de informadas) não estavam realmente conscientes de que estávamos a utilizar uma “técnica de vigilância” para a criação das personagens, mas ficavam encantadas por ver surgir uma personagem complexa a partir das suas perspetivas. Desta forma, o Leo, inicialmente uma opção pouco popular para herói, tendo recebido poucos votos, tornou-se uma personagem envolvente que refletia as preocupações das pessoas e com quem as pessoas se podiam identificar, como um dos participantes referiu nos comentários:

pensava que era um jogo ... mas não sabia o que esperar. Achei bastante interessante quando o Leo revelou o seu passado duvidoso. Achei que a forma como as pessoas se apresentavam era interessante – fiquei surpreendido por escolher o Leo, mas pareceu-me mais real. (Jogador 1, comentários de um jogador)

Também ficámos surpreendidos com este resultado, especialmente porque a maioria dos participantes eram mulheres com mais de trinta anos e o Leo tornou-se num pai desempregado e ausente. Contudo, também sucede que alguns participantes se sentiam nervosos por partilharem as suas opiniões em público desta forma. Do projeto faziam parte alguns jurados que observavam de fora, queriam que as suas opiniões produzissem efeito, o que era demonstrado pelo seu comportamento de voto, mas não queriam contribuir para a criação das personagens. Fazê-lo poderia levar à criação de um conflito e, no contexto da Irlanda do Norte, esse conflito poderia ter consequências. Assim, neste tipo de projetos, os guionistas precisam de estar conscientes das necessidades tanto dos participantes inativos como dos jogadores ativos. A utilização de uma comunidade imaginada enquanto elemento de construção para o protótipo demonstrou ser extremamente imersiva para os participantes, tendo dado origem a uma forte comunidade de jogadores.

Uma ficção construída com base em comunidades imaginadas – construídas pelas imagens, textos e discursos de um conjunto de pessoas – desenvolve e amplia, deste modo, a ideia de Hugh O’Donnell (1999, p. 10) sobre novelas ou séries dramáticas contínuas enquanto “locais de um processo complexo e contínuo de negociação entre os produtores e os próprios consumidores que ocorre num enquadramento muito mais vasto”. Também se assemelha aos defensores do entretenimento educativo (EE), ou novelas educativas que adotaram uma abordagem de ação social, dado que há muito que as novelas são vistas como veículo eficaz de promoção da mudança social. No início dos anos 1970, Miguel Sabido criou um novo género para a televisão mexicana que consistia numa novela de entretenimento educativo, um programa educativo que promovia o desenvolvimento social (Singhal, Cody, Rogers & Sabido, 2008). Os seus esforços influenciaram muito projetos semelhantes noutros países, tanto na rádio como na televisão e,

atualmente, na internet. Desde os anos 1980, os criadores de programas têm utilizado esta estratégia como parte da sua campanha de comunicação na América Latina, em África e na Ásia (Singhal, 2006), para promover a paz e a resolução de conflitos. Singhal sugere que esse entretenimento educativo poderia conduzir a transmídia socialmente ativos e, talvez, a uma produção interativa. Deste modo, o projeto RBH deve muito a essas formas populares de entretenimento e educação, mas uma narrativa negociada não visa necessariamente promover o desenvolvimento social acima de tudo, apesar de tal desenvolvimento estar no centro da estrutura da narrativa. De facto, tal prática poderia ser manipulada por um conjunto de autores para promover mensagens muito diferentes. Desta forma, concordamos com a afirmação de Zuboff (2019, p. 19), segundo o qual o “capitalismo de vigilância não é tecnologia (...) O capitalismo de vigilância baseia-se em algoritmos e sensores, máquinas inteligentes e plataformas, mas não é o mesmo que estes”. A forma do projeto e a sua estrutura associada não é o aspeto que promove necessariamente o discurso e a participação democrática, apesar de contribuir em parte para ela e disponibilizar novas formas de envolvimento nesse discurso. Em vez disso, é a intenção do autor e o contexto no qual o autor e o leitor se encontram que são a chave para o sucesso do projeto.

ANÁLISE DO PROTÓTIPO

Apesar de um conjunto crescente de evidências que detalham os aspetos negativos da participação em linha e as visões antidemocráticas de alguns intervenientes organizados e altamente motivados no domínio da internet, acreditamos que se trata de algo que é habitual encontrar em fóruns em linha que não são moderados de forma significativa. Uma narrativa negociada é, pela sua própria essência, uma narrativa moderada e em que qualquer contributo pode ser desafiado, pelo que o argumento de Quandt, de que as “formas positivas de participação parecem estar terrivelmente ultrapassadas hoje em dia” (Quandt, 2018, p. 44), é vencido pela utilização de uma abordagem negociada na criação de conteúdos, o que Kligler-Vilenchik designou de “boa participação”: “há uma necessidade constante de perceber a boa participação, mas, em vez de uma ideia abstrata que resulta de noções idealistas, devíamos fazê-lo de uma forma empiricamente inspirada pelas práticas de participação reais de pessoas reais (mesmo que poucas)” (Kligler-Vilenchik, 2018, p. 13).

Desta forma, o nosso estudo (que tem por base 40 elementos) reconhece que os participantes eram provenientes, sobretudo, de grupos comunitários e artísticos da Irlanda do Norte, interessados pelas formas como as histórias são contadas e apoiadas. Este facto limita, em alguma medida, o estudo, sendo importante reconhecer que se o *storytelling* envolvesse um conjunto de participantes mais vasto e com origens diferentes, teria, sem dúvida, sido uma proposta mais difícil e desafiante, dado que teriam surgido mais facilmente preconceitos e outras opiniões. Isto não invalida, contudo, a experiência do protótipo. A participação e os conflitos que ocorreram foram analisados no protótipo e o conhecimento obtido foi utilizado para inspirar trabalhos futuros.

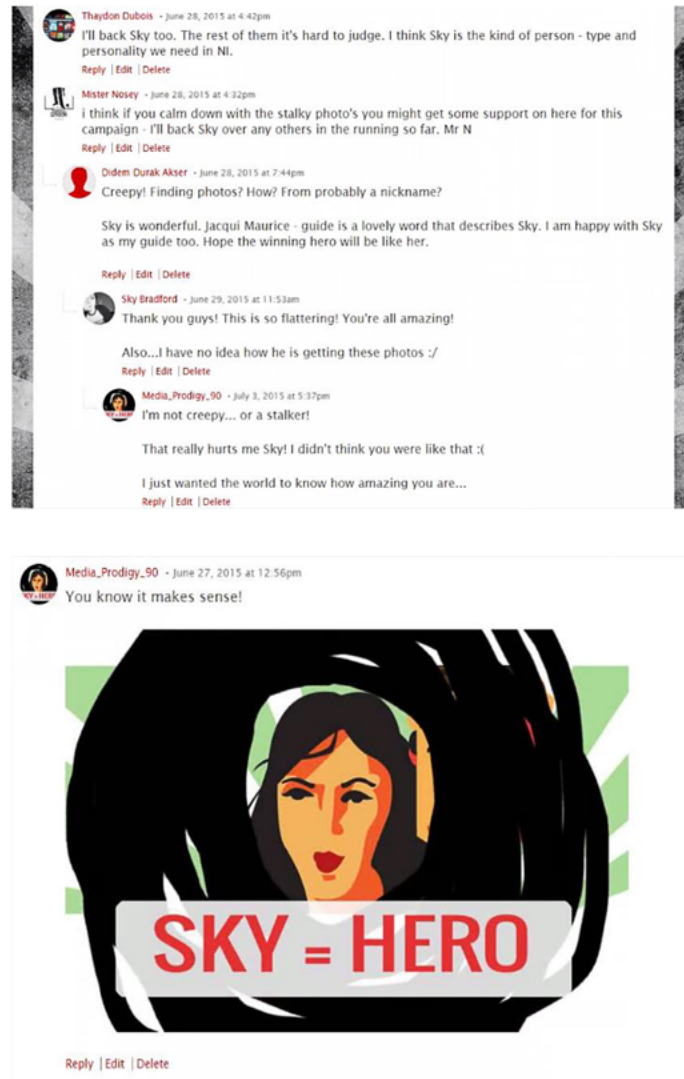


Figura 7: Fórum de discussão
Fontes: Fórum RBH (entretanto descontinuado); Bellyfeel/Autor

Era fundamental que diferentes comunidades estivessem presentes neste projeto. Dos 40 participantes que aderiram, 27 tinham mais de 30 anos e 13 tinham menos de 30. Vinte e dois eram mulheres e 18 eram homens. A maioria era proveniente de grandes cidades, tais como Belfast ou Derry/Londonderry, mas havia um número surpreendente de pessoas provenientes de pequenas cidades e zonas rurais. Muito poucas pessoas se identificaram como sendo religiosas, mas, das que o fizeram, cinco eram de origem católica e três de origem protestante. Vinte nasceram e cresceram ou viveram na Irlanda do Norte a maior parte da vida, seis não tinham ligação ao local e catorze tinham ligações secundárias, sendo, por exemplo, casadas com alguém local. Em projetos em linha não associados a grandes concessões, este número pode ser considerado uma amostra saudável. Um reduzido número não desvaloriza necessariamente o interesse da informação obtida. Lance Weiler (2015a, 2015b) utilizou grupos de doze participantes para

testar o seu protótipo Sherlock e defende que pequenos grupos de cinco a seis pessoas são ideais para garantir capacidade de ação e de compreensão do trabalho. Mais importante para nós, tratava-se de uma amostra que representava um conjunto variado de pessoas. Destas 40 pessoas, 10 publicavam regularmente, mas existia um grupo nuclear de cerca de seis pessoas que estavam constantemente envolvidas. Tal significa que a maioria dos participantes desempenhava um papel menos ativo. Mais uma vez, tal pode ser visto de forma negativa, pois um grupo autosseleccionado de pessoas apropriaram-se do projeto. Contudo, dado que o grupo nuclear era um grupo muito variado e diversificado de pessoas que, na sua maioria, não se conheciam mutuamente, sugerimos que não foi este o caso.

Talvez seja importante detalhar aqui o que é frequentemente referido como a Regra do 1:9:90, segundo a qual em cada 100 utilizadores da internet, apenas 10% irá interagir, sendo que os restantes 90% irão simplesmente ver o conteúdo (McConnell & Huba, 2006). Desses 10%, apenas 1% é suscetível de ser criador de conteúdos. Charles Arthur (2006, s.p.) defende que “não se deve esperar muito do online. Para fazer eco do filme *Campo de sonhos*, certamente que se o construir, ele virá. O problema, como na vida real, é encontrar quem construa”. Embora se sugira que esta dinâmica está a mudar, este projeto encontrou os construtores nessas 10 pessoas, o que representa 25% do grupo de teste; a maioria dessas pessoas tinha mais de 40 anos, o que constituiu uma verdadeira surpresa, já que habitualmente as pessoas desta faixa etária não são vistas como construtoras de projetos na internet. Outra constatação importante foi que esses construtores eram mais suscetíveis de promover e animar o projeto para os outros que viam. Assim, os construtores incentivaram e apelaram as pessoas que viam a comentar e votar, o que gerou provavelmente uma participação maior. Tal sugere que o facto de se ter um elemento de controlo poderia ser uma preocupação mais crucial do que a participação. Alison Jeffers (2017, p. 209) sustenta, quando escreve sobre a participação na Irlanda do Norte:

apesar do sucesso do Acordo de Belfast no estabelecimento de um governo que partilha o poder, baseado no entendimento da legitimidade das perspetivas unionista e nacionalista, muitas questões permanecem por resolver. Estas incluem “a questão de como lidar com o legado do passado” e o facto de que a “divisão permanece como um infeliz facto da vida”. (McKittrick & McVea, 2012, p. 305).

O trabalho dos argumentistas para cinema, televisão e novos média, desde essa altura, é, em parte, definido pelo facto desses argumentistas terem crescido durante o conflito “The troubles”⁴, sendo o seu trabalho então influenciado por esse período. Pode argumentar-se, como é o caso de Heidemann, quando aborda a literatura pós-Acordo,

⁴ “The troubles” é um termo utilizado frequentemente para referir um conflito que ocorreu na Irlanda do Norte entre as décadas de 1960 e 1990. O conflito, embora seja frequentemente visto como um conflito religioso (entre Católicos e Protestantes), foi principalmente uma luta política alimentada por factos históricos. Os Unionistas/Lealistas queriam que a Irlanda do Norte se mantivesse no Reino Unido e os Nacionalistas/Republicanos Irlandeses queriam unir-se à Irlanda.

que o seu trabalho “se preocupa com identidades de sujeitos suspensos entre um passado ‘repressivo’ e um futuro ‘progressivo’ e que o trabalho daí resultante não tenta ‘sara’ nem ‘resolver’ o dilema político da Irlanda do Norte” (Heidemann, 2016, p. 251).

Em vez disso, sugere que a literatura pós-Acordo (novelas, poesia e teatro) se preocupa em “reestruturar, reformular e, principalmente, diagnosticar a absorção passiva do passado violento do país por um ‘futuro acordado’ e que o ‘passado violento não configura necessariamente o tom dominante das suas escritas’” (Heidemann, 2016, p. 251).

O design e a escrita do RBH demonstram traços semelhantes. Talvez essa absorção passiva não só do conflito “The Troubles”, mas também das práticas dos média digitais, fosse uma preocupação para muitos participantes do RBH?

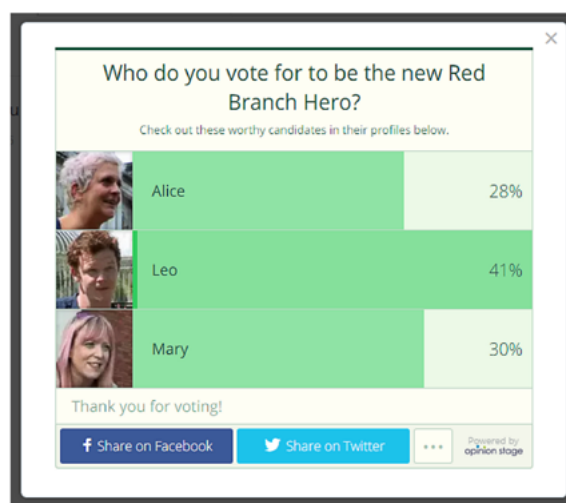


Figura 8: Escolha dos candidatos
Fontes: Inquérito RBH (entretanto descontinuado); Bellyfeel/Autor

Heidemann fala de teóricos (Nordin & Holmsten, 2009) que consideram a Irlanda como uma sociedade pós-colonial e aplicam o conceito de liminaridade como “um local de negociação e re-identificação” (Heidemann, 2016, p. 8) e um estado capacitante. Discordando de tal posição, sugere que o que caracteriza a Irlanda do Norte é um estado de “liminaridade negativa” (Heidemann, 2016, p. 10), uma condição incapacitante que resiste ao virar de página. Contudo, não vê este facto como uma preocupação negativa ou uma condição patológica da Irlanda do Norte do pós-Acordo. Em vez disso, sugere que “os escritores do ‘pós-Acordo’ se preocupam principalmente com os problemas privados das suas personagens literárias em oposição à leitura discursiva das próprias estruturas políticas” (Heidemann, 2016, p. 51).

As nossas preocupações também foram conduzidas pela tentativa de obter um entendimento sobre a forma como as pessoas foram influenciadas por estas experiências. Encontrar uma forma que fosse capaz de acomodar uma série de opiniões foi determinante na implementação de tal projeto. Deste modo, a conceção do projeto tornou-se numa mistura de formas populares que são capazes de levar ideias complexas a

audiências mais vastas, para além do desenvolvimento de personagens complexas, que exemplificam melhor as preocupações atuais das pessoas que vivem na Irlanda do Norte. Jogar neste espaço significa que todos fomos capazes não só de criticar e analisar personagens, mas também de olhar novamente para algumas coisas que significam ser norte-irlandês. No entanto, neste contexto, estamos conscientes do comentário de Jeffers, segundo o qual “a participação não constitui, por si só, o garante da necessária redistribuição de autoridade que pode conduzir à mudança social positiva” (Jeffers, 2017, p. 210). Como resultado, a participação, definida como a disponibilização de acesso, não foi, *per se*, o principal objetivo do projeto. Em vez disso, o projeto visava criar um tipo de participação que promovia e desafiava a autoridade dos autores. Ao abordar a participação em teatro comunitário em Belfast, afirma ainda que “o valor de pensar sobre a autoridade é que nos permite identificar e examinar diferentes tipos de poder e o papel do conhecimento e das relações no desenvolvimento destes” (Jeffers, 2017, p. 218). Tal prática foi fundamental no projeto RBH e os seus participantes contestaram frequentemente as ações dos autores e os enredos sugeridos, inventando os próprios para os substituir.

Heidemann (2016, p. 192) sugere que só na década de 1970 é que a “colusão estética entre arte e política emergiu como característica distintiva do teatro contemporâneo norte-irlandês”. Sugere que produções mais recentes, como *Pumpgirl* (2006) de Abbie Spallen e *This other city* (2010) de Daragh Carville, adotam o “modelo de trabalho de integralidade” (Heidemann, 2016, p. 192) de Stewart Parker e aplicam-no a uma nova situação política: as armadilhas da política neoliberal na Irlanda do Norte. Como tal, as peças que analisa “fornecem um comentário provocador sobre o edifício neoliberal ‘progressivo’ do Estado-nação” (Heidemann, 2016, p. 193). O RBH espelha esta prática. Os nossos objetivos vão, assim, para além da ideia de “alargar a participação” a audiências, estando associados a ideias de “democracia cultural” (Kelly, Locke & Merkel, 1986, s.p.) que destacam uma mudança no poder entre o artista/autor e o participante (Webster & Buglass, 2005, p. 21). Jack Linchuan Qui (citado em Allen et al., 2014, p. 1133), que estudou exaustivamente os utilizadores chineses de internet, não vê correlação entre enquadramentos ascendentes inclusivos e a nivelção das estruturas políticas de controlo, sugerindo que “em vez disso, as estruturas de controlo parecem ter ganho com a nova riqueza do conteúdo gerado pelo utilizador, que beneficia mais do que ninguém as entidades competentes”. Não faria sentido participar na construção de uma websérie online negociada e participativa se o propósito por detrás dela fosse “gerar um tipo *diferente* de ‘conflito’, certamente menos violento, mas que aponta para novas formas de violência exercidas pela negação retórica do Acordo relativamente ao passado sectário e à sua agressiva campanha neoliberal” (Heidemann, 2016, p. 4).

Tal processo seria uma participação sem capacidade de ação e de controlo, e a mera participação seria apenas acesso e interação. Não é isto que esta investigação recomenda. Os participantes do RBH eram verdadeiros proprietários daquilo que era criado no projeto utilizando uma abordagem crítica na criação da história, apesar do seu reduzido número.

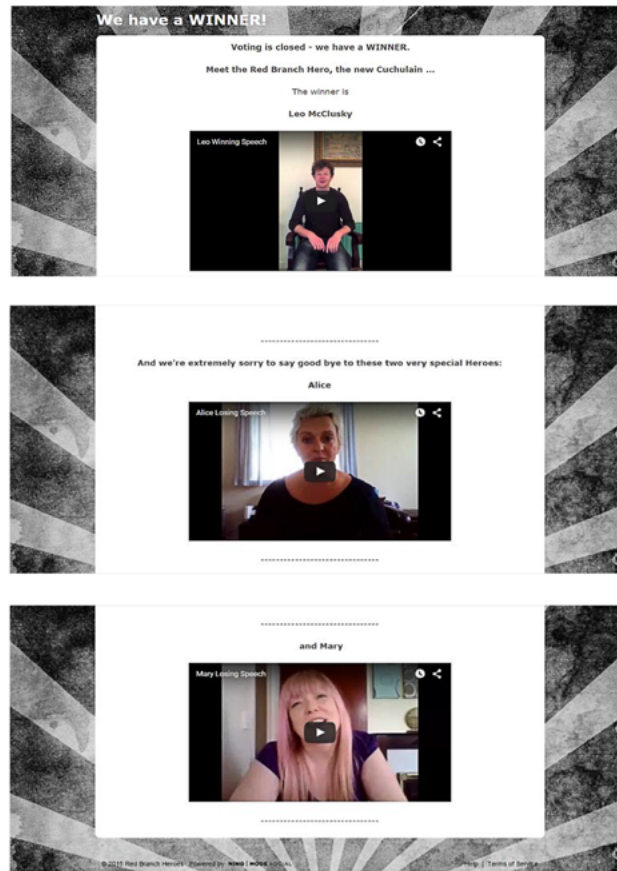


Figura 9: O vencedor
Fonte: Bellyfeel/Autor

No RBH, apesar de o staff responsável pela produção ter um maior controlo e entendimento dos processos em jogo, encontrava-se numa posição semelhante aos membros da audiência, na medida em que “aceitavam que a participação genuína comporta riscos e potencialidades: esta implica vulnerabilidade da parte dos atores e participantes, dado que ambas as partes se abrem a experiências e resultados inesperados” (Freshwater, 2011, p. 409).

Preparar essa tarefa numa sociedade polarizada complica ainda mais esse processo e foi necessário dialogar para definir de que forma esta tarefa seria realizada. Alguns jurados pretendiam mais orientações nesta tarefa: “penso que o eleitorado tem de estar adequadamente envolvido na história/contexto/problemas. (...) a fase onde era suposto ‘ajudar o herói que escolhemos a desenvolver a sua história’ era confusa. Não percebi o que era suposto fazer” (Jogadores 2 e 3, comentários dos jogadores).

Não fomos suficientemente claros com os nossos participantes sobre com que duração e negociação as nossas personagens seriam criadas. Criámos um processo e assumimos que este processo seria evidente para os participantes e iria atingir o resultado pretendido. O processo criou, de facto, personagens completas através dos estudos e da promoção dos jurados, mas deveríamos ter sido claros quando esse processo ficou

completo. Equivocadamente, conduzimos o processo a um fim abrupto, o que teve o efeito de garantir que as pessoas queriam mais, mas também lhes provocou alguma solidão, pois sentiam falta da comunidade unida que se criou. Uma falta de envolvimento da parte dos orquestradores levou muitas vezes os jurados a colmatar as lacunas e a fazer a história avançar e assumi-la como sua. Talvez devêssemos ter envolvido os participantes no fim do trabalho. Apesar de a discussão no sítio sobre a Irlanda do Norte ser de baixa intensidade e muito tentadora, as possíveis personagens bem-sucedidas pareciam incorporar as características negociadas dessa discussão. Esta é, talvez, a maior lição do ponto de vista da escrita – o controlo e a coesão da história foi menos merecedor de preocupação para os nossos participantes do que os gurus (Gomez, 2011) do transmédia nos levariam a pensar e os participantes são capazes de perceber de forma mais aprofundada o que é necessário numa história, mesmo que não saibam necessariamente como é que eles próprios poderão criar isso.

Recebemos muito poucos comentários sobre a forma como este tipo de projeto poderá ser “eficaz” no contexto da Irlanda do Norte. Em geral, todos os participantes evitaram responder a esta questão e alguns até a eliminaram dos seus formulários. É difícil especular porquê. Mais uma vez, vale a pena considerar esta falta de participação. Talvez se deva às formas como os filmes e a televisão têm sido utilizados relativamente ao “The Troubles”. O estudo de Lance Pettitt (2000) sobre documentários dramáticos sugere que, apesar de esses filmes se basearem em investigação jornalística, utilizam as convenções dos filmes de ficção para contarem as suas histórias e mediar o mundo real. Teríamos talvez obtido uma melhor resposta se tivéssemos feito esta questão durante a história e não depois. As pessoas sentir-se-iam mais capazes de falar no ambiente ficcional.

O filme *Sunday* (2003), de Jimmy McGovern, não faz qualquer tentativa de imitar o estilo do documentário e é claramente apresentado como uma versão ficcional. No entanto, é baseado nas histórias e nas conversas que aquele teve com muitas pessoas e, em certos aspetos, é o culminar dessa atividade. McGovern medeia a verdade dos factos através de uma história que ele próprio criou. O mesmo acontece com o processo utilizado pelo RBH, só que esta abordagem vai mais longe e pede que as vítimas e as famílias não só forneçam as histórias, mas também respondam e contribuam para a verdade mediaticamente produzida, num fórum público. Embora se configure mais como um drama do que como um documentário, o programa pede à audiência que jogue com estes conceitos. Como sugere Sarah Edge (2009, p. 185), “o documentário dramático é um género especialmente poderoso, no qual os sinais de realismo e ficção se misturaram”. O trabalho do RBH não só mistura o mundo real e ficcional para representar o ambiente atual da Irlanda do Norte, como também utiliza as formas mais contestadas de mundos semirreais ou semifictícios da *reality television*, um género habitualmente associado à atribuição de características depreciativas a pessoas comuns. Neste caso, a intenção passava por utilizar as convenções do género para fins mais positivos. Os elementos *voyeurísticos* associados à *reality television* e redes sociais foram utilizados para motivar abordagens de investigação à conceção da história. Resumidamente, perguntámos às

peçoas o que era importante para as suas vidas enquanto jogávamos um jogo baseado numa história que integrava essas ideias.

A relação dinâmica entre o autor e a audiência criou um forte sentimento de pertença a este projeto e permitiu que as pessoas de ambas as comunidades pudessem participar ativamente. Houve um surpreendente consenso sobre o tipo de herói necessário ao mundo moderno e que atributos esse herói deveria ter, como demonstra o tópico de discussão do projeto.

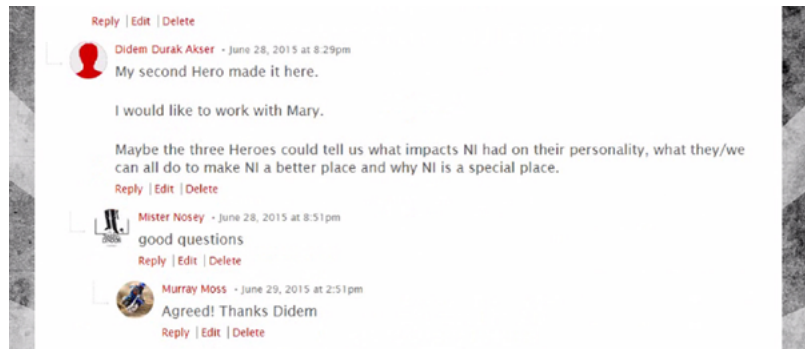


Figura 10: Tópico de discussão na rede NING
Fontes: Fórum RBH (entretanto descontinuado); Bellyfeel/Autor

Existia uma vontade de compreender a complexidade do comportamento humano e não de tomar partido. Quando confrontados com informações difíceis, os jurados tentaram ver o lado positivo, ultrapassar descrições de personagens estereotipadas e passar a um processo em que se revela uma personalidade profunda. Esse resultado satisfatório poderia sugerir que os elementos performativos e de jogo foram cruciais para a construção de uma narrativa convincente e que a narrativa criada não sofreu o impacto negativo desses elementos participativos. Contudo, caso este projeto fosse mais desenvolvido, incluiríamos eventos presenciais nas nossas práticas transmédia e interativas, para que as pessoas se pudessem conhecer e partilhar experiências juntas em espaços neutros, nos quais os elementos da história pudessem ser ampliados e desenvolvidos, para que a experiência online pudesse ser alargada às suas próprias vidas.

CONCLUSÃO

Deste modo, é necessário reconhecer que a participação per se não resulta automaticamente numa prática democrática ou numa efetiva produção criativa. Também não podemos ignorar as competências e a experiência que o autor traz ao processo de criação. Na nossa opinião, precisamos de recalibrar e repensar como e por que motivo oferecemos oportunidades de participação, para que possamos assegurar-nos de que essas oportunidades resultem em criação efetiva. Neste sentido, não se trata de quantas pessoas contribuem, quanto e com que frequência, mas sim da qualidade participativa da sua contribuição e dos termos em que esta é incluída, recompensada e reconhecida.

Por estes motivos, consideramos que a expressão “narrativa negociada” é eficaz neste contexto, pois admite que o processo interativo e participativo é um processo consultivo, que resulta numa síntese de histórias produzidas por todas as partes envolvidas no projeto. Como Carpentier aponta, a verdadeira questão é a de controlo e poder: “as lutas sobre a distribuição de poder na sociedade em áreas como os média, as artes e o desenvolvimento, bem como as tentativas de tornar essa distribuição mais equitativa, são aquilo que define a participação” (Carpentier citado em Allen et al., 2014, p. 1132).

Desta forma, os transmédia interativos e a tecnologia que os oferece não proporcionam uma revolução no *storytelling* propriamente dita. Contudo, a sua liminaridade enquanto forma contribui para oportunidades que podem ser utilizadas para possibilidades imersivas. Acima de tudo, esta liminaridade e capacidade de gerar múltiplas vozes, geradas através do processo participativo que oferece ao leitor/utilizador/jogador maior poder e controlo, também contribuem para uma sociedade mais democrática e descentralizada. Aqui é dada importância à participação, porque nos afasta das difíceis dicotomias que suportam conflitos (violentos), demonstrando que as muitas zonas cinzentas e as pluralidades que caracterizam as sociedades contemporâneas podem coexistir com sentimentos de pertença.

Como sempre, depende muito de quem controla essas oportunidades. Uma narrativa negociada reconhece as formas em que as narrativas podem ser desviadas para promover determinado ponto de vista e sugere que a tomada de decisão discursiva enquanto elemento central da criação participativa da história reduz a probabilidade de tal acontecer. Também reconhece os problemas criados pelo “capitalismo de vigilância” e, apesar de utilizar técnicas semelhantes, mas não através de máquinas, sugere que esses métodos podem ser utilizados para efeitos mais positivos, caso as relações de poder inerentes sejam transparentes, claras e dinâmicas. Oferecer oportunidades em que a vida real e a ficção se sobrepõem ajuda a desenvolver comunidades online em que podem ser criadas relações fortes entre grupos diversos de pessoas. Como resultado, este estudo e este artigo colocam a possibilidade de que nem tudo está perdido no que se refere aos aspetos benéficos da participação. Analisemos mais aprofundadamente o potencial da produção interativa para compreendermos melhor os seus benefícios e dificuldades. ✍

Tradução: A Inovtrad - Tradução, Formação e Serviços Unipessoal, Lda.

REFERÊNCIAS

Abercrombie, N. & Longhurst, B. (1998). *Audiences*. Londres & Thousand Oaks: Sage.

Alderman, N. (2015, 13 de outubro). The first great works of digital literature are already being written: they're called games. *The Guardian*. Retirado de <https://www.theguardian.com/technology/2015/oct/13/video-games-digital-storytelling-naomi-alderman>

- Allen, D., Bailey, M., Carpentier, N., Fenton, N., Jenkins, H., Lothian, A., Qiu, J. L., Schäfer, M. T. & Srinivasan, R. (2014). Participations: dialogues on the participatory promise of contemporary culture and politics. *International Journal of Communication*, 8, 1129-1151.
- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso Books.
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Arthur, C. (2006, 20 de julho). What is the 1% rule? *The Guardian*. Retirado de <https://www.theguardian.com/technology/2006/jul/20/guardianweeklytechnologysection2>
- Barthes, R. (2001). The death of the author. In J. Caughie (Ed.), *Theories of authorship* (pp. 208 -213). Londres: Routledge.
- Berger, J. (1979). *Ways of seeing*, Londres: Pelican/Penguin Books.
- Cooke, B. & Kothari, U. (Eds.) (2001). *Participation: the new tyranny?* Londres: Zed Books.
- Coulter, C. & Shirlow, P. (2019). From the “Long War” to the “Long Peace”: an introduction to the special edition. *Capital and Class*, 43(1), 3-21. <https://doi.org/10.1177/0309816818818084>
- Dawson, G. (2019). Storytelling in “post-conflict” times: narrative, subjectivity and experience in community-based peacebuilding. In S. Lehner & C. McGrattan (Eds.), *The promise of peace in Northern Ireland*. Manchester: Manchester University Press.
- Dena, C. (2009). *Transmedia practice: theorising the practice of expressing a fictional world across distinct media and environments*. Tese de doutoramento, Universidade de Sidney, Sidney, Austrália.
- Edge, S. (2009). Negotiating peace in Northern Ireland: film, television and post-feminism. *Visual Culture in Britain*, 10(2), 177-187. <https://doi.org/10.1080/14714780902925051>
- Foucault, M. (1977). *Language, counter-memory, practice*. Nova Iorque: Cornell University Press.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Freshwater, H. (2011). “You say something”: audience participation and *The Author*. *Contemporary Theatre Review*, 21(4), 405-409. <https://doi.org/10.1080/10486801.2011.610308>
- Gaver, B., Dunne, T. & Pacenti, E. (1999). Design: cultural probes. *Interactions*, 1(1), 21-29.
- Gomez, J. (2011). *Storyworlds: the new transmedia business paradigm*. Comunicação apresentada no evento “Tools of Change for Publishing conference (TOC)”, Nova Iorque.
- Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Heidemann, B. (2016). *Post-agreement Northern Irish literature: lost in a liminal space?* Londres: Palgrave Macmillan.
- Jeffers, A. (2017). Authority, authorisation and authorship. In A. Harpin & H. Nicholson (Eds.), *Performance and participation: practices, audiences, politics* (pp. 209-229). Londres: Palgrave Macmillan.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. (2012). *Textual poachers: television fans and participatory culture, updated twentieth anniversary edition*. Nova Iorque: Routledge.

- Kelly, O., Lock, J. & Merkel, K. (1986). *Culture and democracy: the manifesto*. Londres: Comedia.
- Kligler-Vilenchik, N. (2018). Why we should keep studying good (and everyday) participation: an analogy to political participation. *Media and Communication*, 6(4), 111-114. <http://dx.doi.org/10.17645/mac.v6i4.1744>
- Le Hunte, B. & Golembiewski, J. (2014). Stories have the power to save us: a neurological framework for the imperative to tell stories. *Arts and Social Science Journal*, 5(2), 73-76. <http://dx.doi.org/10.4172/2151-6200.1000073>
- Lutz, C. & Hoffmann, C. (2017). The dark side of online participation: exploring non-, passive and negative participation. *Information, Communication & Society*, 20(6), 876-897. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1293129>
- Madden, D., Cadet-James, Y., Atkinson, I. & Watkin Lui, F. (2014). Probes and prototypes: a participatory action research approach to codesign. *CoDesign*, 10(1), 31- 45. <https://doi.org/10.1080/15710882.2014.881884>
- Manovich, L. (2001). *The language of new media*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Mattelmaki, T. (2005). Applying probes: from inspirational notes to collaborative insights. *CoDesign*, 1(2), 83-102. <https://doi.org/10.1080/15719880500135821>
- McConnell, B. & Huba, J. (2006, 3 de maio). The 1% Rule: charting citizen participation. *Church of the Customer Blog*. [Post em blogue]. Retirado de https://web.archive.org/web/20100511081141/http://www.churchofthecustomer.com/blog/2006/05/charting_wiki_p.html
- McGonigal, J. (2011). *Reality is broken: why games make us better and how they can change the world*. Nova Iorque: Penguin Press.
- McKittrick, D. & McVea, D. (2012). *Making sense of the troubles: a history of the Northern Ireland conflict*. Londres: Penguin.
- McQuaid, S. (2012). Trailblazers and cassettes: other voices in Northern Ireland. *Nordic Irish Studies*, 2(2), 71-93.
- Miessen, M. (2010). *The nightmare of participation*. Berlim: Sternberg.
- Millard, K. (2014). *Screenwriting in a digital era*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Nordin, G. & Holmsten, E. (2009). *Liminal borderlands in Irish literature and culture*. Pieterlen: Peter Lang.
- O'Donnell, H. (1999). *Good times, bad times: soap operas and society in Western Europe*. Londres & Nova Iorque: Leicester University Press.
- O'Neill, C. (1995). *Drama worlds*. Portsmouth: Heinemann.
- Ofcom, The Office of Communications. (2013). *Communications market report: Northern Ireland*. Retirado de https://www.ofcom.org.uk/__data/assets/pdf_file/0021/40692/2013_cmr_northern_ireland.pdf
- Pettitt, L. (2000). *Screening Ireland*. Manchester: Manchester University Press.
- Phillips, A. (2012, 3 de julho). *Transmedia storytelling, fan culture and the future of marketing*. Retirado de <http://knowledge.wharton.upenn.edu/article/transmedia-storytelling-fan-culture-and-the-future-of-marketing/>
- Quandt, T. (2018). Dark participation. *Media and Communication*, 6(4), 36-48. <http://dx.doi.org/10.17645/mac.v6i4.1519>

- Rose, F. (2012). *The art of immersion*. Nova Iorque: W.W Norton & Company.
- Ryan, M. (2001). *Narrative as virtual reality: immersion and interactivity in literature and electronic media?* Baltimore: John Hopkins University Press.
- Said, E. (1978). *Orientalism*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Singhal, A. (2006). Popular media and social change: lessons from Peru, Mexico, and South Africa. *The Brown Journal of World Affairs*, XIII(2), 259-269.
- Singhal, A., Cody, M., Rogers, E. & Sabido, M. (2008). *Entertainment-education and social change*. Londres: Taylor and Francis.
- Watson, T. (2001). Beyond managism: negotiated narratives and critical management education in practice. *British Journal of Management*, 12(4), 385-392. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00216>
- Webster, M. & Buglass, G. (2005). *Finding voices, making choices: creativity for social change*. Nottingham: Educational Heretics Press.
- Weiler, L. (2015a). *Sherlock Holmes and the internet of things*. Retirado de <http://lanceweiler.com/sherlock-holmes-the-internet-of-things/>
- Weiler, L. (2015b). *Sherlock*. Retirado de <https://sherlock.hackpad.com/Sherlock-Prototype-5215-icYVe3D9lXW>
- Zipes, J. (2011). The meaning of the fairy tale within the evolution of culture. *Movels & Tales*, 25(2), 221-243.
- Zuboff, S. (2018). *The age of surveillance capitalism*. Londres: Profile Books.
- Zuboff, S. (2019, 20 de janeiro). Entrevista com John Naughton. *The Observer*, pp. 18-21.

NOTAS BIOGRÁFICA

Anna Zaluczkowska é Leitora e Diretora de Guionismo na The Northern Film School, na Universidade Leeds Beckett, no Reino Unido. Venceu diversos prémios enquanto argumentista e realizadora. Desenvolve investigação sobre *storytelling*, com particular interesse nas dinâmicas participativas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3862-4460>

Email: Anna.Zaluczkowska@leedsbeckett.ac.uk

Morada: Northern Film School, Leeds Beckett University, 1 Millennium Square, Leeds LS2 5AD, Reino Unido

* **Submetido: 24/01/2019**

* **Aceite: 30/03/2019**

A PARTICIPAÇÃO ENQUANTO TALISMÃ: UMA REFLEXÃO METAFÓRICA E TEÓRICA SOBRE A CONCEPTUALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

Ignacio Bergillos

Departamento de Ciências da Comunicação, Centro de Ensino Superior Alberta Giménez, Universidade Pontifícia Comillas, Espanha

RESUMO

Ainda que a participação tenha sido uma palavra chave para muitas áreas de investigação no âmbito da investigação no âmbito da Comunicação e dos Média, não existe ainda um consenso sobre a sua definição. A coexistência inevitável entre diferentes abordagens ao conceito tem travado o desenvolvimento de uma estrutura teórica única. No entanto, os esforços para conceptualizar a participação e para compreender as crescentes práticas participativas nos/através dos média, nos últimos anos, têm alimentado a área da comunicação e cultura participativas com ideias elucidativas que servem de denominadores comuns para investigações futuras. A maior parte dessas ideias, embora aparentemente contraditórias, seguem padrões e interesses semelhantes que poderiam conduzir a um entendimento partilhado acerca do que é ou deveria ser a participação. Este artigo tenta contribuir para o *resgate da participação*, ao rever, do ponto de vista teórico, o seu aparato conceptual no campo da investigação em Comunicação e Média, e ao introduzir a ideia de que a participação pode ser conceptualizada através da metáfora do talismã. À semelhança de Lakoff e Johnson (1980), este artigo defende que o modo como conceptualizamos os fenómenos influencia a forma como percebemos as nossas práticas. Se assumirmos que *resgatar* significa salvar de um perigo ou mal, deveríamos reclamar um entendimento da participação como um poderoso amuleto. Nesse sentido, a revisão teórica das conceptualizações da participação no campo da investigação em Comunicação e Média que este artigo oferece irá defender que a participação poderá, pelo menos parcialmente, ser estruturada, percebida, definida e usada como um talismã. Mais especificamente, o texto irá discutir quatro aspetos que estruturam este conceito metafórico: a participação como uma fantasia, a autenticidade da participação, o ritual da participação e o seu valor (estético).

PALAVRAS-CHAVE

conceito metafórico; estudos dos média; fantasia; participação; poder

PARTICIPATION AS A TALISMAN: A METAPHORICAL-THEORETICAL REFLECTION ABOUT THE CONCEPTUALIZATION OF PARTICIPATION

ABSTRACT

Even if participation has been a key word in many research areas within Communication and Media Studies, there are still theoretical disagreements about its definition. The inevitable coexistence of different approaches to the concept has hindered the development of a unique theoretical framework. However, the efforts to conceptualise participation and to understand the increasing participatory practices in/through media in the last years has nourished the field of

participatory communication and participatory culture with insightful ideas that serve as common ground for future research. Most of these ideas, while apparently contradictory, follow similar patterns and interests that could potentially lead to a shared understanding of what participation is or should be. This article tries to contribute to the objective of *rescuing participation* by theoretically reviewing the conceptual apparatus of participation in Communication and Media Studies and introducing the idea that participation can be conceptualized through the metaphor of the talisman. Following Lakoff and Johnson (1980), this article argues that the way we conceptualize phenomena has an influence on how we perceive our practices. If we assume *to rescue* as an act to save from danger or evil, we should reclaim an understanding of participation as a powerful amulet. In that sense, the theoretical review of the conceptualizations of participation in the field of Media and Communication Studies that this article offers, will argue that participation can, at least partially, be structured, understood, defined and used in terms of a talisman. Specifically, the text will discuss four aspects that structure this metaphorical concept: participation as a fantasy, the authenticity of participation, the ritual of participation, and its (aesthetic) value.

KEYWORDS

fantasy; media studies; metaphorical concept; participation; power

INTRODUÇÃO

Se existe a necessidade de resgatar a participação é porque, muitas vezes, no âmbito dos Estudos em Comunicação e Média, este tem sido um conceito pouco debatido. Apesar do carácter central da participação em muitos dos discursos, abordagens e análises, o seu uso em diversos contextos acabou por se tornar num termo vasto e indefinido. Segundo Carpentier (2011a, pp. 353-354), “num determinado momento a participação deixa simplesmente de ser participação. A participação é um significante que pode assumir significados diferentes muitos significados diferentes. Potencial e teoricamente pode mudar para qualquer outra direção”. De um modo semelhante, Jenkins, Ito & boyd (2016, p. 181) realçam o facto de

precisarmos de um vocabulário mais refinado para distinguir modelos concorrentes/opostos de participação, especialmente numa altura em que a sua retórica é utilizada por instituições que pouco ou nada fizeram para permitir que o maior número possível de pessoas diferentes possa participar.

A conceptualização da participação é uma tarefa complexa: mesmo que consideremos as múltiplas abordagens acerca de como defini-la do ponto de vista teórico, poderemos ser acusados de imprecisão, tendo em conta a abrangência do termo. Contudo, é importante defender, como Reifová e Svelch (2013 p. 264), que “em vez de descartarmos o conceito de participação, deveríamos atribuir-lhe significado – a fim de o identificarmos, avaliarmos, questionarmos e criticarmos em todos os seus contextos específicos”. Nesse sentido, o modo como conceptualizamos a participação irá afetar significativamente o modo como refletimos sobre as expetativas criadas sobre os processos que a tornam possível.

Este artigo começa o debate sobre o conceito de participação com a apresentação da teoria da metáfora conceptual (Lakoff & Johnson, 2004), ou seja, pretende-se entender uma determinada ideia, neste caso a participação, através de outra, o talismã. A modelação metafórica como método de investigação baseia-se na ideia de que o conhecimento é estruturado através do estabelecimento de analogias entre áreas conceptuais (Pärn, 2017). Este texto propõe a metáfora do talismã como forma de entender a participação, enquanto elemento reconhecido, investido ritualisticamente de um poder benéfico e protetor. A participação, assim como os amuletos e talismãs, foi definida como (não) autêntica, atribuidora de poder simbólico, fantasmagórica, obscura, estética ou valiosa. Com base na literatura de áreas como os Estudos em Jornalismo, Estudos Culturais, Estudos em Educação e Ciências Políticas, este texto faz a ligação entre os debates em curso e propostas teóricas através da metáfora do talismã, com o objetivo de resgatar a participação ao reconhecê-la como força motriz, ao reconhecer o poder que ela representa, o seu papel protetor e a importância dos rituais que a moldam e a tornam autêntica. O objetivo deste artigo é reconhecer e valorizar a forma como as teorias que lidaram com a participação de forma consistente estão ligadas à metáfora do talismã e demonstrar a relevância e valor deste modo de pensar o processo participativo. Ao mesmo tempo, é importante considerar os limites da metáfora (que são simultaneamente um dos seus pontos fortes), uma vez que esta se baseia numa equação sempre imperfeita, o que necessariamente implica uma redução.

O conceito de talismã, com origem nas culturas grega e árabe, refere-se a um elemento mágico que acreditamos ter a capacidade de evitar o mal e atrair a boa sorte. Os amuletos e talismãs são símbolos, convertidos muitas vezes em objetos palpáveis. A credulidade humana permite que se lhe atribuam poderes e virtudes mágicas e extraordinárias (Hildburg, 1951; Lecouteux, 2014). O uso de talismãs recua à Antiguidade e a sua assimilação através de intercâmbios culturais moldou a sua criação. Possuir amuletos, com diferentes formas e de diferentes materiais, foi visto como uma prática fundamental para combater diferentes tipos de mal. Continuam a ser usados por pessoas com origens económicas e culturais diversas, embora tenham perdido alguma da sua aura enquanto prática sociocultural. Poderão, supostamente, ter um efeito curativo ou preventivo, mas o seu encanto tem estado também intimamente ligado ao aspeto decorativo. Por isso, para além de protegerem, os talismãs são símbolos de identificação ou ostentação e possuem valor estético (Martín Ansón, 2005).

A dualidade do talismã, enquanto símbolo com eventual poder e elemento decorativo indicador de estatuto social, é partilhada por várias conceptualizações relativas à natureza ambivalente e contraditória da participação. É possível que a metáfora do talismã ajude igualmente a perceber a relação entre a “simulação da participação simbólica” (Prado, 1986) e a sua “promessa de empoderamento” (Carpentier, 2016). Numa altura em que tantas plataformas de média e comunicação oferecem possibilidades interativas, devemos questionar-nos se a participação é um *fetich*e, desligado da realidade social, ou, antes, serve um propósito significativo, também como talismã. Simultaneamente, as decisões corporativas de convidar à participação do público podem ser consideradas

preventivas, uma vez que seguem a tendência generalizada da lógica dos média digitais e convergentes, ou podem realmente atribuir *estatuto* ou *valor* aos contributos dos cidadãos. Do mesmo modo, o talismã requer um ritual específico para *invocar* o seu poder e garantir a sua *autenticidade*. De modo semelhante, o *potencial* democrático dos processos participativos é moldado pelas normas e agentes que gerem estas práticas.

ABORDAGENS À PARTICIPAÇÃO

Nas duas últimas décadas, e em especial nos últimos 10 anos, o interesse académico e industrial pela participação nos média e nos processos de comunicação tem produzido bastante material investigativo. Um número substancial abordou a participação *nos* e *através dos* média, se atendermos à útil diferenciação feita por Carpentier (2011a). Uma das razões para o sucesso deste tema tem que ver com as possibilidades interativas das novas tecnologias, dos média às plataformas. Além disso, a participação está intimamente ligada a outros conceitos relevantes, tais como a interação (Carpentier, 2011b), o envolvimento (Bergillos, 2017) ou capacitação (Barry & Doherty, 2016).

Diversos fóruns de investigação, revistas e livros ilustram o interesse dos investigadores, um pouco por todo o mundo (Pasquali, Noguera Vivo & Bourdaa, 2013). No âmbito da Cooperação Europeia em Ciência e Tecnologia (CECT), foi financiada uma ação subordinada ao tema “Transformar Públicos, Transformar Sociedades” (CECT, Ação ISogo6), tendo mobilizado um dos seus quatro grupos de trabalho para a “Interatividade e participação do público”. Revistas académicas como *Participations* [volumes 9(2) e 10(1)], *Communication Management Quarterly* (volume 21), *International Journal of Communication* (volume 8), *Communications* (volume 3), *International Journal on Media Management* [volume 14(2)], *Comunicazioni Sociali* (volume 3), *Interactions: Studies in Communication & Culture* [volume 5(3)], *Observatorio (OBS*)* (volume 34) ou *Media and Communication* [volume 6(4)], entre muitas outras, dedicaram números especiais a este objeto de estudo. Eventos académicos relevantes incluíram conversas entre estudiosos com diferentes formações teóricas. Por exemplo, o simpósio “Geração TransMédia”, realizado em Praga, em 2012, foi um evento oportuno que serviu como ponto de encontro entre alguns dos académicos mais proeminentes nesta área. Os artigos publicados depois da conferência na *Convergence* [volume 19(3)] são referências-chave para qualquer investigador que esteja interessado nessas interpretações complexas e variadas acerca do significado de participação em ambiente média convergente e digital.

Ao longo de diversos debates discutiu-se o contexto no qual ocorre a participação e os desequilíbrios de poder que moldam as práticas participativas (Couldry & Jenkins, 2014; Dahlgren, 2013; Jenkins & Carpentier, 2013). Por um lado, os Estudos Culturais serviram como enquadramento para a análise da participação de públicos ativos. Por exemplo, os Estudos sobre Fãs, ou a pesquisa sobre comunidades de seguidores, debruçaram-se sobre as atividades de grupos que procuram uma relação mais próxima com os textos que consomem, assim como a sua crescente participação na construção da cultura. Os investigadores dos Estudos sobre Fãs realçam o facto de o público, organizado

em comunidades, adotar uma perspectiva crítica em relação aos produtores. A cultura participativa é aqui definida como um contexto em constante mudança, no qual “em vez de se considerar que os mediadores e consumidores ocupam papéis separados, vemos-os como participantes que interagem entre si de acordo com um conjunto de regras que nenhum de nós entende inteiramente” (Jenkins, 2006, p. 3). A capacidade que os cidadãos têm hoje para produzir e editar mensagens, e para as distribuir gratuitamente através de diferentes média, é vista como a democratização da produção de conteúdo audiovisual. Contudo, Jenkins et al. clarificam que

não há uma única orientação ideológica (...) que detenha o monopólio das virtudes de uma cultura mais participativa. (...) Assim como a cultura da internet, a cultura participativa tem valências contraculturais e antiautoritárias que refletem as suas raízes, mas também está cada vez mais interligada com as formas comerciais e capitalistas da produção cultural e tecnológica. (2016, p. 182)

Isto deve servir como um sinal de alerta sobre o facto de que não apenas os públicos e os fãs estão dispostos a aproveitar as oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais e média convergentes: a apropriação da cultura participativa pelas empresas (Deuze, 2008) veio complicar a situação.

Embora a cultura participativa não tenha surgido ligada a uma tecnologia específica, ou a um determinado momento histórico, tornou-se objeto de estudo nos anos 1980, quando autores como Fiske (1987) ou Jenkins (2006) analisavam, a partir de uma perspectiva culturalista, as colaborações e a produção coletiva de conhecimento de públicos ativos em relação aos textos veiculados pelos média. O desenvolvimento dos computadores pessoais, a emergência da internet e o crescimento de tecnologias de banda larga foram algumas das tendências que aceleraram o interesse académico pela participação (Delwiche & Jacobs Henderson, 2013) e ficaram associadas ao entusiasmo pela pesquisa sobre a comunicação interativa (Quiring & Schweiger, 2008). Do ponto de vista da investigação em Comunicação e Média, a interatividade manteve certamente uma relação próxima com a participação, uma vez que ambos os termos foram amplamente discutidos enquanto possibilidades importantes criadas pelas tecnologias digitais. Andrejevic (2004), por exemplo, introduziu a ideia de *interatividade participativa* como promessa de convergência de novos média; como o acesso às ferramentas de produção e distribuição dos média, a fim de que os públicos possam ter um papel ativo durante a sua experiência.

À semelhança de vários conceitos-chave, a interatividade é (a par da participação) um termo complexo e usado de maneira inconsistente, sem ter uma definição clara e única, e com as diferentes áreas de pesquisa, da Sociologia, Psicologia à Informática, a tentarem fixá-la ou avaliá-la. No entanto, as definições são frequentemente imprecisas ou até mesmo contraditórias, já que abordam o conceito a partir de diferentes perspectivas, as quais incluem a interatividade enquanto processo de comunicação, como característica dos novos média ou como um elemento observado pelos utilizadores (Jensen, 2008; McMillan, 2006; Quiring & Schweiger, 2008; Rafaeli, 1988). O aspeto mais importante

da interatividade, no caso deste artigo, é o seu *potencial* para criar uma sensação de *capacitação* durante o processo comunicativo. Barry e Doherty (2017) defendem que a *capacitação* é uma forma dominante de interatividade e no discurso público existem referências constantes às suas *eventuais* ações, estratégias ou resultados, ainda que os exemplos específicos de interatividade usados dependam das tecnologias do seu tempo.

Ao mesmo tempo, a participação é considerada uma expressão da ação política, ou envolvimento político. Neste sentido, está sempre enquadrada, até certo ponto, com as lutas que envolvem a identificação dos desequilíbrios de poder (Carpentier, 2011a; Delwiche, 2013). Como refere Carpentier (2011b), a teoria política apela à diferenciação entre o que é a participação e outros termos que não poderão ser-lhe equiparados, mesmo que relacionados, como o acesso ou a interatividade. Vendo por essa perspectiva, a participação ainda funciona numa relação com diferentes conceitos, mas as suas características definidoras tornam-se em processos de tomada de decisões e desequilíbrios de poder que os influenciam. Carpentier (2014, p. 1002) define participação “como uma situação na qual os atores envolvidos em processos de tomada de decisões (formais ou informais) se posicionam entre eles através de relações de poder que são (em certa medida) iguais”. Existem formas maximalistas e minimalistas de participação, dependendo de quem mantém ou partilha o poder sobre os processos participativos e os seus resultados. De um ponto de vista analítico, esta distinção é muito útil. Carpentier (2016), baseando-se nessa noção, desenvolveu aquele que deverá ser o modelo analítico mais variado de interpretação dos processos de média participativos. Seria importante notar, contudo, que o facto de as formas maximalistas de participação oferecerem uma distribuição de poder mais equilibrada, pelos agentes responsáveis pelas tomadas de decisão, não significa que esses mesmos processos sejam sempre os desejados. De modo semelhante, o envolvimento em práticas participativas minimalistas que criam a ilusão de empoderamento não significa que estamos perante um processo democrático. Nesse sentido, e mais do que nunca, é necessário defender o conceito de participação.

Durante uma conversa inspiradora entre os dois representantes das abordagens ao conceito de participação na investigação em Comunicação e Média, Jenkins e Carpentier (2013) sugerem a desconstrução de teorias tradicionais, com o objetivo de podermos avançar para um modelo de análise integrado e complementar, que ofereça uma linguagem variada que nos permita comunicar a complexidade do conceito. Uma das conclusões do trabalho destes autores aponta ao reconhecimento de que uma participação total ou uma cultura participativa ideal são objetivos utópicos e, conseqüentemente, não alcançáveis, mas que, ainda assim, podem servir como pontos de referência para uma avaliação crítica das práticas participativas. Baseada nessa ideia, a natureza fantástica ou quimérica da participação surge como primeira justificação para analisarmos a participação como um talismã.

A FANTASIA PARTICIPATIVA

À semelhança do que sucede com os talismãs, existe, teoricamente, uma tensão entre o princípio abstrato da participação e o seu carácter real. Se os talismãs estão,

geralmente, ligados a circunstâncias místicas, a participação foi interpretada como um *mito* desconfortável (Domingo, 2008), como *obscura* (Quandt, 2018) ou um *fetich* democrático (Carpentier, 2011a). Daí que seja colocado geralmente na esfera do imaginário ou do infundado.

O conceito Lacaniano de fantasia foi introduzido nos debates teóricos acerca da participação por Carpentier (2014), o qual evita uma interpretação exclusivamente negativa do termo. Segundo García-Catalán (2012), Lacan propõe conceitos obscuros que acabam por gerar luz. Carpentier (2014) recorre a Lacan para definir fantasia como algo com capacidades protetoras e geradoras. Embora se apresente como força motriz ligada ao desejo, encerra em si também o “paradoxo de simultaneamente desejar o objeto e recear a impossibilidade de satisfazer tal desejo” (p. 1003). Relativamente à participação, ele associa o conceito de fantasia à sua própria teoria de formas maximalistas de participação e ao conceito de Pateman (1970) de participação por inteiro; o objetivo de alcançar relações de poder equilibradas entre todos os atores, de todos os níveis sociais:

este ponto de chegada é inalcançável e utópico – fantasmagórico – mas serve, sem sombra de dúvida, como força motriz para as tentativas de “aprofundar a revolução democrática” (Mouffle, 1988, p. 42), para uma “democratização da democracia” (Giddens, 1994, p. 113) ou para uma “cultura mais participativa”. (Carpentier, 2014, p. 1004)

Contudo, Carpentier (2014) observa que a fantasia participativa interage com outras fantasias (a da universalidade e homogeneidade, a da liderança e a da liberdade e ação) o que – a vários níveis – cria obstáculos, limites estruturais e dependências entre práticas e fantasia participativas.

No que diz respeito à estrutura conceptual da participação como um talismã, a fantasia participativa demonstra pertencer a um enquadramento abstrato, à semelhança de tensões com outras fantasias que prejudicam ou protegem o seu potencial. De acordo com a interpretação Lacaniana de fantasia, conseguimos percebê-la melhor como forma de capacitação. Participamos e estamos envolvidos no enquadramento do nosso *fantasma*. Como realça Carpentier (2014, p. 1013), “o foco na participação como uma fantasia também nos permite mostrar a complexidade das práticas participativas e os seus impulsos, profundamente arreigados, que, por vezes, funcionam a seu favor e, outras vezes, contra”.

A AUTENTICIDADE DA PARTICIPAÇÃO

Definir participação significa, geralmente, diferenciá-la daquilo que não é. Tal facto tem sido particularmente importante nestes últimos anos, em que a participação se tornou tão presente em várias áreas do saber. No campo da Comunicação, alguns autores voltaram-se para conceitos intimamente ligados ao sistema conceptual do talismã para tentar estabelecer qual o tipo de participação mais significativo:

as tentativas de contrariar este apagamento (do significado) da participação basearam-se na criação de sistemas de significado dicotómicos. Nestas dicotomias, formas específicas de participação são descritas como “reais” e “autênticas”, enquanto outras são descritas como “falsas” e “pseudo”. (Carpentier, 2007, p. 87)

Por exemplo, Prado (1986) aponta a natureza *simbólica* da participação em casos nos quais ferramentas ou enquadramentos que realcem a voz dos agentes sociais e minorias não são providenciados. No campo da comunicação para o desenvolvimento e comunicação participativa, Servaes (1999, p. 187) sublinha que “as visões utópicas da comunicação de desenvolvimento foram chamadas de participação ‘genuína’ e ‘autêntica’, quando comparadas com a participação manipuladora e pseudo-participação”. Esta *ilusão* que simula processos de participação e intimidade com os públicos foi identificada pela investigação em Comunicação e Média (McQuail, 2005, p. 444), mas havia sido anteriormente definida pelas Ciências Políticas, como relembra Carpentier (2007):

no campo da dita participação política, por exemplo, Verba (1961, pp. 220-221) aponta para a existência de uma “pseudo-participação”, na qual a atenção não está focada na criação de uma situação onde a participação seja possível, mas do sentimento de que é possível. (Carpentier, 2007, p. 87)

Os processos (pseudo) participativos e práticas de envolvimento estão muito presentes nos média, embora cada vez mais interligados com os interesses promocionais das empresas e das intenções dos públicos envolvidos (Jenkins et al., 2016). No primeiro caso, é possível que as empresas se aproveitem da energia, tempo, esforço e criatividade dos públicos e utilizadores, cuja atividade e dedicação enriquecem a produção cultural contemporânea e a comunicação política. No segundo caso, é possível que a participação se torne uma demonstração de compromisso afetivo com ideias, valores e argumentos. Num momento em que as redes sociais e a cultura popular são cruciais para a comunicação política (Jenkins, Shresthova, Gamber-Thomson & Zimmerman, 2016), a exploração dos convites que enquadram a participação em diferentes contextos poderá oferecer-nos um entendimento variado dos acordos, tensões ou “contratos de autenticidade” (Enli, 2015) que estes processos facilitam. No entanto, segundo McQuail (2005, p. 444), “na prática é difícil distinguir, de uma forma empírica, a ligação ‘real’ da ligação ‘artificial’”. Mas ainda podemos ver estas iniciativas como estratégias para a construção de *autenticidade mediada* ou um apelo à participação (Klein Shagrir, 2018). Segundo Enli (2015), a autenticidade mediada beneficia das práticas participativas, uma vez que, geralmente, estas servem como catalisadores da espontaneidade, imediatismo, normalidade ou ambivalência nos média.

O RITUAL DA PARTICIPAÇÃO

A autenticidade da participação, ou a perceção de participação autêntica, advém geralmente do *ritual* que a torna possível. Não se trata da participação em si, antes do

processo ou evento que ocorre, o conhecimento (mágico) exigido para que tal aconteça, incluindo as condições necessárias para ativar o seu poder. As práticas participativas são complexas, únicas e, por vezes, contraditórias; baseiam-se em processos moldados pela interação entre agentes cuja relação de poder é (des)igual. De um ponto de vista cultural, James Carey (1989), que é uma referência nesta área, apresentou a comunicação como um *ritual*, um processo *simbólico* que (re)produz e transforma a realidade. O modelo de ritual de Carey (1990) está intimamente ligado a termos como associação, partilha e participação. De uma forma similar, para que os talismãs sejam considerados autênticos é importante que estejam garantidas certas condições durante a sua preparação e implementação, tais como o momento em que deverão ser aplicados, a pessoa que produz os objetos ou oficia o ritual. Helck (1984, citado em Velázquez Brieva, 2004, p. 34) explica que os rituais esotéricos começaram por ser realizados por *xamãs* ou padres que conheciam as práticas e possuíam qualidades especiais para invocar poderes e virtudes. Posteriormente, através da escrita e aprendizagem, este exercício estendeu-se a outros grupos sociais, que tinham acesso às ferramentas e conhecimentos necessários para produzir amuletos. Existe um certo paralelismo entre a história dos rituais talismânicos e as “ondas de democratização dos média” (Carpentier, Dahlgren & Pasquali, 2013) que permitiram um acesso mais fácil às ferramentas participativas, antes limitadas a especialistas ou elites. Curiosamente, ao sublinharem o eventual perigo de incluir a retórica participativa na análise do papel do jornalismo em democracia, Peters e Witschge (2015) usam repetidamente o verbo *invocar* para avisar contra o discurso celebratório da democratização dos média através da participação. Além disso, Carpentier (2014) avisa que há uma fantasia desaparecida em torno do profissional dos média que leva a uma fantasia democrática-populista que desemboca na ideia de que os profissionais de média são desnecessários. Em suma, parece que há a necessidade de identificar quem participa, a relação entre pessoas comuns e especialistas que dirigem o processo e a importância de contextualizar a participação enquanto ritual.

Um segundo elemento que serve para fundamentar a ideia do ritual é o facto de os média nos *convidarem* a participar. Este é um aspeto essencial do modelo de ritual de Carey, mas já outros autores de abordagens socioculturais haviam sublinhado a natureza convidativa da participação (Gulbrandsen & Just, 2011; Johnson, 2007). Hille e Bakker (2013, p. 4) chamam a atenção para o facto de “o público precisar de ser estimulado e convidado pelos média antes de oferecer o seu contributo (relevante). Isto sugere que a participação não é o resultado da oferta de oportunidades, mas está também dependente da ‘participação’ ativa do próprio meio”. Johnson (2007, p. 78) afirma que “a utilização de múltiplas plataformas permite que o público entre em novos espaços culturais, mas o significado desse convite permanece ambíguo, sendo que, ao mesmo tempo, atribui poder e explora o público”. Gaventa (2007) estabelece três categorias espaciais relativas à participação; sendo uma delas os “espaços de convite”. Ao contrário dos espaços fechados ou criados, estes espaços são aqueles nos quais há um convite explícito para que diferentes agentes tomem decisões. Relativamente à televisão, Ross (2008) categoriza três tipos de convite: aberto, orgânico e obscuro. Gulbrandsen e Just salientam que

a relação entre convite e participação passa a ser o principal receio, uma vez que ficou claro que o modo como os utilizadores são convidados a participar pode condicionar a sua participação – não no sentido de determinar a participação, mas criando a estrutura ou caminho que poderemos seguir ou contrariar (Just, 2008). Ao mesmo tempo, contudo, qualquer convite específico está condicionado pela já existente participação – qualquer convite é também uma resposta. (2011, p. 1104)

De uma outra perspetiva, Carpentier (2011b) defende a natureza convidativa da participação, mas afasta-se do convite hierárquico onde apenas alguns têm controlo sobre o processo. Vira-se para o conceito de mudança social por convite que reconhece a ação do participante e o seu direito de não participar:

concordo com Foss e Griffin (1995, p. 3), que contrapõem convite a persuasão (sendo esta última alimentada pelo “desejo de controlo e domínio”) e com Greiner e Singhal (2009, p. 34), que desenvolveram o conceito de mudança social por convite, o qual “procura substituir intervenções que comunicam através de apelos à imaginação e esforços inspiracionais”. Este tipo de reflexões permite que a participação surja por convite, o que implica que a sua aplicação seja definida como contraditória à sua lógica e que o direito a não participar seja respeitado. (Carpentier, 2011, p. 22)

Na sua conversa sobre participação e política, Allen et al. (2014) acrescentam mais um pormenor às ideias apontadas. O convite é parte integrante do processo participativo, mas, por vezes, é a sua ausência que promove o ativismo. Por essa razão, dizemos que a participação advém do envolvimento individual que alimenta o ativismo. Nesse sentido, Dahlgren (2013, p. 20) acrescenta que “o envolvimento subjetivo que lhe é subjacente e a participação de que daí resulta pode ter diversos graus de intensidade afetiva (...). As circunstâncias políticas irão também moldar a natureza emocional da participação de indivíduos e grupos”. Assim sendo, o convite não terá necessariamente de vir de um agente poderoso que torne a participação possível, mas antes do próprio processo participativo (talismã), que convida à ação e crie um sentimento de empoderamento.

O VALOR ESTÉTICO DA PARTICIPAÇÃO

Um último aspeto que suporta a ideia de participação enquanto talismã é o seu valor estético. Alguns autores observaram que em alguns contextos de comunicação a participação é sobretudo importante devido ao que representa, mais do que propriamente pelos resultados do seu processo. A apropriação, por parte das empresas, da participação e cultura participativa (Deuze, 2008) tende a significar que as possibilidades de interatividade e colaboração não são, em muitos casos, mais do que uma demonstração. Por exemplo, na área do jornalismo,

à medida que cada vez mais meios de informação foram criando secções de comentários e formatos participativos, tornou-se moda fazê-lo, e muitos

faziam-no porque toda a gente o fazia. Este efeito dominó tornou-se bastante evidente; não ser deixado para trás e parecer “moderno” eram as principais motivações. (Quandt, 2018, p. 38)

Grande parte desta empolgação à volta da participação está muito relacionada com as possibilidades criadas pelas novas tecnologias e plataformas. Mosco (2017) volta-se para o conceito de totem, um sinónimo de talismã, para explicar como estas ferramentas e sistemas têm diferentes significados:

os futuros sistemas de internet, principalmente a “internet das coisas”, são mais do que meros instrumentos para atingir objetivos económicos ou políticos. São também objetos culturais com diversos significados. À semelhança dos totens tribais, possuem qualidades mágicas que personificam o sublime. (...) Dão reconhecidamente pequenos passos para fundamentar estas crenças míticas, mas também participam num complexo tecnológico que contém um poder político, económico e cultural significativo. (Mosco, 2017, p. 100)

A participação, enquanto talismã, funciona como símbolo de poder e garante de estatuto. No entanto, existe uma grande diferença: hoje em dia, as pedras preciosas e os talismãs são produzidos aos milhões. Os seus poderes mágicos foram relegados para um papel secundário, pelo que funcionam principalmente como facilitadores de reconhecimento social ou mera decoração. Do mesmo modo, a participação nos meios de comunicação foi implementada, maioritariamente, como forma cosmética de integração dos públicos, mas necessita ainda de resgatar os valores democráticos, pluralistas e culturais que representa.

CONCLUSÃO

Recentemente, Quandt (2018, p. 45) defendeu o “desenvolvimento de teorias integradoras sobre as condições da participação que não sejam impulsionadas nem por pensamentos mágicos, nem por pensamentos trágicos”. Com base em abordagens culturais e políticas, Jenkins e Carpentier (2013) consideraram que a reconstrução teórica e o entendimento partilhado dos conceitos principais definem as práticas participativas. Todos eles defendem que investigações futuras acerca da participação deverão ter em consideração as complexidades e ambivalências deste objeto de pesquisa.

Inspirado por Lakoff e Johnson (1980), este artigo apresentou a metáfora da participação como talismã, como forma de percebê-la enquanto – pelo menos em parte – elemento simbólico à volta do qual um ritual é realizado para imbuí-lo de poder. Anteriores conceptualizações e categorizações haviam já apresentado aspetos relacionados com esta metáfora: a participação articula-se com o *poder*, *invoca* valores democráticos, é *autêntica* ou um *fetiche*, é *simbólica* ou um *mito*, requer um certo *ritual* que *capacita* e *promove o envolvimento emocional*, ... Este texto tentou organizar, de forma coerente,

quatro aspetos da mencionada metáfora: a fantasia participativa, a autenticidade da participação, o seu ritual e o seu valor estético.

A participação é relevante. E o modo como a pensamos, metaforicamente falando, também é relevante. Ao abrigo da investigação em Comunicação e Média, a participação enquanto talismã convida-nos a aceitar a ambivalência do conceito e a tentar incluir os contributos dos diversos campos. Esperamos que este texto também sirva como guia para futuras conceptualizações da metáfora. Se as ações e práticas participativas continuarem a ser-lhe associadas, talvez possam reforçar o seu poder. A interpretação da participação como uma fantasia traz para a discussão uma série de questões, não só relacionadas com a sua autenticidade ou os rituais envolvidos na sua criação, mas também a sua eventual utilização em diferentes contextos, o sentimento de envolvimento e capacitação gerados neste quadro. Se entendermos a participação como um talismã, podemos protegê-la, resgatá-la, ao reforçarmos a crença no seu potencial. Ao recuperarmos a fé no seu poder, iremos ficar mais bem preparados para a democracia emocional e sentimental (Arias Maldonado, 2016; Wahl-Jorgensen, 2018) em que vivemos hoje. ✍

Tradução: Helena Antunes

REFERÊNCIAS

- Allen, D., Bailey, M., Carpentier, N., Fenton, N., Jenkins, H., Lothian, A., Qiu, J. L., Schäfer, M. T. & Srinivasan, R. (2014). Participations: dialogues on the participatory promise of contemporary culture and politics. Part 3: Politics. *International Journal of Communication*, 8, 1129-1151.
- Andrejevic, M. (2004). *Reality TV: the work of being watched*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Arias Maldonado, M. (2016). *La democracia sentimental. Política y emociones en el siglo XXI*. Madrid: Página Indómita.
- Barry, M. & Doherty, G. (2017). What we talk about when we talk about interactivity: empowerment in public discourse. *New Media & Society*, 19(7), 1052-1071. <https://doi.org/10.1177/1461444815625944>
- Bergillos, I. (2017). Two sides of the same coin? A reflection on the relation between engagement and participation in media. *Comunicación y Hombre*, 14, 119-134.
- Carey, J. W. (1989). *Communication as culture*. Winchester, MA: Unwin Hyman.
- Carey, J. W. (1990). Technology as a totem for culture: and a defense of the oral tradition. *American Journalism*, 7(4), 242-251.
- Carpentier, N. (2007). Participation and media. In B. Cammaerts & N. Carpentier (Eds.), *Reclaiming the media: communication rights and democratic media roles* (pp. 57-78). Bristol: Intellect.
- Carpentier, N. (2011a). *Media and participation*. Bristol & Chicago: Intellect.
- Carpentier, N. (2011b). The concept of participation – if they have access and interact, do they really participate? *Communication Management Quarterly*, 21, 13-36.

- Carpentier, N. (2014). "Fuck the clowns from Grease!!" Fantasies of participation and agency in the YouTube comments on a Cypriot Problem documentary. *Information, Communication & Society*, 17(8), 1001-1016. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.875582>
- Carpentier, N. (2016). Beyond the ladder of participation: an analytical toolkit for the critical analysis of participatory media processes. *Javnost – The Public*, 23(1), 70-88. <https://doi.org/10.1080/13183222.2016.1149760>
- Carpentier, N., Dahlgren, P. & Pasquali, F. (2013). Waves of media democratization: a brief history of contemporary participatory practices in the media sphere. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 19(3), 287-294.
- Couldry, N. & Jenkins, H. (2014). Participations: dialogues on the participatory promise of contemporary culture and politics. *International Journal of Communication*, 8, 1107-1112.
- Dahlgren, P. (2013). *The political web. Media, participation and alternative democracy*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Delwiche, A. (2013). The new left and the computer underground. Recovering political antecedents of participatory culture. In A. Delwiche & J. Jacobs Henderson (Ed.), *The participatory cultures handbook* (pp. 10-21). Nova Iorque: Routledge.
- Delwiche, A. & Jacobs Henderson, J. (2013). *The participatory cultures handbook*. Nova Iorque: Routledge.
- Deuze, M. (2008). Corporate appropriation of participatory culture. In N. Carpentier & S. Livingstone (Eds.), *Participation and media production: critical reflections on content creation* (pp. 27-40). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishers.
- Domingo, D. (2008). Interactivity in the daily routines of online newsrooms: dealing with an uncomfortable myth. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13, 680-704. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2008.00415.x>
- Enli, G. (2015). *Mediated authenticity: how the media constructs reality*. Nova Iorque e Londres: Peter Lang.
- Fiske, J. (1987). *Television culture: popular pleasures and politics*. Londres: Routledge.
- Foss, S. & Griffin, C. (1995). Beyond persuasion: a proposal for an invitational rhetoric. *Communication Monographs*, 62(1), 2-18. <https://doi.org/10.1080/03637759509376345>
- García-Catalán, S. (2012). *Hipertexto y modelización cinematográfica en la divulgación neurocientífica audiovisual. A propósito de 'Redes' de Eduard Punset*. Tese de doutoramento, Universidade Jaume I, Castellón, Espanha.
- Gaventa, J. (2007). Finding the spaces for change: a power analysis. *IDS Bulletin*, 37, 23-33. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2006.tb00320.x>
- Greiner, K. & Singhal, A. (2009). Communication and invitational social change. *Journal of Development Communication*, 20(2), 31-44.
- Gulbrandsen, I. T. & Just, S. N. (2011). The collaborative paradigm: towards an invitational and participatory concept of online communication. *Media, Culture & Society*, 33(7), 1095-1108. <https://doi.org/10.1177/0163443711416066>
- Hildburgh, W. L. (1951). Psychology underlying the employment of amulets in Europe. *Folklore*, 62(1), 231-251. <https://doi.org/10.1080/0015587X.1951.9718026>

- Hille, S. & Bakker, P. (2013). I like news. Searching for the Holy Grail of social media: The use of Facebook by Dutch news media and their audiences. *European Journal of Communication*, 28(6), 663-680.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: where old and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. & Carpentier, N. (2013). Theorizing participatory intensities: a conversation about participation and politics. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 19(3), 265-286.
- Jenkins, H., Ito, M. & boyd, d. (2016). *Participatory culture in a networked era*. Cambridge: Polity Press.
- Jenkins, H. Shresthova, S. Gamber-Thomson, L. & Zimmerman, A. (2016). *By any media necessary: the new youth activism*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jensen, J. F. (2008). The concept of interactivity – revisited: four new typologies for a new media landscape. In J. Masthoff, S. Panabaker, M. Sullivan & A. Lugmayr (Eds.), *Atas da 1ª Conferência Internacional “Designing Interactive User Experiences for TV and Video”* (pp. 129-132). Mountain View: Association for Computing Machinery.
- Johnson, D. (2007). Inviting audiences in. *New Review of Film and Television Studies*, 5(1), 61-80.
- Klein Shagrir, O. (2018). *Para-interactivity and the appeal of television in the digital age*. Londres: Lexington Books.
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- Lecouteux, C. (2014). *The high magic of talismans and amulets*. Vermont: Inner Traditions.
- Martín Ansón, M. L. (2005). Amuletos-talismanes para caballos, en forma de creciente, en la España medieval. *Archivo Español de Arte*, 309, 5-21.
- McMillan, S. J. (2006). Exploring models of interactivity from multiple research traditions: users, documents and systems. In L. Lievrouw & S. Livingstone (Eds.), *The handbook of new media* (pp. 206-229). Londres: Sage.
- McQuail, D. (2005). *McQuail's mass communication theory*. Londres: Sage.
- Mosco, V. (2017). *Becoming digital. Toward a post-internet society*. Bingley: Emerald Publishing.
- Pärn, K. (2017). Metaphorical modelling as research method in semiotics. *Punctum*, 3(2), 33-60. <https://doi.org/10.18680/hss.2018.0003>
- Pasquali, F., Noguera Vivo, J. M. & Bourdaa, M. (2013). Emerging topics in the research on digital audiences and participation. An agenda for increasing research efforts. *Comunicazioni Sociali*, 3, 329-336.
- Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Peters, C. & Witschge, T. (2015). From grand narratives of democracy to small expectations of participation. *Journalism Practice*, 9(1), 19-34. <https://doi.org/10.1080/17512786.2014.928455>
- Prado, E. (1986). Garantizar la participación y el pluralismo. In E. Bustamante & J. Villafañe (Eds.), *La televisión en España mañana. Modelos televisivos y opciones ideológicas* (pp. 179-185). Madrid: Siglo XXI.
- Quiring, O. & Schweiger, W. (2008). Interactivity: a review of the concept and a framework for analysis. *Communications*, 33, 147-167. <https://doi.org/10.1515/COMMUN.2008.009>

Quandt, T. (2018). Dark participation. *Media and Communication*, 6(4), 36-48. <https://doi.org/10.17645/mac.v6i4.1519>

Rafaeli, S. (1988). Interactivity. From new media to communication. In R. P. Hawkins, J. M. Wiemann & S. Pingree (Eds.), *Advancing Communication Science: merging mass and interpersonal processes* (pp. 110-134). Newbury Park: Sage.

Reifová, I. & Svelch, J. (2013). Shrinking the grand narratives in theorizing participation and new media. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 19(3), 261-264.

Ross, S. M. (2008). *Beyond the box: television and the internet*. Victoria: Blackwell.

Servaes, J. (1999). *Communication for development. One world, multiple cultures*. Cresskill: Hampton Press.

Velázquez Brieva, F. (2004). *Análisis tipológico y contextual de los amuletos fenicio-púnicos en el mediterráneo centro-occidental*. Tese de doutoramento, Universidade Autónoma de Madrid, Madrid, Espanha.

Wahl-Jorgensen, K. (2018). *Emotions, media and politics*. Cambridge: Polity Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Ignacio Bergillos é Professor no Centro de Ensino Superior Alberta Giménez, na Universidade Pontifícia Comillas, em Maiorca, Espanha, onde desempenha as funções de Diretor do Departamento de Ciências da Comunicação. Doutorado em Comunicação Audiovisual e Publicidade pela Universidade Autónoma de Barcelona, desenvolve investigação sobre meios tecnológicos e inovação, mudanças nas indústrias mediáticas e a relação entre as audiências e os profissionais no contexto de uma cultura participativa.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9333-8056>

Email: ibergillos@cesag.org

Morada: Departamento de Ciências da Comunincação, CESAG – Universidade Pontificia Comillas, Costa de Saragossa, 16, 07013, Palma de Maiorca, Ilhas Baleares, Espanha

* **Submetido: 19/02/2019**

* **Aceite: 11/05/2019**